



Universidade Federal de Minas Gerais

Instituto de Geociências

Departamento de Geografia

DANIEL GOMES BATISTA DE OLIVEIRA

**As Unidades de Conservação da Natureza e os Novos Sentidos do Lugar: Pensando a
Cotidianidade da População Interna ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro / MG
Frente à Nova Realidade**

Belo Horizonte

2016

DANIEL GOMES BATISTA DE OLIVEIRA

**As Unidades de Conservação da Natureza e os Novos Sentidos do Lugar: Pensando a
Cotidianidade da População Interna ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro / MG
Frente à Nova Realidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. (a) Orientadora: Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Prof. Co-orientador: Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

À minha mãe, Lúcia, por me ensinar a caminhar.

E à minha melhor companheira, Jessica, por ser a luz no meu caminho.

AGRADECIMENTOS

À todas as energias positivas que guiaram esse caminho e sempre estiveram ao meu lado.

À minha mãe, que sempre me apoiou e fez tudo isso possível.

À Jéssica, por nunca me deixar desistir.

À UFMG e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

À professora Vilma Lúcia Macagnan Carvalho, pela orientação, pelas conversas e pela paciência.

Ao professor Bernardo Machado Gontijo, pelos trabalhos de campo e pelos diversos momentos, desde a graduação, em que pudemos conversar sobre as temáticas das áreas protegidas.

Ao professor Klemens Augustinus Laschefski, pelas conversas e pelas atividades desenvolvidas durante esse curso de Mestrado.

A todos os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro e do Parque Natural Municipal do Tabuleiro pela recepção e ajuda. Ao Lucas, ao Sandro, ao Biscoito e ao Igor.

Ao IEF e ao Marcos, pela atenção e pela simpatia.

Ao Miguel e ao Kadu, pela presteza e pelas valiosas informações sobre o contexto de criação do PMNT.

À Geografia e a todos meus amigos Geógrafos, que caminharam comigo em todos os momentos. Ao Diego, a Camila, ao Milton e ao Paulo, parte de minha família.

Ao Leandro, que sempre me motiva com sua conversa e presença.

E aos moradores do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, por me receberem com carinho e compartilharem comigo um pouco de sua vida.

RESUMO

A discussão acerca da criação das Unidades de Conservação da Natureza (UCs) vem crescendo no Brasil e no mundo e muitas vezes vem acompanhada de uma exclusiva preocupação com a proteção da biodiversidade e cumprimento dos protocolos globais, e se esquece das populações que porventura ocupem aquela área, de suas percepções, de seu sentimento de lugar e das mudanças em suas cotidianidades, o que pode gerar conflitos. Ainda que esse cenário esteja ganhando espaço nos debates mundiais e locais, a criação e gestão das UCs brasileiras, em vários casos, acarretam em perdas materiais e imateriais para os moradores nela presentes. Com os gestores sem condições de fazer a regularização fundiária e a indenização prevista, o que resta são restrições às atividades cotidianas dos moradores. Esta pesquisa procura refletir acerca das modificações sentidas, principalmente pelos moradores do Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT), no município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, após a criação da UC. Para melhor reflexão, nos aproximamos dos estudos Fenomenológicos e de percepção ambiental, utilizando de relatos dos atores envolvidos a fim de perceber como cada um desses atores compreende e atua sobre as relações estabelecidas regionalmente frente ao PNMT. Também abordamos alguns conceitos – percepção ambiental, conflito ambiental, lugar, identidade territorial e território - inerentes as questões ambientais e à própria Geografia, para que estes sirvam de base para o entendimento do contexto ao qual esta pesquisa está inserida. Também, para melhor contextualização e compreensão das atuais gestões, trazemos uma discussão histórico-conceitual das áreas protegidas no mundo e no Brasil, que tem atualmente o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como lei que regulamenta e estimula a criação de UCs. Assim foi possível perceber o distanciamento entre os olhares dos atores envolvidos com relação aos aspectos de criação, à significação dada, às ações exercidas, bem como às expectativas representadas pelo PNMT, apontando para a necessidade crucial de se compreender o mundo-vivido das populações internas, à fim de contribuir tanto para a proteção à biodiversidade quanto para dirimir a criação de sentimentos topofóbicos com relação ao lugar.

Palavras-chave: Unidades de Conservação da Natureza; Percepção Ambiental; Conflito Ambiental; Lugar; Identidade territorial; Território

ABSTRACT

The discussion about the creation of protected areas is growing in Brazil and in the world but often comes with an exclusive concern with the protection of biodiversity and compliance with global protocols, and forget the people who may occupy that area, their perceptions, their sense of place and the changes in their everyday life, which can lead to conflict. Although this scenario is gaining ground in the global and local debates, the creation and management of Brazilian protected areas in many cases, result in material and immaterial losses for the residents present in it. With managers unable to make the land regularization and the expected compensation, what remains are restrictions on daily activities of the residents. This research seeks to reflect on the changes experienced, especially by residents of the Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) located in the town of Conceicao do Mato Dentro, Minas Gerais, after the creation of the protected area. To further reflection, we approach Phenomenological studies and environmental perception using reports of the actors involved in order to understand how each of these actors understands and acts on regionally established relationships across the PNMT. We also discuss some concepts - environmental perception, environmental conflict, place, territorial identity and territory - inherent to environmental issues and the geography itself so that they serve as a basis for understanding the context in which this research is inserted. Also, for better contextualization and understanding of current efforts, we bring a historical and conceptual discussion of protected areas in the world and in Brazil, which currently has the SNUC (National System of Nature Conservation Units) as a law that regulates and stimulates the creation of protected areas. Therefore it was possible to perceive the distance between the eyes of the actors involved in relation to aspects of creation, the meaning given, the actions taken and the expectations represented by PNMT, pointing to the critical need to understand the lived-world of domestic populations , in order to contribute both to the protection of biodiversity and to settle the creation of topophobic feelings about the place.

Keywords: Protected Areas; Environmental perception; Environmental Conflict; Place; Territorial identity; Territory

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do PNMT, do PESI e das UCs Regionais.....	15
FIGURA 2 - Atrativos naturais de Conceição do Mato Dentro / MG.....	16
FIGURA 3 - Cachoeira de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro / MG.....	16
FIGURA 4 - Esquema simplificado da transformação do "espaço" em "lugar".....	51
FIGURA 5 - Localização do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro.....	62
FIGURA 6 – Aglomerado urbano do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro visto da estrada do Salto.....	64
FIGURA 7 – Entrada pela Sede do Parque Natural Municipal do Tabuleiro.....	65
FIGURA 8 – Exemplos de moradores internos ao PNMT e algumas propriedades.....	74
FIGURA 9 - Afloramentos quartzíticos com sentido preferencial.....	78
FIGURA 10 - Variação da vegetação do PNMT: Campos Rupestres e Floresta Estacional Semidecidual (Típica da Mata Atlântica).....	78

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa das Propriedades com Moradores Fixos Localizadas no Interior do Parque Natural Municipal do Tabuleiro.....	76
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CBD – Convenção Sobre a Diversidade Biológica

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IEF – Instituto Estadual de Florestas

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PESI – Parque Estadual da Serra do Intendente

PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas

PNMRC – Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo

PNMT – Parque Natural Municipal do Tabuleiro

SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UIPN – União Internacional para a Proteção da Natureza

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	13
1.1 – Introdução.....	13
1.2 – Justificativa.....	17
1.3 – Objetivo Geral.....	19
1.4 – Objetivos Específicos.....	20
1.5 – Caminhos Metodológicos da Pesquisa.....	21
CAPÍTULO II	29
2.1 – As Áreas Protegidas: Histórias, Ideologias e Políticas.....	29
2.1.1 – Contexto Mundial.....	29
2.1.2 – Contexto Brasileiro.....	34
2.2 – Prelúdio aos Conceitos.....	40
2.3 – Identidade Territorial, Território e Territorialidade.....	42
2.4 – Lugar: um Espaço de Experiências.....	46
2.5 – Percepção Ambiental.....	51
2.6 – Conflitos e Unidades de Conservação.....	55
2.6.1 – Novos Valores Pós-Materialistas.....	57
2.6.2 – Ecologia Política e Economia Ecológica.....	59
2.6.3 – As Comunidades e Seu Ambiente.....	61
CAPÍTULO III	62
3.1 – Contextualização de Tabuleiro do Mato Dentro / MG.....	62
3.2 – Contextualização do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e do Parque Estadual da Serra do Intendente.....	65
3.2.1 – Aspectos Físicos da Região.....	77
3.3 – Análise das Entrevistas.....	79
ENTREVISTADO I.....	80
ENTREVISTADO II.....	84
ENTREVISTADO III.....	88
ENTREVISTADO IV.....	90
ENTREVISTADO V.....	94
CARLOS EDUARDO TEIXEIRA NERY	99
MIGUEL ANDRADE.....	102
LUCAS HENRIQUE.....	103
MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS.....	109
SANDRO LAGE.....	112
3.4 – Reconstruindo a Percepção dos Sujeitos.....	115
3.4.1 – Criação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro.....	115
3.4.2 – Significações.....	116
3.4.3 – Ações.....	118
3.4.4 – Expectativas.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ATORES ENVOLVIDOS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO.....	142
ANEXO A - TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....	145
ANEXO B - DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DO RIBEIRÃO DO CAMPO.....	169
ANEXO C - LEI DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO.....	171
ANEXO D - DECRETO DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DA SERRA DO INTENDENTE.....	173
ANEXO E - Ata da reunião ordinária para processo de gestão compartilhada entre município e estado – Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e Parque Estadual Serra do Intendente, datada de 9 de julho de 2008.....	178
ANEXO F - PROJETO DE LEI PARA SUSTAR O DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL RIBEIRÃO DO CAMPO.....	180
ANEXO G - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO TABULEIRO MINAS RESORT.....	184

CAPÍTULO I

1.1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo parte do pressuposto da importância da discussão da criação de Unidades de Conservação (UC's) como meio a preservar os recursos naturais e a biodiversidade. E alerta para situações possíveis que devem ser levadas em conta, principalmente no que tange as áreas de proteção integral (regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC).

As Unidades de Conservação, no Brasil (e em grande parte dos países “em desenvolvimento”), foram implementadas com base em modelo norte-americano¹ de áreas protegidas, o que gerou desconexões e negatividades relativas à realidade brasileira. O conceito de *wilderness* (ou de “Natureza Selvagem”) que perfaz o ideal norte-americano de gestão de UC's, passa pela preservação da natureza bruta, sem interferência do homem. Isso pressupõe a relocação das populações locais presentes na área antes da instituição da UC, para áreas externas à área protegida. Essas UC's, então, passam a ser locais destinados, basicamente, a proteção da biodiversidade, ao turismo e ao desenvolvimento de pesquisas científicas, coibindo outras atividades humanas a esse novo território e alterando o sentido de lugar.

Isso faz parte de uma cultura – que hoje é global – formada e em formação num contexto da vida social dos homens urbanos. Essa cultura faz parte de uma sociedade dominante na atualidade e mostra-se muito baseada no cientificismo acadêmico como corrente de imposições. As outras formas de cultura – diferentes desse ideal – passam a ser vistas como culturas invasoras, capazes de destruir a “natureza”. O homem urbano passa a considerar todas as culturas como parte de sua cultura capitalista, pensando em como proteger a “natureza” nos moldes desta sociedade. A criação de unidades de conservação, então, acaba por não levar em conta as particularidades de cada cultura, pensando em como lidar com tais populações ao mesmo tempo em que se preserva uma área. E com as imposições da legislação os povos-cultura vão tornando-se desfigurados, se não dizimados (PORTO-GONÇALVES, 2006).

¹ A estratégia de reservar determinados espaços para proteção de recursos naturais é antiga. Há registros históricos de reservas de caça dos assírios (700 a.C.) e dos indianos (século III), reservas de madeira para construção de navios entre os romanos e reservas de madeira, caça e pesca dos senhores feudais. A ideia do homem como agente transformador da paisagem, contudo, tomou forma somente a partir do século XVIII. Desde então, a humanidade passou a reconhecer o seu impacto sobre a Terra (BENSUSAN, 2006).

Nesse sentido é possível admitir a falta de neutralidade nos debates acerca das questões ambientais, que refletem, principalmente, vontades distintas entre os atores envolvidos, paradigmas e estratégias sociais diferenciados, valores, atitudes, percepções de mundo e os conflitos decorrentes (TUAN, 1980). No entanto, as percepções humanas da biodiversidade conforme Becker et al (2006, p. 203) “consideram as bases psicológicas e culturais da percepção ambiental e os mecanismos pelos quais elas podem ser mudadas”. Aprofundar o conhecimento dos mecanismos perceptivos em culturas distintas que coexistem em áreas prioritárias para conservação pode ser crucial para a gestão da biodiversidade. Em particular, diferentes percepções podem resultar em conflitos pela apropriação e uso da biodiversidade, porém suscetíveis de serem resolvidos se houver conhecimento da história cultural e da construção de valores dos respectivos agentes sociais envolvidos, isto é, tanto gestores e tomadores de decisão como comunidades locais e regionais. Neste sentido, técnicas participativas de gestão podem ocasionar mudanças de percepção e de valorização da diversidade tanto biológica quanto humana. Por outro lado, a análise conjunta das percepções ambiental e da diversidade cultural humana pode constituir uma valiosa ferramenta para gestores e tomadores de decisão, notadamente quando da formulação e implementação de políticas de facilitação ou de incentivo.

Mas ao pensar em percepção ambiental e em comunidades locais, automaticamente somos laçados por outras questões que se fazem intrínsecas a essa temática. As políticas ambientais, na forma da criação de áreas protegidas, além das modificações criadas no lugar, aparecem como novas territorialidades muitas vezes não apreciando as diversas identidades territoriais possivelmente alocadas ali, gerando conflitos que, no caso, são entendidos como ambientais.

Assim, o presente trabalho traz um estudo de caso para o Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) e sua sobreposição com o Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI), situados no município de Conceição do Mato Dentro / Minas Gerais (Figura 1), e em como se configurou a nova realidade da população interna ao PNMT após a criação dos mesmos, e com duas gestões – municipal e estadual - sobre uma mesma área, procurando analisar as percepções ambientais relacionadas as mudanças no lugar².

² Os geógrafos humanísticos insistem que o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação. Enfim, qualquer ponto de referência e identidade. (MELLO, 1990, p. 102).

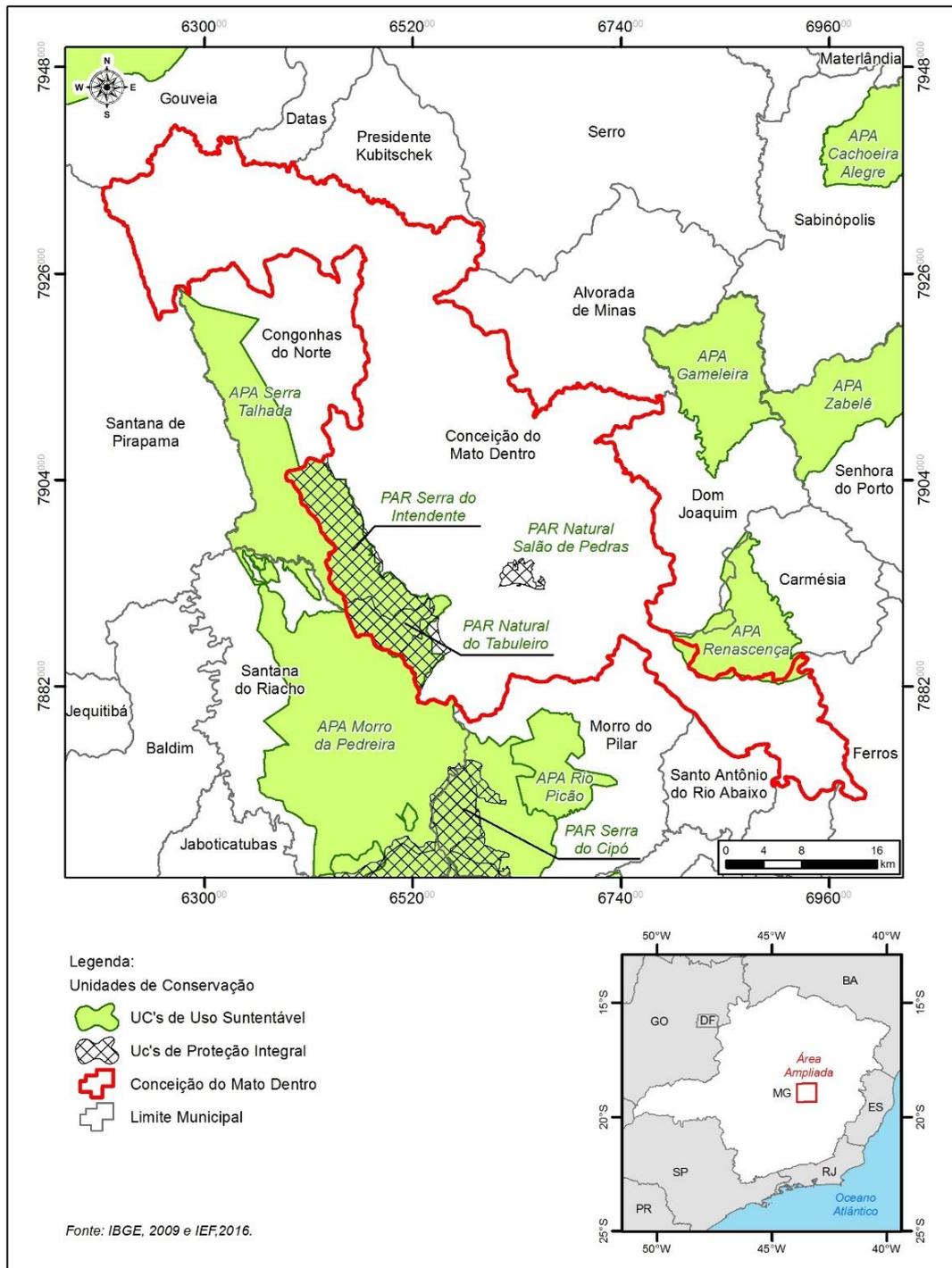


Figura 1: Localização do PNMT, do PESI e das UCs Regionais. Autor: Daniel Oliveira, 2016.

Além disso, a região tem um forte apelo turístico pelos seus diversos atrativos naturais (Figura 2) e, principalmente, por conter a terceira maior cachoeira do Brasil e a maior de Minas Gerais, a cachoeira do Tabuleiro (Figura 3), o que aumenta a necessidade de uma discussão mais profunda sobre a realidade regional.



Figura 2: Atrativos naturais de Conceição do Mato Dentro / MG.



Figura 3: Cachoeira de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro / MG.

1.2 - JUSTIFICATIVA

O fim do século passado foi assinalado por conflitos distintos, políticos, culturais, econômicos e socioambientais, trazidos, na atualidade, para discussões globais. A chamada “questão ambiental” torna-se central para avaliarmos boa parte dos conflitos presentes no cenário mundial. As transformações originadas pelo progresso da ciência e da tecnologia não abarcaram da mesma forma a heterogênea estratigrafia social, privilegiando o modo de vida urbano-capitalista, que ao impor sempre novas formas de consumo, alteram valores sociais e a relação do homem com a natureza.

Num contexto de extermínio da natureza, a sociedade impregnada em um sentimento de compensação, busca, de forma política, proteger o planeta por meio de medidas de intervenção no ambiente. Em muitas ocasiões visionárias, tais intervenções se mostram colidentes ao passo que “invisibilizam” parte da população e sustentam interesses multifacetados e multivariados do poder público e privado. Um bom exemplo neste contexto são as áreas protegidas.

Parques são unidades de conservação da categoria de proteção integral previstas pelo SNUC, em que apenas se admite o uso indireto dos recursos. Não se permite a presença de propriedades particulares, sendo que as existentes dentro de seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. No entanto ainda existem propriedades particulares no interior do PNMT, cerca de oito ainda com moradores fixos, e outras com finalidades turísticas e de veraneio. Embora seja previsto em Lei, o PNMT e o PESI ainda não possuem Plano de Manejo³ e também não realizaram a regularização fundiária e as consequentes indenizações aos moradores. Ferreira (2005) diz que:

“A indefinição da situação jurídica das comunidades [...], prejudica-se em vários aspectos: além delas não serem indenizadas (solução de alto impacto sociocultural), são cerceadas em suas ações e perspectivas futuras quanto ao uso/vivência do espaço e raramente são contempladas por serviços públicos mínimos a que todo cidadão tem direito” (FERREIRA, 2005, p. 2).

Nesse sentido, compete interrogar desde quando certas áreas naturais carecem de proteção, e se tornam protegidas de quem e para quem. Responder estas questões nos direciona para uma

³ Conforme o SNUC, O plano de manejo é um documento técnico, mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Lei nº 9.985 – 2000).

ponderação sobre os tipos de relacionamentos que o homem tem com a natureza na contemporaneidade que torne indispensável, por exemplo, a implantação de unidades de conservação. Deste modo, se faz importante refletir quais as diferentes percepções e interesses das distintas lógicas envolvidas: econômica, política e social que conduzem as condutas individuais ou coletivas.

Afastar certas sociedades da natureza, ou restringi-las do uso de seus recursos, provoca a reflexão natureza e sociedade, todavia, para as populações internas a uma área natural que exponham uma estreita relação com o ambiente natural e que dele dependa social, econômica e culturalmente, se acentua o enredamento que abrange os conflitos e a gestão de uma unidade de conservação. Lembrando que, grande parte das áreas naturais protegidas não partiu de deliberações ou iniciativas locais, mas sim de decisões oriundas de “cima para baixo”, ou seja, determinadas ou pelo Estado, ou por Instituições ambientais ou por influência dos segmentos da iniciativa privada na região. As comunidades de uma unidade de conservação, comumente, são alheias às escolhas das áreas a serem delimitadas e protegidas, tampouco participam do processo de decisão do tipo de categoria adequada, se tornando “invisíveis” quando das suas percepções, significados, expectativas e anseios. Seus sentimentos topofílicos e topofóbicos⁴ não são manifestos e levados em conta pelos gestores. Em contrapeso, no debate das políticas ambientais, o conflito socioambiental se torna o elemento visibilizador destas comunidades.

Assim, é evidente a importância em se adotar novas atitudes frente ao uso dos recursos naturais, já que as unidades de conservação, da maneira como estão postas, não são garantias de um ambiente em equilíbrio. Aparentemente, nem a política punitiva da gestão das UCs pode garantir isso, se levarmos em consideração o número do efetivo para fiscalização e a infraestrutura de trabalho. Nessa acepção, reforça-se a necessidade de conhecimento, aproximação e valorização das comunidades em seu interior. Beneficiando novos comportamentos e realçando uma relação de harmonia com a natureza e ou com a própria unidade de conservação. Conforme afirma Diegues,

⁴ O neologismo topofilia bem como topofobia, foram designados por Tuan para evidenciar a relação do “homem” com o meio, buscando identificar a percepção, as atitudes e os valores atribuídos. Topofilia (topo – lugar e filia – filiação) diz respeito à familiaridade, apego ou “amor pelo lugar” e a topofobia (topo – lugar e fobia – aversão) contrariamente, está relacionada com sentimentos negativos, aversão pelo lugar.

[...] se pode pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre homem e natureza é afirmada positivamente, não de forma excludente como hoje prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais. Mais do que repressão, o mundo moderno necessita de exemplos de relações mais adequadas entre homem e natureza. Essas unidades de conservação podem oferecer condições para que os enfoques tradicionais de manejo do mundo natural sejam valorizados, renovados e até reinterpretados, para torná-los mais adaptados a novas situações emergentes. (DIEGUES, 2000, p.97).

O diagnóstico das distintas percepções ambientais dos diferentes atores é de ampla importância na edificação de estratégias e instrumentos para gestão dos recursos naturais e ou para a administração de áreas naturais protegidas. Nesta perspectiva, analisando as diferentes percepções sobre o meio natural, social e cultural que envolvem os limites do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, surge a questão que dá norte a esta pesquisa: Quais são as percepções ambientais (abrangidas através dos significados, valores, atitudes, expectativas e interesses socioculturais e ecológicos) conferidas à unidade de conservação e quais suas influências sobre as mudanças no “lugar” para a população interna ao PNMT? A partir deste questionamento é que este estudo busca avaliar aspectos relacionados à identidade territorial da comunidade interna ao PNMT, por meio de uma análise de suas percepções ambientais. Assim, relacionando essa análise a como estão postas as políticas que controlam e regulamentam esse espaço, avaliando as causas sociais, econômicas e históricas que motivaram tais políticas, problematizando e discutindo conceitos inerentes a essa temática, esta pesquisa procura contribuir para a reflexão sobre a política de criação de Unidades de Conservação e a gestão das mesmas.

1.3 - OBJETIVO GERAL

Analisar as mudanças do/no “lugar” para a população interna ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro após a criação do mesmo, através das percepções ambientais dos distintos atores envolvidos no PNMT, sendo:

- i) Órgão Gestor Estadual - IEF;
- ii) Órgão Gestor Municipal – Secretaria de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro;
- iii) Sociedade dos Amigos de Tabuleiro (SAT. Organização não-governamental que fez parte do processo de criação do Parque);
- iv) Comunidade interna aos limites do PNMT;

1.4 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Analisar os porquês e como foi o processo de criação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro;
- Identificar a percepção ambiental dos diferentes atores relacionados ao PNMT;
- Perceber e dar voz às mudanças do/no “lugar” para a comunidade interna aos limites do PNMT;
- Avaliar a participação da população local nas tomadas de decisão que dizem respeito tanto à criação, quanto à gestão do Parque;
- Observar como tem sido a gestão do Parque no tocante ao diálogo com a população;
- Relacionar os diversos atores envolvidos na política de criação de UCs;

A proposição desta pesquisa é de que as diferenças entre as percepções dos moradores da comunidade interna aos limites do PNMT e dos demais atores envolvidos no Parque, que induzem a relações conflitantes, são ressaltadas pelos fatores:

- a) falta de explicação das finalidades da unidade de conservação;
- b) diferenças de compreensões sobre o uso e manejo dos recursos naturais entre as duas racionalidades (a dos moradores internos e dos demais grupos);
- c) proibições e ou restrições ambientais impostas pela legislação ambiental vigente, e falta de alternativas de sobrevivência destas comunidades no meio protegido.

A hipótese se baseia nas práticas e modos de vida tradicionalmente ou localmente estabelecidos pela comunidade da região da bacia do Ribeirão do Campo – interna ao PNMT -, algumas delas contrastando com as leis ambientais de uso dos recursos naturais, fato corriqueiro em unidades de conservação, o que torna o conflito iminente diante da escassez de alternativas para a

sobrevivência em uma unidade protegida. Pereira (2005) afirma que as áreas protegidas emanam uma tensão advinda da redução dos meios de autoconsumo das comunidades em seu interior. Outro fator comum é a falta de esclarecimentos dos propósitos de uma unidade de conservação aliada à falta de participação das comunidades nos processos de implantação e gestão destas, propiciando uma relação hostil, uma vez que as populações internas não se reconhecem como parte integrante da política ambiental vigente (DIEGUES, 2000).

1.5 - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os estudos na região do PNMT começaram desde 2011, quando tratamos um pouco das relações dos parques regionais com os moradores locais e as políticas públicas, em trabalho de conclusão de curso em Geografia. À época, pela própria significação de um trabalho de conclusão de curso em Graduação, ou mesmo pela menor experiência em produções científicas, não conseguimos diversas informações que são de enorme importância para a compreensão das relações que permeiam o PNMT em suas diversas possibilidades. Com isso permaneceram dúvidas e uma certa necessidade de dar voz às populações internas ao PNMT, numa tentativa de expor suas visões sobre o parque, já que fica muito claro a opinião de quem cria a UC, mas raramente são ouvidas as populações locais e seus posicionamentos.

Assim, para esta dissertação, já possuíamos documentos e conhecimento prévio para preparar melhor a estrutura da mesma, bem como o trabalho de campo. Também foi possível focar em conseguir documentos específicos que não possuíamos, bem como fazer levantamento bibliográfico acerca dos conceitos e temas utilizados nesta pesquisa.

Este trabalho não segue algum manual metodológico específico, procurando buscar diferentes fontes para melhor desenvolver o proposto. Dessa forma ele busca se adaptar as questões novas que possam surgir ao longo do percurso, avaliando os acontecimentos e novidades. Isso, no entanto, não significa que neste não há uma ordenação e organização no desenvolvimento, mas sim que está aberto à absorção de novas informações e/ou alterações nas questões metodológicas na prática.

A presente pesquisa tem inspirações teórico metodológicas muito baseadas na Fenomenologia de Yi Fu Tuan enquanto *background* teórico e prático, num sentido que em sua obra “Espaço e

lugar: a perspectiva da experiência”, (TUAN, 1983) discute as ações, as percepções, e simbologias que transformam os espaços em lugares, onde as experiências, vivências e a afetividade do/no lugar desempenham um papel fundamental na construção e identidade do mesmo. Espaço e Lugar são termos familiares, (re)conhecidos pela maioria das pessoas, entretanto, na visão do autor, nossas experiências comuns se misturam na busca pelo lugar e na conquista pelo espaço. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro (TUAN, 1983).

Muito se faz importante, inclusive, manter os caminhos abertos, já que entramos muito em âmbito subjetivo e pessoal. Procuramos tratar das percepções ambientais dos atores envolvidos, dando ênfase aos moradores internos ao PNMT e ao sentimento de “lugar”. Neste sentido temos que estar abertos para escutá-los e podermos conduzir a conversa ao mesmo tempo em que damos espaço e tempo para que eles possam desenvolver seu raciocínio e pontos de vista. Nesta linha de raciocínio, a geógrafa Anne Whyte, publicou um marco histórico nesta investigativa no mundo e no Brasil, que foi a obra “*Guidelines for Fields Studies in environmental perception*”, incorporada pela UNESCO em 1977, derivado da constituição do grupo “*Man and Biosphere -13*”.

De acordo com Whyte (1977) um dos principais objetivos da pesquisa baseada na percepção ambiental é o de proporcionar o entendimento sistemático e científico da visão de “dentro para fora” e “de fora para dentro”. Ou seja, é imprescindível que se tenha um “olhar” mais próximo do que se pretende estudar e não apenas uma visão unilateral. Para assim, melhor compreender as conexões entre as distintas percepções dos diferentes atores com as questões socioambientais de um dado lugar.

Tais estudos de percepção ambiental permitem o entendimento da forma pela qual as comunidades locais e demais agentes, entendem e interatuam com a unidade de conservação e as motivações que induzem às relações conflitantes.

A fim de alcançar um dos objetivos específicos desta pesquisa, o de compreender o processo de criação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas⁵.

Com o objetivo particular de entender as distintas percepções em relação à UC utilizou-se, essencialmente, da amarração de três técnicas de coletas de dados que se aproximam do proposto por Whyte (1977): observação, escuta e interrogação.

A observação indireta e a escuta dispõem o pesquisador em uma escala importante, ao passo em que o mesmo, através destas abordagens, pode inferir variáveis referentes à identidade, às características individuais e do grupo, ou às experiências (WHYTE, 1977). No caso, as fontes possíveis da observação indireta são infinitas e podem prover várias evidências daquilo já alcançado por outros métodos. As vantagens desse método estão na não-interferência nos comportamentos humanos na medida em que acontecem (WHYTE, 1977), buscando estar presente mas ausente ao mesmo tempo – num sentido de não perturbar o movimento natural cotidiano.

A interrogação abrange as entrevistas que, de acordo com Whyte (1977) carecem de ser dirigidas por um formulário semi-estruturado com predominância de questões abertas. Para a autora, essa técnica aproxima a visão do respondente à situação real e minimiza a influência do pesquisador sobre as respostas. Vale lembrar que trabalhamos num cenário das experiências vividas, das memórias individuais, do sentido de lugar para as populações internas. Para tal, utilizamos de uma abordagem qualitativa, que considera a interação entre o pesquisador e a realidade estudada, e é possibilitada por meio de entrevistas e observações, as quais contribuem para revelar os significados do fenômeno estudado (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002). É nesta perspectiva que este estudo se aproxima do olhar fenomenológico.

Para atingir tal objetivo, além das pesquisas bibliográficas e documentais, utilizamos de entrevistas orientadas por questionários semi-estruturados (APÊNDICE A). Isso visto que a

⁵ Teses de doutorado; dissertações de mestrado; artigos científicos; livros; documentos oficiais sobre Conceição do Mato Dentro e sobre o PNMT, como: Decreto de criação, Lei de criação, Ata de reuniões, Descrição das propriedades internas ao PNMT, Caracterização Ambiental da Área; Periódicos do IEF; SNUC.

entrevista pode ser considerada uma importante ferramenta para o levantamento de experiências, já que boa parte dos conhecimentos existentes só é encontrada na experiência das pessoas, não sendo obtidos de forma escrita em livros e manuais (DENCKER, 1988).

De um modo geral, as entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 168).

Tais entrevistas foram orientadas, mas na tentativa de apontar direções para a conversa, e não de fazer um questionário exaustivo. Foram propostas algumas questões norteadoras, procurando deixar o entrevistado falar livremente sobre aspectos pertinentes aos objetivos da pesquisa, com a liberdade de serem incluídos novos questionamentos e esclarecimentos cabíveis no contexto da entrevista.

Embora não se trate de um método de “História Oral”⁶ propriamente, procuramos trazer o máximo de relatos possíveis. Isso porque evidências orais têm particular importância no estudo da percepção ambiental, já que revelam não apenas os fatos das experiências ambientais e dos comportamentos, mas também os sentimentos e sentidos para as pessoas que se associam ao lugar. Na forma com que cada um vê os acontecimentos, pessoas e lugares, eles revelam suas percepções, atitudes e valores assim como demonstram seu sentimento de ter estado presente. (WHYTE, 1977).

As entrevistas tendem, neste estudo, a priorizar a abordagem dos aspectos referentes:

- i) Aos processos de criação do PNMT;
- ii) Aos significados, usos e valores atribuídos à unidade de conservação e ao “lugar”;
- iii) Às ações e atitudes para com o meio relacionadas à implantação desta unidade de conservação bem como aos conflitos decorrentes das políticas ambientais locais;
- iv) Às expectativas dos grupos em relação ao meio protegido.

Procuramos tratar de cada entrevista sob o prisma de quatro pilares, sendo os relacionados a: criação do PNMT; a significação; as ações; e as expectativas. Para a entrevista dos moradores,

⁶ História Oral é um método no qual evidências orais são extraídas de pessoas que normalmente vivenciaram os eventos que estão falando ou tais eventos foram pessoalmente passados a elas. (WHYTE, 1977, p. 70). Tradução livre.

tais pilares aparecem enquanto tópicos individualizados, onde suas falas são incluídas em cada tópico de acordo com seu teor de informação e exposição; isso, justamente para que se possa dar mais visibilidade às suas falas e percepções. Já para as entrevistas dos gestores e ambientalistas, que fizeram e/ou fazem parte da criação e gestão do PNMT, não são abordados os pilares de forma particular. Isso visto que grande parte das falas desses entrevistados foi direcionada para os processos históricos de criação e das ações tomadas à época e atualmente, e é muito claro o posicionamento preservacionista enquanto significação da área. Assim, na apresentação das entrevistas daqueles que não são moradores internos, são apresentadas suas falas de acordo com a cronologia da conversa, ao passo que são feitas análises aproximando dos conceitos discutidos neste trabalho e dos pilares propostos.

O pilar da *criação* do PNMT é abarcado por questões e falas que têm relação com a criação e a história do PNMT. Procuramos, através das falas dos atores, perceber quem fez parte do processo de criação, se houve uma vontade dos moradores locais e se esses fizeram parte em algum momento.

O pilar da *significação* diz respeito ao simbolismo, ao sentimento, as significações do lugar. Aqui foram analisadas as percepções dos entrevistados com relação aos sentidos que o lugar tem em sua cotidianidade.

O pilar das *ações* traz elementos relacionados as ações dos entrevistados com o PNMT. Está relacionado com a organização do pensar, do sentir, dos interesses e valores, que resulta em uma reação perante o meio.

E o pilar das *expectativas* aborda as vontades, os desejos, e a visão futura seja individualmente ou mesmo para o PNMT.

É importante perceber que muitas das falas podem estar presentes em mais de um pilar, já que as percepções envolvem muito mais que apenas um desses, mas são construções de uma realidade complexa, baseadas nas vivências e no contexto atual em que se encontra.

De início também utilizamos de questões que tem um viés quantitativo-qualitativo, na tentativa de dar valor / nota a alguns pontos, mas vimos não ser possível desde a primeira entrevista. Tais questões foram:

Como você avalia seu dia-a-dia no passado, antes da criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você daria?

Como você avalia seu dia-a-dia no presente, depois da criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você daria?

Como você imagina seu dia-a-dia no futuro, tendo em vista as transformações ocorridas pela criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você acredita ser a do seu futuro?

A tentativa dessas questões era a de poder mensurar as modificações sentidas de antes do PNMT para depois e até os dias atuais, mas não obtivemos êxito. Já na primeira entrevista o morador não soube responder a essa questão, e o mesmo aconteceu com todos os outros moradores. Eles se diziam sem informação ou nem entenderam o que foi proposto.

Outra tentativa inicial frustrada foi a de propor uma reunião com os moradores internos ao PNMT para que pudesse ser construído um mapa ou croqui mental, a fim de que houvesse uma representação do vivido pelos moradores. Mas de início fui informado pelo gerente do PNMT da dificuldade de reunir os moradores. Isso visto que cada morador mora de certa forma distante uns dos outros, e distante principalmente da sede do parque, onde poderia ocorrer a dinâmica. Além da distância, é importante salientar que os percursos são feitos a pé ou a cavalo, e os moradores principais são de idade avançada, a maioria acima dos setenta anos de idade. Outro aspecto que provavelmente afetaria negativamente a confecção de mapas e croquis é a timidez dos moradores, talvez desencadeada pelo baixo grau de escolaridade dos mesmos.

Dessa forma tomou-se a decisão de ir de casa em casa dos moradores internos ao PNMT e conversar com cada um individualmente. Primeiro por ter percebido a dificuldade que seria conseguir fazer com que esses saíssem de suas casas para algum local simplesmente para uma entrevista; segundo porque ir em todas as casas com moradores não representa um número muito alto, já que apenas oito propriedades possuem moradores a maior parte do tempo. Dessas, foram realizadas entrevistas em cinco. Tais entrevistas só foram possíveis pela ajuda da Secretaria do Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro e pelo gerente do PNMT, que disponibilizaram uma caminhonete (e motorista) com tração 4x4 capaz de chegar próximo às casas no alto da serra. Sem eles seria inviável fazer esse percurso, inclusive pela dificuldade na localização de cada casa. Das três propriedades não entrevistadas, duas foram por, de acordo com o gerente do PNMT, não possuírem pessoas naquele momento em que estávamos no alto da serra; e outra, que fica mais próxima ao vilarejo de Tabuleiro, a qual não encontramos ninguém, por duas vezes.

Na análise das entrevistas, não identificamos nominalmente cada um, sendo estes descritos como ENTREVISTADO I até ENTREVISTADO V, para os moradores, e pela função, para os outros entrevistados. Isso na tentativa de manter sigilo com relação às informações e percepções prestadas, no caso de alguma puder representar motivo de retaliação ou punição por qualquer parte.

Foram entrevistados, também, atores que estão relacionados diretamente ou com a criação do parque, ou à sua gestão atual, sendo o Secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro; os gerentes tanto do PNMT, quanto do PESI, e duas pessoas que participaram diretamente na criação do PNMT.

Como nos baseamos em questionários semi-estruturados e na ideia de percepção ambiental, a fim de que as entrevistas fossem mais como conversas e menos pontuadas, todas as entrevistas foram gravadas. Isso permitiu que as conversas desenrolassem de forma mais corrente, sem a necessidade de pausar para escrita; o que acarretou em maior fluidez nas falas dos moradores internos (já que não se sentiram inibidos por um entrevistador fazendo anotações sobre suas respostas) e também na possibilidade da transcrição de trechos das falas dos atores entrevistados demonstrando suas percepções.

Para o desenvolvimento desta pesquisa fomos à região de estudo em quatro momentos diferentes. Sendo que nos dois primeiros foram mais a título de observação, conversas informais e planejamento para as entrevistas. Para a realização destas fomos por dois momentos na região, ambos em março de 2016.

Este estudo dispõe de quatro capítulos, sendo o primeiro relacionado à introdução do problema de pesquisa e seus objetivos, bem como a citação dos conceitos e temas que serão usados no decorrer do texto. Além disso, faz uma breve contextualização à questão ambiental atual e a história das áreas protegidas.

No segundo capítulo é exposto como se desenvolveu a construção social das áreas protegidas, passando por uma abordagem histórica das primeiras iniciativas de demarcação destas áreas, acarretando na inserção destas temáticas e iniciativas no mundo e no Brasil. Ainda neste capítulo são discutidos os conceitos de percepção ambiental, conflito ambiental, lugar, identidade territorial e território, de acordo com os variados autores que transitam nesta temática, e a correspondência destes com as Unidades de Conservação.

No terceiro capítulo é apresentado o estudo de caso do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e as diferentes formas de perceber a situação regional, expondo as visões do poder público (estadual e municipal), de representante de Organização Não-governamental (ONG) relacionada a história do PNMT e principalmente dos moradores internos ao parque – já que comumente estes têm menos espaço para colocar seus pontos de vista. Além disso procuramos ponderar sobre os resultados obtidos com os trabalhos de campo e os questionários semiestruturados com o que tinha sido inicialmente proposto, a fim de perceber as possíveis dificuldades encontradas com esse tipo de metodologia.

Já no quarto capítulo são feitas as considerações finais acerca do trabalho desenvolvido, avaliando os resultados e o atendimento ao objetivo proposto.

CAPITULO II

2.1 AS ÁREAS PROTEGIDAS: HISTÓRIAS, IDEOLOGIAS E POLÍTICAS

2.1.1 Contexto Mundial

As unidades de conservação quase sempre são vistas como objetos dados, áreas naturais, e não como objetos criados (concebidos, inventados, disputados). Como objeto de investigação em construção, elas requerem que sejam reveladas as relações entre grupos sociais (tradicionais ou não) e recursos, bem como os processos de mudanças sociais, ambientais e territoriais. (GUERRA e COELHO, 2009. p. 76).

Delimitar áreas com a finalidade de preservá-las e também seus atributos naturais se modificou ao longo da história a partir de suas origens em ações e métodos das primeiras sociedades humanas (MILLER, 1997). As necessidades de uso imediato e futuro dos recursos envolvendo animais, água pura, plantas medicinais e outras matérias-primas, justificavam a manutenção desses sítios, além de se constituírem em espaços de preservação de mitos e ocorrências históricas. Tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários funcionavam - e ainda funcionam em muitos casos - como reguladores do acesso e uso dessas áreas especiais (MILLER, 1997).

Para além do cercamento de espaços específicos arrolados mais diretamente com a sobrevivência de populações tradicionais, têm registros históricos bem longínquos abrangendo outros fins. É o caso da criação de reservas de caça e das leis de proteção de áreas surgidas no Irã em torno de 5.000 a.C. (OLIVEIRA, 1999). As primeiras evidências sobre o conceito de parque foram encontradas na Mesopotâmia, regiões da Assíria e Babilônia, possivelmente em decorrência da situação de escassez das populações animais (BENNETT, 1983).

No Ocidente essa prática é bem mais recente, remontando à Idade Média, quando as classes dominantes da antiga Roma e da Europa Medieval destinavam áreas para seu uso exclusivo e alguns reis separavam pequenas áreas para proteção de determinadas espécies (OLIVEIRA, 1999). Na Inglaterra existem registros sobre a existência dessas áreas já nos tempos da invasão Saxônica, em 1066 (BENNETT, 1983). Na Suíça, em 1569, foi criada uma reserva para proteger o antílope europeu e no séc. XVIII, a França criou Parques Reais, que chegaram a ser abertos ao público. Na Inglaterra, séc. XIX, foram criadas reservas conhecidas como “Forest”,

que ocuparam parte significativa do território inglês e eram destinadas à caça (QUINTAO, 1983).

A preservação da maioria dessas áreas relacionava-se com os interesses da realeza e da aristocracia rural. O objetivo principal era a manutenção dos recursos faunísticos e de seus respectivos habitats visando o exercício da caça ou, então, a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro. O objetivo não era a subsistência nem havia qualquer sentido social mais amplo como, por exemplo, lazer e recreação para o público em geral.

Com a revolução industrial vieram transformações políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. A acumulação capitalista e expansão dos mercados foram fundamentais para essas mudanças. As políticas modernas de proteção da biodiversidade têm raízes nas propostas de um movimento conservacionista em formação nos séculos XVIII e XIX, nas primeiras fases da Revolução Industrial. Naquela época, diminuía a qualidade de vida da população urbana, devido à poluição das fábricas, e crescia a busca por espaços livres como locais de lazer. Havia, também, a preocupação com as espécies cinegéticas (de caça) e de rara beleza. A carência de espaços livres de poluição e a preocupação com espécies nativas levaram a uma nova era de criação de áreas protegidas. Desde o século XVIII, brotavam contestações a respeito dos direitos ilimitados do homem sobre a natureza (THOMAS, 1983, apud DIEGUES, 1996). Avanços da História Natural e, sobretudo, os problemas gerados pelo crescimento desordenado das cidades, acabaram contribuindo para a valorização da vida no campo e no mundo rural, onde reinava a calma de uma vida bucólica. A aristocracia fugia dos centros urbanos poluídos, a literatura e a pintura começaram a valorizar lugares de enlevo e fonte de renovação espiritual. Mas somente após a revolução industrial começaram a surgir movimentos mais abrangentes de proteção de áreas naturais com a finalidade de uso público (Vallejo, 2002). Esse fato deveu-se, possivelmente, ao crescente número de pessoas em rotinas de trabalho fabris que demandavam por espaços para recreação ao ar livre (MILANO, 2000).

Nos Estados Unidos, no século XVII, os colonos viam os ambientes selvagens com desconfiança, como ameaça à segurança, ao conforto e à provisão de alimentos. Porém, do mesmo modo como ocorria na Europa Ocidental, brotou entre os norte-americanos um movimento conservacionista originado pelos estudos de história natural, pelo romantismo e pela grande disponibilidade de áreas selvagens, aparentemente não tocadas pelos seres humanos. A beleza da paisagem norte-americana inspirou viajantes, filósofos e autores

românticos nos séculos XVIII e XIX, como Alexander Wilson e Thoreau. Mas foi no final do séc. XIX, que se empregou efetivamente o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, logo após o extermínio quase total das comunidades indígenas e a expansão das fronteiras para o oeste. Com a consolidação e urbanização acelerada do capitalismo americano, propunha-se reservar grandes áreas naturais a disposição das populações urbanas para fins de recreação (VALLEJO, 2002). Nesse caso, o sentido de parque nacional veio acompanhado da noção de “wilderness” (vida natural/selvagem). Em 1872, após a realização de vários estudos, foi criada a primeira área com status de Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, passando a ser uma região reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis americanas (MILLER, 1980, apud DIEGUES, 1996).

Depois de uma percepção “apocalíptica” das questões ambientais, a natureza apareceu a partir do final do séc. XIX cada vez mais como forma ideal de equilíbrio, uma espécie de “paraíso” para o qual os seres humanos representariam uma grande ameaça, pois não fazendo parte de sua dinâmica, suas ações são sempre de desconstrução, desequilíbrios e de decomposição da ordem (FARIA, 2002). Desde então o meio ambiente foi decomposto como totalidade, e em seu lugar foi edificado um conceito de natureza ideal, que inspira uma série de movimentos ambientalistas, mas que se limita a áreas de ocupação humana restrita, surgindo um mosaico de elementos naturais prontos a serem explorados pelos agentes hegemônicos. Essa percepção ambiental mundial, colabora para medidas e implementações para a conservação de áreas no Brasil e no mundo.

Esse modelo americano acabou se espalhando pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”. Partindo-se do princípio de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixaram de ser considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais” existentes em outros países como na América do Sul e África (VALLEJO, 2002). Diegues (1996) enfatiza que essa postura preservacionista na criação de parques nacionais acabou gerando conflitos afetando populações de extrativistas, pescadores e índios, em países do Terceiro Mundo.

Os movimentos em prol da conservação da natureza ganharam força internacional, bem como as iniciativas governamentais de destinação de áreas para a preservação de ambientes selvagens (GANEM, 2011). Parques nacionais foram criados em diversos países, com motivações diversas: promoção do turismo, proteção da paisagem, proteção de uma espécie,

desenvolvimento regional (LE PRESTE, 2000). O enfoque inicial dos parques nacionais era o de conservar ambientes com alto potencial paisagístico, mas, aos poucos, incorporou-se a ideia de proteger a flora, a fauna e os recursos geomorfológicos e arqueológicos (QUINTÃO, 1983).

Com o mesmo propósito da implantação do “Yellowstone National Park”, foram sendo criados parques e outras áreas protegidas, em diversos países. Dentre eles podemos citar: o Canadá em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a Austrália, a África do Sul e o México em 1898, a Argentina em 1903, o Chile em 1926, o Equador em 1934, e a Venezuela em 1937 (MILANO, 2002).

Inspirado na criação do Parque Nacional de Yellowstone, o brasileiro André Rebouças chegou a propor a criação dos Parques Nacionais das Sete Quedas e da Ilha do Bananal, já em 1876 (BRITO, 2003). Porém, somente após cinquenta e sete anos, em 1937, é que foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, o de Itatiaia.

Os Parques no campo mundial, até 1898 apresentaram o mesmo o objetivo principal de conservação⁷, conforme balizado em *Yellowstone*. A partir de então, os objetivos dessas áreas protegidas passaram a ser mais diversos e inovadores, como por exemplo, o estabelecimento de Parques para fins científicos. Por outro lado, com o passar do tempo, foram sendo incorporados novos conceitos que priorizavam cada vez mais a conservação da biodiversidade, o que fez com que os limites territoriais das áreas protegidas fossem sendo também ampliados (BRITO, 2003).

Assim, e conforme referido, a definição do que podia ser considerado um parque nacional passou a ter características próprias e diversificadas em cada país ou região (MILANO, 2001). Devido à falta de um conceito universal para essa área protegida, foi realizada a Convenção

⁷ Sistemas ou conjuntos de diretrizes planejadas para o manejo ou uso sustentado dos recursos naturais, buscando um nível ótimo de rendimento e manutenção da diversidade natural. Envolve práticas como a criação de unidades de conservação segundo normas e critérios específicos e jurídicos, manejo de recursos e adoção de técnicas diversas de utilização da natureza, resguardando sua proteção e o equilíbrio dos seus componentes. Pode ser *in situ*, que consiste na manutenção de espécies no local onde vive, e *ex situ*, prática em que amostras de organismos vivos são mantidas fora de seu ambiente original, visando à preservação ou melhoramento dos recursos genéticos. (GIANSANTI, 1998, p. 104).

Esclarecemos que a perspectiva conservacionista difere do preservacionismo, na medida em que envolve a possibilidade de manejo das espécies e do ambiente em geral, ao passo que o preservacionismo é mais protecionista. Por exemplo, o manejo reprodutivo de uma espécie ameaçada de extinção (conservação) pode recuperar sua densidade demográfica a ponto e salvá-la do extermínio, enquanto o simples isolamento (preservacionismo) poderia resultar também em seu desaparecimento. (VALLEJO, 2002. p. 102).

para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, em Londres, em 1933 (BRITO, 2003), que estabeleceu um conceito básico para um parque nacional, no qual já se reconhecia que o mesmo deveria ser controlado pelo Poder Público.

Em 1940, em Washington, foi realizada a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, que ficou conhecida como “*Convenção Panamericana*”, na qual foram definidos os conceitos de Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre. No âmbito desta Convenção, os Parques Nacionais foram definidos como áreas que deveriam ser estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público que poderia usufruir paisagens naturais colocadas sob guarda oficial (BRITO, 2003)

A União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) foi fundada em 1948 num Congresso organizado pela Unesco, juntamente com o governo francês, com o objetivo de promover ações com bases científicas que pudessem garantir a perpetuidade dos recursos naturais para o bem-estar econômico e social da humanidade (BRITO, 2003). Posteriormente, em 1965, tal organização passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), buscando enfatizar a necessidade de conservação dos *habitats*.

Desde a sua criação, a hoje UICN passou a desempenhar um importante papel mundial no desenvolvimento das políticas relativas às áreas naturais protegidas, assessorando países no planejamento e manejo, bem como atuando no processo de definição e atualização conceitual das mesmas (MILANO, 2001).

Realizou-se em 1962, em Seattle (Estados Unidos da América), a 1ª Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, por meio da qual se aprofundou os conceitos e critérios para as atividades desenvolvidas em áreas protegidas, estabelecendo recomendações aos países participantes. Tais recomendações foram incorporadas, no Brasil, nos conceitos de Parque Nacional, Reserva Biológica, Floresta Nacional e Parque de Caça, previstos pelo Código Florestal em 1965 e pela Lei de Proteção à Fauna em 1967.

Posteriormente, foram realizadas outras conferências e congressos internacionais que trataram sobre o tema das unidades de conservação, sendo os mais relevantes:

- A 10ª Assembléia Geral da UICN (1969 – Índia);
- A 2ª Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (1972 – *Yellowstone*);

- O 3º Congresso Mundial de Parques Nacionais (1982 – Bali);
- O 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (1992 – Caracas). (MILANO, 2001).

A efetivação desses encontros acarretou nas várias mudanças conceituais e das perspectivas na criação e gestão das unidades de conservação pelo mundo, além de exercerem um papel organizador e coordenador de políticas de conservação. A partir do 3º Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1982, firmou-se uma nova estratégia em que os parques nacionais e outras unidades de conservação só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento. Reafirmaram-se os direitos das sociedades tradicionais e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, recomendando-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades. As decisões de manejo deveriam ser conjuntas com as autoridades, considerando-se a variedade de circunstâncias locais. Dessa forma questionou-se definitivamente a visão romântica das áreas de preservação como paraísos protegidos, um dos ideais norteadores da criação do Parque Nacional de Yellowstone (VALLEJO, 2002).

2.1.2 – Contexto Brasileiro

Conforme exposto, o conceito moderno de área protegida evoluiu com o tempo, não tendo surgido como uma ideia pronta (MORSELLO, 2001). No Brasil, esse processo evolutivo acompanhou de certa forma o internacional, tendo apresentado, entretanto, particularidades que podem ser aferidas pelo desenrolar de nossa história.

Durante o período colonial e imperial existiram normas que dirigiam e restringiam a exploração de alguns recursos naturais, como o alvará que concedia à Coroa o monopólio do pau-brasil (BRITO, 2003) — ressalte-se que, com a revogação deste alvará, deu-se início a uma enorme devastação das florestas brasileiras, com a justificativa de implantação de pastos e lavouras. Essas normas, apesar de confusas e algumas vezes conflitantes, conseguiram de certa forma resguardar o patrimônio ambiental brasileiro até o fim do Império. Entretanto, como bem esclarece Peters (2003), o processo destrutivo crescia no mesmo ritmo da legislação, sem que esta alcançasse aquele, em seus fins de prevenção e repressão.

No período da chamada República velha — até 1930 — a postura do poder público face a destruição das florestas nativas foi ainda mais tímido, tendo sido apenas criado o Serviço Florestal em 1921, por meio do Decreto Legislativo nº 4.421, mas sem grandes efeitos práticos (SWIOKLO, *apud* BRITO 2003).

Com o governo Vargas, deu-se início a um processo de defesa das riquezas nacionais, entre elas as naturais, sendo exemplos legislativos deste movimento de nacionalização o Código de Águas, o Código de Minas e o Código Florestal Brasileiro, todos de 1934 (PETERS, 2003), tendo a chamada Revolução de 30 inaugurado um período de intensa atividade “legisferante” de conteúdo inovador (COSTA NETO, 2003).

O Código Florestal de 1934 (Decreto-lei 23.793/34) foi, assim, o primeiro diploma legal brasileiro a tratar de forma um pouco mais sistêmica os recursos florestais, conceituando pela primeira vez os parques nacionais, florestas nacionais, florestas protetoras e áreas de preservação permanente (BRITO, 2003). Ao contrário do que dispunha o Código Civil de 1916, o direito de propriedade deixou de abranger as florestas existentes na terra adquirida, passando a existir obrigações de cunho ambiental, iniciando-se a chamada função ambiental da propriedade, hoje consagrada (PETERS, 2003).

Segundo Brito (2000 *apud* OBARA, 2001), em 1965, frente às deficiências do Código Florestal de 1934, que não conseguia conter a crescente destruição dos recursos florestais no país, criou-se o novo Código Florestal, que, entre outras medidas, criou categorias e introduziu uma divisão conceitual entre elas:

- a) Unidades que não permitiam a exploração dos recursos naturais – restritivas/uso indireto (Parques Nacionais e Reservas Biológicas); e
- b) Unidades que permitiam a exploração dos recursos naturais – não restritivas/uso direto (Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Reservas Florestais e Parques de Caça Florestais).

Com a fundação da nova capital federal (Brasília) em área de Cerrado, a atenção para a região foi aumentada e gerou-se a necessidade de criação de áreas protegidas neste bioma. Foram então criados, em 1961, os Parques da Chapada dos Veadeiros e das Emas no estado de Goiás e o de Brasília no Distrito Federal. Posteriormente, outras áreas de excepcionais atributos naturais tornaram-se parques nacionais: Caparaó - maciço montanhoso onde se localiza o Pico da

Bandeira, anteriormente considerado o ponto culminante do Brasil; Monte Pascoal - de relevante importância histórica, por abrigar a primeira terra avistada pela expedição de Cabral; Tijuca - área de florestas sobranceira à cidade do Rio de Janeiro; Sete Cidades - visando a proteger monumentos geológico-geomorfológicos excepcionais e São Joaquim - uma das últimas áreas remanescentes de araucária (AMBIENTE BRASIL, 2010).

Em 1967, foi criada uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, para ser o órgão responsável pela administração das unidades já criadas, adicionando-se às suas atribuições a de criar novos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e os parques de caça e a gestão dos recursos naturais renováveis e do desenvolvimento florestal do país, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Até a primeira metade da década de 1970 (OBARA e SILVA, 2001), tanto os Parques Nacionais como as Reservas Florestais e as Florestas Protetoras foram implantadas “aleatoriamente”, quase que exclusivamente pela beleza cênica que elas continham, pois não existia uma política nacional de planejamento e implantação de Unidades de Conservação no país.

Ainda no ano de 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), responsável, em 1977, pelo programa de criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, que abrangeu todo território nacional (OBARA e SILVA, 2001).

Somente a partir de 1979, em decorrência do Plano de Sistema de Unidades de Conservação do Brasil⁸ - I Etapa (1979) e II Etapa (1982), desenvolvido pelo IBDF, que critérios e normas técnico-científicas foram levados em conta na criação, implantação e gestão das UCs (OBARA e SILVA, 2001). O documento “Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia” (WETTERBERG et al., 1976) norteou a preparação da primeira e segunda versões do Plano de Sistemas de Unidades de Conservação do Brasil. Este documento caracterizou-se como o primeiro a contemplar critérios científicos, técnicos e políticos para a indicação de um sistema de unidades de conservação no Brasil (SCHENINI, 2004).

⁸ De acordo com Pádua (1978 apud SCHENINI, 2004), os objetivos do Plano nas suas duas primeiras etapas foram: escolher, através de critérios técnico-científicos, e inventariar em nível nacional as áreas de potencial interesse, como unidades de conservação; identificar as lacunas e áreas protegidas de maior importância do atual sistema; estabelecer critérios técnico-científicos significativos das áreas a incluir no sistema; rever a conceituação geral, designadamente no que toca a objetivos de manejo, precisando-os e aumentando-os, se aconselhável; propor as ações prioritárias para o estabelecimento, planificação, manejo e administração desse sistema.

Entre o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 80 do século XX, em decorrência do Plano em suas duas etapas, numerosas áreas foram estabelecidas, atingindo cerca de 8.820.000 ha de Parques Nacionais e 2.360.000 ha de Reservas Biológicas (SCHENINI, 2004).

Em 1981 foi implementada a Política Nacional de Meio Ambiente, por meio da Lei nº 6.931/81. No mesmo ano foi estabelecido também o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pela Lei nº 6.938/81, sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Em 1989 foi criado o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis⁹, na tentativa de unificar a política ambiental brasileira, principalmente quanto à administração das unidades de conservação. No mesmo ano foi feita uma proposta de elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, encaminhada ao Congresso Nacional, só veio a se tornar Lei em 2000 (Lei nº 9.985/2000). Em 2007, com a criação de uma nova autarquia, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a gestão das Unidades de Conservação deixou de ser competência do IBAMA.

Quanto à disciplina constitucional, como bem esclarece Costa Neto (2003), apenas com a Constituição de 1988¹⁰ é que houve um balizamento mais profundo relativo à proteção do meio ambiente, sendo que, anteriormente à mesma, a tarefa de legislar sobre os mecanismos e ações de proteção ao patrimônio florestal estava a cargo do legislador ordinário.

A criação de tais espaços, como bem explicitou Derani (2001, p.53), faz parte, assim, de uma série de atos atribuídos ao poder político estatal, necessários à realização de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo como fim específico o de “criar condições melhores de vida humana pela conservação de espaços povoados por outras espécies animais e vegetais”. Neste contexto, a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC

⁹ Devido à junção do IBDF, Sema, Sudepe e Sudhevea, também em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), que ficou responsável pela implantação e gestão das Unidades de Conservação em nível federal, além de dar assistência técnica no âmbito estadual e municipal (OBARA E SILVA, 2001).

¹⁰ A efetividade ou realização do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado estabelecido no art. 225 da Constituição de 1988 pressupõe, conforme disposto no inciso III do seu § 1º, a definição e manutenção de espaços territorialmente protegidos em todas as unidades da federação. Para tanto, é necessário possibilitar ao poder público, as condições não só para criar tais espaços, mas, sobretudo, para mantê-los. (LEUZINGER, *et al*, 2002).

- Lei nº 9.985/2000) foi um importante instrumento para a concretização de tal norma-fim, constante do art. 225 da Constituição Federal de 1988 (DERANI, 2001).

Ferreira (2004) destacou que a aprovação e a sanção da lei do SNUC, apesar dos vetos e críticas que podem ser feitas ao seu resultado final, resultaram de acordos entre organizações não-governamentais (ONGs) e agências governamentais, mesmo com os embates acirrados que ocorreram em audiências públicas, seminários e reuniões técnicas. A observação converge com a de Barreto (2001), segundo o qual, termos como UCs, categorias de manejo, usos diretos e indiretos, legitimados pelo corpo legal e por outros documentos técnico-burocráticos resultam de lutas históricas específicas entre diferentes projetos e concepções, representando sempre uma cristalização provisória da correlação de forças entre os agentes que as produziram.

Assim, as Unidades de Conservação¹¹ no Brasil, atualmente, são geridas pelo SNUC, que se apresenta como uma

“Lei que concebeu dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significativos e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais.” (SNUC, 2000. p. 5).

A gestão do SNUC é feita com a participação das três esferas do poder público (federal, estadual e municipal). As competências dos órgãos para a gestão do sistema vão desde a coordenação e acompanhamento do sistema, até a sua implementação propriamente dita. O SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

Órgão consultivo e deliberativo: representado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a função de acompanhar a implementação do SNUC;

Órgão central: representado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de coordenar o SNUC;

Órgãos executores: representados na esfera federal, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e IBAMA, em caráter supletivo, e nas esferas estadual e municipal, pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Os órgãos executores do SNUC têm a função de implementá-lo, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, mas nas respectivas esferas de atuação. ” (MMA, 2016. p. 1).

¹¹ “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. ” (SNUC, artigo 2º, inciso I).

O SNUC dividiu as categorias de manejo em dois grupos: as de proteção integral¹² e as de uso sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional (Parna), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (Revis). Já o grupo das Unidades de Uso Sustentável contém as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Tendo em vista que este estudo procura discorrer sobre a situação das populações internas a uma UC de categoria integral e em como estes são afetados pelas legislações impostas pela nova territorialidade, é interessante trazer à tona os pontos inerentes a esse embate. As áreas naturais protegidas devem ser geridas de maneira a contemplar os interesses das populações internas. A Lei que cria o SNUC versa sobre as diretrizes e estabelece o envolvimento das comunidades locais nas tomadas de decisões importantes na gestão participativa. Para este propósito, tem sido cada vez mais aceita e utilizada a ferramenta do diagnóstico da percepção ambiental em unidades de conservação com o intuito de traçar estratégias para alcançar o equilíbrio no uso sustentável dos recursos naturais e minimizar os conflitos (DEL RIO & OLIVEIRA, 1996).

O SNUC estabelece os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação em todo o país, e institui a participação social como um dos principais princípios para a gestão das áreas protegidas. Em suas diretrizes (artigo 5º), dos 13 incisos listados, cinco reforçam a importância da participação social na gestão das UCs:

“II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de

¹² O Parque Natural Municipal do Tabuleiro, estudo de caso desta pesquisa, se encontra nessa categoria. De acordo com o artigo 2º, inciso VI, do SNUC, proteção integral é caracterizada pela “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. Por sua vez, por esta Lei entende-se por ‘uso indireto’ “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.” (SNUC, Art. 2º, inciso IX, 2006).

educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais; ” (SNUC, 2000. p.11).

A lei garante ainda a participação das populações tradicionais que residem em unidades de proteção integral na construção de normas e ações para compatibilizar sua presença com os objetivos da unidade, até que seja possível efetuar o reassentamento dessas populações, visto que sua permanência não é permitida nessas categorias de unidade de conservação (SNUC, art. 42 §2º, 2006).

Outro documento que traz orientações para a implementação das áreas protegidas no Brasil e que destaca a importância da participação social na gestão, é o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Instituído através do Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006, o PNAP nasce do compromisso do governo brasileiro em elaborar um plano nacional para áreas protegidas no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O Plano abrange além das unidades de conservação as terras indígenas e os territórios quilombolas e busca ser um “instrumento que define princípios, diretrizes e objetivos que levarão o país a reduzir a taxa de perda de biodiversidade, por meio da consolidação de um sistema abrangente de áreas protegidas.” (PNAP, 2006, p. 8).

2.2 - PRELUDIO AOS CONCEITOS

“Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico.” [...] “a disjunção forçada entre natureza e a cultura tradicional, por meio da qual os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre mitos das sociedades tradicionais.” (DIEGUES, 1996; p.292).

De maneira geral, o viés conservacionista e preservacionista, previsto pelo SNUC, veta e ou reduz alguns aspectos relativos ao contato do homem com o meio, como: o uso de espécies da fauna e flora; as técnicas agrícolas ou táticas de sobrevivência ou autoconsumo praticadas culturalmente e secularmente pelas comunidades locais; a exploração comercial de produtos,

subprodutos ou serviços obtidos e ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, cênicos ou culturais. Assim, as políticas públicas estabelecem uma nova organização espacial ocasionando na alteração do modo de vida/cultura e percepção ambiental dos povos do lugar. E quando fundadas de modo a não considerar as intrincadas interações existentes entre os diversos atores, consequentemente perde aliados no objetivo de conservar os recursos naturais.

O pensamento preservacionista acabou por criar uma diferenciação entre homem e natureza, não conseguindo pensá-los como uma coisa (ou movimento) unificado. A própria Geografia reproduziu (e reproduz) a grande dicotomia do pensamento ocidental, instituindo a geografia física e a geografia humana. Nesse sentido o homem não faz parte da natureza; sendo, inclusive, capaz de dominá-la. E esse domínio é colocado justamente na ideia de que o homem explora a natureza para seu sustento e seu modo de vida. Assim o movimento de criação de áreas protegidas aparece como um mecanismo de assegurar tal diferença, colocando homem de um lado e natureza de outro. Loureiro (2010) aborda esse assunto da seguinte maneira:

“Assim, como este é o paradigma predominante, pode-se perceber nos discursos de gestores em todas as escalas de governo, bem como nos cientistas que os estudam, a separação entre natureza e o social, que é uma totalidade, e nesta última, a decomposição em “esferas” ou “dimensões”, reduzindo-a a uma parte ou a um aspecto da sociabilidade” (Loureiro, 2010: 220).

Assim, as unidades de conservação se revelam de maneira emblemática e conflituosa, refletindo a dicotomia entre a lógica dos povos do lugar e as perspectivas conservacionistas/preservacionistas às quais estão imbuídas. Emergem, desta complexidade, conflitos de naturezas diversas, entre elas, o não reconhecimento das práticas e costumes da população local. E, ao conceber o lugar (o espaço vivido por essas sociedades rústicas) como patrimônio de todos, as políticas ambientais excluíram por lei o direito de domínio sobre esses territórios. (FURLAN 2000, p. 45 *apud* FERREIRA 2005, p. 48).

Por um sentido, estas identidades territoriais são muitas vezes criminalizadas por suas práticas tradicionais pelo Estado; por outro, as comunidades tradicionais¹³ ou povos do lugar percebem a fundação de UCs como uma forma de opressão e expropriação de seus direitos ancestrais, estabelecendo os conflitos socioambientais (DIEGUES, 2000).

¹³ Nesta pesquisa consideramos comunidades “tradicionais” ou “locais” com a mesma relevância.

É nessa lógica de proteção à natureza que surgem conflitos e precariedades para as populações locais, que nunca se viram enquanto separados da natureza. Agora, a “cultura natural” – e, portanto, dominadora e superior, que separa homem e natureza – sobrepõe-se a outra cultura, que nunca percebeu uma natureza fora de suas práticas.

2.3 - IDENTIDADE TERRITORIAL, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Ponderar identidades e, nomeadamente as identidades territoriais, constitui em pensar a aproximação entre território e cultura, entendendo que os processos identitários são florecidos na apropriação simbólica e material do território. Nessa perspectiva, a proposta de análise desta pesquisa baseia-se na compreensão de que as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, sendo uma construção histórica e relacional.

Um dos mais importantes atributos do conceito de território é seu viés histórico, que sugere mobilidade e alteração nas relações constituídas, sobretudo no processo de trabalho, já que o território é produto das relações estabelecidas nesse processo. Nessa trajetória histórica o conceito se altera. No entanto, entende-se como intrínseca ao território as relações de poder, os conflitos e a apropriação.

Ao analisar o território, é necessário compreender o caráter sócio espacial imbuído nesse tema, dando abertura para o território simbólico, que assume a importância do espaço do imaginário, do sentimento que induz à identificação com o território. O território carece de ser avaliado quanto um espaço de identidade, de identificação, tendo como alicerce o sentir, sem se ater apenas ao território funcional¹⁴. De tal modo, o território pode inclusive estabelecer-se no imaginário, do que é sonhado; é a partir deste sonho que sua construção se inicia.

A ideia de território como espaço edificado influencia a significação do conceito na contemporaneidade. Santos (2002) acredita que o território deve ser ponderado e elucidado por

¹⁴ Segundo Haesbaert (2005, p. 6774) “Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’.”.

sua história de formação, levando em consideração os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais. Sendo então entendido como propriedade de relações espaço-temporais.

Em qualquer sentido, território tem sua relação com “poder”, não sendo reduzido simplesmente ao âmbito político. “Ele abrange tanto o poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2005). É importante compreender, então, o território enquanto um espaço funcional e simbólico, já que interagimos com o espaço de modo a realizar “funções”, mas também para produzir “significados”. Dessa forma, deve-se atentar para os atores que estabelecem os territórios, sendo eles indivíduos, grupos sociais, instituições públicas ou privadas ou mesmo o Estado. Isso porque as intenções e pretextos do controle social do espaço são diferentes de acordo com a sociedade e cultura, seja do grupo ou do indivíduo. “Controla-se uma área geográfica, ou seja, o território, visando atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos.” (SACK, 1986, p.6 apud HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Pode-se então pensar em um “território funcional” e um “território simbólico”, mesmo que um e outro sempre apresentem ambos aspectos em sua construção. Haesbaert (2005) os caracteriza da seguinte forma:

“Território Funcional

Processos de dominação
Territórios da desigualdade
Território sem territorialidade
(empiricamente impossível)
Princípio da exclusividade
(no seu extremo: unifuncionalidade)
Território como recurso, valor de troca
(controle físico, produção, lucro)

Território Simbólico

Processos de apropriação (Lefebvre)
Territórios da diferença
Territorialidade sem território
(ex.: ‘Terra prometida’ dos judeus)
Princípio da multiplicidade
(no seu extremo: múltiplas indenticidades)
Território como símbolo, valor simbólico
(abrigo, lar, segurança afetiva).” (HAESBAERT, 2005, p. 6777)

Este trabalho compreende a “identidade” pautada na ideia de que “as identidades se situam frente ou num espaço simbólico, social/historicamente produzido” (HAESBAERT, 1999, p. 179), e formada historicamente por questões ligadas à sua funcionalidade (material) e seu significado (simbólico). Entender o processo de constituição de identidades necessita, então, levar em conta seu contexto histórico de formação e as relações ocorridas (e correntes). De tal modo é possível alegar que não se tem apenas uma identidade - estática, sendo sempre construções históricas das definições concebidas pelo grupo social e cultural que estão à frente do movimento de diferenciação e identificação de um indivíduo ou grupo.

Nesse sentido, identidade pode ser entendida como “o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados, podendo haver múltiplas identidades para determinado indivíduo ou ator coletivo” (CASTELLS, 2008, p. 22). O estilo dinâmico da identidade igualmente é trazido por Haesbaert (2007), empregando-se da terminação “processos de identificação” que explana melhor a ideia de dinamismo e o caráter relacional da mesma.

O dinamismo da identidade contrapondo a uma identidade estática admite que essa também possa ser compreendida politicamente. Isso visto que possui um arcabouço posicional e conjuntural, derivado da eterna (re)construção dos contextos históricos. Desse modo, ao compreender-se histórica, a identidade pode ser mutável ao longo do tempo, podendo um sujeito assumir inúmeras identidades. Castells (2008) acredita que a constituição de identidades se baseia na matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, pelas fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Tais características abordadas por Castells (2008) apresentam-se muito relevantes na compreensão das construções identitárias, já que os indivíduos ou grupos sociais edificam suas identidades baseadas nos desenrolares dos processos socialmente desenvolvidos em cada território. Se os motivos e estratégias ao se “controlar” um território são resultados diretos da diferenciação de culturas (sociedades), tanto os são as relações de poder. As concepções, convicções, a história, os métodos, o imaginário (o simbolismo), são entendidos de maneira diferente por cada indivíduo ou grupo social. Dessa forma as diversas identidades se constroem na/da vivência espaço-temporal no território.

Cruz (2007) alega que a construção de uma identidade territorial implica em dois pontos entendidos como intrínsecos e inter-relacionados, sendo o espaço de referência identitária e a consciência socioespacial de pertencimento. O espaço de referência identitária pode ser entendido como o recorte espaço-temporal, no qual efetiva-se a experiência social e cultural, onde se realizam as práticas cotidianas (técnicas, métodos, usos do solo, produção, consumo, circulação). Já essa consciência socioespacial de pertencimento pode ser entendida à luz do território simbólico, marcada pelos significados, símbolos e crenças construídas.

Nesse sentido, acerca dos valores simbólicos que pairam sobre o *território* e que provocam o sentimento de pertencimento e identidade, Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) acreditam que o

poder do laço territorial induz a presença no espaço de valores além daqueles materiais – mas éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Dessa forma o território cultural precederia o território político e principalmente o espaço econômico.

De acordo com Tresmann (2008), os homens do campo, camponeses, raciocinam de maneira distinta da percebida na cidade. Eles vivem dos produtos da terra e assim tem uma forte ligação com o uso direto do solo e dos recursos naturais. Essa ligação é justificada pelo valor simbólico da terra, que representa a própria sobrevivência, representa o pertencimento ao território. A importância da natureza simbólica das relações sociais presentes no território é ressaltada, a força desta carga simbólica é tão relevante que o território é compreendido como um construtor de identidades (BONNEMAISON E CAMBRÈZY, 1996).

É importante entender que tal consciência calcada nos simbolismos e no sentimento de pertencimento não é algo puro, de essência, natural, mas construído socialmente (historicamente) de acordo com as práticas e costumes desenvolvidos no território. Cruz (2007) insiste na ideia de que esses dois momentos da identidade não podem ser entendidos isoladamente, ou mesmo numa relação dicotômica ou de oposição, com quebras e rupturas, já que o território é um “*continuum*”, tanto funcional e simbólico¹⁵.

A consciência de estar incluído social e espacialmente num determinado espaço, a consciência de pertencimento àquele território com todas as nuances simbólicas e ideológicas, acarretam no desenvolvimento da *territorialidade*, que pode ser entendida como aquela que

“Adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.” (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A ideia de territorialidade tem sua base no relacionamento dos indivíduos com seu ambiente de referência e se desdobra nas diversas escalas. Além de incorporar uma dimensão estritamente

¹⁵ Para Haesbaert (2005, p.6775) apud Haesbaert (2004, p. 95-96) “podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica.

política, aparece relacionada à economia e cultura, num sentido em que se encontra “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.” (SACK, 1986, p.6 apud HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Mas a territorialidade não deve ser pensada somente como uma subjetividade, uma teoria, uma abstração. Também se constitui de uma dimensão que existe de fato, podendo se inserir de maneira eficaz enquanto uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado¹⁶. (HAESBAERT, 1997, p.25).

Assim, fica clara a necessidade de se pensar nos processos que envolvem o(s) território(s) e a(s) territorialidade(s) frente a uma crescente discussão do campo ambiental. A maneira como estão colocadas as políticas públicas bem como as gestões das Unidades de Conservação em muitos casos não se atentam para os diversos níveis de relação dos moradores regionais com a natureza agora protegida. Entender e avaliar os diferentes atores de poder, é essencial para que se caminhe no sentido da efetiva proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como da valorização das identidades diferentes daquela urbano-industrial.

O conceito de território e tudo que nele está implicado nos ajudam a compreender o que está em jogo com a questão ambiental, ou seja, a luta pela *reapropriação social da natureza*, conforme a feliz expressão de Enrique Leff (LEFF, 2006). Afinal, a condição da reprodução das relações de produção capitalistas é a permanente separação dos povos e etnias das condições materiais de existência - natureza incluída, além do caráter comunitário do modo de vida e de produção - e, com homens e mulheres individualizados, de um lado, e com a natureza sem gente de outro, uns e outros podem se tornar mercadorias. Em suma, a questão ambiental, quase sempre reduzida a uma genérica relação sociedade-natureza, se mostra, no fundo, enquanto questão que implica a *reapropriação social da natureza*. Com isso, a tríade território-territorialidade-territorialização se torna uma questão teórico-política de primeira ordem. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.35).

2.4 - LUGAR: UM ESPAÇO DE EXPERIÊNCIAS

O conceito de “lugar” sofreu diversas modificações ao longo do tempo e ainda hoje as diversas linhas de pensamento entendem seu sentido de maneiras diferentes. Esta pesquisa assume o entendimento de “lugar” como algo mais próximo do que a Geografia Humanista¹⁷ e a

¹⁶ Haesbaert (1997) dá o exemplo da “Terra Prometida” dos judeus como uma territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente.

¹⁷ Tuan (1983, p. 54) diz que a “Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar.

Fenomenologia¹⁸ propõem. O “lugar”, em síntese, seria o desenrolar das vivências, das experiências, das memórias, dos simbolismos, dos sentimentos topofílicos e topofóbicos e dos significados dados pelos atores que os vivenciaram. O “lugar” estaria muito mais projetado na esfera da existência do que na da localização.

“Lugar” se tornou um conceito imprescindível na ciência geográfica, notadamente a partir da década de 1980 (HOLZER, 1999). Antes considerado um termo que se explicava por si só, passa a ganhar novos enfoques, ganhando força a ideia de que seria entendido como o espaço de vivência onde se manifestam as relações cotidianas (SANTOS, 2002).

No momento de uma Geografia Clássica, contextualizada no início do século XX, a produção de mapas era um dos pilares deste estudo, e “lugar” assumia um viés locacional, definidor da Geografia. A Geografia seria a ciência dos lugares e não dos homens, como defendido por La Blache (1913, apud HOLZER, 1999). Tal definição, de acordo com Holzer (1999), permaneceu por cerca de cinquenta anos com autores como o próprio La Blache e também Hartshorne. Nesse contexto a ideia de lugar relacionava-se à origem da própria disciplina geográfica, e pela procura insistente pela objetividade permaneceu atrelada por muito tempo ao seu sentido puramente locacional.

Carl Sauer foi um dos primeiros Geógrafos (se não o primeiro) a pensar em “lugar” para além da *localização geográfica*, se afastando da ideia positivista, mas percebendo a disciplina da Geografia como algo “além da ciência” (HOLZER, 1999). O estudo da Geografia para Sauer estava vinculado ao conceito de "paisagem cultural", no qual "a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado." (HOLZER, 1999, p. 68 apud SAUER, 1983, p. 343).

Sauer atrelava o campo da Geografia ao conceito de “paisagem cultural¹⁹”, indicando dois momentos formadores de tal paisagem, que seriam a cultura enquanto agente e a área natural

¹⁸ Sposito (2004, p. 35) define Fenomenologia “como uma corrente filosófica fundada por Edmund Husserl, visando estabelecer um método de fundamentação da ciência e da desconstituição da filosofia como ciência rigorosa. O projeto fenomenológico se define como uma “volta as coisas mesmas”, isto é, aos fenômenos, aquilo que aparece a consciência, que se dá como seu objeto intencional. O conceito de intencionalidade ocupa um lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo”.

Outra possível definição, dada por Buttimer (1982, p.170) é de que a “Fenomenologia pode ser definida como um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância.”

¹⁹ Que deve ser pensada como algo que representa as mudanças, a transformação ao curso do tempo. Um discurso presente na memória, também sendo um lócus de afeto e nostalgia, que a aproxima aos

enquanto meio. A combinação desses dois momentos teria como resultado a paisagem cultural. Tal paisagem cultural, então, era marcada por subjetivismos, os quais caminhavam apontando para uma nova perspectiva sobre “lugar”, agora dotado do viver e do sentir. Sauer (1983, apud Holzer, 1999, p. 68) mostra esta inclinação no seguinte trecho: “[...] incia-se como parte das primeiras sagas e mitos, vividas como o sentido do lugar e da luta do homem com a natureza.” Kashiwagi (2011) também traz apontamentos sobre o sentido de lugar dentro dessa lógica da paisagem cultural e da construção dos sentidos. Para ele:

O vislumbramento de uma paisagem cultural nos faz refletir sobre o processo de encantamento de uma pessoa sobre determinada paisagem, pois as percepções e relações dela com o meio podem contribuir na construção de seus sentimentos. Isso nos remete a dizer que o sentido de lugar é diferente de uma pessoa para outra, pois suas percepções sobre um lugar estão relacionadas às suas experiências e vivências. Sutis distinções que nos remetem a compreender o que representa a categoria de lugar no contexto da paisagem cultural. (KASHIWAGI, 2011, p. 158).

Alguns anos se passaram até que cientistas como Lukermann (1964), Tuan (1965), Luijpen (1973), Buttimer (1976), segundo Holzer (1999) passaram a abordar a ideia de “lugar” mais proximamente daquilo que Sauer já havia indicado. Entre a Geografia Humanista e a Fenomenologia há a aproximação dos termos ‘lugar’ e ‘mundo’²⁰, respectivamente. Tuan (1965) apontou para como a Geografia deveria se apropriar da ideia de ‘mundo’ então proposta pela fenomenologia, já que esse ‘mundo’ seria o ‘lugar’ onde se dão as experiências, as histórias, onde nos encontramos. Tuan (1980) trouxe definições que aproximavam o mundo do lugar, onde este poderia ser entendido como aquele; os lugares seriam mundos, ou cada lugar poderia ser entendido como seu próprio mundo, com sua própria especificidade. Dessa maneira o que contem no lugar é o mesmo que contem no mundo; e tanto um quanto outro seriam manifestados e produzidos pela percepção do homem e por seu relacionamento intersubjetivo com as coisas e os outros.

Para Tuan (1980) a Geografia pensava o “lugar” de duas maneiras: uma seria enquanto localização e a outra seria enquanto um componente único. Em sua trajetória Tuan e a Geografia Humanista procuraram dar ênfase a perspectiva do componente único. Isso porque esses acreditam que “lugar” é algo mais complexo do que a simples localização ou posicionamento geográfico. O “lugar” deve ser entendido como algo dotado de significado, de história. Ele é um conjunto especial, único, especificado; que absorve as vivências (experiências) e pretensões

atores que a ela estão relacionados e que lhe atribuem distintas interpretações. Sob essa perspectiva íntima do sujeito com a paisagem cultural é que se faz possível pensar no sentido de lugar. (SOUZA, C. A. L., 2013).

²⁰ Dartigues, (1978, p. 28) diz sobre o ‘mundo’ que: “[...] ele é em primeiro lugar o que aparece à consciência e a ela se dá na evidência irrecusável de sua vivência.”

das pessoas. O “lugar” deve ser entendido, então, não apenas como algo posto no espaço, mas como uma criação que parte da atribuição dos significados dados pelos indivíduos ou grupos. Seria, assim, um centro de significações indispensável para a formação da identidade individual de um membro de uma comunidade. Essa visão teve influência na fenomenologia de Heidegger e Merleau-Ponty, ratificando o interesse nas relações entre conhecimento e existência, além da observação para a necessidade de não objetivação da realidade. Holzer (1999) acredita que

a preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos "espaço". (HOLZER, 1999, p.70).

Nesta perspectiva Tuan (1983) sugere que o “lugar” remete à segurança. Para o autor o que se inicia como um espaço qualquer, vazio do *sentir*, se transmuta a uma condição de “lugar” ao passo que estabelecemos relações e damos valor a esse espaço²¹. Dessa forma, o “lugar” está intimamente ligado às experiências, já que essas experiências assumem a existência de uma estreita relação entre o indivíduo e o lugar. O que existe, por assim dizer, é um mutualismo entre o indivíduo e o lugar. Aquele, por meio da vivência, estabelece um laço de afeto, um elo – quiçá um *costume*²², com o lugar. E, de forma recíproca, tal lugar dá ao sujeito uma sensação de proteção e segurança.

Tuan (1983) trata como extremamente relevante para sua análise, o termo “experiência”, que, de acordo com o autor “abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual e ativa e a maneira indireta de simbolização.” (TUAN, 1983, p.9). Para o autor a experiência implica na estratégia de aprendizagem a partir da relação direta e íntima da vida, de modo a atuar e criar; sendo que neste atuar envolvem-se o pensamento e o sentimento como elementos de sua modificação e inserção no mundo. É possível inferir, inclusive, que Tuan atribui valor ao autoconhecimento enquanto fundamento para a relação com o outro, pois é com relação corporal e do pensamento que o sujeito se relaciona.

²¹ Tuan (1983, p. 32) diz que "o espaço não é uma ideia, mas um conjunto complexo de ideias. [...] o lugar é um espaço estruturado". E Relph (1976, p. 8) aproxima dessa concepção ao entender que "o espaço é amorfo e intangível e não uma entidade que possa ser diretamente descrita e analisada. Contudo, [...] ele está sempre próximo e associado ao sentido ou conceito de lugar."

²² ‘*Costume*’, no sentido de que este se aproxima com nossas práticas cotidianas, com a forma de fazer/ter/ser estabelecida por nós ou nosso grupo.

A experiência de vida real que cada indivíduo estabelece com o “lugar” onde vive, frequenta e mantém relações sociais pode ser compreendida como o “mundo-vivido” (ou espaço vivido, para alguns autores) daquele indivíduo. De acordo com Nogueira (1994, p. 62) “o espaço vivido está relacionado com o espaço percebido, e ambos são fases do espaço mental, produzido, portanto, a partir de uma experiência vivida e percebida ao longo do tempo e do espaço”. Já Relph (1979) cita que o “mundo-vivido” é

Aquele mundo de ambiguidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo. É um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual uma rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa (RELPH, 1979, p. 3).

Tuan (1980) pondera que a experiência de algo, da própria vivência de uma dada situação, põe o indivíduo num patamar o qual este tem competência de perceber os atributos que compõem o espaço, a paisagem, as dinâmicas e os agentes. Cada atributo reflete em significados únicos àquele indivíduo ou grupo, e acarretam em construções mentais e perceptivas da realidade. Tuan (1980, p. 10) acredita que “experienciar é aprender, compreender; significa atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele.”

O autor ressalta que a experiência está voltada para o mundo exterior, sendo assim, pode indicar qualidade sentida quanto às coisas, pessoas e mundo, também podendo revelar a maneira pela qual o “eu” é afetado intimamente. Aprofundando mais na perspectiva experiencial afirma também que, para “experienciar no sentido ativo é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto.” (TUAN, 1983, p.10).

Abaixo é apresentada um esquema (figura 4, adaptada de Tuan 1980, p.9) que procura explicitar resumidamente a relação espaço e lugar, e a construção deste a partir daquele. Nesse esquema são ilustradas três características que permeiam a construção do “espaço” em “lugar”. Uma seria a experiência, a vivência, marcada pelas sensações, percepções e concepções que nos são colocadas quando da relação com o espaço. Outra característica seria, a partir das experiências e do “mundo-vivido”, representada pelo vetor do pensamento, da compreensão; esse vetor vai do “espaço” ao “lugar”, traduzindo o aumento do conhecimento e da atuação sobre o primeiro a fim de se constituir no segundo. E por último, nesse contexto, o espaço passa a ser dotado de emoções e sentimentos, representações da construção e valoração do próprio “lugar”.

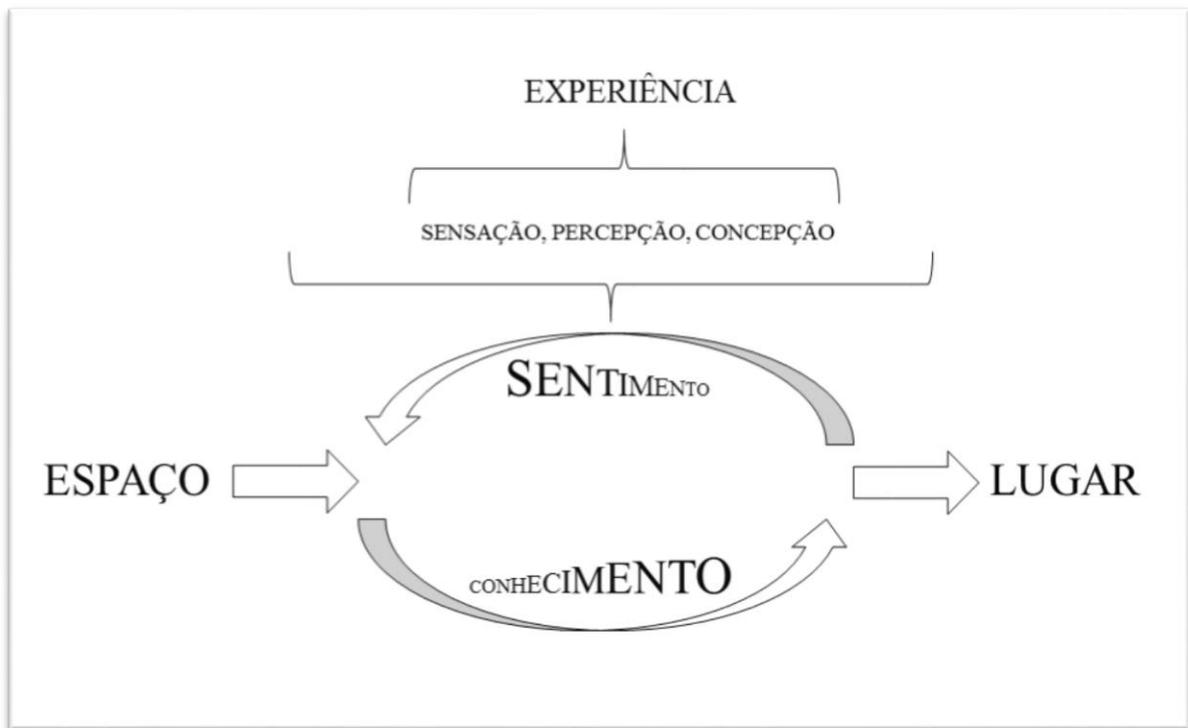


Figura 4: Esquema simplificado da transformação do "espaço" em "lugar". (Adaptado de Tuan, 1980, p. 9).

2.5 - PERCEPÇÃO AMBIENTAL

De modo a iniciar uma análise mais profunda acerca da “percepção ambiental”, faz-se interessante trazer um pouco mais da ideia de ‘topofilia’ e ‘topofobia’. Este diálogo poderia muito corretamente estar acoplado ao tópico anterior onde tratamos da construção do “lugar”, mas assumimos aqui ambos termos – Topofilia e Topofobia - como momentos da própria “percepção ambiental” de cada indivíduo ou grupo.

Tratar de “Topofilia” e “Topofobia” é tratar dos sentimentos dados ao “lugar”, ao lar. Um de forma positiva e outro de forma negativa, respectivamente. Tais termos estão ancorados nas *experiências do mundo-vivido* e levam a uma maior aproximação ou distanciamento com o “lugar”. No entanto, é importante que se compreenda que tal distanciamento não se trata de uma “des-lugarização” – conforme Tuan (1980) e Relph (1979) -, em que o “lugar” perderia sua ligação entre sujeito e objeto, mas de um momento de conflito e de uma experiência negativa com o “lugar”. Em nenhum período percebe-se alusões de desconstrução do lugar pela manifestação de uma relação negativa com ele, uma vez que os sentimentos negativos só existem quando há ligação entre sujeito com o “seu” espaço (TUAN, 1980). Nas palavras de Relph (1979)

“Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão; envolve experiências estáticas dos lugares naturais e construídos pelo homem e os apelos mais persistentes e persuasivos de ambientes atrativos, como litorais e paisagens centrais. Em resumo, topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes ou costumes nos capacite a experienciar locais como dando-nos prazer.” (RELPH, 1979, p. 19).

E a definição de Topofobia está diretamente ligada a uma oposição de Topofilia, que pode ser entendida como as “experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão” (RELPH, 1979, p. 20).

Entendido os sentimentos Topofilicos e Topofóbicos que perpassam as relações com o “lugar”, denotados a partir da experiência do mundo-vivido, é possível pensar que esses são desencadeados pela percepção que o indivíduo tem (mesmo que momentaneamente) sobre o “lugar”. Este, que comumente aparece associado a aspectos positivos (de felicidade e comunhão), pode, seja por influências de poderes e forças externas a ele ou mesmo por (re) configurações e relações internas, se apresentar como um espaço de conflitos – sempre na busca de se estabelecer, de volta, aquele sentido de lar, de segurança e conforto, o sentido próprio da nossa “casa”²³. E esses sentimentos com relação ao “lugar” são materializados justamente pelas percepções que o indivíduo ou grupo tem naquele contexto. Sendo assim, passemos a exposição da ideia de percepção (ambiental) mais profundamente e de sua contextualização.

A "psicologia ambiental" estuda a percepção do ambiente pelo indivíduo. Os principais estudos realizados desde o início dessa linha de pensamento, investigam a resposta do indivíduo a seu ambiente através dos estímulos sensoriais (HEATHCOTE, 1980; CONROY, 2002). É nesta disciplina onde surge o conceito de "cognição ambiental", que se refere ao conhecimento e à resposta comportamental dos seres humanos ao meio ambiente (STEA, 2003). O conceito de "cognição ambiental", associado a "percepção sensorial" do ambiente, foi precursora do conceito de "percepção ambiental" utilizado hoje, inclusive nos estudos geográficos.

Um número crescente de cientistas abordou problemas ambientais do ponto de vista das inter-relações que ocorrem entre os seres humanos e a natureza. Na Europa Central (Alemanha, Rússia, Hungria e Polónia) nos anos setenta do século XX, foram geradas contribuições

²³ Sobre isso vale a contribuição de Bachelard (1972), precursor da ideia de Topofilia. Para o autor, poeta, “[...] todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa. [...] E quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas [...] vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos vivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa. [...] A casa nos permite sonhar em paz. (BACHELARD, 1972, p. 200-201).

importantes em resposta à crise ambiental pelo aumento do aquecimento global, o desmatamento, a urbanização intensiva e a extinção de espécies animais e vegetais. Algumas dessas contribuições foram o ordenamento do território, a ecologia da paisagem e as avaliações de impacto ambiental, assim como os estudos de planejamento para a *gestão dos recursos naturais* (CERVANTES e MARTINEZ, 1994). Atualmente, por parte dos geógrafos, existe uma ampla gama de estudos sobre percepções ambientais relacionados com a *gestão dos recursos naturais*, considerando os aspectos culturais e como eles desempenham um papel importante em cada sociedade. Neste conceito de percepção, a paisagem é considerada uma construção social, um produto da interação entre as dimensões imateriais e materiais que o constituem. (MALDONADO, 2006).

Percepção ambiental pode ser entendida como a consciência e compreensão do meio pelo homem, indo além da percepção sensorial individual (WHYTE, 1978). Seria, na verdade, a união do *sentir*, com o imageamento do real por meio das memórias, experiências, valores, interpretações, atitudes, expectativas e condicionamentos culturais. (FERREIRA, 2005).

Alguns autores assumem duas dimensões da percepção, que seriam a sensação e a cognição (RODAWAY, 1994). A sensação pode ser interpretada como a relação do indivíduo com o mundo por meio daquilo que é absorvido e ponderado pelos sentidos. Já cognição seria o processo mental, mediado culturalmente. Em síntese, a percepção seria a somatória do que é sentido, por meio dos órgãos sensitivos (questão concreta / física / biológica) com as pré-concepções mentais. Tal resultado seria o entendimento das questões do mundo-vivido. Dessa forma é possível inferir que todo o ambiente físico, social, psicológico e imaginário influencia na percepção do indivíduo e, conseqüentemente, no seu comportamento em relação a este ambiente (DORNELLES, 2006).

Percepção, para Tuan

é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. (TUAN, 1980, p.4)

Para Marin (2009) a percepção encontra-se fortemente cunhada nas experiências vividas. A percepção do mundo não é algo que se necessita fazer, simplesmente acontece pela associação própria que os sentidos proporcionam ao, por exemplo, abriremos os olhos. Isso porque o indivíduo é dotado de bagagens históricas, de contextos e vivências que os fazem compreender as coisas em sua mente. Um acontecimento negativo em sua história de vida, por exemplo um

acidente automobilístico, pode acarretar em percepções diferentes sobre a relação com um automóvel do que para quem nunca sofreu um acidente, ou para o dono de uma fábrica de carros. Enquanto um, ao olhar os carros na rua, pode se sentir reprimido, acuado, com medo; o outro vê seu próprio “sucesso” a cada carro vendido. Inclusive, nesse exemplo citado, podemos pensar na inversão dos papéis. Imagine que o dono da fábrica era pai do indivíduo que sofrera um acidente, e que esse pai venha a falecer. Sem outra pessoa na família capaz de continuar com a empresa da família, o filho se vê obrigado (ou intimado) a assumir um papel de coordenação na fábrica. É possível que todos os dias, ao ir trabalhar, o filho tenha sentimentos topofóbicos em relação ao seu ambiente; mas também é possível, que devido a mudanças em outras perspectivas de seu cotidiano (como o aumento do dinheiro ou mesmo a identificação com a ‘chefia’), fazendo-o experienciar novos processos e estimulado por seus sentidos, tal indivíduo passe a ter uma percepção diferente da anterior, algo mais topofílico. De acordo com Dornelles (2006), todo o ambiente físico, social, psicológico e imaginário influencia a percepção do indivíduo e, conseqüentemente, o seu comportamento em relação a este ambiente.

A percepção ambiental, segundo Ferreira (2005) pode então ser compreendida como o resultado dos processos perceptivos, cognitivos e avaliadores de conduta. Ela nos permite expressar, relacionar e explicar o que observamos sobre o mundo (MARIN, 2008). Como mostrado no exemplo acima, a percepção ambiental é dinâmica e pode se alterar a cada momento, individualmente ou socialmente, a partir da realidade de cada um, sua cultura, seu meio físico, biológico, psicológico. A partir do real, “construímos realidades subjetivas que compõem nossas visões de mundo” (FERREIRA, 2005, p. 43).

É importante observar que com a Geografia, diversas temáticas são abordadas pelo estudo da percepção ambiental. Estas vão desde aquelas que estudam as pessoas de diferentes culturas e que, portanto, percebem seu ambiente de maneira distinta e assim tomam decisões diferentes na interação com seu meio (TOLEDO, 1995) até o estudo das percepções ambientais considerados como uma fonte de informação importante para os planejadores e gestores ambientais. No último caso, é importante considerar que, nos processos de tomada de decisão, a imagem do ambiente difere significativamente entre os gestores e entre a interpretação dessa realidade para outras pessoas (HEATHCOTE, 1980).

Os processos subjetivos que influenciam a tomada de decisão são o foco de atenção da investigação de alguns trabalhos do estudo das percepções ambientais. Neles, comumente são utilizadas técnicas de investigação social, tanto qualitativas como quantitativas, que medem e

avaliam os fatores psicológicos, sociais e econômicos que influenciam na tomada de decisões de diferentes grupos sociais. Alguns exemplos de variáveis utilizadas são: idade, renda, escolaridade, classe social, posse da terra, gênero, etnia, língua e religião (WHYTE, 1985).

Para Fontana (2004) os estudos relacionados à percepção ambiental procuram perceber de que modo o indivíduo ou grupo se relaciona e interfere no meio onde vive, e a influência do ambiente sobre eles. As análises sobre percepção vão além dos discursos dos atores sociais sobre os problemas ambientais, elas buscam a gênese da existência, dos múltiplos modos de vida e das relações com a natureza (MARIN, 2008).

A discussão a respeito das questões ambientais permeia interesses e visões de mundo distintos, além de conflitos entre valores, atitudes e percepções. Muitos estudos ambientais restringem-se a uma visão de que através da adoção da legislação, fiscalização e de tecnologias os problemas relacionados ao meio ambiente serão solucionados. No entanto, se estas medidas não forem associadas a uma compreensão das experiências, sentimentos e expectativas de todos os atores sociais envolvidos, as ações tornam-se incipientes, parciais e de curto prazo. Portanto, devem-se respeitar as experiências e vivências que as pessoas possuem com os lugares em que constroem seu cotidiano, afinidades, memórias, identidades (FADINI, 2005). Dessa forma, deve-se assumir que a identificação das distintas percepções contribui na gestão de conflitos, no planejamento, nas políticas e programas de educação ambiental e na gestão de áreas naturais. Possibilita também a análise de valores, expectativas e interesses das populações locais em relação a, por exemplo, uma Unidade de Conservação (PACHECO e SILVA, 2006).

2.6 - CONFLITOS e UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O conceito de "conflito ambiental" traz à tona as temáticas "disponibilidade" e "acesso aos recursos naturais". Gudynas (2007) entende os conflitos ambientais como os confrontos que ocorrem no espaço público, entre atores coletivos organizados, que mantêm diferentes percepções, valores ou perspectivas sobre o ambiente. Historicamente uma das principais fontes de conflito tem sido as disputas por acesso e controle do território, o domínio dos recursos materiais, econômicos e naturais. Podemos entender "conflito ambiental", em síntese, como aqueles derivados de atores com interesses contrapostos, com vista ao impacto ambiental externalizado por uma determinada atividade ou projeto (SABATINI, 1997).

Em se tratando da conservação da biodiversidade, por meio da criação de áreas protegidas se considera que a situação pela qual é motivado um conflito ambiental se produz, justamente, quando a estabilidade histórica estabelecida entre a comunidade e seu *lugar* é abalada. Isto ocorre como consequência da ação de agentes estranhos, que de alguma forma alteram ou alterarão a relação estabelecida do indivíduo ou grupo com "*seu*" *lugar*.

O conflito entre as disposições do Estado, ao se criar uma UC, e os habitantes do *lugar* é causado, normalmente, para as UCs brasileiras, pelo distanciamento do povo com seu *lugar* - baseado no que é disposto no SNUC, notadamente para a categoria de Unidades de Conservação Integral. E esse conflito, para além da exigência da mudança da relação da sociedade com seu *lugar*, se agrava quando o Estado vê o território como espaço a servir, a partir de então, aos interesses de outras pessoas.

Acsehrad (2004, p. 40) alega que “os conflitos ambientais têm origem quando, pelo menos, um dos grupos sociais envolvido com o espaço tem as formas de apropriação do meio ameaçadas por impactos indesejáveis, decorrentes das práticas de outros grupos que passam a integrar o território.” É o que acontece quando da criação de uma UC, pois novos atores e ações passam a ser agregados ao espaço. O ato de criação de uma UC é por si só limitador das atividades econômicas e culturais das populações residentes na área.

Este trabalho vai de encontro à ideia de que os "conflitos ambientais" são um tipo particular de "conflito social"²⁴. Cabe então perguntar sobre o significado que se atribui aos termos "conflito social" e "aspectos ambientais".

Podem-se destacar algumas características dos conflitos sociais. Em primeiro lugar, são processos, isto é, não são estáticos e têm um desenvolvimento temporal. Neste sentido, podem ser analisados em termos de ciclos ou séries de ciclos com um começo, um meio e um fim, que pode ser parcial ou total. Estes processos têm espaço no âmbito público, por que as disputas no espaço privado são excluídas. Quanto ao meio ambiente, um dano ao mesmo pode ser considerado como a base de um potencial conflito ambiental. Agora, se não se produzem ações por parte dos atores sociais que por sua vez gerem reações em outros atores, não estaremos em um conflito ambiental. Pressupõe, portanto, que os conflitos sociais são ações coletivas, em que

²⁴ O conflito é um processo social dinâmico bastante complexo e que, quando é denominado como ambiental, pode ser considerado um conflito social “no qual a dimensão ambiental é fator preponderante, capaz de influenciar de forma decisiva o comportamento dos atores e a dinâmica do processo conflituoso” (BARBANTI, 2010, p.7).

diferentes grupos (ao menos dois pontos de vista) entram em disputa. Um conflito refere-se, em suma, a uma dinâmica oposição, controvérsia, disputa ou protesto dos atores (SANTANDREU e GUDYNAS, 1998).

Alguns autores apresentam uma distinção entre "conflito ambiental" e "conflito socioambiental". O primeiro caso trataria de conflitos relacionados com o dano aos recursos naturais, no qual a oposição provém principalmente de atores externos, comumente os ativistas ambientais e as ONGs; esta visão toma por base as organizações que defendem o meio ambiente e os recursos naturais. No segundo caso, os conflitos também envolvem as comunidades diretamente afetadas pelos impactos de um determinado projeto (ORELLANA, 1999). No entanto estas proposições foram e são amplamente discutidas, já que não existe um "conflito ambiental" sem sua dimensão social (FONTAINE, 2004).

Para melhor dialogar com a ideia de "conflito" vamos destacar três abordagens substancialmente diferentes para a questão ambiental, com consequências interpretativas distintas. Em primeiro lugar, o pós-materialismo, que vem da ciência política ou sociologia política dos países desenvolvidos, o qual analisa o surgimento desse fenômeno ("conflito") como o resultado da mudança dos valores da sociedade. A segunda abordagem, gestada no campo da "ecologia política", identifica os movimentos do Sul (geográfico) como uma defesa dos espaços necessários para a vida. E a terceira abordagem reúne vários pensadores que fazem a reflexão sobre estes processos como sendo a expressão de uma relação particular entre a natureza e a sociedade, que se estende para além da geografia do conflito (MURADIAN et al., 2003).

2.6.1 - Novos Valores Pós-materialistas

O surgimento de crescentes protestos em torno da proteção ambiental nos países desenvolvidos, motivou uma primeira leitura deste processo como a manifestação de uma etapa caracterizada por valores "pós-materialistas". Na Europa dos anos 1980, os conflitos sindicais perdem força, sinal de que as preocupações materiais (abrigo, comida, sustento) se encontram satisfeitas. E assim começam a ser valorizada outras dimensões "não-materiais", como o meio ambiente, a qualidade de vida, as liberdades sexuais, os direitos humanos. Nas palavras do cientista político Ronald Inglehart, um dos pesquisadores mais influentes desta linha de pensamento, "a satisfação das necessidades fisiológicas, leva a uma maior ênfase sobre as questões não-fisiológicas, ou pós-materialistas." (INGLEHART, 1991, p. 23. Tradução nossa).

Neste contexto surgem "partidos verdes" e se formam os movimentos "feminista", "pacifista", "estudantil" que já não podem ser explicados pela teoria clássica da "luta de classes". Estes movimentos começam a ser contextualizados por sociólogos europeus como "Novos Movimentos Sociais", um reflexo de novas preocupações pós-industriais (PICHARDO, 1997). A diferença para as categorias ideológicas anteriores, como a luta de classes para o Marxismo, era que os "Novos Movimentos Sociais" se caracterizaram pelo pluralismo de valores e ideia, pela sua orientação pragmática e sua proposta de reformas institucionais destinadas ao desenvolvimento de sistemas que ampliassem a participação social nas decisões de interesse coletivo (MELUCCI, 1994).

Seguindo os argumentos da tese pós-materialista, foi pensada a hipótese da contingência econômica, que postula uma relação positiva entre renda e a preocupação do meio ambiente (JONES E DUNLAP, 1995). Estes raciocínios fundamentam a ideia, ainda muito presentes nos modelos de desenvolvimento e cooperação, de que os países em desenvolvimento necessitam crescer economicamente para melhorar a qualidade de seu ambiente.

Como compreender, se se atribui a essas abordagens, os conflitos ambientais no hemisfério Sul? Desde os anos 1980 os estudos sobre relações internacionais começam a tratar o tema da "Segurança Ambiental", refletindo sobre os conflitos vinculados aos recursos naturais no hemisfério Sul. A partir dos anos 1990, universidades no Canadá e na Suíça ampliam esta linha de trabalho. Estas investigações chegam a conclusão de que nos "países do Sul" os conflitos ambientais são principalmente "conflitos induzidos pelo ambiente", devido a degradação ambiental e a escassez de recursos²⁵ (HOMER-DIXON, 1991, BAECHLER, 1998).

Estas pesquisas têm sido amplamente criticadas em seus fundamentos teóricos e metodológicos. Entre os aspectos mais discutidos, se encontra a proximidade destas com a tese neo-malthusiana, que vincula o crescimento populacional a uma maior pressão sobre os recursos naturais, com consequentes conflitos pelo acesso a esses recursos. (PELUSO e WATTS, 2001). De acordo com esta linha de pensamento, as chaves para se definir e compreender o surgimento dos conflitos ambientais, então, encontrar-se-ia na crescente concorrência e escassez dos recursos naturais no Sul e pelo surgimento de novos valores ambientais no Norte.

²⁵ "Os conflitos ambientais se manifestam como políticos, sociais, econômicos, étnicos, religiosos ou conflitos territoriais, ou como conflitos entorno de recursos ou interesses nacionais. São conflitos tradicionais induzidos por uma degradação do ambiente." (HOMER-DIXON, 1991, p. 13. Tradução livre).

2.6.2 - Ecologia Política e Economia Ecológica

Enquanto uma linha de pensamento afirma que as mobilizações entorno do ambiente são resultado do surgimento de novos valores em uma era pós-industrial, outra linha entende que o ambiente não é necessariamente um luxo pós-material para as comunidades que não tem suas necessidades básicas atendidas.

Nesta linha de pensamento se destaca o trabalho de Joan Martinez-Alier e de Ramachandra Guha, que desenvolveram a teoria do "ecologismo dos pobres" ou "ecologismo popular". Esta tese sustenta a ideia de que no Sul existe uma corrente de mobilização originada nos conflitos ambientais produzidos pelo crescimento econômico que tem a ver com a extração de recursos, expansão de aterros sanitários e riscos de contaminação para aqueles em que o ambiente (natural) é a base material de sustento (GUHA e ALIER, 1997). Os autores, no entanto, dizem que esses conflitos não são tão recentes; sendo similares aos movimentos de justiça ambiental nascidos nos Estados Unidos da América durante os anos 1980, como: o conflito sobre a contaminação em "Love Canal"; e também outro conflito, nascido do movimento contra o "racismo ambiental". Neste último, a comunidade negra se alçou contra a distribuição desigual dos impactos ambientais que estavam expostos defronte outros setores da sociedade (SCHLOSBERG, 2007).

Este ponto de vista crítico não nega que exista um ecologismo derivado de demandas do tipo pós-materialista nas sociedades do Norte, mas rechaça o ponto de vista segundo o qual os ricos seriam mais ecologistas que os pobres, ou que os pobres seriam demasiadamente pobres para serem ecologistas. Pelo contrário, se sustenta que os grupos indígenas ou do campo tenham "*co-evoluído*" de maneira sustentável com a natureza (MARTINEZ-ALIER, 2004. Grifo nosso). De acordo com Alier, "nos países pobres, há um "ecologismo dos pobres" (histórico e atual) que tenta preservar o acesso das comunidades aos recursos naturais e aos serviços ambientais da natureza. Esse acesso está ameaçado pelo sistema generalizado de mercado ou pelo Estado. " (MARTINEZ-ALIER, 1998, p.30. Tradução livre).

A partir desta perspectiva os conflitos ambientais são contextualizados como "conflitos ecológico-distributivos". Um conceito nascido na economia ecológica que vincula estes processos ao crescimento do metabolismo das sociedades do Norte, que consomem cada vez mais materiais, energia e água, impulsionando um deslocamento geográfico das fontes de recursos e dos depósitos de resíduos para a periferia (ALIER, 2004). A distribuição ecológica se refere, assim, "as assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais, temporais no uso que fazem

os humanos dos recursos naturais e serviços ambientais, comercializados ou não, isto é, a diminuição dos recursos naturais (incluindo a perda da biodiversidade) e os gastos da contaminação” (ALIER, 1998. p. 24).

O conceito de distribuição ecológica aponta, também, para processos de valorização que vão além da racionalidade econômica em suas tentativas de associar preços de mercado e custos crematísticos²⁶ ao ambiente, mobilizando os atores sociais por interesses materiais e simbólicos (de sobrevivência, identidade, autonomia e qualidade de vida), para além das demandas estritamente econômicas de propriedade dos meios de produção, de emprego, de distribuição de renda e de desenvolvimento. (LEFF, 2003).

De acordo com os sociólogos chilenos Sabatini e Sepúlveda (1996), a fase atual de acumulação capitalista está acarretando numa intensificação das pressões sobre os recursos naturais, causando degradação, escassez e privação social, todos os fatores propícios para o desenvolvimento de conflitos. No entanto, os conflitos ambientais atuais são muito mais do que meras disputas sobre a propriedade de um recurso. Neles se encontram distintas visões ambientais e de vida. Por um lado, o meio ambiente é visto como "espaço econômico", como um sistema de recursos naturais; e por outro, como o "espaço vital", onde se desenrola a vida (SABATINI, 1997).

Os sociólogos brasileiros Alonso e Costa (2002) propõe uma definição de conflito ambiental que integra os aspectos sociais e ambientais. Eles acreditam que é na implantação de dinâmicas de interação (cooperativas ou conflitais), na geração de alianças e adesão a valores, que são gerados os conflitos pelo controle de bens e recursos, pela poluição ou, mais globalmente, pelo poder de gerar ou impor certas definições de realidade.

Essas definições fazem parte do campo da ecologia política, um crescente e fértil campo de investigação, que estuda os conflitos ecológicos distributivos. Essa linha de investigação discute a relação que usualmente se estabelece entre a escassez de recursos e os conflitos, argumentando que a escassez não é um fenômeno apolítico (ALIER, 2004).

²⁶ “Crematística” é um conceito aristotélico que advém das ideias de *khréma e atos* - busca incessante da produção e do ajuaramento das riquezas por prazer. A prática crematística consiste em colocar a procura da maximização da rentabilidade financeira (acumulação de numerário) antes de qualquer outra coisa, em detrimento, se necessário, dos seres humanos e do meio-ambiente. É da natureza da prática crematística recorrer a diversas estratégias de ação nocivas, como especulação financeira, degradação socioambiental, entre outras, sem preocupação com as consequências. (AKTOUF, 2004).

A "ecologia política" estuda as relações de poder e os processos de significação, valorização e apropriação da natureza que não se resolve nem por meio da valoração econômica da natureza, nem pela atribuição de normas ecológicas à economia (LEFF, 2003). Neste sentido, o antropólogo colombiano Arturo Escobar (2000), se refere as "ecologias da diferença", destacando a noção de "distribuição cultural", vinculada aos conflitos que emergem de diferentes significados culturais. Escobar (2000) sustenta que o poder habita nos significados e os significados são a fonte do poder.

2.6.3 – As Comunidades e Seu Ambiente

Através da análise de casos de conflitos ambientais em diferentes momentos da história chilena, o historiador Folchi (2001) argumenta que uma das chaves para a compreensão destes fenômenos se encontra na relação estabelecida entre uma comunidade com o ambiente. Uma relação "socioambiental" consolidada historicamente, caracterizada por um vínculo sociedade/natureza específico que tende a se fazer "tradicional" ou "normal". Um conflito se produz quando a estabilidade histórica entre uma comunidade e seu habitat é abalada. Ele é resultado da ação de um agente estranho que altera ou pretende alterar as relações preexistentes entre uma comunidade e seu ambiente, ou inversamente, quando uma comunidade decide modificar sua relação com o ambiente afetando os interesses de outros grupos (FOLCHI, 2001). O historiador também se refere a "conflitos de conteúdo ambiental" - em vez de "conflitos ambientais" - na tentativa de abarcar a pluralidade dos conflitos vinculados à dimensão ambiental, e não só aqueles em que se defende o meio ambiente.

Também foi defendida a ideia de que, na medida em que os problemas ambientais se tornam cada vez mais expostos e corriqueiros, a consciência ambiental sobre eles tende a espalhar-se por todos setores da sociedade, independentemente de suas características econômicas (JONES e DUNLAP, 1995).

A partir desta linha de pensamento, não se deve considerar o ambiente natural como um bem de luxo, como algo supérfluo; mas como parte de um sistema social complexo, onde as dinâmicas físicas, culturais, sociais e econômicas se articulam e co-evoluem determinando uma relação particular, própria de tal *lugar* e do momento histórico (NORGAARD, 1994).

CAPITULO III

3.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DE TABULEIRO DO MATO DENTRO / MG

Tabuleiro do Mato Dentro está localizado a sudoeste do município de Conceição do Mato Dentro (conforme figura 5), e só se tornou distrito com esse nome a partir de 2003, quando por meio da Lei Municipal nº 1.741 / 2003, se emancipou do distrito de Itacolomi.

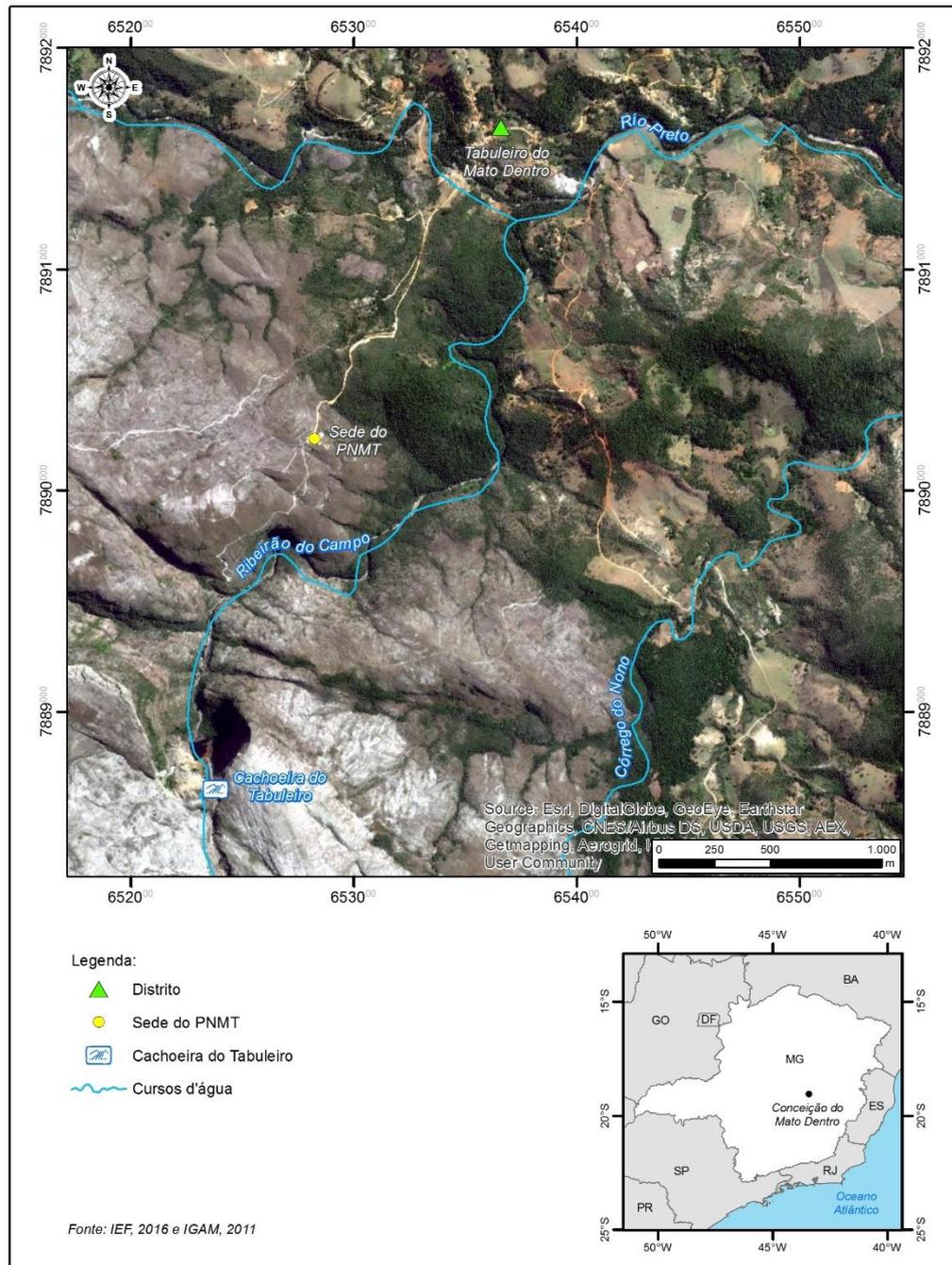


Figura 5: Localização do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro. Autor: Daniel Oliveira, 2016.

O distrito de Tabuleiro do Mato Dentro é uma das maiores comunidades rurais do município de Conceição do Mato Dentro. O principal acesso se dá por um trecho de aproximadamente 18 km de estrada de terra, cuja entrada é transversal à estrada que liga o centro de Conceição do Mato Dentro ao centro de Congonhas do Norte. É por esta estrada que se dá o acesso da maioria dos visitantes ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro, já que a sede do Parque está localizada após a comunidade de Tabuleiro, sendo necessário atravessá-la para chegar ao PNMT.

Apenas na região central do distrito as ruas são calçadas, sendo que atualmente estão sendo realizados os estudos topográficos para calçamento de novas vias. As vias que levam ao PNMT e a outras localidades do distrito são de terra e se encontram em bom estado de conservação, contando com fluxo contínuo de carros.

Tabuleiro do Mato Dentro pode ser caracterizado por uma ocupação de baixa renda, com infraestrutura precária aos serviços básicos e públicos. Seu traçado aleatório, mesmo com a igreja como ponto central e simbólico, se dá pelo processo de ocupação iniciado nos tempos coloniais, em um relevo muito acidentado.

A totalidade do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro é englobado por três setores censitários, sendo um considerado como área urbana de cidade ou vila e dois como zona rural. (IBGE, 2011, pg. 12). Ao se considerar todo o distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, os dados do Censo indicam a existência de 1.166 habitantes e 480 domicílios, sendo 310 na condição de domicílios particulares permanentes ocupados, 96 não ocupados de uso ocasional, 70 vagos e 4 de uso coletivo²⁷. (IBGE, 2011). Vale observar que os moradores constantes e a maioria das propriedades rurais localizados dentro da área tanto do PNMT quanto do PESI estão inseridos nestes setores censitários do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro.

O limite observável do aglomerado urbano do povoado de Tabuleiro do Mato Dentro (conforme Figura 6) coincide com a delimitação de um setor censitário (área urbana de cidade ou vila). Segundo os dados levantados no Censo, no aglomerado urbano deste povoado residem 108 pessoas e existem 49 domicílios, sendo 30 na condição de domicílios particulares permanentes ocupados, 9 não ocupados de uso ocasional, 7 vagos e 3 de uso coletivo.

²⁷ Por uso coletivo se entendem os domicílios que são instituições ou estabelecimentos onde a relação entre as pessoas é restrita a normas de subordinação administrativa, como asilos, orfanatos, hotéis, pensões, alojamentos, penitenciárias, entre outros (IBGE, 2011, pg. 11).



Figura 6: Aglomerado urbano do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro visto da estrada do Salto.

À parte dos pequenos comércios do centro de Tabuleiro do Mato Dentro, a fonte de renda da maioria dos habitantes do distrito vem da agricultura familiar, com a produção de farinha, rapadura, cachaça e outros produtos. Uma vez por mês é realizada uma feira, no campo de futebol da comunidade, para venda de itens disponibilizados pelos produtores locais, sendo os moradores locais a maioria do público da feira, mas que também conta com visita de moradores de localidades próximas e turistas.

Além de estar localizada próxima à sede do PNMT, é na comunidade do Tabuleiro do Mato Dentro que, geralmente, se finaliza a travessia Lapinha-Tabuleiro, atrativo que concentra grande número de visitantes. Devido ao fato de grande parte dos visitantes dos Parques passarem pela comunidade, Tabuleiro possui uma pequena rede de atendimento aos turistas, porém ainda se trata de uma rede pouco fortalecida, com estabelecimentos que oferecem poucas opções de alimentação e lazer e raras ações empreendedoras. Não se percebe, por exemplo, locais de venda de artesanato ou outro tipo de incentivo à cultura local.

De modo geral pode-se afirmar que os habitantes do distrito têm conhecimento sobre a existência dos Parques e atentam para o potencial turístico da região, mas a interação entre a população local e os Parques ainda é embrionária, devendo ser melhor desenvolvida, mesmo sendo a comunidade mais associada ao Parque.

3.2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO (PNMT) E DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO INTENDENTE

Neste tópico são analisados alguns aspectos concernentes ao Parque Natural Municipal do Tabuleiro (Figura 7), baseando nos aspectos legais e documentados. Além de se contextualizar regionalmente, abordando aspectos físicos da paisagem e do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, são apresentados os decretos e leis de criação, e analisada a sobreposição existente com o Parque Estadual da Serra do Intendente, a gestão compartilhada entre os parques e a questão fundiária.



Figura 7: Entrada pela Sede do Parque Natural Municipal do Tabuleiro

Para essa análise utilizou-se de documentos conseguidos junto à Secretaria de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro, junto à sede do IEF em Conceição do Mato Dentro e junto à sede do Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Também nos baseamos nas informações que foram passadas nas conversas com esses gestores, bem como com atores que fizeram parte do processo de criação do PNMT. E, em última instância, utilizamos de trabalhos de Dissertação de Mestrado que tratam sobre a área.

Os documentos os quais mais nos baseamos para desenvolvimento deste tópico, em adição às informações verbais, estão em anexo²⁸ no fim do trabalho e são:

- Decreto de criação do Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo;
- Lei de criação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro;
- Caracterização Ambiental da Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Intendente, contendo o Decreto de criação da APA, a publicação no Diário Oficial e Mapa de Macro-Zoneamento;
- Ata da reunião ordinária para processo de gestão compartilhada entre município e estado – Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e Parque Estadual Serra do Intendente, datada de 9 de julho de 2008;
- Projeto de Lei que pretendeu sustar os efeitos jurídicos do Decreto Municipal n. 158 de 1998 que instituiu o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, datado de 23 de dezembro de 2008; e
- Proposta de criação do Tabuleiro Minas Resort.

O Parque Natural Municipal do Tabuleiro está localizado na região central do estado de Minas Gerais e se situa no município de Conceição do Mato Dentro. Considera-se para efeitos estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que a população interna ao PNMT faz parte do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro. Está situado nos contrafortes da Serra do Espinhaço, em zona núcleo da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço. Localiza-se a nordeste da capital mineira, Belo Horizonte, e com pares de coordenadas que a limitam seja, ao sul pela linha de coordenada UTM 78853 N e ao norte pela linha de coordenada UTM 78916 N, a oeste pela linha de cumeeira da Serra do Espinhaço, coordenada UTM 064500 E, e a leste pela linha de coordenada UTM 065430 E (Figura 1). O acesso é realizado pela Rodovia MG-010, pavimentada e de mão dupla, até Conceição do Mato Dentro. A partir da sede do município o acesso é realizado pela LMG-739, que liga Conceição do Mato Dentro à Congonhas do Norte e depois pela estrada vicinal, não pavimentada, que liga ao distrito do Tabuleiro do Mato

²⁸ Exceto Caracterização Ambiental da Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Intendente.

Dentro. A partir de Belo Horizonte, é um percurso de 186 km com duração aproximada de 2h50 de viagem.

O Parque Natural Municipal do Tabuleiro foi originado a partir do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo (PNMRC), criado pelo Decreto Municipal nº 158, de 03 de novembro de 1998, com área de 3.150 hectares. Então em 22 de julho de 2013, pela aprovação da Lei municipal nº 2.063/2013, foi criado o Parque Natural Municipal do Tabuleiro sobrepondo e substituindo, com a mesma área e limites, o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo (PNMRC), cujo nome deixou de ser utilizado, dando mais ênfase ao maior atrativo turístico, a cachoeira do Tabuleiro – terceira maior do Brasil e maior do estado de Minas Gerais, com 273 metros de queda.

Em 1998, numa tentativa de preservar e garantir a integridade das belas paisagens, bem como de importantes ecossistemas da área – de extrema importância biológica -, e de possibilitar novas fontes de renda para o município pelo turismo ecológico, foi criado o PNMRC. Igualmente, com as mesmas finalidades, cria-se o PNMT, agora por uma Lei, fortalecendo a instância e propondo a preservação de ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Pelo que foi apurado, a criação do PNMRC, originário do PNMT, ocorreu por iniciativa de um grupo de pessoas ligadas à prática de esportes de aventura, vindos de Belo Horizonte e alguns detentores de propriedades na região, que propuseram a conservação da cachoeira do Tabuleiro – por sua beleza e grandiosidade - e de seu entorno. Dessa forma, de acordo com os entrevistados, o PNMRC foi criado na tentativa de proteger esse *atrativo* e foi emergencialmente decretado, sem consultas públicas aos moradores internos e do entorno, por estar sendo ameaçado por um projeto de construção de um enorme Resort próximo à cachoeira de Tabuleiro.

Quem teve papel decisivo na criação das UCs do município foi a ONG Sociedade Amigos do Tabuleiro (SAT), que dentre outros, contou com a participação ativa do Sr. Luiz Cláudio de Oliveira, do Sr. Carlos Eduardo Nery (Kadu) e de José Fernando de Oliveira (Zé Fernando), à época Secretário Municipal de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro. E, no ano posterior ao da criação do PNMRC, foi criada, pelo Decreto nº 159 de 10 de novembro de 1999,

a Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Intendente (APA Serra do Intendente), tendo um de seus objetivos a proteção do PNMT, e com aproximadamente 13.409 hectares.

Já em 2006, alega-se que ocorreu uma manifestação por parte da sociedade concepcionense, apoiada pela Prefeitura Municipal, representada pelo então prefeito Dr. Juvêncio Guimarães, para que tanto o PNMRC e a APA Serra do Intendente, ambos municipais, fossem transformados em Parque Estadual, sob administração do órgão Estadual competente, no caso o IEF. Foram enviadas ao Secretário Estadual de Meio Ambiente diversos ofícios, com a presença de abaixo-assinados, solicitando que fosse criada a UC estadual pelo IEF. Assim criou-se, pelo decreto sem número de 28 de março de 2007, o Parque Estadual da Serra do Intendente (PESI), com 13.508,83 hectares, sobrepondo os limites do PNMRC²⁹ e da APA Serra do Intendente.

De acordo com o proposto pelo Decreto de criação do PESI, são finalidades a proteção da fauna e flora regionais; a proteção das nascentes dos rios e córregos da região; a de criar condições para o desenvolvimento de pesquisas e estudos de modo a conciliar, harmoniosamente, o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural.

É interessante pensar, sobre esse apelo da sociedade concepcionense para criação do parque estadual, o quanto isso de fato representa a sociedade regional. Não me parece que grande parte dos cidadãos da região tenha embasamento crítico para pedir a sobreposição dos parques e a criação de um de caráter estadual. Acredito que tal apelo citado pelas manifestações e ofícios foram originados a fim de que: 1) com o apoio do órgão estadual (IEF) se fortalecesse a preservação; por meio de maior conhecimento do assunto e por maior verba e consequente maior infraestrutura (guardas-parque, carros, equipamentos de combate ao incêndio, programas sociais, etc.). E 2) pelo aumento do repasse referente ao ICMS ecológico³⁰ para o município de

²⁹ Em um ponto, próximo ao vilarejo de Tabuleiro do Mato Dentro, o PESI adequou seus limites de forma a retirar alguns moradores de seu interior, para facilitação da regularização fundiária. Tais moradores permanecem dentro dos limites do PNMT, mas existe a possibilidade de que se adeque também os limites deste para exclusão dos moradores de seu interior.

³⁰ O ICMS Ecológico pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, quando ele compensa o município pelas Áreas Protegidas já existentes e também quando incentiva a criação de novas Áreas Protegidas, já que considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação em seus territórios. Entretanto, é importante destacar que, de forma geral, o critério ambiental refletido no ICMS Ecológico é mais amplo, e abarca, além das Áreas Protegidas outros fatores, como a gestão de resíduos sólidos, o tratamento de esgoto e outros determinados de acordo com cada lei estadual. (Disponível em: <
http://www.icmsecológico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=81>. Acessado em 01 de julho de 2016).

Conceição do Mato Dentro. Isso porque de acordo com a Resolução SEMAD nº 318, de 15 de fevereiro de 2005, o repasse financeiro para as UCs de categoria integral – como no caso dos Parques -, supera o repasse para as UCs de categoria sustentável – como no caso da APA. Estes valores são baseados pelos fatores de conservação e variam numa escala de 0,025 – para Áreas de Proteção Ambiental sem zoneamento ecológico-econômico -, a 1 – que engloba as Zonas de Vida Silvestre em Áreas de Proteção Ambiental, as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre. Para os Parques, seja Nacional, Estadual ou Natural Municipal, o fator de conservação é igual a 0,9. A APA Serra do Intendente, embora tivesse proposta de Zoneamento, compreendia 17,27% de sua área total relativa ao uso agropecuário, sendo esta gleba enquadrada, então, na categoria de “demais zonas” de uma APA, o que lhe conferia um fator de conservação igual a 0,1. Assim é possível pensar na possibilidade de tentativa de aumento de verba arrecadada pelo município com a transformação da UC de APA para Parque.

Com a criação do PESI, a área do PNMT passou a ter dois órgãos gestores, sendo um municipal e outro estadual. Embora hoje a relação esteja de uma gestão compartilhada, aparentemente tranquila e sem muitos pontos de divergência, sabe-se que nem sempre foi assim. De início, pelo que nos foi passado, a gestão do PESI quis que fosse passado a eles a gerência e administração da sede física do então PNMRC³¹, o que não foi visto com bons olhos. Isso porque a sede, construída em 2005, foi um marco para o PNMT e para Conceição do Mato Dentro em geral, representando um ponto alto da gestão pelo município. Nesse momento, então, o IEF passa a exercer grande pressão, inclusive, para que a verba da portaria (no valor de cinco reais) fosse repassado a eles. Fora isso, os diferentes pontos de vista relativos a gestão e às práticas inerentes ao funcionamento da UC causaram atritos e enfraquecimento do diálogo entre as partes. O IEF responsável por 13.508,83 hectares de área protegida aparentemente focava suas atividades na área que sobrepunha o PNMT, justamente pelo apelo turístico à cachoeira de Tabuleiro e a presença de uma sede já estruturada.

No ano seguinte a criação do PESI, datada de 09 de julho de 2008, acontece a 1ª reunião ordinária para o processo de gestão compartilhada entre município e estado – PNMT e PESI -, onde os presentes³² discriminam os itens e estruturas que cada gestão possui e fazem a

³¹ Vamos adotar PNMT a partir daqui, visto que já apresentamos o contexto de criação de ambos e PNMT ser o nome atual da UC em questão.

³² Assinam essa Ata aqueles presentes, sendo: Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira (Secretário de Meio Ambiente); Vander Wighens A. Rocha (Gerente do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo);

solicitação de mais itens para a efetiva proteção das UCs. De acordo com o título da Ata dessa reunião (que se encontra em anexo) a mesma ocorreu para fins de viabilizar uma gestão compartilhada, na área em que um parque é sobreposto pelo outro. No entanto, ao ler cuidadosamente a Ata, se percebe que em nenhum momento é abordado assunto concernente a essa gestão, mas sim são descritos os bens de cada gestão e é feito o pedido por mais material que possa ajudar nas atividades relacionadas ao gerenciamento das UCs. Inclusive faz-se muito importante observar que ao citar a importância “desta unidade de conservação”, os membros da reunião se referem a 13.508 hectares, área do PESI que extrapola, em muito, a área do PNMT. Fica claro, com isso, que os pedidos feitos sendo: contratação de 10 guardas-parque, 1 veículo 4x4, 2 motos de trilha, 10 rádios portáteis, 1 rádio fixo, 5 binóculos, 1 máquina fotográfica, 2 aparelhos de GPS, instalação de 8 guaritas de vigilância, 15 placas de sinalização educativa e de orientação dos limites do parque, 4 lixeiras de coleta seletiva para os pontos de atrativos turísticos, são relacionados a melhoramentos e infraestrutura para além do PNMT. E, agora sim relacionados exclusivamente ao que era o proposto (a área sobreposta), pedem 1 geladeira para a sede, 1 fogão e 1 data show. De acordo com o documento, devido a precariedade dos recursos existentes, a fiscalização e manutenção da UC (referindo-se claramente ao PESI e não ao PNMT) teria sua “viabilidade comprometida dentro de um curto espaço de tempo.”

Embora as solicitações de fato façam sentido para melhor proteção das UCs, o uso do apelo à sobreposição só se justifica na tentativa de fortalecer o discurso da necessidade de bens, a fim de suprir o déficit de estrutura nesse momento inicial do PESI. E não na tentativa de uma gestão compartilhada amigável. Isso fica claro quando em 23 de dezembro de 2008 (poucos meses depois da reunião citada) é emitido um projeto de Lei, pelo então Prefeito de Conceição do Mato Dentro, Sebastião Soares dos Santos, que dispôs

Sobre a sustação dos efeitos jurídicos do Decreto Municipal nº 158 de 1998 que institui o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, tendo em vista estar a área do mesmo integralmente contida na do Parque Estadual da Serra do Intendente, para fim de unificação da gestão ambiental, a cargo do Governo Estadual, e dá outras providências afins.

§ 2º - A sustação disposta no caput deste artigo deve possibilitar que a gestão da área do Parque Municipal passe, a partir da entrada em vigor desta Lei, a ser integralmente realizada pelo Governo Estadual, enquanto vigorar a existência do Parque Estadual da Serra do Intendente.

Art. 2º - O uso das instalações públicas, equipamentos, mobiliário, veículo, ferramentas e computadores municipais afetos à gestão do Parque deverão ser cedidos ao Governo Estadual ou a outra instituição que este indicar [...]. (PROJETO DE LEI s/n / 2008. PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, p. 1).

Tal projeto de Lei não se efetuiu, no entanto. Mas o que percebe é uma tentativa de, nesse momento, conseguir simplificar a gestão. Além disso, a Secretaria de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro poderia voltar suas atenções para outros pontos de bastante relevância, como o advento regional da mineração pelo projeto Minas-Rio³³, e para outras áreas de interesse ambiental como o Parque Natural Municipal Salão de Pedras, à Serra da Ferrugem e a questões relacionadas ao saneamento básico e tratamento de esgoto.

Já por volta de agosto de 2013, foi feito um termo de cooperação técnica, com a prerrogativa de que a gestão da área seria de responsabilidade do município de Conceição do Mato Dentro, porém feita junto à gestão do Parque Estadual, procurando a consonância entre as duas esferas. E assim permanecem até hoje ambos Parques, tanto o PNMT, como o PESI. Atualmente a gestão de fato se faz mais compartilhada. O IEF está mais atento e exerce mais fiscalização no que não está sobreposto, ficando a gestão do PNMT mais a cargo municipal. Ambos têm funcionários na sede do PNMT, e a utilizam harmonicamente. As decisões que se relacionam ao PNMT são sempre tomadas em conjunto, embora não haja consenso sobre todos os pontos de vista. Por exemplo, a prática de esportes de aventura, enquanto o IEF é contra, a gestão municipal acredita que esse é o “futuro” da UC e é mais permissiva com relação a isso. Atualmente está sendo feito o plano de manejo conjuntamente para os dois parques e espera-se que este seja finalizado até o fim de 2016. A partir dele, um ponto importante a resolver, é a questão fundiária, ainda não regularizada para as propriedades inseridas tanto no PNMT quanto no PESI. E, como vimos anteriormente, a categoria de Parque assume que os moradores internos devem ser desapropriados, mas ainda existem moradores, propriedades e posses dentro do PNMT.

³³ O projeto Minas-Rio é um projeto de exploração de minério de ferro na serra do Espinhaço em Minas Gerais. Envolve a implantação de um corredor logístico, composto por minas de minério de ferro, mineroduto e outras instalações, com o objetivo de extrair e beneficiar o minério da região da bacia do rio Santo Antônio, localizada no município de Conceição do Mato Dentro, transportá-lo através de mineroduto, que atravessará diversos municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e exportá-lo por meio do porto marítimo localizado no município de São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro (IBRAM, 2011. Disponível em <http://ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=147549>. Acessado em 05/07/2016).

De acordo com a pesquisa de Kutchenski (2006), na qual a autora entrevistou Carlos Eduardo Nery, diretor administrativo da SAT, esse disse que a regularização fundiária era considerada o fator de maior conflito na UC, mas que a SAT (à época mais atuante nos processos envolvendo o PNMT) havia realizado uma ação na tentativa de iniciar a regulamentação da terra. No depoimento de Carlos Eduardo Nery para a pesquisadora:

A regularização fundiária tem sido o fator de maior conflito nos processos de criação da unidade de conservação de proteção integral. Na ação realizada pela SAT no Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, buscando superar esta deficiência histórica, propusemos uma inovação apoiando a municipalidade na construção do Processo Discriminatório das áreas definidas. Obtendo o apoio do ITER (órgão estadual que sucedeu a Ruralminas), realizamos, com uma equipe composta por um engenheiro agrimensor, um advogado e um associado de nossa entidade, os seguintes estudos técnicos:

- Identificação do rol de ocupação, com plotagens de todos os moradores, ocupantes e posseiros. Realizamos entrevistas, visitas e registros com documentação e georreferenciamento;
- Construção da Cadeia Dominial, com levantamento cartorial, emissão das certidões e correlação da documentação;
- Demarcação e georreferenciamento das glebas;
- Elaboração do relatório oficial e apresentação para apreciação pela Procuradoria Geral do Estado;
- Foram discriminadas 16 glebas, com 6 famílias de moradores e estabelecida sua titularidade; Este documento está encaminhado pelo secretário estadual do Meio Ambiente ao IEF e aguarda que uma comissão de avaliação, designada em decreto pelo prefeito municipal avalie as áreas para serem indenizadas com recursos da compensação ambiental indicadas pelo administrador estadual.

Obs.: Não foi possível obter essa documentação. (KUTCHENSKI, 2006, p. 66).

No entanto ainda hoje não se sabe ao certo todas as propriedades internas ao PNMT. O processo de levantamento ainda não foi completado, mas já está designado como de responsabilidade da OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade e tem previsão para ser finalizado até o fim de 2016. Para que a área do parque seja propriamente regularizada, faz-se imprescindível que o Estado concretize a compra das propriedades rurais particulares. Contudo é importante salientar que, de acordo com lei específica da Gerência de Regularização Fundiária do IEF, quando um proprietário possui apenas a documentação de posse de sua terra, implica no recebimento de uma indenização de 60% do valor da propriedade. A indenização de 100% do valor só ocorre quando há a matrícula regularizada da terra. Este fato pode ocasionar na resistência de venda de alguns proprietários, por considerar que devam receber o valor global da terra. E ao menos no exemplo do PESI, foi constatado que a maioria das propriedades são de posse, não possuindo

a documentação completa exigida, além de algumas terras devolutas. Foi levantado que apenas seis (dentre aproximadamente 80) propriedades possuem a matrícula regularizada.

Mas essas propriedades não se caracterizam por terem muitas construções. São poucas as que possuem benfeitorias. Várias das fazendas encontram-se “vazias”, tendo muitas nunca sido utilizadas como fonte de renda ou mesmo moradia para seus proprietários, de acordo com o gestor do PESI.

O que se sabe, no entanto, é a quantidade de propriedades com moradores fixos existentes dentro do limite do PNMT. No total são 8 propriedades em que ainda se encontram moradores, sendo que em duas dessas os moradores são “caseiros”, que moram e cuidam dos terrenos de um terceiro. E em outras duas propriedades, próximas a Tabuleiro do Mato Dentro, existe o projeto de que o limite do PNMT se adeque de forma a retirar essas propriedades de seu interior, facilitando a regularização fundiária (conforme Mapa 1). Em praticamente todas as propriedades, os moradores são constituídos por casais de idade superior a 70 anos e residem sozinhos ou com pouca presença de filhos e parentes. É importante salientar que entre as propriedades que contam com benfeitorias, algumas são caracterizadas pelo uso esporádico, com visitas de pessoas cuja frequência varia desde todos os finais de semana a somente uma vez ao ano (Figura 8).

Os moradores apresentam pouca ou nenhuma escolaridade, com alguns não sabendo nem assinar o próprio nome. São moradores de nascença da região e deram continuidade a atividades agropecuárias de pequeno porte e intensidade advindos de seus pais. E com a proibição de suas atividades pela criação do PNMT, para alguns a única fonte de renda é a aposentadoria rural. E sobre isso, é importante salientar que nenhum morador fez parte ou foi consultado sobre a criação da UC.

No geral, o abastecimento de água se dá por nascentes em suas propriedades, e o banheiro tem sistema de fossa rústica³⁴, além de os resíduos sólidos não aproveitados serem queimados. Os moradores contam com energia elétrica desde 2007.

³⁴ “A fossa rústica, ou fossa negra, é um modelo rudimentar, mais rústica do que a fossa séptica e que, portanto, oferece menos segurança ao meio ambiente e ao usuário. Ela é escavada diretamente no terreno sem revestimento nas paredes nem na base. Os dejetos caem diretamente no solo, parte deles se infiltra na terra e outra parte sofre a decomposição no fundo do compartimento, sem qualquer diflúvio (escoamento) - o que aumenta a possibilidade de contaminação ambiental, sendo mais prejudicial à saúde humana. Por isso mesmo, além de ser construída distante de poços e outros mananciais de água, a fossa negra precisa ser limpa e esvaziada com regularidade ainda maior do que a fossa séptica.” (Em:



Figura 8: Exemplos de moradores internos ao PNMT e algumas propriedades.

De acordo com os gerentes do PNMT e do PESI, existe uma conversa na tentativa de criar um documento, norteador pelo Plano de Manejo em construção, em que se possibilite a permanência dos moradores internos ao PNMT que têm relações antigas com a região. Esse documento seria balizado em um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), em que tais moradores se comprometeriam a respeitar a legislação da UC, realizando apenas atividades permitidas pela Lei e pelo estipulado no Plano de Manejo. Se cumprido isso, os moradores poderiam permanecer em suas terras até o falecimento da geração mais antiga, tendo seus filhos e parentes que desapropriar a terra, mediante indenização pelo Estado. Embora pareça interessante essa medida, há de se pensar em quais atividades seriam possíveis para os moradores desenvolverem dentro dos limites do PNMT, e se esses seriam aproveitados de alguma forma pela gestão do parque. Já que de outra forma esses permaneceriam não satisfeitos com sua cotidianidade, impossibilitada de suas atividades culturais e dificultada pela falta de renda e consequente condições de sobrevivência. Também devem ser levados em conta os filhos, que por mais que em sua grande maioria estes já residam fora da UC, ainda podem abarcar sentimentos de afinidade e lugar pela região. Por fim é importante que se esclareça e obedeça às

regulamentações quanto aos valores das indenizações, não indenizando as propriedades com valores inferiores pela permanência dos moradores até seu falecimento.

Outro ponto que representa um problema para o PESI e para a parte alta do PNMT é a atividade de soltura do gado. De acordo com o gestor do PESI, alguns proprietários ou mesmo não proprietários, na época da seca soltam gado na parte alta do PNMT. Além disso, usam da prática da queimada³⁵ nos campos e mesmo nas matas galerias e áreas de nascente, a fim de criar áreas de pastagem mais favoráveis à criação do gado. Essa soltura é feita através de duas vias ainda não regulamentadas, sendo a estrada do Salto, que liga a região de Cubas a Tabuleiro do Mato Dentro; e também a estrada do Charco, que liga Parauninha a Tabuleiro do Mato Dentro.

A categoria de parque como é o caso do PNMT e do PESI por si só já abrange algumas restrições de uso do solo, e algumas dessas foram ratificadas pelas gestões, como a proibição de desmatar, de abrir novas áreas de cultura, de construir novas edificações, de utilizar fogo, entre outras. Mas mesmo com a constante fiscalização por parte das equipes dos parques, alguns proprietários não obedecem às restrições, já que, apesar de se tratar de uma área protegida legalmente, as propriedades são particulares e não foram contempladas com a indenização prevista em Lei, além de em alguns casos não terem outra forma de subsistência. A esperança é que com a conclusão do Plano de Manejo, possa ser regularizada a questão fundiária, e assim sustar tais tipos de conflitos.

Feita essa contextualização da criação e situação do PNMT, e também do PESI, baseado nos decretos, leis e atas, trazemos mais a frente, pelas entrevistas realizadas, os diversos pontos de vista que remontam a história, o desenrolar, a atualidade e as expectativas nas vozes de cada ator. Dessa forma é possível observar a percepção individual, envolvendo sentidos e sentimentos particulares, da dimensão representada pelo PNMT.

³⁵ Sua principal finalidade consiste na remoção da "macega", capim rejeitado pelo gado, proporcionando uma nova rebrotação em períodos de escassez de alimentos. Esta rebrotação, por ser mais tenra, palatável e de melhor qualidade, pode levar a melhores resultados em termos de produção animal (BRÂNCIO, 2001. Disponível em http://forragicultura.com.br/arquivos/queima_pastagens.pdf. Acesso em 03/05/2016).

MAPA 1 A3

3.2.1 – Aspectos Físicos da Região

Não é de interesse do presente estudo dialogar propriamente sobre aspectos geológicos / geomorfológicos, ou de fauna / flora da região do PNMT, mas cabe destacar alguns fatos que justificam a criação de UCs na tentativa da proteção à biodiversidade e aos recursos naturais regionais.

A geologia da região onde está inserido o PNMT está compreendida no domínio da Serra do Espinhaço, formada por rochas metassedimentares do período Pré-Cambriano (4,6 bilhões de anos a 530 milhões de anos), provenientes de depósitos continentais e marinhos. Este conjunto geológico se expressa na paisagem através da Cordilheira do Espinhaço que se estende de Minas Gerais à Bahia, entre os limites 20° 35'S e 11° 11'S. O geossistema montanhoso do Espinhaço é um conjunto de cristas e superfícies que corresponde à faixa de 700 a 2200 metros de altitude, elaborado sobre rocha predominantemente quartzítica, conforme (Caracterização Ambiental do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998). Nos limites do PNMT observa-se uma altitude mínima de 653 metros e uma máxima de 1463 metros. Destaca-se a presença de diversas falhas, principalmente indiscriminadas, que são áreas que apresentam intenso gradiente altimétrico em um sistema de cânions, por onde passam os principais corpos hídricos da região. A alteração das rochas desde o Cretáceo deu origem aos solos hoje ocupados pelo Cerrado, Campos Rupestres e Matas galerias (Giulietti & Pirani 1988 apud Caracterização Ambiental do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998).

Na região específica do PNMT, quando não apresentam afloramentos rochosos, os solos são litólicos, ácidos e pouco profundos (Figura 9). Ocupam relevos acentuados, montanhosos, fortemente ondulados, com frequentes afloramentos rochosos (MOURA, 1990). Nos altiplanos é comum encontrar manchas de solos avermelhados contrastando com os solos rasos e ácidos da região, que por sua vez são originados sobre rochas metavulcânicas e ocupados por capões de mata.



Figura 9: Afloramentos quartzíticos com sentido preferencial.

A vegetação da região é predominantemente o Campo Rupestre de Altitude, estando ali representados os Campos Cerrados, nas mais baixas altitudes, os Campos Rupestres, que predominam nas maiores altitudes, as Matas de Galeria, que ocupam as margens dos cursos d'água e Capões (Caracterização Ambiental do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998). É uma vegetação extremamente variada e diversa – estando presente entre os Biomas Cerrado e Mata Atlântica (Figura 10) - e seu grau de endemismo é um dos maiores do mundo (Giulietti & Pirani 1988 apud Caracterização Ambiental do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998).



Figura 10: Variação da vegetação do PNMT: Campos Rupestres e Floresta Estacional Semidecidual (Típica da Mata Atlântica).

A fauna também merece destaque, com registros de animais como a Onça Pintada, a Onça Parda, a Jaguaritica, o Cachorro do Mato, o Tamanduá Mirim, o Veado Campeiro, o Lobo Guará, a Paca, o Quati, o Tatu Galinha e a Capivara (Caracterização Ambiental do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998). O Espinhaço é apontado por diversos autores como local onde ocorrem vários endemismos, que o torna um laboratório da evolução dos anfíbios anuros no sudeste do Brasil. As altas terras do Espinhaço foram apontadas como de

“Importância Biológica Especial”, a mais alta categoria de importância, para preservação das espécies de anfíbios e répteis do Estado de Minas Gerais (Biodiversidade em Minas Gerais – Um atlas para sua conservação / Cláudia M. R. Costa [ET AL.] Fundação Biodiversitas e IEF).

De acordo com estudos para o Plano de Manejo do PNMT e do PESI, ainda em fase preliminar, a região apresenta clima do tipo Tropical de Altitude. Com base no Mapa de Climas do Brasil, produzido pelo IBGE em 2002, o PNMT se destaca entre duas classes climáticas: Clima tropical Subquente e Tropical Mesotérmico Brando. A estação chuvosa compreende os meses de novembro, dezembro e janeiro, registrando pico no mês de dezembro (328 mm em média entre as duas estações). A estação seca, por sua vez, compreende os meses de maio a setembro, registrando aproximadamente 10 mm no mês mais seco (julho).

O PNMT tem seu limite coincidente com a bacia do Ribeirão do Campo, que deságua no Rio Santo Antônio e então no Rio Doce. Em seus limites encontram-se diversas nascentes, sendo sua região importante para o abastecimento de água mais a jusante.

O PNMT apresenta elevado grau de endemismo por estar localizado em zona de transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica, e ser uma área com nascentes e abundância em recursos hídricos. Além disso, a UC apresenta-se inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e em uma região que de acordo com o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira insere-se na classe “extremamente alta”. Também, o mapa com as áreas prioritárias para conservação no estado de Minas Gerais, classifica a Serra do Espinhaço Meridional com importância biológica especial.

3.3 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Os estudos de percepção ambiental podem se constituir numa importante ferramenta na identificação da representação feita por um grupo ou indivíduo com relação a uma Unidade de Conservação. Em adição, a comparação possível entre as percepções de diferentes grupos (sociais, políticos e econômicos) sobre um mesmo objeto ou área permite a identificação de pontos de vista divergentes e/ou concordantes, o que pode contribuir para uma melhor gestão ambiental (FERREIRA, 2005).

Como vimos, as UCs no Brasil têm sido criadas sem o devido cuidado para com as populações locais que posam vir a ter relações com tal território. Temos diversos exemplos de conflitos

relacionados à criação de UCs e às populações locais, que pelas novas regras impostas, principalmente nas UCs de categoria integral que não permitem populações vivendo em seu interior, não podem mais se relacionar com o lugar da forma com que sempre se relacionaram. Em grande parte dos casos as UCs são criadas sem participação dos moradores locais, ou mesmo estes sendo contrários à criação. Muitos moradores chegam a nem saber da existência de uma UC na sua região ou mesmo onde moram, por meses ou anos.

Assim, ao desnudar um lugar através das vivências, experiências, e olhares dos atores que vivem cotidianamente aquele território, torna-se possível compreender os significados, as aversões e apropriações ali construídas. Os dizeres, as palavras contadas, trazem à tona sentimentos, memórias, representações e percepções daqueles que, por motivos iguais ou não, têm relações com o mesmo espaço, podendo ou não atribuir um sentido de lugar – permeado de afetividade e identidade (SOUZA, L.A.C., 2013).

“A atenção do Geógrafo e dos demais sujeitos de origem urbana que integram o destacamento está pré-direcionada para aqueles elementos que são significativos para um método científico de observação do real e o seu correspondente sistema de organização das informações assim construídas, método no qual a operação lógica mestra da inteligibilidade é a dedução: a inferência do universal ao particular. Eles, conseqüentemente, se importam apenas com aqueles macroelementos que possam ser encaixados nesse sistema de representações pré-constituídas: para a ciência cartográfica, a disposição dos galhos de uma determinada árvore em uma trilha não tem nenhum valor cognitivo, o que importa é a extensão em quilômetros daquela trilha, quais pontos geográficos liga, entre outros elementos. Ao contrário, para o homem da floresta, de cujas configurações sempre mutantes depende sua existência, absolutamente *tudo* é relevante, e sua atenção, sua sensibilidade sensorial moldam-se a partir dessa consciência.” (CONDORELLI, 2014, p. 59, grifo do autor).

ENTREVISTADO I

Criação do PNMT

Para este entrevistado a criação do PNMT foi de forma arbitrária, não respeitando sua identidade territorial e suas práticas com a terra. Quando perguntado se antes da criação do parque ele foi questionado ou mesmo comunicado, ele respondeu:

“Não, perguntaram não. A gente sobrevivia das plantações da gente, mandiocal, roça, canavial. Aí chegaram e “não pode fazer mais.” (ENTREVISTADO I, 2016).

Percebe-se, então, que este entrevistado não participou do processo de criação do PNMT, e desde o início citou a proibição de suas atividades relacionadas a plantação como um fator negativo à criação do parque, principalmente pela forma como essa proibição foi feita; sem diálogo e arbitrariamente.

Ao ser perguntado se sabia o porquê da criação, tanto tempo depois de ter sido criado, sua resposta foi, de forma triste e humilde, que “não”.

“Até hoje não explicaram pra gente. Até então entraram ai, falaram. A pouco tempo veio uma turminha ai, eles mediram a área nossa aqui e não deram detalhe nenhum.” (ENTREVISTADO I, 2016).

Não explicam nada pra gente. Não procuraram saber. Faltou até um pouquinho de respeito com a gente, não faltou?!” (ENTREVISTADO I, 2016).

Nesse ponto da conversa é possível apontar para o sentido de lugar, de casa, e mesmo de território tratados anteriormente. Isso quando o entrevistado cita a “falta de respeito” ao ter sido abordado em sua casa por pessoas desconhecidas, e essas não terem lhe dado o mínimo de informação sobre as medições que estavam fazendo ali. Isso pode ter gerado um sentimento de invasão, de humilhação e subjugação, tratados nas humildes palavras do entrevistado, simplesmente como “falta de respeito”.

Significações

Este entrevistado acredita que ele e sua família já preservavam a área muito antes de ser parque. De acordo com ele preservar já é conhecimento antigo; e que o motivo de ter tantas árvores na região, é justamente pela forma com que eles cuidavam da terra.

Quando questionado se a área deveria ser preservada ele disse que concordava. E sobre como eles lidavam com a terra antes do parque, se eles preservavam, a resposta foi de que:

“Preservava, a gente já tinha esse conhecimento. Eu acho que eles devem gostar mais do terreno nosso aqui é mais pelas reservas que tem. Quando eu era criança isso aqui era puro meloso; não sei se você conhece capim meloso. Era puro capim meloso, não tinha uma árvore. E hoje é mato a roça toda aí. Meu pai foi reservando, deixando uma árvore aqui, plantava semente, foi semeando.” (ENTREVISTADO I, 2016).

“A gente foi achando que tinha que reservar e foi deixando. A gente corta alguma coisinha só quando precisa mesmo pra fazer uma cerca por exemplo. Mas atoa não corta não.” (ENTREVISTADO I, 2016).

Percebe-se que aquela propriedade é uma construção do trabalho de toda sua família durante gerações, edificando cada vez mais uma noção de lugar, próprio àquele grupo. Lugar esse dotado de sentimentos topofílicos ao relembrar um passado não tão distante, onde se plantava e semeava. Mas lugar esse que, após a criação do parque, também corrobora para sentimentos topofóbicos ao mesmo; como o medo de realizarem atividades e sofrerem punições. Quando perguntado se antes era melhor, o Entrevistado I respondeu que

“Era, tinha mais liberdade né?!” (ENTREVISTADO I, 2016).

Ao escutar essa resposta ficou claro o posicionamento do entrevistado com relação às mudanças em sua cotidianidade. Ele preferia antes do parque porque “tinha mais liberdade.” Isso remete a uma falta de liberdade no contexto da cotidianidade após o PNMT, o que reflete em uma visão ruim sobre o parque e mesmo sobre sua própria vida. E embora isso possa ficar apenas na consciência de cada ator, um conflito é criado, podendo extrapolar para ações capazes de caminhar de forma oposta à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Já pelo fim da entrevista, foi questionado o fato da indenização pela propriedade, e se ele achava uma saída interessante. A resposta foi bem direta e expressou de forma muito interessante os sentimentos do entrevistado com relação ao lugar e sua identidade territorial.

“Eu não concordo bem não. Nasci e criei aqui; depois de velho onde é que eu vou?! Como é que eu vou ficar em outro lugar, com novas pessoas, novas amizades, novo ambiente. Pra mim já to no fim da vida. Essas ‘criancinha’ vai levar pro mundo do crime, enquanto aqui ta tudo ‘sossegadinho’. Aqui a gente dorme com as portas e janelas todas abertas aqui. Graças a Deus nada aborrece a gente. Já pensou, tira uns ‘coitadinhos’ desses e leva lá pra cidade grande. As coisas ruim ta quase em tudo lugar né?! Mas a gente sair pra ambientar, pra fazer novo ninho, é mais difícil né?! (ENTREVISTADO I, 2016).

Ações

Já que os moradores internos ao parque são impedidos de realizarem diversas de suas atividades históricas, em suas falas percebem-se poucas “ações” que se relacionam ao PNMT; já que essas ficam mais a cargo dos gestores e do poder público.

Quando questionado se os funcionários dos parques ficam vigiando, a resposta foi de que

“Geralmente fica né. Mas a gente respeita. A gente não dá eles muito trabalho pra chamar a atenção da gente não. A gente respeita, né?!” (ENTREVISTADO I, 2016).

O pessoal do meio ambiente nunca amolou nós não. Só fala que não é pra desmatar e a gente então respeita né.” (ENTREVISTADO I, 2016).

Este entrevistado disse que ele e a família, após a proibição das atividades, prefere respeitar. Mesmo que não concorde com a forma com que foram decididas as coisas e nem com ter que interromper suas atividades, eles preferem respeitar do que ter problemas futuros.

Outro momento da entrevista que pode ser inserido no tópico das “ações” se relaciona a documentação da propriedade para fins de regularização fundiária.

“Fizeram uma reunião lá, falou e falou que todo mundo tinha que arrumar documento daqui, mas tão marrando [sic] mixaria aí ainda. Porque a gente tem documento deste terreno daqui. Mas quando teve a divisão o documento foi grampeado nos autos da divisão lá, então a gente tem o documento, mas não pode nem pegar nele lá. Só um advogado que pode pegar nele lá onde ele ta [...].” (ENTREVISTADO I, 2016).

A documentação das propriedades é um fator que dificulta a regularização fundiária da área do PNMT. Como grande parte das terras dos moradores internos são de herança de posses anteriores, ou negociadas sem o título devido, é necessário que exista um auxílio – o que de acordo com os gestores do PNMT e PESI está em andamento, através de uma parceria com uma OSCIP – aos mesmo na tentativa de auxilia-los em como proceder para que esses possam ter, eventualmente, as indenizações justas e relativas às suas propriedades.

Expectativas

À medida em que se desenrolava a conversa com este entrevistado, foi possível perceber a falta de esperança para mudanças positivas no futuro. Com toda alteração desencadeada pelo advento do PNMT, os pensamentos de positividade já não têm força, dando espaço para sentimentos de desistência, de aceitação. Não há sequer esperança de que sejam indenizados e possam adquirir um outro terreno fora dos limites do parque, no qual pudessem ter suas atividades culturais exercidas. Nas palavras do entrevistado:

“Porque eles vão desapropriar a gente? Não! Outro dia escutei um assunto aqui, sobre essa crise. Que os funcionários do IEF tão com pagamento atrasado, porque não tem dinheiro pra pagar eles. Falei: “Vai ter dinheiro pra indenizar esse tanto de gente?!” Fala a verdade. Não vai mesmo! Nós nunca que ganha demanda do estado. Eles falam que tem que sair, tem que sair né?!” (ENTREVISTADO I, 2016).

A partir disso, foi indagado o que deveria, então, ser feito para melhorar a situação. E a resposta foi, mais uma vez, sem esperança alguma, esboçando um enorme sentimento de derrota, de tristeza. O entrevistado aponta para um conflito em que eles, moradores, jamais poderiam sair vitoriosos. A “batalha” encontra-se perdida.

“Pra nós aqui não melhora nada. Esse parque aqui não melhorou não! Falar com você a bem da verdade, eles fizeram esse parque aqui não com a intenção de preservar nada. Eles fizeram com a intenção de ganhar dinheiro com aquela cachoeira, que é a terceira maior do Brasil. Eles fizeram esse parque pra isso, não foi pra beneficiar ninguém e preservar a natureza nada não. Eles fizeram esse parque aqui foi por causa daquela cachoeira, falou “vou ganhar um dinheirão lá. ” (ENTREVISTADO I, 2016).

Por fim, foi questionado algo que me pareceu óbvia qual seria a resposta. No entanto me surpreendi com tamanha falta de esperança de algo melhor. Esses anos passados desde a criação do parque e a conseqüente mudança em suas atividades cotidianas parecem ter criado sentimentos topofóbicos com relação ao lugar, antes dotado de afetividade e identidade. Ao ser perguntado se preferiria que a vida voltasse como era antes, a resposta foi:

“Eu pra mim nem muita falta vai fazer mais, já tô no fim da vida né?! Agora, esses que estão vindo por ai é que não vão fazer mais nada. Eu pra mim tanto faz quanto fez. Se eles me tirarem daqui e me colocar debaixo de uma lapa lá no meio do mato, os dias já é pouco mesmo. ” (ENTREVISTADO I, 2016).

ENTREVISTADO II

Criação do PNMT

Nesta entrevista também foi alegada a falta de participação e conhecimento prévio sobre os porquês da criação do PNMT. Quando perguntado se havia participado do processo de criação, a resposta foi enfática:

“Não, não, não! Chegou, “oh, é parque!” Não teve conversa com ninguém não. Tanto que não tem assinatura de ninguém. Até hoje não. Pessoal aqui não assinou nada. Nós respeitamos todo mundo. Os que mexe na prefeitura que é essa área aqui, eles respeita a gente também.” (ENTREVISTADO II, 2016).

Perguntou-se então, se após a criação os funcionários do parque deram alguma explicação, mesmo que apenas para esclarecer o mínimo. Mas aparentemente nem isso foi realizado de forma respeitosa. De acordo com o entrevistado,

“Não. Pelo que contaram desse parque, aqui não tinha morador, ninguém tinha terreno aqui. O que eles alegaram lá foi isso. E muitos coitados hoje que tão embarcados nessa barca furada aí, eles não têm culpa nenhuma. Esses rapazes mais novos aí não têm culpa de nada.” (ENTREVISTADO II, 2016).

Para este entrevistado alguns dos atuais funcionários não têm relação com a criação do PNMT, sendo inclusive, de certa forma, vítimas de um discurso inicial de que não havia morador na área do parque. De fato, os atuais funcionários e gestores, tanto do PNMT quanto do PESI, não fizeram parte do processo de criação. E, de acordo com o que foi levantado pelas conversas com os diversos atores, esse relato de que “não haviam moradores” é falso. Inclusive, essa informação só foi dada pelo Entrevistado II. De qualquer forma, a falta de esclarecimentos dos porquês da criação, cria uma atmosfera fértil para o desenvolvimento de lógicas excludentes e conflituosas, dificultando a aceitação da UC por parte dos moradores e gerando resistência e possível reação contrária à preservação.

Significação

Nessa entrevista os relatos não foram tanto no campo das significações do lugar, mas grande parte do que foi falado caminha no pilar das ações, como pode ser observado abaixo. Durante a conversa foram várias as falas em tom de desabafo com relação às ações dos gestores e do poder público, e menos no sentido da significação do lugar.

Aqui é destacada uma resposta feita à questão que indagava sobre sua cotidianidade antes e depois da criação do parque. E se era melhor (sua vida cotidiana) antes do PNMT. Sobre isso a resposta foi de que

“Antes era. Tinha mais problema também né. Ninguém respeitava nada. As vezes vinha nego de fora. Você estava dentro de casa e escutava o cachorro latir pra esses mato a fora, você não sabia nem quem que era. Ai você escutava era um tiro ai, e quem era bobo de ir lá? Hoje não tem isso mais, hoje acabou tudo. Nesses pontos a gente tem mais tranquilidade. Pra umas coisas foi bom, mas pra outras.” (ENTREVISTADO II, 2016).

Com essa resposta, percebe-se que o entrevistado entende que a criação do parque trouxe mais segurança para a região, talvez no sentido em que a partir de então existem regras no uso da terra e fiscalização constante; o que acarreta em maior “tranquilidade” no que diz respeito a presença de pessoas estranhas. Mas, mesmo com esse ponto de vista, a ideia de terem reguladas e proibidas suas atividades, ainda traz um sentimento de perda, muito provavelmente da liberdade.

Ações

A maior parte das falas dessa entrevista foram direcionadas para o pilar das “ações”; sejam essas por parte dos próprios moradores ou dos poderes públicos, por meio do IEF ou da gestão municipal. A conversa caminhou quase que sua totalidade num tom de desabafo por acontecimentos que marcaram a consciência do entrevistado.

Os apontamentos dessa entrevista trazem o IEF como grande responsável pelo descontentamento dos moradores, já que este seria o órgão mais restritivo e punitivo. Enquanto a gestão municipal seria mais aberta e mais próxima dos moradores, não interferindo tanto em sua cotidianidade.

Quando questionado sobre qual órgão, estadual ou municipal, fazia mais pressão sobre suas atividades, a resposta foi de que

“Infelizmente mais é o pessoal do IEF. Esses da prefeitura aqui não ficam enchendo o saco da gente não. O IEF é pior, eles amolam mais. Esses outros ai não amolam não [...]. Se chegar pra mim e falar “não pode!”, eu não vou teimar não.” (ENTREVISTADO II, 2016).

A partir disso a conversa foi engrandecida com falas muito interessantes com relação mesmo ao que poderia ser feito, na tentativa de minimizarem os conflitos e valorizarem os moradores internos.

“Acho que o pessoal do IEF, enquanto eles não resolvem a questão, eles deviam trabalhar junto com quem tá dentro do parque. O negócio deles é só ficar esperando o cara vacilar pra depois eles meterem o ferro. [...]” (ENTREVISTADO II, 2016).

A gente tentando ajudar, enquanto eles não pagam pra gente, eles só vão pra olhar se a gente tá fazendo alguma coisa de errado, só pra poder ferrar [sic] a gente. Eu achava que eles deviam; igual, a gente trabalha no lugar, precisa de mexer com aquilo. Acho que eles deviam ir lá pra orientar a pessoa. Falar se pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Porque falar com a gente mais ou menos. Você mexe no terreno, você precisa usar ele. Você pode fazer alguma coisa naquela parte, naquela você não pode. O que não pode nem gasta falar não que a gente já sabe. O que não pode fazer é tudo. Não pode fazer é nada mesmo. Então eu acho que tinha que tratar a gente que usa bem.” (ENTREVISTADO II, 2016).

É de extrema importância ponderar sobre essa fala, já que essa traz no mínimo dois pontos inerentes ao conflito estabelecido pelos parques. Um é o fato de os moradores e proprietários não terem sido indenizados por suas terras; e outro é a aproximação dos gestores com a realidade dos moradores internos. Como seria possível sobreviver a partir da total exclusão de suas atividades cotidianas? De acordo com o disposto em Lei, essa possibilidade viria da indenização devida a cada propriedade. Mas como sobreviver sem suas atividades e sem a devida indenização? É nesse sentido que se faz muito coerente a fala do entrevistado ao apontar para a necessidade do aproveitamento desses moradores na própria gestão regional; afim de que estes sejam orientados e que haja um parcelamento do uso do solo para o desenvolvimento mínimo de suas atividades. No entanto o percebido pelo entrevistado é justamente o afastamento ao diálogo e participação dos moradores, sendo as conversas, em muitos casos, marcadas por ameaças; que certamente geram medo e receio.

“Aqui teve época de chegar aqui e fazerem até ameaça com a gente. Quando começou o parque aqui teve ameaça mesmo. Eles ameaçavam a gente aqui. Chamaram policial aqui e eu não sei nem porquê. [...] Eles chegaram aqui falando que eu que tinha posto o fogo lá embaixo. Falei: “Olha a distância que eu estou.” [...] “Não, é você mesmo. É você mesmo.” A sorte é que chegou um vereador aqui. Falou, “vocês estão ficando loucos. Olha a distância que tá lá. Eu acho bom vocês deixarem esse menino em paz e irem embora, se não vai complicar pra vocês.” Rapidinho eles entraram no carro e foram embora.” (ENTREVISTADO II, 2016).

Igual as vezes sai um fogo aí. Daí não foi a gente que pôs o fogo nem nada. Passa um vagabundo e põe o fogo, aí eles vêm em cima da gente. A gente tá ali dentro, aí a gente é responsável pra eles né?! E eles vêm em cima mesmo. Principalmente o chefe³⁶. Outro dia fiquei meio enfezado com ele, porque eu tava indo pra Conceição e aqui tinha um punhado de latinha que era pra levar embora. Que ele fez um compromisso com a gente de ele pegar. Daí tem um tanto de saco de lixo ali que ele tratou de pegar e até ontem ele não veio aqui pegar [...]” (ENTREVISTADO II, 2016).

Tradicionalmente o lixo não utilizado pelos moradores é queimado ou enterrado, no entanto essa prática não agrada aos gestores. Inclusive pelo consumo cada vez maior de descartáveis plásticos e metálicos, também consequência direta da proibição das atividades relacionadas à

³⁶ Marcos, gerente do PESI.

plantação e pecuária, já que com isso existe a necessidade do consumo do alimento industrializado.

Com grande parte do lixo sendo inorgânico, a diretriz é de que os moradores devem levar tal tipo de lixo até o povoado de Tabuleiro do Mato Dentro, o que raramente ocorre. O lixo continua a ser queimado e enterrado e, em alguns casos, jogados em fendas profundas (como observado em campo) onde os gestores dificilmente perceberiam. Visto que as casas são distantes do vilarejo e que é uma dificuldade enorme para os moradores levarem seus lixos, a ideia de esse lixo ser coletado por funcionários do parque é a mais coerente para solucionar essa questão. E visto a fala anterior apontar para um acordo em que essa coleta aconteceria, foi questionado se o combinado era de virem pegar o lixo. E a resposta foi positiva.

“É. Ele (Marcos) fez uma reunião aqui. Ele fez uma combinação de passar aqui e pegar. Agora que que nós fazemos?! Ele (lixo) tá amontoado ali, nós vamos pagar [...] pra tirar daqui e levar pra nós. Vaso velho que tá ali, perigoso até de dengue. E Marquinho falou que vinha aqui buscar [...].” (ENTREVISTADO II, 2016).

Tem umas coisas que se não tiver unido com a gente, a gente não consegue também.” (ENTREVISTADO II, 2016).

O entrevistado aponta, mais uma vez, para a necessidade de ser ajudado pelos gestores. A situação já não é a ideal para os moradores, com todas as proibições feitas às suas atividades; e ainda é dificultada, como nesse caso do lixo. Enquanto os moradores se mostram conscientes com relação às restrições e procuram se desdobrar na tentativa de adequação de seu modo de vida, os poderes públicos dificultam o próprio sucesso da UC.

Ainda falando sobre as formas em que foram e são tratados pelos poderes públicos, mais uma vez o entrevistado trouxe o distanciamento entre os gestores e os moradores internos. Ele disse:

“Não sei se você sabe, teve uma época aí que eles cortaram um pouco o poder do IEF. Eles tinham um poder do c* [sic]. Quando eles estavam fera mesmo era tenso. Eles multavam, brigavam, até prender eles podiam. Hoje eles não podem mais não. E toda reunião que eles fazem, eles nunca deixam as pessoas falarem não. Só eles que falam. [...]. Eles mesmo falam e eles mesmo respondem.” (ENTREVISTADO II, 2016).

Expectativas

Sobre as expectativas não houve muita conversa, talvez pelo entrevistado admitir um futuro ruim, sem perceber pontos de positividade. Quando indagado sobre qual seria a tendência do cotidiano, se melhorar ou piorar, a resposta foi curta:

“Acho que a tendência é piorar.” (ENTREVISTADO II, 2016).

ENTREVISTADO III

Criação do PNMT

Este entrevistado, assim como todos os outros moradores internos ao PNMT, não fez parte da criação da UC. Quando questionado se sabia sobre a existência do parque a resposta foi positiva, mas ao perguntar se sabia o porquê da criação, a resposta foi simples:

“Não sei não.” (ENTREVISTADO III, 2016).

Esse tipo de resposta foi comum aos moradores, já que de fato não foi respeitada suas relações com o lugar.

Significação

Sob o prisma dos significados do parque e do lugar para este entrevistado, a cotidianidade só piorou. Ao ser indagado sobre o que muda com a criação do parque, a resposta foi de que

“Muda bosta nenhuma. Só está piorando... A gente não pode fazer nada. Que que a gente faz? [...] Era bem melhor. Atrapalhou bem. Tem jeito de fazer nada né?! Impediu de fazer uma coisa, de fazer outra. A gente fica até meio sem saída. Antigamente a gente mexia não tinha nada disso. Agora atrapalhou tudo. A gente nessa idade estranha muito. Muda tudo.” (ENTREVISTADO III, 2016).

Mais uma vez é possível perceber o descontentamento relativo à proibição de suas atividades. O sentimento é de que não há nada que se possa fazer, é de prisão, de rompimento de sua identidade territorial, de distanciamento com o lugar. É de um cotidiano triste, onde não se compreende o porquê de tamanha mudança. Questionei se a prática do fogo era feita com cuidado antes da criação do parque, no sentido de avaliar a preservação da região pelos moradores, já que foi dito que eles já preservavam anteriormente ao parque. A resposta foi de que

“Tomava cuidado. Quando dava umas chuva, aí queimava uns pedaço, e não deixava o fogo entrar no mato. Eles nunca vão vencer isso não meu filho! Até o mundo acabar e eles num vai vencer isso. Eu to de idade, eles falam que eu to caducando, mas eles nunca vão vencer o fogo não. Enquanto eles tão vigiando por um lado, tá queimando por outro. Até fora daqui. Em qualquer lugar.” (ENTREVISTADO III, 2016).

Continuando sua fala, o entrevistado alegou que ali nunca seria um parque efetivo, já que não possui um cercamento completo e vigilância em diversos pontos. Em suas palavras

“[...] isso aqui nunca vai virar parque. Porque aqui tem várias chegadas, e diz que parque é uma chegada só. Como que eles vão tirar essas chegadas aqui? Essa da Lapinha pra cá?! Desde que

me lembro de criança tem essa trilha da Lapinha pra cá. Eles não vencem não. ” (ENTREVISTADO III, 2016).

Na tentativa de escutar mais sobre seu sentimento com relação ao lugar, foi perguntado ao entrevistado se ele gostava da natureza do PNMT. E como resposta tive algo que não deixa dúvidas sobre um sentimento de lugar e identidade.

“Eu gosto. Eu gosto daqui demais. O lugar que eu gosto mais é aqui. [...]. Queira ou não queira a gente tem que sair né?! A gente não tem vontade não, mas o que vai fazer né?! Porque a gente é acostumado com o lugar desde criança né. ” (ENTREVISTADO III, 2016).

Ações

Quando perguntei se o entrevistado havia feito parte do processo de criação do parque, obtive resposta além do perguntado, já em tom de desabafo pelas proibições vindas com a UC. Se percebe que a alteração da cotidianidade é algo extremamente feroz e negativado pela maneira como é posta.

“Eles inventou esses parque ai. Teve um dia que eles veio me amolar eu disse que eles não me amolassem eu não. Eu tava batendo esse pastozinho [sic] aqui no fundo; passaram pra frente e na volta eles falaram que [...] era melhor eu parar. Eu disse que “não paro não”. Se eu não puder limpar minha porta pros bicho, quem que vai limpar. Falei com ele: “você pode ir lá em Conceição e entregar eu. Tem importância não que eu vou lá. Eu com minhas criaçãozinha [sic] que eu tenho... Se eu sair daqui eu não mexo não. Mas se eu ficar aqui eu tenho que mexer. O que vai me divertir aqui? Levanta de manhã cedo e fica aqui sem fazer nada?!” (ENTREVISTADO III, 2016).

A relação com a terra e as atividades desenvolvidas culturalmente são mais que apenas modos de sobrevivência, como se pode perceber pela fala anterior. Mas fazem parte de uma cotidianidade estabelecida com o lugar. Para este entrevistado, a infelicidade está em não poder cuidar de sua casa da forma com que sempre fez, não poder ter sua diversão por meio de suas criações.

Continuando a conversa, o entrevistado trouxe um pouco do conhecimento adquirido no mundo-vivido sobre o fogo e as queimadas e contrapôs à forma com que os funcionários dos parques tratam a mesma situação.

“Eles falam esse negócio do fogo, eles deviam arrumar um jeito de acerar os matos. Quando chove, quando dá uma chuva, ai você põe o fogo na beira do campo assim, e não entra nos mato. Quando vem o fogo não queima as mata né?! Mas isso eles não faz. E nem deixa ninguém fazer. ” (ENTREVISTADO III, 2016).

“Veio um fogo lá de cima da serra, do ribeirão lá, queimou até cá na frente. E os que tá trabalhando no parque, quê que eles fez ainda? Esses matinho [sic] aqui em cima nunca foi queimado, a cabeceira dele queimou. E eles fica acerando a cerca pra fora pra evitar de queimar o pasto. O pasto não tinha importância queimar, o mato que tinha dúvida né?! Eles deixou o fogo queimando no mato e acerando a cerca pro fogo não passar pro pasto. Isso não é errado? Eles deviam ter deixado queimar o campo né?! E acerado o mato. Eles deixaram o fogo queimar a cabeceira desse

mato ai. Queimou um pedaço bom ai, que ele nunca tinha queimado. Nesse ponto ai eles num é errado? Se deixasse queimar pra cá, é pasto né, dai o fogo saia. Eles acerou, deixou o fogo pro mato pra não queimar o campo. Eu achei errado por conta disso. E quando a gente fala, eles fala que tá caducando³⁷. Mas a gente conhece os erros. Conhece os direitos e conhece os erros também.” (ENTREVISTADO III, 2016).

Mas negócio de fogo, eles nunca vai evitar fogo aqui nessa terra. Eles fica deixando o capim crescer, vai deixando... Na hora que pega um fogo também, não sobra nada. Não aparece quem pôs e nem quem não pôs. Quando o fogo aparece aí, aparece quem pôs ele?” (ENTREVISTADO III, 2016).

Visto o conhecimento do uso do fogo pelo entrevistado, perguntou-se sobre a percepção sobre suas atividades, se essas poderiam causar danos à UC ou não. E a resposta foi negativa, de que suas atividades não causavam dano ao parque, já que eles preservavam as matas e nascentes.

Expectativas

As expectativas são as piores, afinal se ficar do jeito que está não é bom, e ir para um lugar novo em que também não se possa manter suas atividades culturais, não é interessante. Quando questionado como imaginava o futuro, o entrevistado respondeu que

“Ah, vai é piorar. Melhorar não melhora não. Pode é piorar. A gente não tem vontade de sair, a gente quer as criaçãozinha [sic] da gente. Pra onde a gente for a gente não vai poder mexer com nada. É um tal de morar vizinho pertinho do outro assim... Pode mexer com alguma coisa? Pode mexer com nada né?! Tem que abandonar é tudo.” (ENTREVISTADO III, 2016).

ENTREVISTADO IV

Criação do PNMT

Este entrevistado, apesar da ciência da existência do parque, não fez parte do processo de criação e, de acordo com ele, “foi criado sem ninguém saber” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Ao ser questionado sobre os motivos da criação ele respondeu:

“Não sei. E acho que nem existia motivos, porque continua a mesma coisa do tempo que criou pra cá. Preservação não existiu mais que existia, né?! Até menos às vezes.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

³⁷ Sobre isso Porto-Gonçalves (2006) traz uma bela explicação quando diz que “toda cultura observada de fora ou sob a ótica de outros valores aparece como irracional. Em suma, toda e qualquer cultura é um sem sentido que faz sentido para as pessoas que nela vivem. Nenhuma cultura é, assim, racional, ao mesmo tempo que todas o são do ponto de vista de seus próprios valores.” (PORTO-GONÇALVES, 2006; pg. 96).

Significação

Ao passo em que se desenrolava a entrevista, ficava claro, mais uma vez, que a relação com a terra, com poder plantar, criar animais, ser autossustentável, era a vida daquelas pessoas. Quando interrogado se o parque teria sido bom, a resposta foi a seguinte:

“Não acho. Eu gostaria de que tivesse uma pesquisa com as vezes, uns 30% das pessoas pra saber se é eu que to errado. Mas eu vejo muita gente que não depende da serra e é contra. Mas a gente aprende a viver com aquilo que existe, né?!” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Após isso, perguntou-se como o entrevistado descreveria o parque. Tal descrição veio no sentido das proibições, o que aparentemente é o mais latente na consciência dos moradores.

“Eu acho que ele tirou a liberdade muito, do povo. As últimas rendas que tinha, que o pessoal pegava, era flor seca, e eles proibiram tudo. E era uma coisa que era bem rentosa [sic] pro pessoal todo; pro pessoal do Tabuleiro. E hoje ela praticamente nem existe né?! Porque o pessoal queimava os campos, queimava com controle; e ela brotava muito. Mas agora que o capim cresceu a gente nem vê mais. E muitas espécies acabaram!” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Percebe-se em vários momentos da entrevista o quanto o entrevistado não acredita na ideia da preservação advinda da UC. De início ele diz acreditar ser menos preservado agora do que antes do parque. E no trecho transcrito acima, mais uma vez fica claro esse posicionamento.

Quando questionado sobre quais os elementos naturais (da natureza) ele mais gostava, foi dada uma resposta que remete ao uso da terra. Natureza para este entrevistado é poder plantar, poder comer as coisas produzidas na terra, é “tirar o leite”. Diferentemente de quem criou a UC, advogando pela preservação da cachoeira, pelo fim das criações de gado, pelo fim das plantações, os moradores internos entendem a natureza como sua própria vida, sua cotidianidade. Faz parte de sua identidade a plantação, a criação de animais; isso é natureza. Como disse este entrevistado

“O que mais gosto da natureza é tudo, né!? Gosto de plantar, comer as coisas daqui mesmo. Eu planto coisa de horta, tenho tudo. Gosto de tirar o leite, que faço a vida toda e meu pai já fazia isso. Então a gente já se acostumou com isso. Eu gosto de tudo da natureza.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Ao perguntar se ele achava que a área do parque deveria ser preservada, a resposta foi a seguinte:

“Uai, as nascentes tudo eu acharia. Tem que ser preservada pra pessoa tirar algum proveito e preservar né?! Porque eu acho que a nascente é tudo né?! Tem que ser preservada mesmo.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Sobre o que mais havia mudado após a criação do parque, mais uma vez a resposta foi sobre a “liberdade”.

“Mudou a liberdade né?! Do pessoal. Hoje ninguém tem liberdade pra fazer nada. Trabalha tudo como se tivesse roubando. Tudo com medo. O pessoal fugiram tudo pra cidade; que aqui próximo mesmo tinham muitos moradores, passou tudo pra um dono só, uma fazenda só, tem ninguém mais, tem um menino tomando conta, onde tinha uns dez moradores.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Esse entrevistado é um dos que conseguem se inserir no circuito turístico e aproveitar financeiramente, principalmente fornecendo hospedagem e alimentação para quem faz a travessia Lapinha-Tabuleiro. Mas, mesmo sendo mais bem-sucedido financeiramente após o parque e o incentivo ao turismo, ainda existem mudanças em sua cotidianidade que o fazem desejar a volta de como era antes. Quando questionei se era melhor antes do parque, a resposta foi que

“De tranquilidade melhor. Financeira eu não digo, porque financeira melhorou pra todo mundo. Todas as áreas quase. Mas de tranquilidade e paz era melhor. De certa forma agora é melhor né?! [...] Eu acredito que pra muitos mudou muito mais que pra mim, e pra pior. Porque pra mim, se mudou umas coisas pra pior, porque eu não planto roça, essas coisas; mas já tem o turismo que me ajuda né. Financeira eu não posso falar que piorou.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Ações

Ao perguntar se o entrevistado continuava com a mesma produção de antes do parque, já que ele ainda mantém algumas atividades, a resposta foi que

“Eu não continuo porque antes a gente plantava mandiocal, essas coisas, e era coisa que a gente tinha renda, fazia farinha pra vender. Mas ultimamente a mão de obra ficou tão difícil, que mesmo que se pudesse desmatar a gente não conseguia fazer isso mais. Mão de obra hoje é muito cara, né?!” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Este entrevistado traz uma nova perspectiva sobre o declínio de sua produção, que está relacionada, também, ao aumento do valor da mão-de-obra. Então perguntei se ele havia deixado de exercer apenas essa atividade (plantação de mandioca e produção de farinha), e tive como resposta

“É, deixei. Ultimamente não tem como. E eles proibiram tudo também. Até plantar.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Após isso indaguei sobre a consciência dele com relação à proteção da natureza, e se ele acreditava fazer “mal” para a natureza com suas práticas.

“Não, não acho. Eu tenho minha nascente ali e está fechada a uns vinte anos. E não existia ninguém mandando ou não. E eles não fecharam nenhuma. Então acho que pra proteger eles tinham que fechar também.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Esse é um ponto que merece atenção. Isso porque os gestores dos parques alegam que os moradores queimam as matas ciliares de nascentes, intensificando os processos destrutivos das

mesmas. No entanto todos os moradores deram entrevistas no sentido contrário; de que a preservação das nascentes é de extrema relevância para sua própria produção e vida cotidiana. Afinal toda água utilizada em seu dia-a-dia, seja para plantações, criações ou mesmo para banho e alimentação vem de nascentes localizadas em suas próprias propriedades.

A fim de perceber a relação que o entrevistado tinha com o PNMT, foi questionado o que ele utilizava dos elementos internos ao parque, como a sede e a cachoeira de Tabuleiro. Percebe-se pela resposta dele que sua visão sobre parque e natureza é algo completamente distinto da visão de quem cria e consome as áreas naturais protegidas. Os homens da cidade, distantes da vida no campo, veem, por exemplo, a cachoeira do Tabuleiro como algo magnífico, grandioso. Fala-se para todos que é a terceira maior queda do Brasil e a maior de Minas Gerais, enquanto para o morador da região, ali significa apenas um ponto geográfico de localização, nada muito além disso.

“Nem conheço a sede. Cachoeira eu já fui uma vez antes do parque e outra vez depois, acho que estava criando o parque, aqui de cima.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Questionei se havia algum trabalho de educação ambiental com os moradores, se havia palestras frequentes.

“Não, não. Nunca teve.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

E ao perguntar sobre as suas atividades gerarem dano ao parque, a resposta veio, mais uma vez apontando para a diferença de conhecimentos, seja o tradicional e o científico.

“Uai, eu acredito que não. Os pastos que eu bato já vem de pasto pra mais de quarenta anos. Mas eu não sei né, tudo que a gente faz eles dizem que é errado. Eu tenho um pouquinho de vaca, mas eu não queimo pra elas. Coisa que é pra me dar problema eu jamais faço, só se eu não souber né?! Então eu não queimo, eu compro ração e acho que elas degradam muito pouco. Eu acho que elas até ajudam, pois no mato que elas entram, quando vem um fogo, é fácil [sic] de apagar ele; porque fica limpinho [sic] por baixo, né?!” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Aproveitando dessa linha de raciocínio indagou-se o que ele acreditava que deveria ser feito para preservar melhor a área e a resposta foi:

“O que a gente acha é coisa que eles não concordam. É não deixar a vegetação subir tanto. Isso é o que o pessoal mais velho fazia todo ano. Nunca queimava a mata. E dois anos atrás, ou três, queimou tudo. No tempo de eu criança, aquelas noites que choviam mesmo, no outro dia meu pai ia queimar em volta dos matos. É a cultura própria deles né, que não tinha ninguém mandando pra não queimar as matas. E hoje eles não queimam nada; fez uns acero louco aí na beira da estrada que eu não sei que sentido teria isso.” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Expectativas

Ao ser questionado sobre o futuro de sua cotidianidade, este entrevistado disse não saber o que pode vir a acontecer. De acordo com ele:

“Isso eu não tenho essa previsão não. O que que pode acontecer não. Ta no escuro. ” (ENTREVISTADO IV, 2016).

E, quando perguntado sobre o que gostaria que acontecesse em relação à desapropriação e indenização, ele respondeu:

“Não. Pra mim dinheiro não compraria não. Preferia ficar aqui. [...]. Dá pra levar. Por que, o que a gente podia sugerir é outra terra igual, e não tem. Eles não vão conseguir. É ruim, mas é um ruim bom pra mim né?!” (ENTREVISTADO IV, 2016).

Mesmo com as dificuldades pelas proibições vindas da criação do parque, este entrevistado ainda preferiria permanecer no lugar em que viveu toda sua vida. Um ponto que provavelmente interfere nesse pensamento é o fato de esse entrevistado ser aproveitado pelo circuito turístico, e com isso manter uma renda em que o possibilite ter uma vida digna. Apenas dois moradores internos ao PNMT são aproveitados no circuito turístico, por estarem na rota da travessia Lapinha-Tabuleiro e pelo parque não possuir nenhum ponto de apoio, se utilizando dessas propriedades para esse fim. Fica claro que a vontade de permanecer é pela ligação com o lugar, na tentativa de manter sua identidade territorial; mas a renda vinda da atividade turística é um alento a quem não pode mais exercer suas atividades culturais. Vale pensar o quanto seria interessante inserir todos os moradores na gestão e funcionamento da UC, talvez aproveitados no circuito turístico, na tentativa de minimizar as diferenças, possibilitando uma maior aceitação dos moradores ao parque, aproveitando seus conhecimentos e consequentemente melhorando sua cotidianidade e a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

ENTREVISTADO V

Criação do PNMT

Ao ser questionado se o entrevistado havia participado da criação do PNMT a resposta foi negativa. De acordo com ele, só ficou sabendo após a criação.

“Ah eles chegavam ai medindo, dizendo que ia aparecer uns negócio bão, pra gente vender uns trem... Vender o que?! Pra alguns melhorou né [...]. Aqui não! ” (ENTREVISTADO V, 2016).

Significação

Muito da fala desse entrevistado foi, assim como outros entrevistados, direcionada para uma significação utilitária da natureza. A ideia de natureza protegida sem a presença de atividades humanas é algo distante da compreensão de mundo para os moradores internos ao PNMT. Dessa forma, se aproxima, para este trabalho, os pilares da “Significação” e das “Ações”. Optou-se por incluir nessa temática as falas transcritas abaixo pois, mesmo ditando sobre ações ocorridas, trazem sentimentos e percepções sobre as relações instituídas antes e após o parque.

Ao ser perguntado o que havia mudado com a criação da UC, e a resposta foi:

“Agora a gente não tem ganhão [sic] de nada e não pode plantar. Vai plantar eles enchem o saco, né?! Vê uma fumacinha [sic] de fogo eles já vem em cima. Se você vai bater um pasto eles tão enchendo o saco.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Foi questionado então, se já haviam dito a ele sobre a possibilidade de desapropriação e indenização. De acordo com ele, os funcionários disseram

“Que ia indenizar o povo, mas até hoje não saiu essa indenização. Falou que ia plantar capineira³⁸ pra gente tratar da criação pra gente não precisar bater o pasto. Isso tem quanto? 10 anos.” (ENTREVISTADO V, 2016).

“Pra alguns pode ter melhorado, mas pra mim piorou.” (ENTREVISTADO V, 2016).

“Antigamente a gente podia tirar umas candeias pra vender. Ganhava um dinheiro. Ganhava não, dava um dinheirinho [sic]. Ao menos pra manter mais ou menos né?! Agora não tá entrando nada. Se não fosse o aposentozim [sic] (aposentadoria) da gente, a gente tava era morrendo de fome. Dá pra comer né?!” (ENTREVISTADO V, 2016).

Então perguntei o que o parque representava para ele. Sua resposta foi em tom de mudança em seu lugar. Mudança tamanha que já não faz mais sentido permanecer ali.

“Pra mim não está representando nada. Pra mim piorou. Se eles me dessem um dinheirinho bom eu saía daqui. Comprava um terreninho [sic] e ficava lá. Porque o que eu quero é terra, o que eu quero é roça. Cidade não, cidade eu não sei fazer nada. Aqui eu sei plantar de tudo. De tudo que falar pra eu plantar eu sei plantar.” (ENTREVISTADO V, 2016).

³⁸ “O capim mais utilizado para formação de pastagem na Zona Bragantina é o quicuío-da-amazônia (*Brachiaria humidicola*), cuja produção de forragem é baixa e de qualidade inferior, especialmente no período seco. Isso impede se obter uma produtividade elevada de leite. Para minimizar esse problema, uma das alternativas frequentemente usada pelos produtores é a capineira, para produção de forrageira de corte. A produção e o valor nutritivo de forrageiras de corte dependem de vários fatores, entre os quais o tipo de forrageira (espécie ou variedade), as condições climáticas e de solo, e o manejo de corte, especialmente à idade da rebrota.” (EMBRAPA, 2005, p.1. Em <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/GadoLeiteiroZonaBragantina/pagin as/fcapineira.htm>>).

Ao ser questionado sobre o que ele pensa sobre preservação e se ele concordava com a preservação da área do parque, mais uma vez o ponto de vista é o de que antes era mais preservado, e da necessidade de se proteger áreas de nascente.

“Eu acho né. Você queimar na cabeceira de uma água é contra lei. Sem água ninguém é nada não. Mas eles tão falando que é queimada que tá secando as águas, mas não é não. Você é menino ainda. Antigamente chovia sessenta dias sem ver sol. Hoje dá uma pancada de chuva e passa sessenta sem chover. O povo acha que chove muito, mas não chove muito. É que na cidade, qualquer chuvinha a água não tem pra onde ir, ela volta pra você, não tem terra pra ela adentrar.” (ENTREVISTADO V, 2016).

“Antes era muito mais preservado. Se aparecesse um fogo ai juntava aquela turma de homem e apagava ele logo de uma vez, e ninguém via o fogo mais. [...]. Agora se eu vejo um fogo eu nem chego perto. A não ser que esteja queimando alguma casa, o terreno. Pode queimar quanto quiser. A idade da gente não dá pra isso mais né. E nós num pode fazer o que gente gosta né.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Perguntado sobre o que havia mudado com a criação do parque, a resposta volta à privação de suas atividades, e de como era melhor antes.

“Só de não queimar a campina pras criação num morrer com capim seco, já é uma né. Já é uma perdição né. Antes era muito melhor. O povo panhava [sic passim] essas florzinha do campo. Mulher, menino, que não tinha nada pra fazer, ia pro campo, enchia um saco de flor e vendia. Hoje se eles panhar panhando uma flor, eles prende eles. A flor que sai do campo ai, com seis meses acabou né?! Ai você aproveitava ela, panhava ela, e vendia. Eu mesmo panhei muita. A uns vinte e cinco anos atrás aqui era bem melhor. Meus meninos viviam tudo comigo, podiam viver aqui. Me ajudavam a fazer carvão. Ajudava a tirar madeira, ajudava a plantar. Agora teve que sumir tudo.” (ENTREVISTADO V, 2016).

A única renda que este entrevistado possui atualmente é a da aposentadoria rural. De acordo com ele, se não fosse isso, não daria nem para se alimentar propriamente. As privações em sua cotidianidade representam uma piora sensível em sua vida, como visto em sua fala. O entrevistado cita uma ação, em que os funcionários dos parques iriam fazer para evitar a queima do pasto para as criações, com o plantio de capineira. No entanto, em suas palavras, isso tem mais de dez anos e ainda não aconteceu. E acordos não cumpridos, como esse exposto, contribuem ainda mais para o afastamento entre moradores e UCs, na medida em que pode existir falta de confiança entre as partes e a criação de uma sensação de estar sozinho, desamparado, sem o apoio do poder público. E, ao se sentir assim, o morador pode optar por revanche, por vingança, agindo exatamente de forma contrária àquela solicitada.

Ações

Em um dado momento da conversa, em que o entrevistado falava sobre preservação das matas ciliares, foi questionado se então eles já preservavam essas áreas. A resposta foi

“Claro. A água ta preservada ali. A gente tem um bicamente de água ali. Deixava o mato por cima dela. Nunca rocei um matinho por cima dela. Tem um bicamente de água ali. Eu até puxo água de lá.” (ENTREVISTADO V, 2016).

O entrevistado, também deu vários relatos interessantes de como já foi abordado por estar fazendo certo tipo de atividade. Em sua fala é possível perceber um certo distanciamento do diálogo entre os gestores e funcionários dos parques e os moradores. Não parece haver uma conversa amigável nas histórias contadas por esse entrevistado; mas sim uma tentativa de repressão forçada, utilizando-se, inclusive, da Polícia Militar Ambiental, do uso de helicópteros, de multas e ameaças de prisão. Nas palavras do entrevistado:

“Um dia eu tava ali cortando um brejo, chegou os vigias do parque. Pôs a mão pra cima e disse “Pó parar”. Ai parei um ‘pouquinho’. Ele: “Não, você não pode desbotar essa água aqui, essa água vai secar”. Falei: “Tô desbotando aqui, porque de vez em quando a vaca vem aqui e cai no barro. Como que eu vou tirar essa vaca só eu mais minha mulher só?! Num tô prendendo água não. Se estivesse prendendo água ou mandando ela pra cima eu ia secar ela. Mas ta correndo direto.” “Nós vamos plantar uma capineira aqui pra você. Pode parar com isso.” Parei. Foram embora, e eu acabei de fazer o serviço que eu tinha que fazer né?! Quê que eles vai fazer comigo?! Tem 70 anos que eu moro aqui. Quê que eles vai fazer comigo?” (ENTREVISTADO V, 2016).

“Um dia eu plantei uma braquiária ali embaixo capinada de enxada. Ai eles me entregaram eu, a florestal. Helicóptero veio pra pousar ali, mas não conseguia pousar. Falei “vai quebrar a telha da minha casa.” [...] Daqui a pouco ele pousou perto de mim. Eu tava lá capinando veio a polícia e pôs a mão na minha frente: “Você não tem medo não? Você não correu?!” Falei: “um homem velho desse correr?! Tô cansado!” Eles: “Olha o desmate que você está fazendo.” Falei: “Desmate de enxada?! Desmate de enxada é muito ruim né?! Desmate é com trator né?!” (ENTREVISTADO V, 2016).

“Aqui o povo fazia carvão, não precisava de nada, não precisava de licença né?! Isso a uns trinta anos atrás. E deve ter uns quinze anos que eles vieram aqui, o mato já estava grande. Falei: “Aqui tem cinco dúzias de candeia, que eu tirei pra poder cercar minha horta ali.” Ai eles puseram na multa que acharam vinte e cinco metros de lenha cortado. Cinco dúzias pra vinte e cinco metros de lenha é muita diferença né?! Ai eu fiquei acompanhando eles; todo dia uma intimação lá do fórum pra eu ir lá. “Paga a multa!” “ Ou então trabalha lá na sede do Parque.” Acho que um dia por mês, um dia por semana. Falei com eles: “Se eu enxergar o parque lá de casa, a sede lá de casa, eu vou trabalhar, mas se eu não enxergar eu não vou não. A sede tem aquela serra ali. Só se vocês tirarem aquela serra ali. Pra ficar mais plano pra mim descer.” Ai outro dia eu falei com a juíza lá: “Esses vinte e cinco metros de lenha que tem, a polícia deve ter multado e tirado foto dele.” Porque quando eles chegam pra multar um tanto de carvão, um tanto de madeira, eles tiram foto. [...]. Falei: “Eu vou pagar essa multa, mas tem que mostrar foto da lenha.” [...]. Ai esse negócio eu deixei correndo lá. Ai a pouco tempo eu dei uma busca lá, que eles me intimaram outra vez. “Tem que pagar cinco mil.” Falei: “Eu não vou pagar isso nunca.” Pagar um trem que eu não comi e não bebi? Com os bobos eles gostam de montar em cima, né?!” (ENTREVISTADO V, 2016).

Um dia eles vieram aqui e falaram que eu não podia ter as vacas. Por cima da cachoeira. Que as vacas estavam sujando a água da cachoeira.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Quando ele citou as vacas, foi questionado se ele possuía, antes, uma criação maior. Ele respondeu e falou mais um pouco sobre a prática do uso do fogo em sua cultura.

“Tinha. Tinha mais criação. Eu criava uma eguada [sic] ai. Acho que eu tinha umas vinte éguas. Parou de queimar o campo deve ter uns dez anos; que não queima, e morreu tudo. Sobrou duas de resto. Mas essas duas vai embora. Vai comer o que? Comer esse capim seco? Antigamente não queimava um mato aqui na serra. Dava uma chuvinha papai falava: “Ah menino, vai no campo e põe fogo.” O fogo beira o mato, porque lugar de brejo o fogo não vai, aquela cabeceira d’água. Tudo molhado. Preservava o negócio muito melhor do que hoje que diz que é parque. Ai tem uns trinta vigias e ta acabando muito mais.” (ENTREVISTADO V, 2016).

E o fogo comeu tudo. Aqui embaixo tinha uma mata que eu conhecia. Ela nunca tinha queimado, uns madeirão [sic]. Deve ter uns seis anos ou sete que o fogo passou nela lá, não nasceu nada nela. Acabou.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Questionou-se então se ele acreditava que suas atividades geravam algum dano para o parque.

Ele respondeu:

“Não sei. A gente não tem leitura né?!” (ENTREVISTADO V, 2016).

Com isso perguntei se eles tinham o pensamento de proteger a natureza antes da criação do PNMT. Ele respondeu que sim, mas indicou para a atividade de produção do carvão vegetal; aparentemente numa tentativa de mostrar que mesmo com a derrubada de árvores para a produção de carvão, existia um conhecimento e um manejo capazes de manter “as matas” que podem ser observadas atualmente.

“A tinha. Olha lá as matas. No começo a gente fez carvão de muito mato.” (ENTREVISTADO V, 2016)

Assim foi indagado se existia algum programa de conscientização sobre o parque por parte dos funcionários. A resposta foi de que

“De vez em quando aparece uma la no Tabuleiro. Mas chega lá não pode falar nada. Como que vai fazer? Ir lá só pra escutar eles falarem. Eles ficam falando: “Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo.” Tudo é multa. Ficar lá com a boca fechada eu prefiro ficar em casa, não vou lá não.” (ENTREVISTADO V, 2016).

É preciso ficar atento ao processo de participação popular nas reuniões inerentes às UCs. Como dito por esse entrevistado, o posicionamento unilateral da gestão não é bem aceito pelos moradores, que podem preferir se ausentar dos encontros, já que não têm espaço no diálogo. E isso, como já visto na história das áreas protegidas, não é um ponto a favor da preservação

Expectativas

Perguntou-se sobre as expectativas para o futuro, e mais uma vez foi triste perceber a falta de esperança com relação ao futuro. O entrevistado não crê em nenhuma ajuda do poder público,

e aceitaria ser indenizado, desde que pudesse comprar outra propriedade em que pudesse ter suas plantas.

“Acho que vai só piorando né?! Pelas conversas, o IEF vai fazer uma casa aqui no alto. Ai vai piorar mais ainda né?! E pelo lugar que eles estão falando vai ser nas cabeceiras da nascente.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Tentei questionar então o que poderiam fazer os gestores e o poder público para que pudesse melhorar, e a resposta foi a seguinte:

“Eles não fazem nada não. Pra melhorar aqui é só Deus.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Então perguntei se ele preferiria a indenização. E ele me respondeu:

“Uai, depende do dinheiro que me valesse também né?! Tem que dar pra eu comprar outro lugar. E eu tenho muita planta.” (ENTREVISTADO V, 2016).

Carlos Eduardo Teixeira Nery (Kadu)

Kadu é diretor da Sociedade dos Amigos de Tabuleiro (SAT), ONG de importante atuação à época da criação do PNMT, mas hoje muito enfraquecida e sem nenhuma ação com relação ao parque. Kadu mora em Conceição do Mato Dentro, tem uma Serraria com desdobramentos em madeira e também realiza consultorias ambientais.

A conversa com Kadu foi muito interessante, já que esse trouxe diversos elementos que ajudam a remontar o processo de criação do PNMT, bem como apontam para erros e acertos durante o processo.

De início expliquei os objetivos de minha pesquisa e pedi que ele me mostrasse sua visão sobre a criação do parque, os porquês da criação e como se sucedeu. Kadu percorreu bastante, contextualizando o momento anterior à criação, e citando situações e atores que foram intrínsecos ao processo.

“A ideia da criação do Parque iniciou antes de mim. [...]. Quando eu vim pra cá na verdade a gente queria comprar a cachoeira [...]. Em 1994 a cachoeira começou a ser visitada. E aí começou a se falar da cachoeira. E aí o Breno, que era prefeito na época, o Breno Costa, começou a fazer uma estrada, uma estrada doída. Ele foi até chegar na pedreira. E aí começou alguns universitários de biologia a vir aqui e falar que ele era maluco. Como que ele faz uma estrada daquela, um negócio íngreme à beça. Então se iniciou a polêmica. E aí iniciou esse movimento de resistência à estrada. E aí começou a se formar um movimento que a gente começou depois a chamar de “Movimento Pró Tabuleiro”, no qual eu comecei a participar de reuniões também, com essa galera. E aí o pessoal do Pró Tabuleiro fez uma reunião, uma conferência, reunindo representantes de vários lugares [...]. O argumento era de que a estrada não tinha tido licenciamento pra ser feita e que isso é um dano ambiental e é considerado crime.

Só que depois [...] percebemos que esse movimento era meio vago. A gente achou que tinha que institucionalizar isso e aí começou a ideia da criação da SAT, que é Sociedade dos Amigos de Tabuleiro. Mas a gente não tinha muita noção do que era essa política de Unidade de Conservação, a gente não sabia muito bem como funcionava. A gente começou a perceber que tinha que ser criado um instrumento institucional que promovesse a proteção, porque a gente sabia que ela (a cachoeira de Tabuleiro) ficaria exposta a partir daquele momento. A gente percebeu que tinha que ter um processo organizado nessa questão do turismo porque começou a vir muita gente de fora, porque é um lugar maravilhoso, propício a várias práticas de esporte e começou a ficar conhecido entre pessoas de vários lugares diferentes e começou a encher muito.” (KADU, 2016).

“[...] quando a gente percebeu que não ia conseguir criar uma Unidade, a gente percebeu que o jeito era fazer um Decreto. Porque restringiu tudo na bacia do Ribeirão do Campo pra conseguir proteger a bacia, teria que ser criado um Decreto porque não tinha condição daquilo de repente virar uma propriedade particular. Porque depois você vê, aconteceram várias tentativas de fazer resort, de fazer condomínio. Mas tivemos uma batalha pré judicial pra barrar esse negócio. Em função disso fomos nos encaminhando para criação do Parque por meio do Decreto então. E aí então fomos procurar o pessoal do IEF, que se comprometeu a dar um suporte pra gente.” (KADU, 2016).

Questionei, então, se desde o início já havia o interesse na participação do IEF na região, como se efetivou diretamente a partir da criação do PESI. Sua resposta foi a seguinte:

“Não, a gente tinha interesse em ter suporte do estado. Interesse logístico, financeiro. Então a escolha do Parque ser criado por Decreto foi uma necessidade. Na realidade, não foi a opção que a gente achava melhor, mas foi a opção viável. Era importante que fosse uma decisão coletiva, mas como tinha essa urgência não teve jeito. Isso foi 1998. Em 1999 a gente criou uma outra unidade, o que já foi por Lei e foi toda em terra pública. Essa foi por Lei, votada pelo Legislativo e pela vontade popular³⁹, pra mostrar que dá pra criar uma área de conservação de uma maneira participativa. Teve resultados que a gente não gostaria que tivesse, havia um compromisso de regularização fundiária imediata.” (KADU, 2016).

A partir disso, perguntei sobre a relação com os moradores internos ao PNMT e se com a criação do parque eles haviam ido conversar e explicar a situação e a nova realidade a esses. Kadu disse que “não”, que essa não era função da SAT, e discorreu um pouco sobre como a Lei brasileira deveria respeitar os moradores de longa data, que criam laços afetivos e culturais com o lugar. Mas admitiu falta de conhecimento sobre isso à época da criação e uma preocupação tardia. Em suas palavras:

“Não, porque não era nossa função. Nós falamos todos os assuntos possíveis, mas não somos o IEF. Acho que a Lei brasileira tem muitos avanços, mas também é muito retrógrada. Na nossa concepção a gente achava que Unidades de Conservação poderia ter alguns (moradores). Pelo menos numa fase intermediária pudesse até que aquelas pessoas, de acordo com sua vontade, permanecessem no lugar. Acho que mudar o perfil por causa de uma imposição achando que a pessoa é um ente daninho é uma aberração ecológica que já está totalmente superada. O ser humano não é um invasor. [...]. Então a princípio acho que não tinha que tirar ninguém da Unidade. Até se houvesse interesse de adquirir o território tinha que contratar a pessoa. Contratar e pagar bem.” (KADU, 2016).

³⁹ Embora os relatos sejam de que não houve tal participação, ao menos da população interna à UC.

“[...] Os documentos foram feitos pela SAT. E o projeto de construção da sede também foi feito pela SAT. E depois o compromisso era que se fosse repassado uma parte do recurso para desapropriação. O que não veio a acontecer também. [...] Nós tínhamos esse compromisso com a população de desapropriar. Era uma questão de honra. Foi uma frustração enorme, como temos agora novamente porque lutamos desde o início do processo, lutamos pra que a compensação ambiental viesse pra cá. Foi repassado recurso pra Ribeirão do Campo (atual PNMT) e o Sandro (atual Secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro) pegou o dinheiro e trouxe pro Salão de Pedras (outra UC de Conceição do Mato Dentro) [...]. Então quem é dono de terra tem que receber. Lógico que tem casos que tem um certo conflito porque a pessoa se apropriou de uma forma indevida porque as terras eram devolutas e a pessoa chegou lá e ocupou as terras. Em que ele não fez nada pela terra e que ele às vezes até degradou a terra, aí e quer ser pago por isso. Mas se a pessoa fez uma posse legítima, se ele usou aquilo por muito tempo, se ele construiu família, cuidou, tratou e tudo mais, nada mais justo do que pagar pra ele, porque ele cuidou. [...]” (KADU, 2016).

“[...] nosso objetivo era criar um grande mosaico de proteção ambiental no altiplano do Espinhaço. Isso envolveria uma coisa intermunicipal, interestadual e talvez Nacional. Então a gente queria trabalhar tanto com o Ministério quanto com o IEF, quanto com as administrações municipais. De Santana do Riacho, Conceição, Congonhas do Norte, na intenção de criar um quadrado ali dentro, que seria um Intendente estendido. Só que a gente precisava de um momento porque a gente não queria criar da mesma forma que tinha criado o PNMT. A gente já tinha experiência, então a gente queria fazer um processo de mobilização, conscientização, leitura, de modelagem. Para que com essa modelagem você fosse capaz de criar um conjunto de comunidade, de sociedade, como conceito atualizado, contemporâneo. Então nosso objetivo era reeducar, mas como nós tivemos conflitos internos, dentro do próprio grupo, nós tivemos conflitos de interesses, então a SAT virou uma briga.” (KADU, 2016).

Intendente era um projeto nosso, foi todo construído. Então não digo que foi ruim ter criado, mas a forma como foi criado foi ruim.” (KADU, 2016).

É importante perceber, em sua fala, que os problemas observados para a criação do parque não têm relação alguma com os moradores internos; e vai de encontro a uma política de proteção ambiental crescente no Brasil. É possível inferir também, de acordo com as falas desse entrevistado, a falta de conhecimento pleno para o desenvolvimento e criação de uma UC de caráter integral, não observando os efeitos que poderiam ser gerados pelo parque. Tal UC foi criada de fora para dentro, designada por pessoas que viam a região com um olhar urbano, notadamente para a prática de esportes de aventura e apreciação cênica, sem dar a relevância necessária, inclusive, à biodiversidade e aos recursos naturais. Vale destacar, também, que todos os envolvidos possuem e possuíam propriedades na região e, como dito por Kadu, pensaram inclusive em comprar a área da cachoeira de Tabuleiro. Vê-se, portanto, que estes tinham uma relação com a região, mas suas percepções sobre tal espaço pouco se aproximam daquelas dos moradores internos, que necessitam do uso utilitário da natureza enquanto meio de sua própria sobrevivência, e não apenas como forma de esporte e lazer.

Miguel Ângelo Andrade

Miguel fez parte do processo de criação do PNMT e foi membro fundador da SAT. Atualmente é chefe do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas.

A conversa com Miguel foi mais rápida e sucinta, mas trouxe importantes elementos enriquecedores na construção da história dos movimentos ambientalistas em Conceição do Mato Dentro e Tabuleiro.

De início expus a ideia desta pesquisa, e pedi para que ele pudesse contar sobre o processo de criação, quais foram os motivos de se criar, antes do PNMT, o PNMRC. Ele disse que começou ainda antes disso, em Belo Horizonte.

“Isso vem até antes ainda né?! Porque eu participava de um movimento de Belo Horizonte chamado Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, junto com vários ativistas ambientais, mesmo antes de fazer faculdade de Biologia. Depois entrei pra PUC e conheci uma pessoa que é o Charles Duca, filho do ex prefeito de Conceição; e que na época nos levou pra conhecer o Tabuleiro. Ele era aluno aqui (na PUC-MG). E a gente fez uma pergunta muito básica. Como que você tem uma cachoeira dessas (e a gente na época nem sabia que era a maior de Minas e terceira maior do Brasil) e você não tem uma Unidade de Conservação pra proteger esse patrimônio. A gente sabia da exuberância e do potencial. Bom, estou resumindo de certa forma a história. A gente fez um movimento com a possibilidade de conservação da região. Da região não, do Tabuleiro especificamente, porque existia uma motivação, pelo que eu me lembro, de um condomínio, na verdade um hotel. Tinha até uma maquete impressa. E eles iam fazer no topo da cachoeira do Tabuleiro, e aí a gente fez uma mobilização pra lá. Fizemos algumas reuniões aqui [...]. Existia um grupo de montanhistas e a gente fazia encontros, praticamente quase que semanais, no Sindicato dos Jornalistas, pra apresentar fotos, discutir expedições, etc. E aí colocamos uma vez na pauta essa discussão. Aí algumas pessoas se mobilizaram e a gente fez uma descida de rapel e esticamos uma faixa (na cachoeira de Tabuleiro). E aí a gente instalou um movimento, que foi a Sociedade Amigos do Tabuleiro (SAT), isso veio depois dessa primeira etapa de mobilização e que a gente participou, inclusive com a prefeitura na época, da “Primeira Semana Ecológica de Conceição”; com a programação bem específica do Tabuleiro. E a SAT ainda não tinha sido formalizada. Então sou membro fundador da SAT, junto com outros tantos que vieram dessa mobilização. [...]” (MIGUEL ANDRADE, 2016).

E aí a gente fez uma discussão para a necessidade de reconhecimento daquele local como Unidade de Conservação. ” (MIGUEL ANDRADE, 2016).

Como é possível perceber tanto nas falas do Kadu quanto do Miguel, a vontade de que se criasse uma UC na região da cachoeira do Tabuleiro partiu, exclusivamente, de um grupo de “ambientalistas” formado em Belo Horizonte, que entendiam a cachoeira como exuberante e de alto potencial, seja para a prática de esportes de aventura ou para apreciação cênica. E, assim como Kadu, Miguel também aponta para erros nesse processo de criação. Em seu ponto de vista a falta de cuidado com as populações internas de fato aconteceu e acontece, mas que à época muita coisa era novidade para eles e que a criação do PNMRC foi de caráter emergencial, pela tentativa de construção de um hotel.

“[...] A gente na época queria a proteção da área né?! E de fato erramos em alguns aspectos. Era muita coisa nova pra gente. Não ter incluído mais os moradores foi um erro. [...] A gente não insistiu. Tudo foi público, mas realmente nós não demos ênfase para a participação popular. Mas foi um momento de aprendizado, tudo era muito novo. [...]” (MIGUEL ANDRADE, 2016).

Miguel havia dito que participava do Conselho das UCs de Conceição do Mato Dentro, então questionei sobre a regularização fundiária. De acordo com ele, foi discutida a possibilidade da indenização da empresa Anglo American ao município, pelo projeto Minas-Rio, ser investida na regularização fundiária do PNMT. Mas Miguel não concorda com essa ideia e acha que deve ser melhor avaliado o gerenciamento dos recursos e resolvido o problema da sobreposição entre os parques PNMT e PESI. Para ele, o PESI, de área muito maior do que o PNMT, também necessita de investimentos; e não seria justo investir o dinheiro da indenização da Anglo American apenas no PNMT. Em suas palavras:

“Eu já falei lá no Conselho que tem que resolver essa questão da sobreposição e do gerenciamento dos recursos. Eles em uma das reuniões do Conselho, falaram que a indenização da Anglo para o projeto Minas-Rio iria para Regularização Fundiária da área do parque do Tabuleiro, mas eu falei que tem que ser melhor pensado essa questão dos investimentos. Porque a área do parque Estadual é muito maior e precisa de investimentos também. [...]” (MIGUEL ANDRADE, 2016).

Lucas Henrique dos Santos

Lucas é gerente do PNMT atualmente, mas não fez parte do processo de criação do parque. É natural de Tabuleiro do Mato Dentro, onde residiu toda sua vida, desde 1990, quando nasceu.

A conversa foi muito boa, tendo sido abordado, bastante, os processos de criação do PNMT e do PESI, e a gestão atual – entre município e IEF. Também foram tratadas as ações atuais e as previstas, bem como a questão fundiária e os moradores internos ao PNMT.

Perguntei, de início, se ele sabia como havia sido criado o parque e quais as vontades para a criação. E sua resposta foi:

“Em 95 teve uma especulação para criar um resort, até onde é a sede do parque aqui. Ele iria da sede até o mirante, essa região; seria uma obra bem grande. Aí tinha um grupo de ambientalistas no município, e começaram com o movimento de criação do parque. [...] começaram com esse movimento por causa disso, por causa dessa megaestrutura que eles iriam construir aqui no local. Eles achavam que tinha de ser unidade de conservação já, e berrante [sic] essa ameaça aí eles conseguiram consolidar a ideia. Aí virou o Parque Municipal Ribeirão do Campo.” (LUCAS, 2016).

Pedi então para que ele me contasse um pouco mais sobre a sobreposição entre o PNMT e o PESI, e como se desenvolveu a gestão compartilhada. E ele me contou da seguinte maneira:

“[...] Em 1998 eles criaram o parque municipal, Ribeirão do Campo, com 3150 hectares. Quando criaram ele, eles criaram no entorno a APA Serra do Intendente. Em 2006 teve um abaixo assinado gigante movido pela comunidade, junto com turistas, locais, concepcionenses pedindo a estadualização do parque e transformação da APA em Parque Serra do Intendente. Aí o abaixo assinado chegou ao governador e foi aceito; criaram-se o Parque do Intendente em cima da APA e sobrepondo o parque municipal. O parque municipal já tinha sede administrativa, já funcionava na época. Criaram uma gestão compartilhada [...]. Mas o Estado veio não investindo financeiramente recursos na Unidade. Com isso aí ficou vários anos sem investimento nenhum, nem prefeitura, nem estado, os dois órgãos. Vendo isso aí a prefeitura resolveu assumir isso definitivamente, a gestão. [...]. Existem problemas com a gestão maior. Quando você tem o diálogo com o IEF [...] você tem que conversar com o diretor de áreas protegidas, com o diretor de não sei o que... Agora a gestão local você consegue conversar por exemplo com o secretário de meio ambiente. Consegue resolver alguns problemas com o prefeito. A ideia é só desburocratizar [sic] mesmo e ficar com a gestão local. Só que a gente continua ainda com essa gestão compartilhada, mesmo o IEF não ficando com a gestão a gente continua parceiro. Eles estão aqui, utilizam a mesma sede que a gente. A gente faz ações em conjunto até hoje, principalmente fiscalização, vai tanto profissional do IEF quanto profissional da prefeitura. Nunca vai um profissional da prefeitura sozinho. Sempre vai um analista da prefeitura, seguido de um analista do IEF, os laudos são feitos em conjunto.” (LUCAS, 2016).

No trecho transcrito acima, é possível perceber que ao passo em que se discute qual órgão seria melhor na gestão do PNMT, se municipal ou estadual, a UC não recebe, de fato, a devida atenção e cuidado, e perde em investimentos e estrutura para um melhor funcionamento. Na visão do gestor municipal, é mais interessante que a gestão da área seja majoritariamente feita pelo órgão do município, já que dessa forma o diálogo e as ações são mais rapidamente desenvolvidos, embora o IEF tenha mais recursos. De qualquer forma, mesmo com o município sendo o maior responsável pela gestão do PNMT, as ações relevantes são discutidas e tomadas em conjunto com o órgão estadual. Perguntei ao Lucas, após ele ter dito sobre as ações em conjunto com o IEF, se o órgão estadual participava de tudo relacionado ao PNMT, e ele deu um exemplo em que a gestão conjunta entre os órgãos não compartilham do mesmo ponto de vista.

“Participa em grande parte. Tem partes que é mais complicado. Igual, o IEF tem um olhar mais fechado para o esporte de aventura. E nós da prefeitura pregamos que o futuro do parque é esportes de aventura. Não tem como fugir dessa tendência. [...]. Então a gente busca inovar algumas coisas que com eles demoraria um pouco mais, por eles terem uma gama de UCs. A gente tem uma unidade de conservação. [...]” (LUCAS, 2016).

Perguntei, então, o que o município ganhava financeiramente com o PNMT, e Lucas me respondeu analisando a portaria da sede e o valor de entrada no PNMT pela sede.

“Nossa, vou te dar um exemplo. De dezembro a fevereiro, depois do carnaval, tivemos 2500 visitantes⁴⁰. A portaria vai toda para o município [...]” (LUCAS, 2016).

⁴⁰ De acordo com dado fornecido após a entrevista, a média de visitantes do PNMT é de 6500 pessoas anuais.

Então questionei se o IEF não pleiteava essa verba da entrada, e a resposta foi que:

“Não. Até então eles queriam a administração geral, de unificar as áreas. Mas para descriar [sic passim] o parque municipal também é difícil. Vai ter que descriar o Decreto, vai ter que descriar a Lei. Uma vez também que se a política mudar, se o próximo prefeito entrar e quiser também, pode de forma silenciosa apagar a gestão municipal e passar pra eles né?! Depende muito de política local. Nós estamos falando da maior cachoeira do Estado, terceira maior do Brasil. Então acaba que né, você tem conhecedores na região. Hoje o parque conta com dois guardas patrimoniais, um guarda parque fixo e vários outros que são contratados temporariamente em ações esporádicas; eu, gerente, tem a Denise que é diretora de áreas protegidas do município, tem a contribuição do Igor também, que é analista de geoprocessamento, tem o Bernardo que é analista ambiental, tem o Sandro que é secretário do meio ambiente. Então tem um grande número de pessoas com olhar pra unidade. Só que aí todas essas pessoas são funcionárias da prefeitura. Tendo uma outra política, um outro prefeito tendo olhares pra outros lados, pode ser que diminua, ou que ele prefira passar a gestão. Como o próprio governo estadual pode desistir de pegar aqui. Mas aqui é uma pepita de ouro. A unidade se paga, vamos dizer assim, visto de uma maneira de que isso aqui não é feito para dar lucros, ela se paga. A gente fazendo os cálculos agora no final do ano, o ano passado o parque se pagou. Todas as despesas balancearam com a portaria. Então você tem a portaria que se você for olhar, paga funcionários, geral do escritório, transporte, conserto de veículos, aquisição de bens. Então é fácil de se fazer a gestão do lugar que se mantém. É bem mais fácil do que administrar um lugar que você tem que colocar dinheiro. Por isso os dois órgãos, qualquer um quer assumir a gestão. Como diz o povo do Tabuleiro “é feijão sem bicho.” (LUCAS, 2016).

Lucas aponta para o fortalecimento da UC em âmbito municipal ao ter sido criada a Lei de 2013, transformando o PNMRC em PNMT. Que essa foi uma manobra, inclusive, para que o município pudesse exercer maior autonomia sobre o PNMT do que o órgão estadual. No entanto mostra, também, como a fragilidade da política local pode ser determinante para ações futuras. Como visto anteriormente, na gestão de um antigo prefeito, por momentos existiu a vontade de extinguir o parque em caráter municipal, deixando a cargo do Estado. E o atual gerente do PNMT também indica que existe essa possibilidade no futuro, dependendo dos políticos em exercício.

Indaguei também sobre os moradores internos ao PNMT e as proibições de suas atividades. Como percebi nas entrevistas com os moradores, muitas de suas falas são em tom de medo da ameaça, da fiscalização e da punição. E em algumas dessas conversas, o IEF apareceu como órgão principal como fonte desse medo. Assim, pedi para que o Lucas me contasse um pouco sobre isso, sobre a forma com que os gestores e funcionários se relacionavam com os moradores internos.

“Quando eles criaram o PESI, a prefeitura recuou um pouco abrindo espaço para o intendente. E no início a Silvia (primeira gerente do PESI) fazia a gestão da área inteira (PNMT E PESI). E ela tinha autonomia de gestão na época, era a opinião do IEF. A prefeitura deu essa autonomia pra ela. Mas acho que não tenha sido tão abrupto como eles falam não. Acho que ela é rigorosa com relação a vários aspectos, assim como o IEF é, ao uso de recurso natural, ao uso de madeira, a pesca, a exploração de sempre-viva, de qualquer coisa. Tinha a posição bem firme de não poder

por ser UC. E pra quem sempre pode tudo, quando você corta o mínimo as vezes parece que é tudo. Mas o processo é esse. As vezes o IEF é mais rigoroso no processo de fiscalização. Ele tem uma mão de obra maior, ele tem uma presença ali imediata. Eles estão sempre vendo o que está acontecendo e conseguem autuar mais em cima da hora. E por isso as pessoas tem um medo maior do IEF. Eles veem o rigor do órgão estadual ser mais fiscalizador. A Silvia era durona [sic] mas nesse sentido. Qualquer problema que tinha com morador, ela não ia lá sozinha, ela ia acompanhada da polícia, tinha uma conversa mais séria. Já levava auto de infração, já levava multa. Daí já abria processo, por que é UC. Aí você tem morador que responde por processo até hoje. Os processos são morosos; eles não vencem de um dia para o outro. A Silvia foi embora, mas o processo continua. O cara continua sendo intimado. Acaba que ele tem um receio muito grande disso aí. Esse é que é o medo deles.” (LUCAS, 2016).

Como indicam as falas do Lucas, em um dado momento os moradores internos eram abordados de forma mais truculenta, com a presença da polícia e de multas. Isso é um fato que com toda certeza corroborou para a sensação de medo em que os moradores internos ao parque se encontram em sua cotidianidade. Por mais que na atual gestão municipal os funcionários procurem avaliar as condições dos moradores e ter uma visão mais próxima de suas realidades, a forma como se construiu as relações não foram as ideais.

Como havia sido citado a primeira gestão do PESI pelo IEF como mais rígida e punitiva, perguntei se atualmente, com a gestão do PNMT estar mais a cargo do município, havia diminuído a fiscalização. E Lucas me respondeu da seguinte maneira:

“Não é que baixou. É igual estou te falando. Na área do municipal, acaba que mesmo estando sobreposta pelo IEF e tal, a gente consegue ser um pouquinho mais humano. Mesmo com a galera do IEF. Vem melhorando. O Marquinhos (gerente do PESI) já tem uma posição bem mais tranquila quanto a isso. Ele é mais humano. [...]. Com essa sobreposição o lugar só tem a ganhar também. Vamos pensar assim: um Decreto de 98, um Decreto de 2007 e uma Lei de 2013 protegendo a mesma área. [...]. Olha que bom, você tem dois órgãos olhando pelo mesmo espaço territorial. E acaba que esses dois modos de pensar fazem o IEF abrandar um pouco, abrindo um pouco mais pro novo. Não fica restrito só aos protocolos. Porque nós precisamos de mudança nessas UCs. Porque senão não vão ser protegidas nunca. Se tem um morador não favorável a unidade, esse é o morador que taca fogo [...].” (LUCAS, 2016).

É interessante ver a mudança no discurso dos gestores, no qual procuram discorrer sobre a necessidade de aproximação com os moradores internos, e como esses devem ser minimamente respeitados. Mas é importante analisar, o quanto esse discurso existe pela falta de condição da regularização fundiária. Afinal, em nenhum momento é apresentada a ideia de participação desses moradores, de possibilidades de renda e subsistência, mas apenas de que deve ser autorizado a troca de um telhado para que esse não caia. As proibições foram feitas anos atrás, e permanecem. Então, quando dito que as gestões atuais são “mais humanas”, não quer dizer, absolutamente, que os moradores agora participam da gestão, ou que são aproveitados no circuito turístico, ou que tiveram suas atividades culturais retomadas; mas apenas que as

ameaças diminuíram – talvez devido ao medo constante com que vivem os moradores, não mais exercendo atividades proibidas pela UC.

Após esse momento da conversa questionei, diretamente, se os funcionários do PNMT e ele como gerente, conversavam com os moradores. Sua resposta foi:

“Eu tenho 3 anos que estou aqui. Nesses 3 anos todos que vieram conversar foram bem recebidos. E quando eu vi que estava precisando de uma conversa, a gente conversava. Igual a Dona Tina lá, que você teve lá no sitio dela ontem. Foram várias conversas a respeito da reforma da casinha dela que precisava fazer. O que a gente aconselhava pra ela e o que a gente não aconselhava. Uma vez também que não é uma licença por escrito, é mais um diálogo entre o morador e a unidade. [...]. Mas aí tem moradores que são mais restritos, que não querem esse diálogo. Quando você vai conversar com eles não querem. Então não vai ficar ali entrando. [...]. A gente vai, faz a fiscalização, as vistorias, delimita algumas áreas que podem ser limpas, pastagens que já existem, mas que não é mais aconselhável limpar porque está próximo a água, a nascente, a qualquer coisa. É muito no diálogo, uma vez que você trabalha sem recurso.” (LUCAS, 2016).

Como se vê por esse trecho da entrevista, não existem programas de inclusão dos moradores, que criem possibilidades de renda, ou mesmo tentativas de aproximação, de diálogos, de oficinas explicativas. A conversa ocorre quando algum morador procura, ou quando o gestor entende que necessita de uma conversa. Tudo sempre pontual. Inclusive, como dito, alguns moradores são mais “restritos”, e então o diálogo é ainda menor. Ao dizer a frase: “A gente vai, faz a fiscalização, as vistorias, delimita algumas áreas que podem ser limpas, pastagens que já existem, mas que não é mais aconselhável limpar porque está próximo a água, a nascente, a qualquer coisa”, o gestor traz um tom de positividade, sem perceber o quanto isso é justamente o maior conflito advindo da criação da UC. Isso é exatamente “a falta de liberdade” citada pelos moradores entrevistados.

Perguntei se havia alguma ONG envolvida com o PNMT e tive a seguinte resposta:

“Hoje tem uma OSCIP (chamada Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade). É lá de Brasília e está medindo todas as propriedades [...]. E está tentando auxiliar eles juridicamente pra eles poderem conseguir regulamentar essa terra, pra poderem conseguir vender essa terra com um valor legal. Porque se hoje for haver a questão fundiária essas pessoas vão receber valores bem menores do que vale a propriedade uma vez que a maioria são posseiros, não tem documentos daquelas terras. Por exemplo, o IEF paga 60% do valor pra quem é posse. E você vai ter uma posse de 1000 hectares? A Lei não te permite ter uma posse de 1000 hectares, então posse é só onde você faz o uso. Então ele vai perder grande parte e vai receber posse de uma pequena parte. Aí o Ministério Público vendo isso, um promotor aqui da cidade, ele reverteu a verba de multa da Anglo American que ele multou, e está investindo nas UCs municipais, desse ponto de vista. Tentando ajudar a população a se regularizar direitinho [sic] pra poder receber os valores corretos das suas terras na hora da regularização fundiária.” (LUCAS, 2016).

Quis saber, também, o que o parque representava para o gestor. E ele me respondeu o seguinte:

“O que ele mais representa é a proteção efetiva, vamos dizer assim. É protegido por Lei. Principal coisa que a gente vê é a proteção. Oportunidade de trabalho pra muita gente no sentido de turismo. Você vê muita coisa, mas o principal é garantir os recursos né?!” (LUCAS, 2016).

E quando perguntei sobre seu dia-a-dia, se havia melhorado com a UC, a resposta foi:

“Melhorou muito pra mim. Eu vivo aqui fora do parque e trabalho indiretamente com turismo. Então assim, abriu bem o leque né?!” (LUCAS, 2016).

Enquanto para o gestor o parque melhorou sua vida, à medida em que esse é funcionário pago pela UC, além de se aproveitar do turismo como guia de caminhadas e travessias, para os moradores internos, como visto, a cotidianidade piorou bastante. E já que, com a criação do PNMT e do PESI existe mais “oportunidade de trabalho pra muita gente no sentido do turismo”, porque não tentar aproveitar os moradores internos, que tiveram suas atividades proibidas e sua identidade territorial atropelada pelo novo território?

Em adição, após as entrevistas foram-me encaminhadas ações propostas pela gerência e previstas para serem realizadas ao longo do ano de 2016 no PNMT, conforme segue abaixo:

- Cercamento do alto do Tabuleiro;
- Calçamento de três pontos da estrada do parque e do estacionamento da sede administrativa;
- Construção de viveiro de mudas nativas para distribuir a moradores de dentro da UC e entorno;
- Reforma dos telhados, banheiro e guarita da sede administrativa;
- Identificação de espécies nativas na trilha do mirante e poço da cachoeira com etiqueta plastificada com nome popular, científico, família e uso na medicina alternativa;
- Concurso de fotografia seguido de mostra com premiação;
- Comemoração de aniversário de criação do parque;
- Retirada de lixo existente dentro da unidade de conservação que colocam em risco a qualidade da água;
- Construção de banheiro ecológico no alto do tabuleiro;
- Trabalho de educação ambiental abordando o tema Unidade de Conservação dentro de outros temas;
- Recuperação e melhor estruturação da trilha do mirante;
- Sinalização utilizando totens padronizados;

- Estabelecer parceria com moradores nativos para que possa haver fortalecimento de vínculos entre UC e moradores do entorno;
- Unificação das trilhas de acesso, recuperação de voçorocas e pequenas erosões ao longo das trilhas.

Marcos Alexandre dos Santos

Marcos é Engenheiro Florestal, Analista Ambiental do IEF – MG e atual gerente do PESI. A conversa com o gestor foi de grande riqueza, principalmente por ter sido abordado a sobreposição entre as UCs e a gestão compartilhada com diversos detalhes. Inclusive, visto que muitas informações são muito próximas do que já foi levantado com relação à criação das UCs, aqui é dada ênfase a falas relacionadas a pontos novos e opiniões do entrevistado.

Ao discorrer sobre o movimento que fomentou a criação do PNMT e do PESI, Marcos apontou para a participação direta de ONGs e de ambientalistas nesse processo. E diz não saber, de fato, quais os motivos da criação do Parque Estadual. Para ele, assim como discutido previamente, a criação do Parque Estadual é, em última instância, uma vontade e um apelo popular. Em suas palavras:

“[...] O pessoal decidiu criar o Parque Estadual, foi esse pessoal de Conceição mesmo, com essas ONGs, da Reserva de Biosfera. Então eu não sei realmente quais foram os motivos. Tem alguns fatos que me levam a crer que foi político, outros por questões de conflitos de pessoas. E numa bagagem menor eu acredito que o pessoal queria que fosse estadual mesmo.” (MARCOS, 2016).

Questionou-se, então, qual seria a diferença entre o parque em caráter municipal para um estadual. Marcos entende que o IEF tem excelência na gestão de UCs. Isso por ser mais consolidado e não estar tanto a mercê de novas políticas. Assim, por ser melhor estruturado, é possível uma maior proteção, já que conta com mais apoio logístico e financeiro do que a gestão municipal. Para o gestor:

“[...] o IEF era excelência na questão de Área de conservação. [...] falando em unidades de conservação, eu ainda considero que o estado é mais capaz. Porque as vezes o município, a prefeitura, não vê como seria importante estruturar o parque municipal. O IEF, como é uma autarquia, há anos a gente trabalha com unidade de conservação, A gente tem especialização na área [...]. Outra coisa importante, é que o IEF não é tão afetado por novas políticas. [...]” (MARCOS, 2016).

E por falar em novas políticas, mesmo tendo sido um pedido do município pela criação do PESI, ao ser criado iniciou-se um conflito, em que os funcionários municipais não quiseram sair da sede do PNMT. Marcos deu o seguinte relato:

“[...] Já começou de cara um conflito. Porque foi o pessoal de Conceição, das ONGS, que fizeram abaixo assinado, e de repente o pessoal não quis sair da sede. Eu lembro que a cada governo tinha um entendimento diferente. Eu lembro que até a Nelma (ex-prefeita de Conceição do Mato Dentro) falou que a gente tinha que passar essa responsabilidade para o Estado [...]. Mas quando mudou a política, aí começou um movimento forte “O Tabuleiro é nosso! O Tabuleiro é nosso!”. Na verdade, eu nem acho que é a sociedade no geral que diz isso. Isso são algumas pessoas relacionadas a conservação, relacionadas a parques. [...]. Então esse processo foi meio desgastante, durou uns 2, 3 anos, 2010, 2011, 2012. Acho que era para ter sido finalizado em 2012, mas não foi. [...] Então para ser mais rápido, com menos conflitos, a gente resolveu fazer um termo de cooperação técnica. Então o problema de sobreposição continua. [...] Só que não foi assinado esse termo. [...] até hoje esse termo não foi assinado. Estou até tentando fazer uma reunião pra gente assinar esse termo. Porque esse termo é confortável. Porque eu saíria do parque, eu acho que seria ótimo pra prefeitura e pra gente. [...] Eu acho que seria saudável distribuir os funcionários, porque aí sim o município teria a chance de trabalhar. Eu sou a favor porque se o município faz uma gestão bacana, eu acho que vale a pena a gente trabalhar numa audiência Pública Estadual, pra gente poder desafetar [sic] a área do município. Embora eu continue sendo a favor que seja tudo estadual, porque o estado já está formado. Mas se o município provar que sim, aí sim. Isso pro Estado é legal, porque você vai ter uma gestão do município, com os guardas-parque do município. Então ia ser muito bom. Mas a gente do estadual tem aquela responsabilidade, a gente não pode sair. A gente tem que ver isso acontecer. [...]” (MARCOS, 2016).

“[...] A gente sempre tem a vontade de gerir o parque como um todo. Gente acha interessante. Mas eu ficaria mais à vontade se o município.... Mas a gente fica um pouco desconfiado.... As vezes ser liberal é até bom né.... Eu fico preocupado mesmo é com a gestão. Será que o pessoal vai conseguir colocar uns quatro, cinco funcionários, a portaria, carro. Porque a gente (IEF) até capangando consegue fazer isso né?!” (MARCOS, 2016).

“[...] Agora, o conflito realmente continua, da sobreposição. Sinceramente eu tô lá, a gente fez a parceria, mas tem hora que eu me sinto incomodado com alguma coisa, isso é normal. Eu penso de uma forma, o pessoal pensa de outra. Então o conflito é real, ele ainda existe [...]. Então eu penso de a gente recuar, para o pessoal do município poder gerir mesmo esse negócio. E aí a gente fica com o resto que é enorme e talvez menos conflituoso que a bacia do Tabuleiro. Porque é ali no Tabuleiro que as coisas acontecem; tem o caminho histórico da Lapinha-Tabuleiro, tem esses moradores. Só pra você ter uma ideia, quando você saiu do miolo, saiu da bacia, não tem mais moradores no parque [...]. ” (MARCOS, 2016).

Marcos mostra que não se sente confortável com a situação atual da gestão. Embora procure dirimir os conflitos internos, acredita que o Estado teria condições de fazer uma gestão mais eficaz. No entanto, devido ao tamanho e importância do PESI, o entrevistado entende que seria interessante que o município pudesse assumir a gestão do PNMT, enquanto o IEF direcionaria suas atenções e investimentos para a área do PESI. Mas isso só seria possível no caso de o município conseguir fazer uma boa gestão, e isso deve ser avaliado pelo Estado. Fica clara a ideia, para o gestor, de que o IEF, por ser mais capaz, deve avaliar e assessorar a gestão

municipal, mas que esta, por apresentar funcionários que são da região, pode desenvolver um bom trabalho, por maior conhecimento regional e mais proximidade com os moradores.

A conversa chegou, então, ao ponto mais importante para essa pesquisa; que se relaciona aos moradores internos ao PNMT. Foi questionado sobre a regularização fundiária e em como eles procuravam tentar resolver esse problema, principalmente para os moradores internos. Marcos respondeu que

“Como a regularização é muito lenta, embora tenha morador que queira vender, a nossa intenção, dentro do plano de manejo, é fazer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) pra quando a gente comprar essas áreas, se isso acontecer, enquanto tiver vivo, quando comprar essas áreas, fazer um TAC com o morador daquela geração pra diminuir.... É lógico, já está impactado [...]. Então a gente acredita que manter essas pessoas lá, pra mim é uma boa ferramenta. Hoje se pudesse mudar a Lei de parques no Brasil, porque a gente tem uma Lei baseada no modelo Americano. Se pudesse, talvez fosse uma coisa interessante as populações tradicionais em área que devem ser parque. No caso de lugar que tem que ser parque e tem poucos moradores, aí eu acho que tem que ser feito esse Termo. Se tem poucos moradores às vezes não precisa nem ser desapropriado, mas tem que mudar o modelo. A gente tem problema de gado nas nascentes [...].” (MARCOS, 2016).

Marcos traz um ponto de vista muito positivo na tentativa de diminuir o conflito com os moradores. A possibilidade da realização de um TAC, em que os moradores da geração mais velha possam permanecer em seu lugar, pode ser uma ferramenta muito útil para uma melhor efetividade da UC, desde que acompanhada de outras atividades; como práticas de Educação Ambiental e o aproveitamento dos moradores no circuito turístico.

Perguntou-se, também, sobre as formas de fiscalização do IEF, alvo de críticas dos moradores; que as consideram exageradas e muito punitivas. Além disso, se tentou compreender a diminuição da pressão aos moradores nos últimos anos, já que pelos relatos, a alguns anos atrás era ainda pior. Marcos acredita que o Estado era mais punitivo, e aceitava menos práticas dentro da UC. Hoje, visto principalmente a falta de condições logísticas e financeiras de fazer a regularização fundiária, o Estado tem adotado uma permissividade maior. Para Marcos:

“Na época da Silvia (primeira gerente do PESI) era pior um pouquinho, mas não era a Silvia, era o Estado. Porque o estado quando criava parque já falava que tinha que tirar o gado. Mas hoje, [...] o Estado modernizou o pensamento, até abrindo as portas para o uso público. Até esse TAC; quem dera falar desse TAC. Até fogo que é controlado já está pensando dentro do parque, porque a gente sabe que a gente não consegue controlar o fogo né?! Então mudou muito a visão. [...] E enquanto a gente não pagar, o pessoal vai continuar com gado lá dentro. Mas mesmo a gente mudando a visão, a gente continua sendo um pouco ruim para os moradores. Porque tem coisa que por Lei não pode. Hoje ele já pode ter seu gadinho [sic] ali, mas não pode arrendar para outras pessoas ou aumentar. Se o cara tem uma horta lá dentro do parque, ele tem uma área de cultura, uma braquiária, continua usando ela, pode limpar inclusive. Fazer aquela limpeza de pasto. Só que hoje ele não pode fazer processo pra ele abrir novas áreas, então isso acaba limitando um pouco. [...] Então eu creio que pra eles não é tão confortável mesmo não, é chato. Melhorou um pouquinho [sic], a gente hoje é mais flexível. [...] Mas continua sendo um pouco chato. Outro dia desses um deles começou a roçar uma área de campo rupestre pra botar a braquiária dele, e aí nós

tivemos que ir lá e impedir [...]. Mas o conflito ele vai continuar ainda existindo. ” (MARCOS, 2016).

Foi perguntado, então, se a gestão tem trabalhado em criar possibilidades para os moradores, num sentido de ajuda-los já que tiveram sua cotidianidade alterada. O gestor disse que existem conversas e algumas reuniões de conscientização. Mas não indicou nenhuma outra ação que pudesse melhorar a relação entre moradores e UCs. Citou apenas um acordo, de coleta de lixo, mas que não vem sendo cumprido. Para ele:

“Mesmo que a gente consiga fazer esse TAC, sempre vai ser ruim. A gente pode fazer um bem muito grande, mas aquele mal pequeninho [sic] que a gente vai fazer sempre vai ter um peso maior na consciência deles. Essa questão do lixo a gente já começou a conversar de fazer esses mutirões [...] de ir uma vez no mês o pessoal do estado de caminhonete e uma vez por mês o pessoal do município [...] Só que não evoluiu, nós paramos [...]. ” (MARCOS, 2016).

Sandro Lage

Sandro é atual Secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro, e exerce o cargo desde 2011. Na entrevista foi abordado o processo de criação do PNMT e de outras UCs no município, bem como contextos políticos à época e atuais. Muito do que foi dito se assemelha ao que foi apresentado pelos outros entrevistados, principalmente com relação a criação, não sendo relevante apresentar mais uma vez. Assim, são expostas falas com novos elementos e com a opinião do Secretário.

O entrevistado discorreu sobre decisões políticas que permearam a sobreposição das UCs e falou algumas coisas a respeito da gestão. Disse que no início de sua gestão foi a favor de que o IEF assumisse a gestão, já que o órgão possui um conhecimento antigo, e é excelência no assunto. E com isso, as atenções da Secretaria de Meio Ambiente do município poderiam tratar de resolver outras questões. No entanto, com esse ponto de vista, sofreu muita resistência, e começaram então as consultas públicas, as quais indicaram uma tendência pela gestão municipal. Questionou-se então, sobre a participação dos moradores internos, se esses haviam participado. Sandro respondeu que:

“Eu não sei se eles vieram participar, se não, vieram netos ou sobrinhos. Mas eu não sei se morador mesmo chegou a participar. Agora, nós fizemos uma mobilização, o esforço foi grande de mobilização. As reuniões estavam representativas, pelo que a gente vive aqui de mobilização a participação é muito difícil, mas as reuniões até todas estavam bem cheias. Então houve uma leve tendência para o município, com base nisso, o município começou a pleitear a gestão do parque municipal. ” (SANDRO, 2016).

“[...] Em 98 criamos o PNMRC por decreto, chega em 2007 o Estado cria, por decreto também, o estadual. Decreto com Decreto, eles defendiam [...] a tese de que o Estado é superior ao Município. E não tem nada disso. Nós somos entes autônomos. E para não ter questionamento a

gente criou uma Lei. Daí recriamos o parque através de Lei. E aí tinha que ter alguma alteração, aí alterei o nome, até porque o pessoal já pedia para alterar para Parque do Tabuleiro, ninguém usava Ribeirão do Campo. Como não teve alteração de limites não precisou de ter audiência pública e essas coisas todas. [...]. Em tese para o Estado assumir a gestão eles têm que aumentar a categoria da unidade com uma Lei. [...]. De parque seria ou Reserva Biológica ou Estação Ecológica. [...]. Tabuleiro eu vou falar com você, não tem brecha para o Estado não.” (SANDRO, 2016).

Sandro, que de início foi a favor de que o Estado fizesse a gestão da área do PNMT, após resistência por parte dos políticos locais e do resultado das reuniões públicas, passa a defender a gestão municipal do parque e, em 2013 recria o parque como uma Lei, na tentativa de garantir a gestão municipal.

Quando questionado se o município estava, então, fazendo uma boa gestão, sua resposta foi:

“Boa ainda não. Nós estamos longe do ideal né?! Quando a gente olha pra frente a gente vê o tanto que a gente tem que fazer. Mas quando a gente olha pra trás. O estado de depredação que eu encontrei isso aqui em 2011; e a gente evoluiu muito [...]. A gente conseguiu reformar toda a sede; quando eu falo a gente é prefeitura junto com IEF né?! Eles entraram com a mão de obra toda e nós entramos com o material. Melhoramos muito os acessos, a entrada. Nos feriados o incremento de monitor, monitoria ambiental, com monitores de turista. A gente conseguiu manter. Tudo longe do ideal. Mas pra quem não tinha nada é uma situação muito boa né?!” (SANDRO, 2016).

“[...] a gente tinha um plano de investimento. E esse plano andou mal porque eu consegui garantir recurso para esse plano, mas a gente não tinha capacidade executiva. Eu tinha uma diretora que era um pouco crua ainda, e os diretores na prefeitura tem um salário baixo. [...]. Em 2012 eu consegui R\$600 mil anuais para o Tabuleiro. E aí esse dinheiro ficou na gerencia de meio ambiente e eu não tinha corpo técnico pra executar isso. Que era fazer licitação, executar termo técnico. Eu não tinha equipe pra girar isso. [...]. Nós conseguimos gastar muito pouco até agora em Tabuleiro, porque precisa de projeto, precisa de projeto executivo. Agora, temos os planos de implantar portarias lá em cima, portaria aqui embaixo. Calçar a entrada. [...]” (SANDRO, 2016).

Perguntou-se a partir do orçamento citado, se havia algum plano de regularização fundiária e Sandro respondeu que foi criado o Código Ambiental de Conceição do Mato Dentro, o qual condensa todas as legislações municipais de meio ambiente em uma única Lei.

“E ai a gente propôs 25 % mas a Câmara tirou e deu 10 % da CFEM (Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais) pro Fundo de Meio Ambiente. E a prioridade pra esse recurso é primeiro a Regularização Fundiária, depois pagamento de serviço ambiental e em terceiro o fomento de projetos nas área úteis. [...]. Gastar primeiro comprando todas as UCs, adquirindo todas. [...]. Agora a gente começa a investir nos proprietários do entorno dela. Ai a gente começa a fomentar os corredores ecológicos, conecta essas unidades. [...]” (SANDRO, 2016).

Eu tinha muitas críticas, e ainda tenho, ao pagamento por serviço ambiental, mas pra quem pisa no chão e pra quem vai no campo é o seguinte: se você não pagar o cara, se o cara não perceber ganho financeiro naquela unidade de conservação, nós vamos perder. Sempre nós vamos perder pro capital. A lógica é conservar usando o mesmo feitiço. E o feitiço chama dinheiro. [...] vamos usar o capital pra conservar. Paga o cara mais do que ele ganha com lenha, vão ver se ele não para de tirar lenha. [...]” (SANDRO, 2016).

Mesmo com esse Código Ambiental e essa proposta de repasse para o fundo de Meio Ambiente, isso ainda não acontece de fato. De acordo com Sandro, ao menos ele deixa o legado de já ter esses instrumentos conectados, o que facilita a continuidade do trabalho. O Secretário fala também, dando sequência a esse pensamento, que é necessário ter cuidado ao assumir uma comunidade como tradicional, já que muitos que atualmente apresentam modos de vida bem mais urbanos, ao perceberem a UC, retornam para área a fim de que possam ser indenizados. De fato, essa é uma preocupação que deve ser ponderada, principalmente com relação aos mais jovens, que num geral, para a região, já preferem permanecer nas sedes distritais, ou mesmo em Belo Horizonte. A diminuição das fronteiras e o aumento da aproximação com pessoas de outros lugares (de fora do alto da serra), a chegada de energia elétrica, do rádio e principalmente da televisão, dão impulso para que, principalmente os jovens, trilhem caminhos rumo ao urbano, às infinitas possibilidades propagandeadas, e ao consumo. Assim, Sandro concorda com a ideia do TAC citada por Marcos, mas acredita que isso deva ser feito e acordado apenas com os moradores mais velhos, que de fato tenham modos de vida tradicionais. E enquanto Marcos acredita que, dependendo do caso, esse TAC possa ser feito para que a geração presente e a próxima ainda permaneçam dentro do PNMT, para fins de adaptação, Sandro não acredita que a próxima geração terá modos tradicionais, e muito provavelmente nem gostaria de permanecer naquelas terras. Em suas palavras:

“[...] Porque eu tomo muito cuidado. Eu sou muito rigoroso pra classificar atividade tradicional. Tem muita gente forçando que é tradicional, mas que não é. [...] O cara passou a vida em BH e ta voltando falando que é tradicional. [...] A maioria das pessoas que ainda tem modos tradicionais dentro de parque e no alto das serras, são de mais de 70 anos inclusive. [...] Eu defendo a proposta de indenização e usufruto, para o tradicional. Eu indenizo ele em vida e tiro o direito do herdeiro dele. [...] O Marquinho ainda fala da segunda geração, se a segunda mantiver o modo de vida [...]. Que aí dá mais tempo de diluir aquilo. [...]” (SANDRO, 2016).

O entrevistado aborda um pouco mais sobre as populações tradicionais e sobre o quanto é difícil viver no alto da serra. Nessa linha de raciocínio aponta para os poucos moradores do PNMT, muito devido a morfologia regional e aos acessos. Por esses motivos a área do parque é muito conservada, inclusive por nunca ter havido um uso extensivo e degradante. Vale perceber, com isso, que os moradores internos não têm relação com a criação do parque, num sentido em que estes estavam sendo nocivos a natureza. Mas que as proibições em suas atividades foram puramente burocráticas e protocolares. Fato esse que tem sido melhor tratado pelos atuais gestores. Para Sandro:

“[...] Não é à toa que esses ambientes são conservados. Se fosse depender de política de conservação governamental, esses ambientes não seriam preservados. O Tabuleiro é conservado porque ele foi muito poupado pelas ações. Nunca tiveram um uso extensivo, degradante [...].

Porque o próprio relevo dele, muito abrupto, já inibe a ocupação. [...]. É muito difícil viver no alto da serra. [...]. Hoje quem vive ali é 50 anos pra cima, eu diria até 70 [...]. Só quem ta condicionado mesmo nesse modo de vida que consegue viver lá hoje. Os filhos deles já não conseguem viver lá não. [...].” (SANDRO, 2016).

3.6 – RECONSTRUINDO AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS

3.6.1 - Criação do PNMT

Ao analisar as particularidades de cada sujeito e sua relação com o PNMT, conjecturou-se acerca do período e da forma de contato destes com a localidade e as experiências vividas. Considera-se que as experiências dos indivíduos estão diretamente ligadas aos laços que os sujeitos podem criar em relação ao lugar, influenciando nas imagens e representações que estes elaboram sobre esse lugar de vivência cotidiana.

No pilar da “Criação do PNMT” é possível fazer uma divisão em três grupos distintos, em que os atores se aproximam com relação às suas percepções e informações, sendo: o grupo dos moradores internos ao PNMT; o grupo de ambientalistas e ONGs – representado por Kadu e Miguel Andrade; e o grupo dos atuais gestores – Lucas, Marcos e Sandro.

Como visto, nenhum dos moradores fez parte do processo de criação e até hoje não sabem os porquês. De acordo com suas falas, o processo foi feito sem diálogo e arbitrariamente. Inclusive, na visão do Entrevistado IV, não teve motivo algum para a criação do parque, já que hoje é menos preservado do que antes. Para o Entrevistado I faltou respeito nesse processo, visto que esses são moradores antigos, e não acreditam que degradam a área, e ainda assim não houve explicação alguma.

Os ambientalistas Carlos Eduardo Nery e Miguel, ambos fizeram parte do movimento de criação do PNMT. À época justificaram a criação pela beleza e exuberância da cachoeira de Tabuleiro, bem como por seu potencial turístico. Além disso, a pressão para a construção de um hotel/resort, foi o estopim para a necessidade de criar o parque emergencialmente, por Decreto, sem a participação popular.

Os gestores atuais não fizeram parte do processo de criação, mas entendem os porquês. Lucas aponta para a pressão exercida por um Resort, já Sandro e Marcos indicam a oportunidade de negócios relacionados ao turismo. Além disso trazem o contexto da década de 90 brasileira, e o incentivo para a criação de áreas protegidas por meio da Eco – 92 e da ideia da Agenda 21.

Também, Conceição do Mato Dentro vivia um momento de propagandear ser a capital do Ecoturismo, vendo em Tabuleiro uma grande oportunidade.

Como visto anteriormente, a década de 90 marcou a criação de diversos parques e UCs no Brasil. O pensamento preservacionista estava fortemente entoadado na mídia e nas políticas globais, principalmente para os países em desenvolvimento – vistos à luz do “ecologismo dos pobres”. Dessa forma, muitas das áreas protegidas criadas não respeitaram, nem criaram novas possibilidades para as populações internas, acarretando em diversos conflitos que dificultam a gestão e a efetiva preservação ambiental.

O fato de muitas UCs terem sido criadas de cima para baixo, sem participação social em sua definição, dificulta o sentido de pertencimento que auxiliaria na criação de um espaço de tomada de decisões, onde seria necessária a confiança na obediência das normas estabelecidas e acordadas no grupo (LOUREIRO; CUNHA, 2008). Na maioria dos casos isso se deve ao fato de a criação das UCs ser feita mediante ato do Poder Executivo (SNUC, 2000, Art. 22), isto é, presidentes, governadores e prefeitos podem redigir e assinar decretos para o estabelecimento de UCs, sem a participação da população, Câmara e Senado.

Pode-se perceber, que a criação de UCs apenas pelo Poder Executivo, é o mecanismo político que se tem usado para criar novas Unidades de Conservação, contrariando os preceitos de participação popular e a própria conquista adquirida pelos movimentos sócio ambientalistas, visto que os procedimentos são menos participativos e menos transparentes do que os trâmites de um Projeto de Lei, por exemplo.

Entretanto, como ressaltam Loureiro e Cunha (2008), esses entraves precisam ser entendidos em suas contradições e potencialidades, constituindo os conselhos gestores de UCs em espaços públicos que merecem ser resguardados e fortalecidos com uma participação direta e, no qual, os cidadãos aprendam a construir uma cultura democrática, popular e cidadã no Brasil.

3.6.2 - Significação

Ao se pensar sobre a significação da área do PNMT para os entrevistados, é possível inferir sobre a presença de dois grupos distintos. Um, o dos moradores internos, que enxergam a natureza e os recursos naturais como intrínsecos à sua sobrevivência, sendo ali o seu lugar; e outro, composto pelos gestores e ambientalistas, os quais percebem a região com rara beleza cênica e oportunidade econômica.

Todos os moradores acreditam que sua cotidianidade piorou depois da criação do parque, que eles perderam liberdade. Para eles, a proibição de suas práticas não tem relação com o aumento da proteção à natureza, já que sempre preservaram a área. Inclusive, isso é um ponto em que Sandro concorda. Como dito por ele “[...] o Tabuleiro é conservado porque ele foi muito poupado pelas ações. Nunca tiveram um uso extensivo, degradante [...].” (SANDRO,2016). Já o outro grupo, percebe a área como um lugar maravilhoso, propício a diversas práticas de esportes, e que necessita proteção efetiva.

Em geral, moradores locais, que podem ser ditos tradicionais, como é o caso dos mais velhos, internos ao PNMT, desenvolvem modos de vida fortemente sintonizados com seu ambiente local. Muitos habitats ocupados por essas comunidades são menos modificados e degradados que as áreas adjacentes. Uma vez que são frequentemente orientados para a autossuficiência e, de maneira secundária, para a geração de excedente comerciável, suas economias e tecnologias tradicionais são, em geral, ambientalmente apropriadas (COLCHESTER, 2000). Sua longa associação com seus territórios resultou no desenvolvimento de uma forte ligação com suas terras, expressa pela lei consuetudinária, pelo sistema simbólico e pelo conhecimento detalhado dos recursos naturais. Esse conhecimento sobre o lugar, pode estar profundamente codificado na bagagem tradicional transmitida e refinada de geração em geração de modo que a justificativa prática de certos hábitos pode não ser aparente, de imediato, para os pesquisadores ou para os próprios nativos.

A combinação de uma longa e histórica associação com seus habitats e um compromisso de aí permanecer no futuro, leva essas comunidades tradicionais a desenvolver um manejo prudente no presente. De maneira crucial, muitos povos tradicionais veem claramente que sua sobrevivência, no longo prazo, depende do cuidado que tiverem pela terra: por exemplo, “a visão dos nativos de Bornéu é que os recursos naturais lhes são confiados para as gerações futuras” (KING, 1993 apud COLCHESTER, 2000, p.239).

Os povos tradicionais, suas terras, águas e outros recursos, contribuíram substancialmente para a conservação dos ecossistemas globais. Para que este processo permaneça, é necessário que, quando adequado, as áreas protegidas, tanto as atuais como as futuras, entendam o princípio da colaboração na gestão, prestando atenção aos interesses e necessidades dos povos locais.

Muitas áreas protegidas no mundo estão incluídas em terras, territórios e recursos de povos tradicionais. Em muitos casos, o estabelecimento dessas áreas protegidas tem afetado os

direitos, interesses e meios de subsistência. E como resultado têm sido gerados diversos conflitos.

Se os objetivos das áreas protegidas, respeitam os direitos dos povos tradicionais que vivem em seu interior e em seu entorno, é possível alcançar melhores resultados na conservação sustentável dessas áreas. Tem sido reconhecido, que a única maneira de garantir a longo prazo o êxito dos programas de conservação, consiste em contar com o consentimento e aprovação dos povos locais, entre outros agentes, já que suas culturas, seus conhecimentos e seus territórios, contribuem para o estabelecimento de áreas protegidas integrais. Afinal, as áreas protegidas têm objetivos que coincidem com a necessidade dos povos tradicionais de proteger suas terras, territórios e recursos frente a ameaças externas.

3.6.3 - Ações

Dentre os entrevistados, tem aqueles que demonstram ações que se relacionam às suas práticas na terra – os moradores-, e aqueles que fazem ou fizeram ações na tentativa de regulamentar as práticas possíveis a essa mesma terra – ambientalistas e gestores.

Um ponto que foi mencionado por todos os moradores, com exceção do Entrevistado I, é a prática do uso do fogo. De acordo com a percepção dos moradores, o uso do fogo, da forma com que usavam, não era prejudicial a natureza e aos recursos naturais. Todos disseram preservar as matas galerias, e colocar fogo no pasto apenas nos momentos certos de humidade. Para eles, isso ajudava a preservar as matas e a renovar o capim, principalmente para o gado (embora também possa ser citado o crescimento de Sempre-vivas para coleta). Em sua visão, as práticas dos funcionários dos parques, como a abertura de aceiros em locais indevidos, e o impedimento de colocar fogo em áreas de pastagem, tem contribuído para maior queima das matas, e conseqüente pior preservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Um outro ponto de vista é o dos gestores e ambientalistas, que tem uma visão técnico-científica da situação. E, embora todos os entrevistados desse grupo tenham se mostrado preocupados com a questão fundiária, com a aproximação com a comunidade local ser interessante, com o possível aproveitamento dos moradores na participação da gestão dos parques, com a finalização do Plano de Manejo e a formulação do TAC com os moradores, ainda existem regras que não podem ser transpostas por opiniões dos gestores. E esse é o caso para o uso do fogo.

Sabe-se que em nossa sociedade, a configuração predominante de controle aos recursos naturais é a capitalista. O capitalismo decompõe os elementos da natureza em bens capitais, ou seja, a

natureza é idealizada na sociedade capitalista exclusivamente como uma fonte de bens econômicos. Tal forma político-econômica, implica que a natureza seja explorada de forma sempre mais intensa. Na lógica da acumulação do capital, quanto mais se extrai, mais se ganha, no entanto, um ritmo de extração além do ritmo de reprodução biológica torna-se insustentável rapidamente, deixando o ecossistema natural sem vida e obrigando a comunidade a deixar a área (HARDIN, 1968).

O capitalismo contrapõe-se ao modo de vida das populações tradicionais. É corriqueiro inferir que essas comunidades são ecologicamente mais adaptadas ao seu ambiente, visto que suas atividades com a terra normalmente têm um impacto menor sobre os recursos naturais. Dessa forma, poderiam sustentar suas atividades por tempo indeterminado, ao contrário das formas capitalistas, capazes de gerar resultados catastróficos em menor tempo.

Aproximando essa visão das políticas de criação de Unidades de Conservação, têm sido feitos diversos estudos empíricos sobre as áreas protegidas, que apontam para muitos problemas na relação entre as populações que vivem nessas áreas e as gestões das UCs. Não obstante uma maior flexibilidade por parte dos gestores, conserva-se um conflito de importâncias, constituído de duas visões bem diferentes: para os gestores, o foco de suas preocupações é o ambiente e a proteção da natureza; para as populações, a sua própria reprodução.

Diegues (1996), ao se referir sobre as formas de caracterização das UCs e do formato dos Planos de Manejo, vê a representação da dicotomia entre homem e natureza. Isso, por acreditar que os critérios utilizados na administração desses novos territórios, são apenas aqueles definidos pela ciência. Para o autor

Os denominados “atributos naturais dos ecossistemas” definidos pela biologia, ecologia não-humana se tornam os únicos critérios “cientificamente” válidos para se administrar o espaço e os recursos naturais. A natureza milagrosamente se reifica e é apossada, em termos científicos, pelo que Morin define como “os grandes sacerdotes da ciência. (DIEGUES, 1996, p.72).

Assim como Diegues, outros autores creem que o desafio atual está na edificação da interdisciplinaridade e até da transdisciplinariedade, opondo-se ao modo de construção de conteúdos fragmentados, persistindo na necessidade de repensar uma inter-relação maior dos saberes, principalmente daqueles que têm um enfoque socioambiental, sendo que, além dessa interdisciplinaridade, não se deve esquecer a rica e sábia vivência dos saberes nas culturas dos povos tradicionais.

Para Becker e Gomes (1993), ao se abordar a questão do ambiente, é importante que se inclua as múltiplas e complexas relações da comunidade com a natureza, a qual também contextualiza e conduz a reflexão sobre a natureza, ou seja, deve estar "centrado não na "naturalidade" pura dos fenômenos, mas sim em suas imbricações com os fatos sociais." (BECKER e GOMES, 1993, p.149).

Contudo, como os estudos da pesquisa científica moderna se baseiam em análises fragmentadas, esse pensamento depara-se com diversos obstáculos para sua difusão no meio acadêmico e nos vários segmentos que este influencia. Como aponta Diegues (1996)

Romper com os padrões clássicos dessa ciência reducionista não é tarefa fácil, pois nossas próprias instituições de pesquisa e ensino são, em geral, unidisciplinares, discriminadoras dos saberes tradicionais, marcadas por "correias de transmissão" que nos ligam aos grandes centros, dentro e fora do país, onde são gerados modelos científicos reducionistas que, transformados em práticas (ou ideologias), levam a uma conservação hegemônica, autoritária e pouco eficaz. (DIEGUES, 1996, p. 184).

É importante ressaltar que a existência do manejo sustentável dos recursos naturais, proporcionada por meio dos conhecimentos tradicionais destas populações, não está vinculada a uma visão romântica da realidade (TOLEDO, 2000). A idealização de que a relação das populações tradicionais com a natureza é harmoniosa e equitativa está vinculada ao mito do "bom selvagem" (DIEGUES, 1996, p. 99).

Deve-se considerar ainda que, embora tais práticas proporcionem a conservação dos recursos naturais, o conservacionismo, fortemente difundido na sociedade urbana, não está presente nas concepções intrínsecas às populações tradicionais, sendo que uma interpretação generalizada das relações entre populações tradicionais e natureza pode ocasionar percepções equivocadas acerca da maneira como tal relação procede e insere a ideologia conservacionista na percepção das populações:

Pode-se ter práticas culturais conservacionistas sem uma ideologia conservacionista. Neste caso, temos populações que, sem ter uma ideologia explicitamente conservacionista e que, não obstante, seguem regras culturais para o uso dos seus recursos naturais de maneira sustentável. (ALMEIDA; CUNHA, 1999, p. 1).

3.6.4 - Expectativas

Aqui, mais uma vez é possível separar em dois grupos distintos: o dos moradores e o dos ambientalistas e gestores.

Como visto, para todos os entrevistados moradores, a expectativa é de um futuro ainda pior. Nenhum deles ponderou sobre uma melhora, sobre possibilidades, acreditando que o poder público não viria a fazer ações que melhorassem sua qualidade de vida.

Os outros entrevistados, ambientalistas e gestores, sabem da necessidade de que se resolva esse conflito e, de acordo com eles, têm trabalhado nesse sentido. Acontece que, mesmo que esses tenham tal consciência, por questões relativas a verba, ou a logística, o contexto atual é de insatisfação da população interna ao PNMT.

Sobre esse contexto, é importante compreender que a experiência ambiental, encontra-se baseada em sentimentos topofílicos e topofóbicos, e a realidade geográfica abrangida leva à gênese de imagens que, por sua vez, ao serem evocadas, geram imagens e representações complementares, recordando e recuperando o mosaico paisagístico do vivido, onde a integralidade espaço-temporal resgata as próprias imagens individuais e coletivas, enquanto signos e símbolos de uma comunidade de destino. Topofilia e Topofobia, são abrigadas em evocações da memória e da percepção, porque a imagética decorrente transporta-nos a um tempo no qual os lugares comportavam as paisagens da vida, nas nuances do cotidiano, em suas constelações de experiências. E muitas vezes, como é o caso para os moradores internos ao PNMT, do processo de perda destas imagens nasce uma Topofobia em função do mundo-vivido - símbolo, significado e significante do cessar de toda e qualquer imagem de sonhos ou lembranças agradáveis, positivas, respectivas à memória e à percepção do sentido de lugar.

Como decorrência, o sentir um lugar associa variações simultâneas de atitudes às emoções e à atribuição de valores, pois as imagens topofílicas e topofóbicas derivam da realidade do entorno, assumindo muitas formas em função não apenas da amplitude de sua carga emocional, como também de sua intensidade, sendo enriquecidas pelas infinitas combinações da expressão dos aspectos concretos e simbólicos presentes em um dado contexto situacional. (TUAN, 1983).

Para que a UC tenha efetivo sucesso, é necessário que esses sentimentos topofóbicos sejam dirimidos. A possibilidade do TAC com os moradores, pode ser uma ferramenta muito útil nesse caminho, mas deve ser acompanhada de explicações, acompanhamentos, e medidas que, além de incluir os moradores na “gestão” da UC, os possibilite realizar, mesmo que em menor escala, suas atividades tradicionais.

Somente depois que estes grupos se reconhecem e são reconhecidos como interlocutores no processo decisório das políticas públicas é que é possível haver um diálogo e uma abertura à participação na construção dos projetos que seriam conjuntamente definidos para aquele

determinado contexto ecológico, econômico e cultural. [...] antes desses grupos se reconhecerem como atores legítimos no campo político, não é possível tê-los em conta para a definição verdadeiramente democrática de políticas públicas que estejam direcionadas a eles e/ou aos espaços que eles ocupam. (MENDES, A. B. V., 2009, p.234).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de reflexões teóricas sobre a criação de áreas protegidas no Brasil e no mundo, e da discussão de conceitos inerentes a essa temática - percepção ambiental, conflito ambiental, lugar, identidade territorial e território, aclarou-se não apenas os pontos particulares de cada conceito, mas sua relação com a construção da cotidianidade dos moradores internos ao PNMT. Destaca-se que a aproximação da Geografia Cultural e Humanista, no que tange as reflexões acerca das subjetividades da relação dos atores com o espaço, e as discussões propostas sobre o sentido de lugar, foram indispensáveis no desenvolvimento deste estudo.

Por meio da pesquisa realizada, percebeu-se a diferenciação das percepções dos entrevistados com relação a aspectos da criação do PNMT, da significação do parque; das ações implementadas; bem como das expectativas sobre o futuro. O viés Fenomenológico, base para este trabalho, confirmou-se como pertinente para que se pudesse atingir os objetivos propostos, já que pelas experiências descritas pelas falas dos entrevistados, foi possível compreender as relações desses com a região do PNMT.

Ao contextualizar e caracterizar o PNMT e a região, tornou-se possível identificar o caminho histórico para a criação do PNMT e seu contexto atual. E, a partir do trabalho de campo, permitiu-se elaborar algumas análises concernentes ao parque.

Sobre as entrevistas realizadas, é importante destacar, que a partir delas tornou-se possível identificar a influência de cada ator sobre a UC e perceber que, além do tempo de contato com o espaço, são as experiências vividas (relacionadas a sua história familiar, aos seus modos de vida, as suas atividades com a terra) que aproximam ou distanciam o sujeito do *lugar*. Assim, o mesmo espaço pode ser interpretado de maneiras distintas, onde cada ator esboça reações particulares em relação aos contextos observados.

Percebeu-se, também, que as dificuldades de equacionamento de conflitos socioambientais em áreas protegidas, têm indicado a necessidade de se rever o modelo de gestão dos recursos naturais adotado pelas agências governamentais em nosso país. Nesse sentido, faz-se intrínseca a uma boa gestão e efetividade da UC, a aproximação das comunidades locais. Sem o diálogo, a explicação, e a criação de possibilidades para essas comunidades, o conflito será iminente, e a preservação pode ficar ameaçada.

De acordo com o que foi exposto, julga-se ter cumprido com os objetivos desta pesquisa e obtido a resposta à questão que deu norte a mesma, visto que se identificou, por pesquisas

documentais e bibliográficas, e por pesquisas em campo, as percepções ambientais conferidas ao PNMT e suas influências sobre as mudanças no/do lugar.

Por fim, entende-se que este estudo possa servir de base para outros, que busquem na Geografia e na política de criação de Unidades de Conservação, a possibilidade de estudar as relações subjetivas e experiências individuais dos sujeitos em relação ao espaço e ao lugar. Adiciona-se, como contribuição, a possibilidade de a pesquisa realizada poder contribuir com o poder público, notadamente, às gestões do PNMT, já que apresenta algumas das experiências e opiniões dos sujeitos que se relacionam com a UC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das Lutas Sociais – O Caso do Movimento Por Justiça Ambiental. Estudos Avançados. UFRJ, 2010.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais, in H. Acselrad (org.), Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004.

AKTOUF, Omar. Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz. Atlas, São Paulo, 2004.

ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação. In: Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.

ALONSO A.; COSTA V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil”, en: Alimonda H. (ed), Ecología política. Nueva Naturaleza, sociedad y utopía. CLACSO, Buenos Aires. 2002..

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisas quantitativas e qualitativas. São Paulo: Editora Pioneira, 2002.

AMEND, S. & AMEND, T. National Parks without people? The South American Experience. Quito, Equador: IUCN. 1995.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os estudos da percepção como última fronteira da gestão ambiental, In: Simpósio ambiental e qualidade de vida na região metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 1992.

_____. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais, In DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia, Percepção Ambiental, a Experiência Brasileira. Editora Studio Nobel, São Paulo, 1999.

ARAUJO, M.A.R. A Gestão das unidades de conservação à luz da abordagem ecossistêmica, p.155-187. In: NEXUCS (org.). Unidades de conservação no Brasil: o caminho da gestão para Resultados. RiMa Editora. 536p. 2012

ARRUDA, R. V. S. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba. 1997.

ASSIS, Alexandre C. A compensação ambiental como fonte de custeio de unidades de conservação in B. Cient. ESMPU, Brasília, a. 4 - n.14, p. 73-86 - jan./mar. 2005.

BACHELARD, G. A poética do espaço. Rio de Janeiro: Eldorado, 1972.

BAECHLER, G. Why Environmental Transformation Causes Violence: A Synthesis, Environmental Change and Security Project Report 4. 1998.

BARBANTI Jr, O. Gestão de Conflitos em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade. Estação Gráfica: MMA/GIZ. 72 p. 2010.

BARRETTO F °, H. T. Da Nação ao planeta através da natureza. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. 2001.

BENATTI, José Heder. Posse agroecológica & manejo florestal – à luz da lei 9.985/00. Curitiba: Juruá, 2003.

_____. A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposseamento de Populações Tradicionais: um problema agrário ou ambiental? NAEA / UFPA. 1998.

BENJAMIN, Antônio Herman. Introdução à lei do sistema nacional de unidades de conservação. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BECKER, B.; GOMES, P. C. C. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, Paulo Freite e MAINON, Dália (orgs.). As ciências sociais e a questão ambiental, rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED e UFPA, 1993. p. 147-174.

BECKER, B. K.; GARAY, I. Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

BENNETT, C. F. Conservation and Management of Natural Resources in the United States. USA: John Wiley & Sons. 1983.

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Editora FGV. 2006.

_____. Os pressupostos biológicos do sistema nacional de unidades de conservação. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BICUDO, M.A.V. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, M.A.V.; ESPÓSITO, V.H.C. Pesquisa Qualitativa em Educação. Piracicaba: 2. Ed. Revista, Editora Unimep, 1997.

BONNEMAISON, J. e CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures. Le Territoire, n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BRAGA, S. de S.; GONTIJO, B. M., ALVES, C. da C.; ARRUDA, H. O. M.; et al. Turismo e Meio ambiente – Estudo de caso Lapinha da Serra, Anais do 2º EMEHTUR – 2º Encontro Mercocidades de Ensino de Hotelaria e Turismo; Belo Horizonte – MG, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>>. Acessado em: 1/07/2015.

BRASIL Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>.

BRASI. Decreto Federal nº4.340. Regulamenta artigos da lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 23/08/2002.

BRASIL. Decreto Federal nº5.758. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 13/04/2006.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de conservação – intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BUSTAMANTE, T. Los conflictos socio-ambientales: una perspectiva anacrónica en: Ortiz (ed), Comunidades y conflictos socioambientales. Experiencias y desafíos en América Latina. Abya-Yala, Quito. 1999

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) Perspectivas da geografia. São Paulo, Difel, 1985.

CAPOBIANCO, J. P. & RAMOS, A. Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). Resultado do seminário interno, com convidados, realizado nos dias 25 e 26 de abril de 1996.

CASTELLS, M. O poder da identidade. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CERVANTES BORJA, F. J. y L. V. El problema ecológico ambiental, la geografía y los estudios ambientales", en Aguilar, A. G. y O. Moncada, La geografía humana en México: institucionalizarían y desarrollorecientes. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COELHO, E. de Á. As mudanças na nossa terra: impactos socioambientais associados a unidades de conservação – o caso de três parques mineiros. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário UNA. Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. 2009.

COLCHESTER, M. Salvaging Nature: Indigenous people, Protected áreas and Biodiversity Conservation. UNRISD. 1995.

COLCHESTER, M. Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. 2000. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Ed. Hucitec. 290p.

CONDORELLI, A. O Pequeno Homem da Montanhas. Dersu Uzala: Ecologia, Semiótica e Arte. 1.ed, Natal: 8 Editora, 2014.

CONROY DALTON, R. Lecture notes # I: perception & cognition. Disponível em: http://undertow.arch.gatech.edu/homepages/rdalton/lectures/sc_01.htm. 2002. Acessado em 01/06/2016.

CORBIN, A. O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia. Das Letras. 1989.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. Proteção jurídica do meio ambiente – I Florestas. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CRUZ, W. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia In: HAESBAERT, R. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DARTIGUES, André. O que é a fenomenologia. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental, a Experiência Brasileira. Editora Studio Nobel, São Paulo, 1996.

DENCKER, A. F. M. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9.ed. São Paulo: Futura, 1998.

DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. 2ª ed. rev. São Paulo: Max Limonad, 2001a.

DIEGUES, A. C. 1996. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Ed. Hucitec. 163p.

DIEGUES, A. C. 2000. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Ed. Hucitec. 290p.

_____. Preservar é diferente de conservar. Revista Fórum, São Paulo, p.16 – 20, 03 out. 2009.

DORNELLES, C. T. A. Percepção ambiental: uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolinho, São Carlos, SP. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

DOUROJEANNI, Marc. J. Conflictos sócio-ambientales em unidades de conservación de América latina. In: IICongresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Anais, v. 1. p. 36 a 57.

_____. Áreas protegidas de américa latina en los albores del siglo XXI. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ESCOBAR, A. An Ecology of Difference: Equality and Conflict in a Glocalized World”, en: Arizpe, L. (ed) World Culture Report II, Unesco, Paris. 1999.

SCOREL DE AZEVEDO, Pedro Ubiratan. Implementando as unidades de conservação: particularidades da regularização fundiária. In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

FADINI, Almerinda A. B. Sustentabilidade e Identidade Local: Pauta para um Planejamento Ambiental Participativo em Sub-bacias Hidrográficas da Região Bragantina. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP. 2005.

FARIA, M. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Zuyman(org). Meio Ambiente, Ecoturismo e Educação Ambiental. São Paulo: Manole, 2002.

FERREIRA, Carolina Peixoto. Percepção Ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Dissertação de mestrado. USP. 2005.

FERREIRA, I. V. Uma política nacional para as áreas protegidas brasileiras. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. V. 2: 172-176, 2004.

FOLCHI, M. Conflictos de contenido ambiental y ecologismo de los pobres: no siempre pobres, ni siempre ecologistas, *Ecología Política*, Vol. 22. 2001.

FONTAINE, G. Enfoques Conceptuales y metodológicos para una sociología de los conflictos ambientales, en: Cardenas M. y Rodriguez M. (eds), Guerra, Sociedad y Medio Ambiente. Foro Nacional Ambiental. Bogotá, Mayo 2004.

FURLAN, Sueli Ângelo. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do parque estadual da Ilhabela na Ilha de São Sebastião). Tese Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, USP – SP. 2000.

GANEM, Roseli Senna. Conservação da biodiversidade: das reservas de caça à Convenção sobre Diversidade Biológica. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). Conservação da Biodiversidade. Legislação e Políticas Públicas. Brasília, Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2011.

GIANSANTI, R. O desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atual, 1998.

GODOY, Apna. O modelo da natureza e a natureza do modelo. São Paulo: São Paulo em Perspectiva vol. 14 nº 4. 2000.

GOHN, M.G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 4 ed., Cortez, São Paulo. 2011

GOMEZ-POMPA & KAUS, A. Taming the Wilderness Myth. In: *Bioscience* 42(4). 1992.

GONTIJO, B. M. A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: O Caso de Lapinha. Tese de Doutorado. Brasília: CDS/UnB, 2003.

_____. As portas abertas da serra do Cipó – Cadernos Manuelzão, ano 2 – n° 3, Belo Horizonte – MG, 2007.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. 6. vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2001.

GUERRA, A. J. T., COELHO, M., C., N. Unidades de Conservação. Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

GUDYNAS, E. Conflictos ambientales en zonas de frontera y gestión ambiental en América del Sur. *Gestión Ambiental*, 13, (1),1-19. 2007.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. (Org.). Etonoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Environmentalism: a global history. New York: Longman, c2000.

GUHA R.; MARTINEZ ALIER J. Varieties of environmentalism. Essays North and South, Earthscan, London. 1997.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. Anais. São Paulo: USP, 2005.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons, Science, 1968.

HEATHCOTE, R. L The context of studies into the perception of desertification, en Heathcote, R. L., Perception of desertification. Tokio: Prensa de la Universidad de las Naciones Unidas. 1980.

HOCHBERG, Julian E. O estudo da percepção, In HOCHBERG, Julian E. **Percepção.** Tradução Alvaro Cabral. 2 edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

HOLZER. O Lugar na Geografia Humanista, 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso em 13/06/2016.

HOMER-DIXON T. On the Threshold: Environmental Changes as Causes of Acute Conflict, *International Security*, vol. 16 (2). 1991.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Relatório de Gestão 2010 do Instituto Chico Mendes. 2010a.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade),. Relatório de Gestão da Divisão de Gestão Participativa. 2013b.

INGLEHART, R. El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas. Centro de Investigaciones Sociológica, Madrid. 1991.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. Documento de caracterização ambiental da região do Parque Estadual da Serra do Intendente, 1998.

JONES, R.; DUNLAP, R. The social bases of environmental concern: have they changed over time?, *Rural Sociology* 57(1). 1992.

KASHIWAGI, H. M. Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sgnica da paisagem em áreas preservadas. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KOPPE, C. Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American Conservation. In: *The Ends of the Earth*. Ed. Cambridge University. 1989.

KURZ, R. Natureza em Ruínas. Texto retirado do site obeco.planetaclix.pt/rkurz81.htm. 2011. Acesso em: 05/06/2015.

KUTCHENSKI, M. L. O. Paisagem e ecoturismo: o caso do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro - MG. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LE PRESTE, P. *Ecopolítica internacional*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Cambridge: Blackwell. 1991.

LEFF, E. La ecología política en América Latina, un campo en construcción, Trabajo presentado a la reunión del Grupo de Trabajo en Ecología Política, Clacso. Panamá. 2003.

LEUZINGER, M. Meio ambiente – propriedade e repartição constitucional de competências. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

LIMA, G.F. da C. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 23: 121-132. 2011.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1. 2004.

_____. Educação Ambiental Crítica. Instituto de Gestão das Águas e Climas. 156p. 2010.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237- 253, jul-dez 2008.

MALDONADO, M. Las selvas urbanas no son una metáfora en Caracas, en Nail, S., *Bosques urbanos en América Latina*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, pp. 113-142. 2006.

MARIN, A. A. Individuação, percepção, ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. *Educação em Revista* 25(03): 265-281, 2009.

MARIN, A. A.; LIMA, A. P. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental* 3(1): 203-222, 2008.

MARTINEZ ALIER J. La economía ecológica como ecología humana, Fundación César Manrique, Lanzarote (Islas Canarias). 1998.

_____. “Mining conflicts, environmental justice, and valuation”, *Journal of Hazardous Materials* Vol. 86. 2001.

_____. Los Conflictos Ecológico-Distributivos y los Indicadores de Sustentabilidad, *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica* Vol. 1. 2004.

_____. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e liguangens de valorização. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOS, A. A. A implantação do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e o modo de vida da comunidade local de Tabuleiro. Monografia de graduação, Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, junho, 2005.

McNEELY, J. A., HARRISON, J., DINGWALL, P. Protecting Nature: Regional Reviews of Protected Areas. IV World Congress on National Parks and Protected Areas. Caracas, Venezuela. 1994.

MELLO, J. B. F. DE. Geografia Humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao Positivismo. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n. 52, p. 91-115, 1990.

MELUCCI, A. ¿Qué hay de nuevo en los "nuevos movimientos ambientales"?, en: Laraña E. y Gusfield J. (eds), Los Nuevos Movimientos Sociales. De la Ideología a la Identidad. Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid. 1994.

MENDES, A. B. V. Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre justiça. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.

MÉSZÁROS, I. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. 2007.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. Tradução Carlos Roberto Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MILANI, C.R.S.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. Revista de Administração Pública. 42(3): 2008.

MILANO, M. S. Por quê existem as unidades de conservação? In: Unidades de conservação: atualidades e tendências. Miguel Sereduik Milano (org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002.

_____. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, v. 1, p. 11-25. 2000.

_____. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Porque existem as unidades de conservação? In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1: 3-21. 1997.

MILARÉ, E. Direito do ambiente. Editora Revista dos Tribunais. 4ª edição, 2005.

MMA. Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Decreto Legislativo 2, de 5/06/1992. Série Biodiversidade, n. 2. <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/cdbport.pdf>. Acesso em 04/04/2016.

MORIN, Edgar., O Método. 1- A Natureza da Natureza. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1977.

MORSELLO, Carla. Áreas protegidas públicas e privadas – seleção e manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MOURA, A. M. F. Mapa Geoambiental da porção centro-meridional da serra do cipó - Cardeal Mota - Minas Gerais. Monografia não publicada. Instituto de Geociências, UFMG, 1990.

MURADIAN R.; MARTINEZ ALIER J.; CORREA, H. International capital versus local population: The Environmental Conflict of the Tambogrande Mining Project, Peru, Society and Natural Resources Vol. 16. 2003.

NARANJO, F. Z. Geografía y ordenación del territorio. Universidad de Sevilla. Texto avulso. 2000.

NOGUEIRA, A. R. B. Uma Interpretação Fenomenológica na Geografia. In: SILVA, A. A. D. da; GALENO, A. (Orgs). Geografia: Ciência do Complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina. 2004.

_____. Mapa Mental: Recurso didático no ensino de Geografia no 1o grau. Dissertação de Mestrado. USP. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1994.

_____. Percepção e Representação Geográfica: A “Geograficidade dos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas”. Tese de Doutorado. USP. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2001.

NORGAARD, D. *Development Betrayed: The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future*. Routledge. London, 1994.

OBARA, A.T.; SILVA, E. S. População Humana, Biodiversidade e Unidades de Conservação do Brasil. In: VILLALOBOS. J.U.G. *Terra e Agricultura*. Maringá, 2001.

OLIVEIRA, L. C. A. The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil. Ph.D. in Geography. University of Edinburg. 1999.

ORELLANA, R. Conflictos....¿sociales, ambientales, socioambientales?... Conflictos y controversias en la definición de los conceptos, en, Ortiz, T. (ed), *Comunidades y Conflictos Socioambientales: experiencias y desafíos en América Latina*. Ediciones Abya-Yala, Quito. 1998.

OZMON, H.A.; CRAVER, S.M. *Fundamentos filosóficos da educação*. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. 6.ed. Porto Alegre: Artmed. 2004.

PACHECO, E.; SILVA, H. P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção. 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em : 04/05/2016.

PADILLA Y SOTELO, L. S. y A. M. Luna M. "Percepción y conocimiento ambiental en la costa de Quintana Roo: una caracterización a través de encuestas", *Investigaciones Geográficas*. Boletín. México: UNAM, núm. 52, pp. 99-116. 2003.

PÁDUA, M. T. J. *Categorias de Unidades de Conservação – Objetivos de Manejo*. Boletim FBCN, 13:78 – 84p. 1978.

_____. Unidades de conservação – muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências*. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PAILLARD, B. Sociologia do presente, in PENA-VEJA, A. & NASCIMENTO, E.P. (Orgs.) O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PELUSO, N.; WATTS, M. Violent Environments. Ithaca: Cornell University Press. 2001.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos do Papel do Estado Nas Unidades de Conservação. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). A Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimentos e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETERS, Edson Luiz. Meio ambiente & propriedade rural. Curitiba: Juruá, 2003.

PICHARDO, N.A. New Social Movements: A Critical Review. Annual Review of Sociology, Vol. 23. 1997.

PIMBERT, M. P. e PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.) Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB – USP, 2000.

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO. Documentos diversos acerca da implementação das Unidades de Conservação no município.

PORTO-GONCALVES, C. W. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14. ed. Sao Paulo: Contexto, 2006.

_____. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 2 ed. Civilização Brasileira, 2011.

_____. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. INTERthesis, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jan./jul. 2012.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. Brasil Florestal. Brasília, nº 54, p. 13 a 28. Abr-jun. 1983.

QUINTAS, J.S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental, p.11-19. In: Quintas, J.S. (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. IBAMA. 2000.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática: 1993.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. Revista Geografia. Rio Claro, vol. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RODAWAY, P. Sensuous Geographies: body, sense and place. London: Routledge, 1994.

RUEDA, R. P.: Organizacao social das populacoes extrativistas. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. Reservas Extrativistas. Cambridge: UICN; Brasilia: CNPT/Ibama, 1995.

RUNTE, A. National Parks, The American Experience. Ed. University of Nebraska. 1997.

SABATINI, F. Conflictos ambientales en América Latina: ¿distribución de externalidades o definición de derechos de propiedad?’, Estudios Sociales N° 92. 1997.

SABATINI, F.; SEPULVEDA, C. Conflictos Ambientales, entre la globalización y la sociedad civil, CIPMA. Santiago de Chile. 2003.

SACHS, W. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SACK, R. Human Territoriality : its theory and history. Cambridge : Cambridge University Press, 1986. In: Haesbaert, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. Anais. São Paulo: USP, 2005.

SANTANDREU, A.; GUDYNAS, E. Ciudadanía en movimiento. Participación ciudadana y conflictos ambientales. CLAES, FESUR y Ediciones Trilce, Montevideo. 1988.

SANTILLI, M. 2013. Confiança traída. Correio Braziliense. 06 jun 2013.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos – proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Instituto Internacional de Educação do Brasil e Instituto Socioambiental, 2005.

SANTOS, M. 1986. Por uma geografia nova. Da crítica da Geografia a uma geografia crítica. 3.ed.,HUCITEC, São Paulo, 1986.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHENINI, Pedro C.; COSTA, Alexandre M.; CASARIN, Vanessa Wendt. Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC Florianópolis, 2004.

SCHLOSBERG, D. Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature. Oxford University Press, New York. 2007.

SEBRAE MINAS, Diagnóstico Municipal. Conceição do Mato Dentro, 2000.

SILVEIRA, R; UEDA, V. Sobre Geografia Humanística. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 47-59, mar. 1995.

SNUC (Sistema Nacional de Conservação da Natureza). Ministério do Meio Ambiente do Brasil. 2000.

SOUZA, L. A. C. Entre as Transformações na Paisagem e o Sentido de Lugar: o Caso do Paço da Liberdade (Curitiba, Paraná, Brasil). Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2013.

STEA, D. Environmental/Geographic Perception and Cognition, Geography 7371—Doctoral Seminar in Geo Distance Education Class. Disponível em: <http://www.pdf4free.com>. 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VALLEJO, L.R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. *GEOgraphia*, n.8, p.77-106. 2002.

TOLEDO, V. Campesinidade, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural, Cuadernos de Trabajo 3. Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, pp. 1-26. 1995.

TOLEDO, V. M. Indigenous Knowledge on Soils: An Ethno ecological Conceptualization. In: BARRERA-BASSOS, N.; ZINCK, J. A. Ethno ecology in a worldwide perspective: an annotated bibliography. Enschede: International Institute for Aerospace. Survey and Earth Sciences, p. 1-9, 2000.

TRACHTENBERG, Z. y FOCHT W. Legitimacy and Watershed Collaborations: The Role of Public Participation, en: Sabatier P.A, Fotcht W., Lubell M., Trachtenberg Z., Vedlitz A. y Matlock M. (eds) *Swimming Upstream: Collaborative approaches to watershed management*. MIT, Boston. 2005.

TRESMANN, I. A pátria renascida. *Revista Globo Rural*. Edição 268 – Fev. 2008

TUAN, Yi Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983..

_____. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UICN, CPNAP, CMMC. Diretrizes para las Categorías de Manejo de Areas Protegidas. Gland, 1994.

UICN, Protected áreas and demographic change: planning for the future. Gland, Switzerland. IUCN, 1992a.

_____. Parks for life: report of the IVth World Congress on National Parks and Protected Areas. Gland. IUCN, 1993.

UNESCO. Relatório final do painel de especialistas sobre o Projeto 13: A percepção da qualidade ambiental no Programa Man and Biosphere – MAB. Paris, 1973.

_____. MAB. Environmental Perception: Regional Seminar for Latin America and the Caribbean. Montevidel: Regional Office for Science and Technology for Latin America na Caribbean, UNESCO, 1985.

WETTERBERG, G. B., et al. Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia. PNUD/FAO/IBDF/BRA-45. Série Técnica nº 8, 62 p. 1976.

WHYTE, ANNE V.T, Guidelines for Fields Studies in Evironmental Perception, Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

_____. "Perception", Climate Impact Assessment. Chennai, India: Fundación de Investigación MS Swaminathan. Disponível em: <http://www.icsu-scope.org/downloadpubs/scope27/chapter16.html>. 1985.

WWF. Áreas protegidas ou espaços ameaçados? Relatório do WWF sobre o grau de implementação e vulnerabilidade das unidades de conservação federais brasileiras de uso indireto. Brasília. WWF Brasil. Série Técnica 1, 17p, 1999.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ATORES ENVOLVIDOS NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO (PNMT)

Nome

Apelido

Data

1 - Caracterização dos entrevistados:

Sexo

Idade

Estado civil

Profissão

Grau de instrução: analfabeto (); sabe ler e escrever (); ensino fundamental incompleto (); ensino fundamental completo (); ensino médio incompleto (); ensino médio completo (); superior incompleto (); superior completo ()

Endereço

Mora com quantas pessoas?

Renda familiar: menor que 01 salário (); entre 1 e 3 salários (); entre 3 e 5 salários (); acima de 5 salários ()

Como essa renda é composta? Quantas pessoas da família colaboram com a obtenção da renda?

Há quanto tempo reside no local?

2 - Você conhece (tem ciência) do PNMT?

2.1 – Você fez parte do processo de criação do PNMT?

2.2 - Sabe os motivos e porquês da criação do PNMT?

3 - Como você descreveria o PNMT?

4 – O que o PNMT representa para você?

4.1 – O que mais gosta em relação aos elementos naturais do PNMT?

4.2 – O que não gosta em relação à natureza do PNMT?

5 – Você utiliza para algum fim a área do PNMT?

6 – Suas atividades dentro de sua propriedade geram algum impacto ou dano no PNMT?

7 – Quais os animais que existem no PNMT?

7.1 – Qual a utilidade ou importância desses animais para você?

Medicinal – Qual tratamento:

Alimentação

Uso doméstico

Místico

Outro. Qual:

8 – E os vegetais, quais você conhece e faz uso?

8.1 – E qual a utilidade de cada um.

Medicinal – Qual tratamento?

Alimentação

Madeira

Uso doméstico

Místico

Veneno

Repelente

Outro. Qual?

9 – Você acha que o PNMT deve ser preservado? Porquê?

Se sim, o que deve ser feito para ser melhor preservado?

Se não, o que deveria ser feito com a área?

10 – Como é sua relação com os funcionários e gestores ou moradores do PNMT?

11 – Sabe da possibilidade de desapropriação? Existe alguma conversa nesse sentido com algum funcionário ou gestor do PNMT?

12 – Quais as principais transformações você identifica após a criação do PNMT? Como você avalia as transformações decorrentes da criação do PNMT, com relação ao passado, ao presente e ao futuro?

12.1 – Como você avalia seu dia-a-dia no passado, antes da criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você daria?

12.2 - Como você avalia seu dia-a-dia no presente, depois da criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você daria?

12.3 - Como você imagina seu dia-a-dia no futuro, tendo em vista as transformações ocorridas pela criação do PNMT? Em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “muito ruim” e 5 “ótimo”, qual nota você acredita ser a do seu futuro?

12.4 – Qual seria o futuro ideal? O que você gostaria que acontecesse?

13 – Existe algum trabalho de Educação Ambiental com os moradores da região do PNMT?

14 – Existe alguma instituição / ONG que atue direta ou indiretamente com assuntos relacionados ao PNMT? Quais?

ANEXO A - TRANSCRIÇÃO PARCIAL DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

ENTREVISTADO I (E.I):

[...]

Eu – E o pessoal fica em cima?

E.I – Geralmente fica né. Mas a gente respeita. A gente não dá eles muito trabalho pra chamar a atenção da gente não. A gente respeita, né?! [...]. O pessoal do meio ambiente nunca amolou nós não. Só fala que não é pra desmatar e a gente então respeita né.

Eu – E antes de ter o parque ser criado eles te perguntaram alguma coisa?

E.I – Não, perguntaram não. A gente sobrevivia das plantações da gente, mandiocal, roça, canavial. [...]. Ai chegaram e “não pode fazer mais.”.

Eu – E você sabe o porquê que o parque foi criado?

E.I – Não. Até hoje não explicaram pra gente. Até então entraram ai, falaram. A pouco tempo veio uma turminha ai, eles mediram a área nossa aqui e não deram detalhe nenhum.

Não explicam nada pra gente. Não procuraram saber. Faltou até um pouquinho de respeito com a gente, não faltou?!

Porque eles vão desapropriar a gente? Não! Outro dia escutei um assunto aqui, sobre essa crise. Que os funcionários do IEF tão com pagamento atrasado, porque não tem dinheiro pra pagar eles. Falei: “Vai ter dinheiro pra indenizar esse tanto de gente?!” Fala a verdade. Não vai mesmo.

Nois nunca que ganha demanda do estado. Eles fala que tem que sair, tem que sair né?! [...].

Eu – Você acha que a área deve ser preservada?

E.I – Eu concordo.

Eu – E vocês preservavam a área antes?

E.I – Preservava, a gente já tinha esse conhecimento. Eu acho que eles devem gostar mais do terreno nosso aqui é mais pelas reservas que tem. Quando eu era criança isso aqui era puro meloso; não sei se você conhece capim meloso. Era puro capim meloso, não tinha uma árvore. E hoje é mato a roça toda ai. Meu pai foi reservando, deixando uma árvore aqui, plantava semente, foi semeando.

A gente foi achando que tinha que reservar e foi deixando. A gente corta alguma coisinha só quando precisa mesmo pra fazer uma cerca por exemplo. Mas atoa não corta não. [...].

Eu – Então você acha que a vida antes era melhor?

E.I – Era, tinha mais liberdade né?! [...].

Na verdade, não é medo, mas a gente tem que respeitar né?! Às vezes a gente tem que respeitar né?! Não é medo, porque medo é uma coisa, mas todo homem merece seu respeito.

Eu – E o que você acha que deveria ser feito para melhorar a situação?

E.I – Pra nós aqui não melhora nada. Esse parque aqui não melhorou não. [...].

Falar com você a bem da verdade, eles fizeram esse parque aqui não com a intenção de preservar nada. Eles fizeram com a intenção de ganhar dinheiro com aquela cachoeira, que é a terceira maior do Brasil.

Eles fizeram esse parque pra isso, não foi pra beneficiar ninguém e preservar a natureza nada não. Eles fizeram esse parque aqui foi por causa daquela cachoeira, falou “vou ganhar um dinheirão lá..”

Eu – Mas se eles quisessem te pagar pra te indenizar, você iria achar melhor?

E.I – Eu não concordo bem não. Nasci e criei aqui; depois de velho onde é que eu vou.. Como é que eu vou ficar em outro lugar, com novas pessoas, novas amizades, novo ambiente. Pra mim já to no fim da vida.. Essas criancinha vai levar pro mundo do crime, enquanto aqui ta tudo sossegadinho. Aqui a gente dorme com as portas e janelas todas abertas aqui. Graças a Deus nada aborrece a gente. Já pensou, tira uns coitadinho desses e leva la pra cidade grande.. As coisa ruim ta quase em tudo lugar né?! Mas a gente sair pra ambientar, pra fazer novo ninho, é mais difícil né?! [...].

Fizeram uma reunião lá, falou e falou que todo mundo tinha que arrumar documento daqui, mas tão marrando mixaria ai ainda.

Porque a gente tem documento deste terreno daqui. Mas quando teve a divisão o documento foi grampeado nos autos da divisão lá, então a gente tem o documento mas não pode nem pegar nele lá. Só um advogado que pode pegar nele la onde ele ta. Mas que tem o documento do terreno tem. Eles aconselharam a gente aqui, só que eu acho que vai ficar mais difícil, a fazer um documento de posse. Enquanto tem um monte de herdeiro que nem mora aqui. A gente vai fazer o documento de uma posse só não compensa, porque você vai trabalhar pra quem nem mora e nem sabe de nada. Se for pra cada um que tem uma casinha ai fazer uma posse e vender seu pedaço vai ficar mais difícil [...].

Eu – Mas são quantas casas aqui mais ou menos?

E.I – São umas nove, dez [...].

Eu – Por você voltaria como era antes? De não proibir vocês?

E.I – Eu pra mim nem muita falta vai fazer mais, já to no fim da vida né?! Agora, esses que estão vindo por ai é que não vão fazer mais nada. Eu pra mim tanto faz quanto fez. Se eles me tirarem daqui e me colocar debaixo de uma lapa la no meio do mato, os dias já é pouco mesmo [...].

ENTREVISTADO II (E.II):

[...].

Eu – Quem amola mais aqui é o pessoal do IEF ou o pessoal da prefeitura?

E.II – Infelizmente mais é o pessoal do IEF. Esses da prefeitura aqui não ficam enchendo o saco da gente não. O IEF é pior, eles amola mais. Esses outros ai não amolam não. [...]. Se chegar pra mim e falar “não pode!”, eu não vou teimar não. [...].

Acho que o pessoal do IEF, enquanto eles não resolvem a questão, eles deviam trabalhar junto com quem tá dentro do parque.

O negócio deles é só ficar esperando o cara vacilar pra depois eles meterem o ferro. [...].

Igual as vezes sai um fogo ai. Dai não foi a gente que pos o fogo nem nada. Passa um vagabundo e põe o fogo, ai eles vem em cima da gente. A gente ta ali dentro, ai a gente é responsável pra eles né?! E eles vem em cima mesmo. Principalmente o chefão. Outro dia fiquei meio enfezado com ele, porque eu tava indo pra Conceição e aqui tinha um punhado de latinha que era pra levar embora. Que eles fez um compromisso com a gente de ele pegar. Dai tem um tanto de saco de lixo ali que ele tratou de pegar e até ontem ele não veio aqui pegar. Enchi o carro de latinha (pra levar). Chegou no meio do caminho, ali no entroncamento que desce pra Conceição, gente parou o carro pra poder conversar, Marcos levou a

cara lá dentro do carro pra ver que eu estava levando. Eu não falei nada com ele, falei “eu vou falar com ele sozinho”, que ele tava cheio de gente. Agora, se você tivesse passado lá em casa e juntado tudo, eu não ia levar era nada. Ai você levava tudo.

Eu – O combinado de lixo era ele vir pegar?

E.II – É. Ele fez uma reunião aqui. Ele fez uma combinação de passar aqui e pegar. Agora que que nós fizemos, ele tá amontoado ali, nós vamos pagar pro Luis Fernando, até combinamos com ele, pra tirar daqui e levar pra nós. Vaso velho que ta ali, perigoso até de dengue.

E Marquinho falou que vinha aqui buscar. Agora combinamos com Luis Fernando, ele deve passar aqui final de semana que vem e levar pra nós. Colocar no caminhão dele e levar embora.

Tem umas coisa que se não tiver unido com a gente, a gente não consegue também. [...].

Eu – Vocês acham que antes era melhor então, era mais sossegado?

E.II – Antes era. Tinha mais problema também né. Ninguém respeitava nada. As vezes vinha nego de fora. Você estava dentro de casa e escutava o cachorro latir pra esses mato a fora, você não sabia nem quem que era. Ai você escutava era um tiro ai, e quem era bobo de ir lá? Hoje não tem isso mais, hoje acabou tudo. Nesses pontos a gente tem mais tranquilidade. Pra umas coisas foi bom, mas pra outras. [...].

Eu – Vocês acham que a tendência é melhorar ou piorar?

E.II – Acho que a tendência é piorar. [...]. Não sei se você sabe, teve uma época ai que eles cortaram um pouco o poder do IEF. Eles tinham um poder do caralho. Quando eles tavam fera mesmo era tenso..

Eles multavam, brigavam, até prender eles podiam. Hoje eles não podem mais não. [...].

A gente tentando ajudar, enquanto eles não pagam pra gente, eles só vão pra olhar se a gente tá fazendo alguma coisa de errado, só pra poder ferrar a gente. Eu achava que eles deviam; igual, a gente trabalha no lugar, precisa de mexer com aquilo. Acho que eles deviam ir lá pra orientar a pessoa. Falar se pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Porque falar com a gente mais ou menos. Você mexe no terreno, você precisa usar ele. Você pode fazer alguma coisa naquela parte, naquela você não pode. O que não pode nem gasta falar não que a gente já sabe. O que não pode fazer é tudo. Não pode fazer é nada mesmo. Então eu acho que tinha que tratar a gente que usa [...].

Eu – Antes do parque, eles chamaram pra conversar sobre como iria ser, vocês participaram?

E.II – Não, não, não. Chegou, “oh, é parque!” Não teve conversa com ninguém não. Tanto que não tem assinatura de ninguém. Até hoje não. Pessoal aqui não assinou nada. Nós respeitamos todo mundo. Os que mexe na prefeitura que é essa área aqui, eles respeita a gente também.

Aqui teve época de chegar aqui e fazerem até ameaça com a gente. Quando começou o parque aqui teve ameaça mesmo. Eles ameaçavam a gente aqui. Chamaram policial aqui e eu não sei nem porque. Tava vendo só policial armado aqui fora.. porta da sala. Igual aquela época que eles colocaram fogo lá embaixo, perto do seu terreno lá (do Jaime), perto da cachoeira, que o fog veio queimando de lá pra cima. Eles chegaram aqui falando que eu que tinha posto o fogo la embaixo. Falei: “Olha a distância que eu estou.”.. Porque daqui na cachoeira você viu que não é pertinho, passa muito terreno daqui lá. “Não, é você mesmo. É você mesmo.” A sorte é que chegou um vereador aqui.. Falou, “vocês estão ficando loucos. Olha a distância que ta lá. Eu acho bom vocês deixarem esse menino em paz e irem embora, se não vai complicar pra vocês.” Rapidinho eles entraram no carro e foram embora.

Eu – E eles falaram depois porque que eles criaram o parque?

E.II – Não. Pelo que contaram desse parque, aqui não tinha morador, ninguém tinha terreno aqui. O que eles alegaram lá foi isso. E muitos coitado hoje que tão embarcados nessa barca furada ai, eles não tem culpa nenhuma. Esses rapaz mais novo ai não tem culpa de nada. [...].

E todo reunião que eles faz, eles nunca deixa as pessoas falarem não. Só eles que falam.

Eu – Essas reuniões do IEF?

E.II - É! [...]. Eles mesmo falam e eles mesmo respondem.

Eu – E o pessoal do municipal, tem reunião com eles?

E.II – Muito difícil, quando costuma fazer reunião, alguma reunião nossa aqui, eles costumam vir. Costuma o Marcos que vem, porque aqui tem uma associação né?! (Ama Cipó)

ENTREVISTADO III (E.III):

[...].

Eu – [...]. Você sabe que tem o parque aqui?

E.III – Eu sei.

Eu – E você fez parte do processo de criação? Te perguntaram antes de criar?

E.III – Eles inventou esses parque ai... Teve um dia que eles veio me amolar eu disse que eles não me amolassem eu não. Eu tava batendo esse pastozinho aqui no fundo; passaram pra frente e na volta eles falaram que, um Vando, que tem ai em Tabuleiro, ele e aquele filho da Jacinta; falaram comigo que era melhor eu parar. Eu disse que não paro não. Se eu não puder limpar minha porta pros bicho , quem que vai limpar. Falei com ele: Você pode ir lá em Conceição e entregar eu. Tem importância não que eu vou lá.

Eu – E o que vocês deixaram de fazer? Tinha mais gado antes e não pode mais?

E.III – Eu com minhas criaçãozinha que eu tenho... Se eu sair daqui eu não mexo não. Mas se eu ficar parada aqui eu tenho que mexer, o que vai me divertir aqui? Levanta de manhã cedo e fica aqui parada sem fazer nada... Se eles quiser que nós sai, ai a gente sai...

Eu – E você sabe porque criaram o parque aqui?

E.III – Não sei não.

Eu – E o parque muda alguma coisa pra senhora?

E.III – Muda bosta nenhuma. Só está piorando... A gente não pode fazer nada. Que que a gente faz? Eles falam esse negócio do fogo, eles deviam arrumar um jeito de acerar os matos... Quando chove, quando da uma chuva, ai você põe o fogo na beira do campo assim, e não entra nos mato... Quando vem o fogo não queima as mata né?! Mas isso eles não faz. E nem deixa ninguém fazer...

Eu – E ai quando vem fogo queima é muita coisa!?

E.III – Queimou uai. Veio um fogo lá de cima da serra, do ribeirão lá, queimou até cá na frente.. E os que tá trabalhando no parque, que que eles fez ainda? Esses matinho aqui em cima nunca foi queimado, a cabeceira dele queimou. E eles fica acerando a cerca pra fora pra evitar de queimar o pasto. O pasto não tinha importância queimar, o mato que tinha duvida né?! Eles deixou o fogo queimando no mato e acerando a cerca pro fogo não passar pro pasto. Isso não é errado? Eles deviam ter deixado queimar o

campo né?! E acerado o mato. Eles deixaram o fogo queimar a cabeceira desse mato ai.. Queimou um pedaço bom ai, que ele nunca tinha queimado. Nesse ponto ai eles num é errado? Se deixasse queimar pra cá, é pasto né, dai o fogo saia.. Eles acerou, deixou o fogo pro mato pra não queimar o campo. Eu achei errado por conta disso. E quando a gente fala, eles fala que tá caducando, ta velha. Mas a gente conhece os erros. Conhece os direitos e conhece os erros também.

Eu – E você sabe da possibilidade de desapropriação aqui? De vocês terem que sair? Você sabe disso?

E.III – Não.

Eu – Porque quando tem uma UC como é o parque, eles deveriam indenizar vocês, dar um dinheiro e comprar essa propriedade, porque vocês não podem mais morar aqui dentro, porque é parque... Então essa conversa nem existiu com a senhora? Nem chegaram pra você pra conversar esse tipo de coisa?

E.III – Não. Mas negócio de fogo, eles nunca vai evitar fogo aqui nessa terra. Eles fica deixando o capim crescer, vai deixando... Na hora que pega um fogo também, não sobra nada. Não aparece quem pôs e nem quem não pôs.. Quando o fogo aparece ai, aparece quem pôs ele?

Eu – Mas antes vocês tomavam cuidado pra não queimar o mato?

E.III – Tomava cuidado. Quando dava umas chuva, ai queimava uns pedaço, e não deixava o fogo entrar no mato. Eles nunca vao vencer isso não meu filho! Até o mundo acabar e eles num vai vencer isso.. Eu to de idade eles falam que eu to caducando, mas eles nunca vão vencer o fogo não. Enquanto eles tão vigiando por um lado, tá queimando por outro. Até fora daqui.. Em qualquer lugar.

E.III – O Zé sempre fala que isso aqui nunca vai virar parque. Porque aqui tem várias chegadas, e diz que parque é uma chegada só. Como que eles vão tirar essas chegadas aqui? Essa da Lapinha pra cá?! Desde que me lembro de criança tem essa trilha da Lapinha pra cá. Eles não vencem não.

Eu – E vocês já aproveitavam dos turistas já antes do parque?

E.III – Foi antes do parque a gente já recebia eles aqui. A gente começou com Chiquinho que mora na Lapinha, depois passou pro Brasil “ventude”, que trazia gente lá dos Estados Unidos. Era bem antes.

Eu – Mas depois que virou parque aumentou?

E.III – Aumentou muito mais né?!

Eu – E você gosta da natureza aqui? Das coisas?

E.III – Eu gosto. Eu gosto daqui demais. O lugar que eu gosto mais é aqui. Eu tenho uma filha que mora na Lapinha, vou lá só a passeio. Tenho outra filha que mora lá fora, só a passeio. Nós tem duas casa em Tabuleiro, mas vontade de morar no Tabuleiro eu não tenho.

Eu – Se eles te pagassem pra sair daqui você preferiria?

E.III – Queira ou não queira a gente tem que sair né?! A gente não tem vontade não, mas o que vai fazer né?! Porque a gente é acostumado com o lugar desde criança né..

Eu – E você acha que alguma atividade que você faz aqui gera algum dano pro parque?

E.III – Não.

Eu – Voce acha que tem que ser preservada a região? Acha que é legal?

E.III – É...

Eu – E você acha que vocês preservavam antes?

E.III – É uai..

Eu – Voce acha que antes do parque era melhor?

E.III – Era bem melhor. Atrapalhou bem. Tem jeito de fazer nada né?! Impediu de fazer uma coisa, de fazer outra.. A gente fica até meio sem saída. Antigamente a gente mexia não tinha nada disso. Agora atrapalhou tudo. A gente nessa idade estranha muito. Muda tudo.

Eu – E como você está achando que vai ser pra frente agora?

E.III – A vai é piorar... Melhorar não melhora não. Pode é piorar. A gente não tem vontade de sair, a gente quer as criaçãozinhas da gente. Pra onde a gente for a gente não vai poder mexer com nada. É um tal de morar vizinho pertinho do outro assim... Pode mexer com alguma coisa? Pode mexer com nada né?! Tem que abandonar é tudo.

ENTREVISTADO IV (E.IV):

[...]

Eu – “Você tem ciência que existe o parque? ”

E.IV – “Tenho. ”

Eu – “Você fez parte do processo de criação? ”

E.IV - “Não. Foi criado sem ninguém saber. ”

Eu – “E você sabe os motivos que foi criado?”

E.IV – “Não sei” ... “E acho que nem existia motivos, porque continua a mesma coisa do tempo que criou pra cá.”... “Preservação não existiu mais que existia, né?! Até menos às vezes.”

Eu – “E você continua com a mesma produção?”

E.IV – “Eu não continuo porque antes a gente plantava mandiocal, essas coisas, e era coisa que a gente tinha renda, fazia farinha pra vender. Mas ultimamente a mão de obra ficou tão difícil, que mesmo que se pudesse desmatar a gente não conseguia fazer isso mais. Mão de obra hoje é muito cara, né?!”

Eu – “Então você deixou de fazer só essa atividade?”

E.IV – “É, deixei. Ultimamente não tem como. E eles proibiram tudo também. Até plantar. “

Eu – “Então, na sua visão, o senhor acha que não foi bom o parque?”

E.IV – “Não acho. Eu gostaria de que tivesse uma pesquisa com, as vezes, uns 30% das pessoas pra saber se é eu que to errado. Mas eu vejo muita gente que não depende da serra e é contra”. “Mas a gente aprende a viver com aquilo que existe, né?!”

Eu – “Se o senhor pudesse descrever o parque de alguma forma, como você falaria dele?”

E.IV – “Eu acho que ele tirou a liberdade muito, do povo. As ultimas rendas que tinha, que o pessoal pegava, era flor seca, e eles proibiram tudo. E era uma coisa que era bem rentosa pro pessoal todo; pro pessoal do Tabueiro. E hoje ela praticamente nem existe né?! Porque o pessoal queimava os campos, queimava com controle; e ela brotava muito. Mas agora que o capim cresceu a gente nem vê mais. E muitas espécies acabaram!”

Eu – E você acha que vocês faziam mal pra natureza? Vocês tinham uma consciência?”

E.IV – “Não, não acho. Eu tenho minha nascente ali e está fechada a uns vinte anos. E não existia ninguém mandando ou não. E eles não fecharam nenhuma. Então acho que pra proteger eles tinham que fechar também. “

Eu – “E o que você mais gosta dos elementos naturais, da natureza?”

E.IV – “O que mais gosto da natureza é tudo, né! Gosto de plantar, comer as coisas daqui mesmo. Eu planto coisa de horta, tenho tudo. Gosto de tirar o leite, que faço a vida toda e meu pai já fazia isso. Então a gente já se acostumou com isso.” ... “Eu gosto de tudo da natureza.”

Eu – “Você utiliza alguma coisa do parque? A sede? Vai na cachoeira?”

E.IV – “Nem conheço a sede. Cachoeira eu já fui uma vez antes do parque e outra vez depois, acho que estava criando o parque, aqui de cima. “

Eu – “E tem algum trabalho de educação ambiental? Palestras?”

E.IV – “Não, não. Nunca teve.”

Eu – “E você acha que seu pasto aqui, suas coisas, geram algum dano pro parque?”

E.IV – “Uai, eu acredito que não. Os pastos que eu bato já vem de pasto pra mais de quarenta anos. Mas eu não sei né, tudo que a gente faz eles dizem que é errado. Eu tenho um pouquinho de vaca, mas eu não queimo pra elas. Coisa que é pra me dar problema eu jamais faço, só se eu não souber né?! Então eu não queimo, eu compro ração e acho que elas degradam muito pouco. Eu acho que elas até ajudam, pois no mato que elas entram, quando vem um fogo, é fácil (fácil) de apagar ele; porque fica limpinho por baixo, né?!”

Eu – “E você acha que deve ser preservada a área do parque?”

E.IV – “Uai, as nascentes tudo eu acharia. Tem que ser preservada pra pessoa tirar algum proveito e preservar né?! Porque eu acho que a nascente é tudo né?! Tem que ser preservada mesmo.”

Eu – “E você acha que você poderia ser aproveitado com o parque, com o turismo?”

E.IV – “Eu aproveito. Já trabalho com turismo a bastante tempo. Tô aprendendo.”

Eu – E você faz o que?

E.IV – “Eu recebo aqui pessoal da travessia. A gente faz comida, tem umas camas pra até dezessete pessoas.”

Eu – “E o que você acha que deveria ser feito pra preservar melhor?”

E.IV – “O que a gente acha é coisa que eles não concordam. É não deixar a vegetação subir tanto. Isso é o que o pessoal mais velho fazia todo ano. Nunca queimava a mata. E dois anos atrás, ou três, queimou tudo. No tempo de eu criança, aquelas noites que choviam mesmo, no outro dia meu pai ia queimar em volta dos matos. É a cultura própria deles né, que não tinha ninguém mandando pra não queimar as matas. E hoje eles não queimam nada; fez uns acero louco ai na beira da estrada que eu não sei que sentido teria isso.”

Eu – “E como é sua relação com os funcionários do parque?”

E.IV – “Minha, é bem. Eu não tenho nada contra eles não. Não estão me amolando; estão fazendo o trabalho deles.”

Eu – “Eles não ficam te proibindo não?”

E.IV – “Não, até que não. No tempo que tava a Silvia ai, eu sei que ela proibiu do povo ai muito, que tava batendo pasto. Ameaçou bastante. Disse que não podia cortar pau de candeia.. “

Eu – “E você sabe da possibilidade de desapropriação? ”

E.IV – “Sei. Teve uma reunião.”

Eu – “E qual a conversa? Tem alguma conversa nesse sentido?”

E.IV – “Não. “

Eu – “E o que você acha que mais mudou depois da criação do parque?”

E.IV – “Mudou a liberdade né?! Do pessoal. Hoje ninguém tem liberdade pra fazer nada. Trabalha tudo como se tivesse roubando. Tudo com medo. O pessoal fugiram tudo pra cidade; que aqui próximo mesmo tinham muitos moradores, passou tudo pra um dono só, uma fazendo só, tem ninguém mais, tem um menino tomando conta, onde tinha uns dez moradores. “

Eu – “Você acha que seu passado com relação ao que está agora era melhor ou pior?”

E.IV – “De tranquilidade melhor. Financeira eu não digo, porque financeira melhorou pra todo mundo. Todas as áreas quase. Mas de tranquilidade e paz era melhor. De certa forma agora é melhor né?!”

Eu – “Como você acha que vai ser o futuro? Acha que tende a melhorar?”

E.IV – “Isso eu não tenho essa previsão não. O que que pode acontecer não. Ta no escuro.”

Eu – “E o que você gostaria? Gostaria que fosse indenizado aqui e ir embora?”

E.IV – “Não. Pra mim dinheiro não compraria não. Preferia ficar aqui.”

Eu – “E se permanecer do jeito que está, está bom?”

E.IV – “Dá pra levar. Por que, o que a gente podia sugerir é outra terra igual, e não tem. Eles não vão conseguir. É ruim mas é um ruim bom pra mim né?!”

Eu - “Tem alguma ONG que fala com você?”

E.IV – “Não.”

E.IV – “Eu acredito que pra muitos mudou muito mais que pra mim, e pra pior. Porque pra mim, se mudou umas coisas pra pior, porque eu não planto roça, essas coisas; mas já tem o turismo que me ajuda né. Financeira eu não posso falar que piorou. “

E.IV – “Vou colocar um açúcar aqui. Fazer um cafezinho pra nós!”

ENTREVISTADO V (E.V):

[...].

E.V – Agora a gente não tem “ganhão” de nada e não pode plantar. Vai plantar eles enchem o saco, né?! Vê uma fumacinha de fogo eles já vem em cima.. Se você vai bater um pasto eles tão enchendo o saco..

Eu – E vocês não ganharam nada né?!

E.V – Nós não!

Eu – E você sabia que pode sair daqui né?! Eles falaram isso?

E.V – Já falaram.

Eu – E o que eles falam?

E.V – Que ia indenizar o povo, mas até hoje não saiu essa indenização...

Falou que ia plantar capineira pra gente tratar da criação pra gente não precisar bater o pasto. Isso tem quanto? 10 anos... Pra alguns pode ter melhorado, mas pra mim piorou. Antigamente a gente podia tirar umas candeias pra vender.. ganhava um dinheiro. Ganhava não, dava um dinheirinho. Ao menos pra manter mais ou menos né?! [...]. Agora não tá entrando nada. Se não fosse o aposentozim (aposentadoria) da gente a gente tava era morrendo de fome. [...]. Dá pra comer né?!

Eu – Mas se eles chegassem pra te indenizar aqui você preferiria?

E.V – Uai, depende do dinheiro que me valesse também né. [...]. Tem que dar pra eu comprar outro lugar. E eu tenho muita planta.

Eu – Mas quando eles criaram o parque aqui você ficou sabendo?

E.V – Ah fiquei né..

Eu – Mas só depois? Antes não?

E.V – Ah eles chegavam ai medidndo, dizendo que ia aparecer uns negócio bão, pra gente vender uns trem... Vender o que?! Pra alguns melhorou né, igual pro Chico ali em cima melhorou. Ali é ponto de turista mesmo. Todo dia tem renda quase. Aqui não. [...]. Se aparece uma queimada ai no campo eles dizem que foi a gente que pôs..

Eu – Mas antes vocês preservavam ai, pensavam nisso?

E.V – Claro. A água ta preservada ali. A gente tem um bicame de água ali. Deixava o mato por cima dela. Nunca rocei um matinho por cima dela. Tem um bicame de água ali. Eu até puxo água de lá, porque aqui do quintal secou. Parece que esses Eucaliptos puxam a água toda.

Eu – E o que representa esse parque pra você?

E.V – Pra mim não está representando nada. Pra mim piorou.

Eu – E ninguém fala mais nada da indenização?

E.V – Não. Falaram uma vez e sumiram.

Eu – E como é a sua relação com eles?

E.V – Bão.. Eu trato eles bem. [...]. Um dia eu tava ali cortando um brejo, chegou os vigias do parque. Pôs a mão pra cima e disse “Pó parar”. Ai parei um pouquinho.. Ele: “Não, você não pode desbotar essa agua aqui, essa agua vai secar”. Falei: “Tô desbotando aqui, porque de vez em quando a vaca vem aqui e cai no barro. Como que eu tirar essa vaca só eu mais minha mulher só?!”. Num to prendendo agua não. Se estivesse prendendo agua ou mandando ela pra cima eu ia secar ela. Mas ta correndo direto. “Nós vamos plantar uma capineira aqui pra você. Pode parar com isso.” Parei. Foram embora eu acabei de fazer o serviço que eu tinha que fazer né.. Que que eles vai fazer comigo?! Tem 70 anos que eu moro aqui.. Que que eles vai fazer comigo?

Eu – Mas antes do parque você tinha criação maior?

E.V – Tinha. Tinha mais criação. Eu criava uma eguada ai... Acho que eu tinha umas vinte éguas. Parou de queimar o campo deve ter uns dez anos; que não queima, e morreu tudo. Sobrou duas de resto.. Mas essas duas vai embora.. Vai comer o que? Comer esse capim seco?

Antigamente não queimava um mato aqui na serra. Dava uma chuvinha papai falava: “Ah menino, vai no campo e põe fogo.” O fogo beira o mato, porque lugar de brejo o fogo não vai, aquela cabeceira d’água. Tudo molhado. Preservava o negócio muito melhor do que hoje que diz que é parque. Ai tem uns trinta vigias e ta acabando muito mais..

E o fogo comeu tudo. Aqui embaixo tinha uma mata que eu conhecia. Ela nunca tinha queimado, uns ‘madeirão’. Deve ter uns seis anos ou sete que o fogo passou nela la, não nasceu nada nela. Acabou.

Se eles me dessem um dinheirinho bom eu saia daqui.. Comprava um terreninho e ficava lá. Porque o que eu quero é terra, o que eu quero é roça. Cidade não, cidade eu não sei fazer nada. Aqui eu sei plantar de tudo. De que tudo que falar pra eu plantar eu sei plantar.

Eu – E você acha que suas atividades aqui geram algum dano pro parque?

E.V – Não sei. A gente não tem leitura né...

Eu – Antes do parque vocês tinham um pensamento de proteger a natureza, não acabar com tudo?

E.V – A tinha. Olha lá as matas. No começo a gente fez carvão de muito mato...

Eu – E você acha que é interessante o parque ser preservado?

E.V – Eu acho né. Você queimar na cabeceira de uma água é contra lei... Sem água ninguém é nada não. Mas eles tão falando que é queimada que tá secando as águas, mas não é não. Você é menino ainda. Antigamente chovia sessenta dias sem ver sol. Hoje dá uma pancada de chuva e passa sessenta sem chover. O povo acha que chove muito, mas não chove muito. É que na cidade, qualquer chuvinha a água não tem pra onde ir, ela volta pra você, não tem terra pra ela adentrar.

Antes era muito mais preservado. Se aparecesse um fogo ai juntava aquela turma de homem e apagava ele logo de uma vez, e ninguém via o fogo mais. Teve uma vez que eu apaguei fogo mais de doze horas sem parar, eu mais moço aqui.. Eu devia ter uns 20 anos.. Agora se eu vejo um fogo eu nem chego perto. A não ser que esteja queimando alguma casa, o terreno.. Pode queimar quanto quiser. A idade da gente não da pra isso mais né. E nós num pode fazer o que gente gosta né. Eu plantava aqui era cinquenta quilos de milho, agora eu planto uns dois ali embaixo.

Eu – O que você acha que mais mudou depois do surgimento do parque?

E.V – Só de não queimar a campina pras criação num morrer com capim seco, já é uma né. Já é uma perdição né.

Eu – Mas eles não proibiram você ter as éguas não? Proibiu só de tocar o fogo?

E.V – Não. Só o fogo.

Um dia eu plantei uma braquiara ali embaixo capinada de enxada. Ai eles me entregaram eu, a florestal. Helicóptero veio pra pousar ali, mas não conseguia pousar. Falei “vai quebrar a telha da minha casa.” Ele vinha por cima da casa. Ali embaixo da baixada, eu tava lá capinando e ele fazendo volta aqui.. Daqui a pouco ele pousou perto de mim. Eu tava la capinando veio a policia e pôs a mão na minha frente: “Você não tem medo não? Você não correu?!. Falei: “um homem velho desse correr?! Tô cansado!” Eles: “Olha o desmate que você está fazendo.” Falei: “Desmate de enxada?! Desmate de enxada é muito ruim né?! Desmate é com trator né?!” Ai falou: “Você fez carvão aqui?” Falei: “Já fiz, há muitos anos.”...

Aqui o povo fazia carvão, não precisava de nada, não precisava de licença né?! Isso a uns trinta anos atrás. E deve ter uns quinze anos que eles vieram aqui, o mato já estava grande... Falei: “Aqui tem cinco dúzias de candeia, que eu tirei pra poder cercar minha horta ali.” Ai eles puseram na multa que acharam vinte e cinco metros de lenha cortado. Cinco dúzia pra vinte e cinco metros de lenha é muita diferença né?! Ai eu fiquei acompanhando eles; todo dia uma intimação lá do fórum pra eu ir lá. “Paga a multa!”

“Então trabalha lá na sede do Parque.” Acho que um dia por mês, venta dias, um dia por semana. Falei com eles: “Se eu enxergar o parque lá de casa, a sede lá de casa, eu vou trabalhar, mas se eu não enxergar eu não vou não. A sede tem aquela serra ali.. Só se vocês tirarem aquela serra ali. Pra ficar mais plano pra mim descer.” Ai outro dia eu falei com a juíza lá: “Esses vinte e cinco metros de lenha tem.. a polícia deve ter multado e tirado foto dele.” Porque quando eles chegam pra multar um tanto de carvão, um tanto de madeira, eles tiram foto. E a polícia sentada de um lado na cadeira e eu do outro. Até polícia eu conhecia, conheço ele desde menino lá em Conceição. Falei: “Eu vou pagar essa multa, mas tem que mostrar foto da lenha.” Ai eles ficaram meio parados, ela (juíza) mandou a polícia sair pra lá. Mandou a policia sair pra fora e depois mandou me prender. Falei: “Ninguém vai me prender bosta nenhuma não. Você tem mandato pra me prender ai?” Não falou nada não. Ai esse negócio eu deixei correndo lá. Ai a pouco tempo eu dei uma busca lá, que eles me intimaram outra vez. “Tem que pagar cinco mil.” Falei: “Eu não vou pagar isso nunca.” Pagar um trem que eu não comi e não bebi?

Com os bobo eles gostam de montar em cima, né?!

Um dia eles vieram aqui e falaram que eu não podia ter as vacas. Por cima da cachoeira. Que as vacas estavam sujando a água da cachoeira.

Antes era muito melhor.

O povo panhava essas florzinha do campo. Mulher, menino, que não tinha nada pra fazer, ia pro campo, enchia um saco de flor e vendia. Hoje se eles panhar panhando uma flor, eles prende eles. A flor que sai do campo ai, com seis meses acabou né?! Ai você aproveitava ela, panhava ela, e vendia. Eu mesmo panhei muita.

A uns vinte e cinco anos atrás aqui era bem melhor. Meus meninos viviam tudo comigo, podiam viver aqui. Me ajudavam a fazer carvão. Ajudava a tirar madeira, ajudava a plantar. Agora teve que sumir tudo. Só um mais bobo ai ficou quieto. (Ele tem cinco filhos) Um em Conceição, um em Tabuleiro e um em Belo Horizonte.

Eu – E como você acha eu vai ser o futuro?

E.V – Acho que vai só piorando né?! Pelas conversas, o IEF vai fazer uma casa aqui no alto. Ai vai piorar mais ainda né?!

E pelo lugar que eles estão falando vai ser nas cabeceiras da nascente.

Eu – Você acha que eles podiam fazer alguma coisa pra melhorar pra você?

E.V – Eles não fazem nada não. Pra melhorar aqui é só Deus.

Eu – Mas tem algum programa do pessoal do parque ai com vocês de conscientização sobre o parque? Palestra?

E.V – De vez em quando aparece uma la no Tabuleiro. Mas chega lá não pode falar nada. Como que vai fazer? Ir lá só pra escutar eles falarem. Eles ficam falando: “Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo.” Tudo é multa. Ficar lá com a boca fechada eu prefiro ficar em casa, não vou lá não.

CARLOS EDUERDO TEIXEIRA NERY (KADU)

[...].

Daniel: Estou tentando analisar a opinião de diversos atores. Pra fazer uma análise, não pra criar conflito. sobre isso que eu queria conversar com você, porque você estava no processo de criação de tudo então queria saber da sua visão sobre isso. Queria saber qual a sua visão sobre a criação do Parque, qual foi a intenção de ter criado o Parque e como que você vê isso tudo.

Cadu: A ideia da criação do Parque iniciou antes de mim. Eu morava em Conceição e não tinha muito contato com a população local não. A cidade não tinha engajamento nesse sentido, é uma cidade tradicional mesmo. A visão ecológica era muito atacada. Eles viam isso como empecilho, essa visão atrapalhava. Apesar deles nem entenderem muito bem o que era conservação.

Quando eu vim pra cá na verdade a gente queria comprar a cachoeira, a parte de cima da cachoeira, que era da fazenda do seu Sebastião.

Em 1994 cachoeira começou a ser visitada. E aí começou a se falar da cachoeira. E aí o Breno que era prefeito na época, o **Breno Costa**, começou a fazer uma estrada, uma estrada doida. Ele foi até chegar na pedreira.

E aí começou alguns universitários de biologia a vir aqui e falar que ele era maluco.. Como que ele faz em uma estrada daquela, um negócio íngreme a beça. Então se iniciou a polêmica. E aí iniciou esse movimento de resistência à estrada.

E aí começou a se formar um movimento que a gente começou depois a chamar de movimento pró tabuleiro, no qual eu comecei a participar de reuniões também, com essa galera.

E aí o pessoal do pró tabuleiro fez uma reunião, uma conferência, reunindo representantes de vários lugares na qual participou também o **SALABIM**, representando o prefeito. O argumento era de que a estrada não tinha tido licenciamento pra ser feita e que isso é um dano ambiental e é considerado crime. Só que depois, conversando eu com Miguel e o Alexandre, percebemos que esse movimento era meio vago. A gente achou que tinha que institucionalizar isso e aí começou a ideia da criação da SAT, que é sociedade dos amigos de Tabuleiro. Mas a gente não tinha muita noção do que era essa política de Unidade de Conservação, a gente não sabia muito bem como funcionava. A gente começou a perceber que tinha que ser criado um instrumento institucional que promovesse a proteção, porque a gente sabia que ela ficaria exposta a partir daquele momento.

A gente percebeu que tinha que ter um processo organizado nessa questão do turismo porque começou a vir muita gente de fora porque é um lugar maravilhoso, propício a várias práticas de esporte e começou a ficar conhecido entre pessoas de vários lugares diferentes e começou encher muito.

Então na época a gente começou a estudar com Luiz Cláudio sobre essas questões. Então nós criamos um conselho municipal. Com isso nós fizemos um núcleo local na questão de conservação e aí foi surgindo a ideia de institucionalizar essa área do Tabuleiro.

A primeira proposta era uma proposta não invasiva, simplesmente de criar uma proteção institucional, que seria uma APA para cachoeira do Tabuleiro. A gente ficou bastante tempo trabalhando em cima dessa proposta, desde 1995 até 1997 a gente ficou correndo atrás. Em 1995 a gente fez a primeira semana ecológica. Fizemos as apresentações nas escolas e tudo. A gente começou então a fazer os semanas ecológicas na rádio que a gente conhecia o locutor e tudo mais.

Então a gente tentou fazer uma APA especial. Em 1996 ou 1997, o Luís se tornou o presidente do Departamento de Meio Ambiente da prefeitura. E começamos a politizar a ação. Em 1997 ou 1998, não lembro direito, a gente fez uma reunião pública pra mostrar a nossa proposta da criação da APA.

Só que a gente tinha um dificultador, porque um vereador que tinha comprado uma área da parte de baixo da cachoeira. O **Ladinho**, e ele queria fazer um hotel lá. E quando a gente propôs de fazer a APA lá, ele não gostou da ideia. Ele viu que ia atrapalhar o processo dele porque ele queria fazer um hotel, uma passarela...E ele tinha um trator, ele pegou trator e começou a passar pela estrada como se quisesse melhorar estrada. Aí ele foi autuado pelo Ibama. A cachoeira entrou na APP. Só que o lugar tem umas ribanceiras violenta que a caminhonete nem conseguiu descer lá embaixo e está até hoje lá as voçorocas que ele deixou. E aí quando ele viu que a APA ia atrapalhar os negócios dele, ele, como era vereador, mobilizou a comunidade pra ser contra, falando que a gente queria criar um jardim zoológico. Ele fez foi um terrorismo na cabeça das pessoas.

E aí o Geraldo que era dono de umas terras lá ofereceu de vender a propriedade dele. Nós pensamos em comprar, mas depois pensamos que não fazia muito sentido comprar pra virar propriedade particular, já que o intuito era criar uma Unidade de Conservação.

E aí quando a gente percebeu que não ia conseguir criar uma Unidade, a gente percebeu que o jeito era fazer um decreto. Porque restringiu tudo na bacia do Ribeirão do Campo pra conseguir proteger a bacia,

teria que ser criado um decreto porque não tinha condição daquilo de repente virar uma propriedade particular... Porque depois você vê, aconteceram várias tentativas de fazer resort, de fazer condomínio... Mas tivemos uma batalha pré judicial pra barrar esse negócio. Em função disso fomos nos encaminhando para criação do Parque por meio do Decreto então.
E aí então fomos procurar o pessoal do IEF, que se comprometeu a dar um suporte pra gente.

Daniel: Então vocês já tinham interesse na participação do IEF até pra proteger mais, né?

Cadu: Não, a gente tinha interesse em ter suporte do estado. Interesse logístico, financeiro. Então a escolha do Parque ser criado por decreto foi uma necessidade. Na realidade, não foi a opção que a gente achava melhor, mas foi a opção viável. Era importante que fosse uma decisão coletiva, mas como tinha essa urgência não teve jeito. Isso foi 1998. Em 1999 a gente criou uma outra unidade, o que já foi por lei e foi toda em terra pública. Essa foi por lei, votada pelo Legislativo e pela vontade popular, pra mostrar que dá pra criar uma área de conservação de uma maneira participativa. Teve resultados que a gente não gostaria que tivesse, havia um compromisso de regularização fundiária imediata.

Daniel: E a partir desse momento vocês foram falar com os moradores que eles não poderiam mais praticar aquelas atividades porque agora virou Parque?

Cadu: Não, porque não era nossa função. Nós falamos todos os assuntos possíveis, mas não somos o IEF. Acho que a lei brasileira tem muitos avanços, mas também é muito retrógrada. Na nossa concepção a gente achava que Unidades de Conservação poderia ter alguns... pelo menos numa fase intermediária pudesse até que aquelas pessoas, de acordo com sua vontade, permanecessem no lugar. Acho que mudar o perfil por causa de uma imposição achando que a pessoa é um ente daninho é uma aberração ecológica que já está totalmente superada. O ser humano não é um invasor. O ser humano é um elemento da natureza, é uma aberração a partir desse momento que toma todas as decisões errôneas e equivocadas que o torna um agente agressivo. Mas quanto bem adaptado, ele se torna necessário para natureza. O ser humano tinha que estar ali, mas ele tinha que estar sobre regras. Mas o ser humano resolveu achar que é Deus e que pode fazer do jeito que ele quer não se preocupa nem estudar. Porque se ele estudasse, começa-se a entender os regulamentos, as normas e as leis que ordenam aquele território, ele faria de uma forma inteligente, adequada. Ele foi equipado pra ser inteligente, só que a ganância, o egoísmo, o interesse dele obscuro, oculto faz dele um agente nocivo e altamente degradador. Então a princípio acho que não tinha que tirar ninguém da Unidade.

Até se houvesse interesse de adquirir o território tinha que contratar a pessoa contratar e pagar bem.

Nós fizemos a primeira discriminatória, ela ficou pronta e na época, Zé Carlos se comprometeu a bancar R\$600.000 de repasse pro governo pra pagar as terras tituladas e nós fizemos, a SAT fez a caracterização do Parque os documentos foram feitos pela SAT. E o projeto de construção da sede também foi feito pela SAT. E depois o compromisso era que se fosse repassado uma parte do recurso para desapropriação. O que não veio acontecer também. Começamos com recurso de R\$250.000. Quando Zé Carlos se tornou ministro, o recurso passou pra R\$400.000, então sobraria R\$150.000, mas não sobrou. Eles fizeram uma maracutaia. Nós fizemos de graça, com o nosso lucro seria a desapropriação mas... Nós tínhamos esse compromisso com a população de desapropriar.. era uma questão de honra... Foi uma frustração enorme, como temos agora novamente porque lutamos desde o início do processo, lutamos pra que a compensação ambiental viesse pra cá, foi repassado recurso pra Ribeirão do Campo e o Sandro pegou o dinheiro trouxe pro **Salão de Pedra** e está detonando no **Salão de Pedra** inutilmente. Ele fez uma cerca que não serve pra nada, porque o que cerca Unidade de Conservação não é cerca. Cerca não serve pra nada. Você resolve Unidade de Conservação trabalhando como unidade, esse que é o nosso aprendizado. Você tem que se apropriar para que se aproprie, pra que eles se apropriem da Unidade. Ninguém cria Unidade pro Estado, Estado não é ninguém. O Estado não usa Parque, quem usa Parque é a comunidade. É um instrumento de integração entre a população e a natureza. Esse é o objetivo de se criar uma unidade.

Então quem é dono de terra tem que receber. Lógico que tem casos que tem um certo conflito porque a pessoa se apropriou de uma forma indevida porque as terras eram devolutas e a pessoa chegou lá e ocupou as terras. Em que ele não fez nada pela terra e que ele às vezes até degradou a terra, aí e quer ser pago por isso. Mas se a pessoa fez uma posse legítima, se ele usou aquilo por muito tempo, se ele construiu família, cuidou, tratou e tudo mais, nada mais justo do que pagar pra ele, porque ele cuidou. É público, mas foi cuidado. Então tem conceitos dentro da legislação ambiental que são retrógrados e devem ser superados, por que causam muito mais problemas do que a integração. Então se você me perguntar se eu concordo sobre como são feitas as coisas eu vou te falar que não concordo. Tem que ter área protegida e essas áreas tem que ter critérios. Tem coisas que são reserva de biosfera, são elementos indispensáveis para manutenção do equilíbrio. Pra que isso aconteça tem que ter aquelas zonas núcleos. Eu advogo absolutamente pelos princípios das reservas de biosfera. Que são conceitos planetários, que são conceitos territoriais e que são a forma como todo ser biológico funciona.

Então o que nós temos que fazer é um ordenamento do Território e esse ordenamento do Território tem que ser técnico. Nós temos que usar nossa inteligência pra isso. E não na base dos desejos pessoais egoístas e individualistas. Temos que pensar no bem estar coletivo. Então pra isso você também tem que respeitar os interesses individuais, o bem estar coletivo também tem que pensar no indivíduo.

Então a criação do intendente a partir da APA do intendente era uma previsão. A gente sabia que nos altiplanos do Espinhaço ele deveria ser criado como uma grande unidade. Então a gente começou a trabalhar com o conceito de reserva da biosfera a partir de 2002. Nós criamos várias unidades... Ribeirão do Campo, Salão de Pedra. Intendente.. Ferrugem foi depois. Então nosso objetivo era criar um grande mosaico de proteção ambiental no altiplano do Espinhaço. Isso envolveria uma coisa Intermunicipal, interestadual e talvez Nacional. Então a gente queria trabalhar tanto com o Ministério quanto com o IEF, quanto com as administrações municipais. De Santana do Riacho, Conceição, Congonhas do Norte... na intenção de criar um quadrado ali dentro, que seria um Intendente estendido. Só que a gente precisava de um momento porque a gente não queria criar da mesma forma que tinha criado... A gente já tinha experiência, então a gente queria fazer um processo de mobilização, conscientização, leitura, de modelagem. Para que com essa modelagem você fosse capaz de criar um conjunto de comunidade, de sociedade, como conceito atualizado, contemporâneo.

Então nosso objetivo era reeducar mas como os nós tivemos conflitos internos, dentro do próprio grupo, nós tivemos conflitos de interesses, então a SAT virou uma briga.

Intendente era um projeto nosso, foi todo construído... Então não digo que foi ruim ter criado, mas a forma como foi criado foi ruim.

MIGUEL ANDRADE

[...].

Eu – Você fez parte do processo de criação?

Miguel – Fiz.

Eu – E você ainda faz alguma atividade?

Miguel – No parque municipal diretamente não.

Eu – Eu gostaria que você me contasse como foi esse processo de criação, o que motivou. Primeiro antes de ser Tabuleiro, o Ribeirão do campo..

Miguel – Isso vem até antes ainda né?! Porque eu participava de um movimento de Belo Horizonte chamado Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado, junto com vários ativistas ambientais, mesmo antes de fazer faculdade de Biologia. Depois entrei pra PUC e conheci uma pessoa que é o Charles Duca, filho do ex prefeito de Conceição; e que na época nos levou pra conhecer o Tabuleiro. Ele era aluno aqui (na PUC). E a gente fez uma pergunta muito básica. Como que você tem uma cachoeira dessas (e

a gente na época nem sabia que era a maior de Minas e terceira maior do Brasil) e você não tem uma Unidade de Conservação pra proteger esse patrimônio. A gente sabia da exuberância e do potencial. Bom, estou resumindo de certa forma a história. A gente fez um movimento com a possibilidade de conservação da região. Da região não, do Tabuleiro especificamente, porque existia uma motivação, pelo que eu me lembro, de um condomínio, na verdade um hotel. Tinha até uma maquete impressa. E eles iam fazer no topo da cachoeira do Tabuleiro, e aí a gente fez uma mobilização pra lá. Fizemos algumas reuniões aqui, inclusive na minha casa, porque eu morava no Itapoã, e depois.... Existia um grupo de montanhistas e a gente fazia encontros, praticamente quase que semanais, no Sindicato dos Jornalistas, pra apresentar fotos, discutir expedições, etc. E aí colocamos uma vez na pauta essa discussão. Aí algumas pessoas se mobilizaram e a gente fez uma descida de rapel e esticamos uma faixa (na cachoeira de Tabuleiro). E aí a gente instalou um movimento, que foi a Sociedade Amigos do Tabuleiro (SAT), isso veio depois dessa primeira etapa de mobilização e que a gente participou, inclusive com a prefeitura na época, da “Primeira Semana Ecológica de Conceição”; com a programação bem específica do Tabuleiro. E a SAT ainda não tinha sido formalizada. Então sou membro fundador da SAT, junto com outros tantos que vieram dessa mobilização. Aí depois entrou Luís Cláudio, Kadu, Renato e outras pessoas.

E aí a gente fez uma discussão para a necessidade de reconhecimento daquele local como Unidade de Conservação.

[...].

Eu já falei lá no Conselho que tem que resolver essa questão da sobreposição e do gerenciamento dos recursos. Eles em uma das reuniões do Conselho, falaram que a indenização da Anglo para o projeto Minas-Rio iria para Regularização Fundiária da área do parque do Tabuleiro, mas eu falei que tem que ser melhor pensado essa questão dos investimentos. Porque a área do parque Estadual é muito maior e precisa de investimentos também.

[...].

A gente na época queria a proteção da área né?! E de fato erramos em alguns aspectos. Era muita coisa nova pra gente. Não ter incluído mais os moradores foi um erro. A gente não insistiu. Tudo foi público mas realmente nós não demos ênfase para a participação popular. Mas foi um momento de aprendizado, tudo era muito novo.

MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS

Daniel: [...] Tabuleiro é muito importante, então eu queria pensar nos moradores que estão internos ao parque. [...]. Então eu queria pensar nos moradores internos [...]. Então eu queria saber qual é o posicionamento do Estado, o posicionamento da prefeitura e dos próprios moradores. Pensando mais nas transformações sobre como mudou pra eles (moradores), com a entrada dos parques... Eu queria saber como foi esse processo...

Marcos: eu acho legal a gente começar pelo processo, porque o Parque Natural Municipal foi criado em 1998, que era Ribeirão do Campo. E no entorno foi criada a APA, Tudo isso foi iniciativa do pessoal das ONGS, de Conceição, essa foi criado e 1999.

Daniel: mas porque, você sabe qual foi o interesse maior dessas ONGS?

Marcos: naquela época o pessoal viu uma oportunidade de conservação e até uma oportunidade de negócios, porque viram que tinha Cachoeira do Tabuleiro, com um potencial gigante para o turismo. O slogan daquela época, 2002-2004, seria a capital mineira do ecoturismo. Então pessoal achava que era um novo ciclo, porque a pecuária estava em decadência e não haviam começado a mineração ainda. Então eles achavam que a oportunidade de Conceição estava ali no Tabuleiro, na cachoeira do Tabuleiro.

E aí uma turma que tava ligada à prefeitura e a ONG que gostava também de conservação, a princípio, acho que sim... Então esse pessoal resolveu, que a área tinha que ser um parque, tinha que ser protegida. Eu entendo que foi assim. Então nessa época no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 o pessoal achava que parque era a solução pra tudo. Hoje a sociedade já vê parque com outros olhos, porque gera tantos conflitos, parque não é tão atrativo. Então o status máximo de conservação de uma área, o desejo máximo, era de transformar aquela área em parque. [...]. Então o pessoal criou o parque em 1998, depois viram que não era só o tabuleiro, viram que tem o Canyon do Peixe Tolo que é maravilhoso.. Então o pessoal criou essa APA no entorno. Em 2006, eu não sei por quais razões, O pessoal decidiu criar o Parque Estadual, foi esse pessoal de Conceição mesmo, com essa ONGs , da reserva de biosfera... Então eu não sei realmente quais foram os motivos... Tem alguns fatos que me levam a crer que foi político, Outros por questões de conflitos de pessoas. E numa bagagem menor eu acredito que o pessoal queria que fosse estadual mesmo.

Daniel: mas qual seria a diferença entre um parque Estadual pro parque municipal?

Marcos: na verdade, o IEF era excelência na questão de Área de conservação. Hoje deu vários problemas por questões de governo, essas coisas... então teoricamente o estado protegeria melhor do que o município. Então o pessoal tem esse esforço, é analista ambiental... hoje, falando em unidades de conservação, eu ainda considero que o estado é mais capaz. Porque as vezes o município, a prefeitura, não ve como seria importante estruturar o parque municipal. O IEF, Como é uma autarquia, Há anos a gente trabalha com unidade de conservação, A gente tem especialização na área. Outra coisa importante, é que o IEF não é tão afetado por novas políticas. [...]. Em 2007, o que provavelmente indica que existia conflitos, quando virou Parque Estadual, porque o pessoal não queria sair da sede, o município não quis. Já começou de cara um conflito. Porque foi o pessoal de Conceição, das ONGS, que fizeram abaixo assinado, e de repente o pessoal não quis sair da sede. Eu lembro que a cada governo tinha um entendimento diferente. Eu lembro que até a Nelma falou que a gente tinha que passar essa responsabilidade pro estado porque a gente já tinha o salão de pedra, outras coisas... Aí Nelma foi cassada e já entrou outro prefeito, com pensamento diferente. Acho que são pessoas, alguma ONG. São pessoas que falam “Não vamos perder o Tabuleiro”. E pro Estado o Tabuleiro era de todos. [...]. Mas quando mudou a política [...]. Ai começou um movimento forte “O Tabuleiro é nosso! O Tabuleiro é nosso!”. Na verdade eu nem acho que é a sociedade no geral que diz isso. Isso é algumas pessoas relacionadas a conservação, relacionadas a parques. E a câmara foi convencida a votar pelo parque municipal. Então esse processo foi meio desgastante, durou uns 2, 3 anos, 2010,2011,2012. Acho que era pra ter sido finalizado em 2012 ms não foi. Tiveram várias reuniões.

Porque a gente fez uma reunião pra população votar o que que eles achavam, se eram contra ou a favor de ser estadual. Só que na primeira reunião, a maioria do pessoal era do município, Então acabou que ficou como municipal. Só que na verdade o que tinha que ser feito era uma votação em nível estadual, só que era muito mais complexo, tinha que ter uma audiência pública, um deputado, e entrar outras ONGS, Ia gerar mais conflito ainda. Outra coisa que afetar é porque ia ter que dividir o parque em dois. Então pra ser mais rápido, com menos conflitos, a gente resolveu fazer um termo de cooperação técnica. Então o problema de sobreposição continua. Pra não ter aquela audiência do estado, então o estado sairia e toda sua área de gestão da bacia de sobreposição seria uma gestão integral do município, embora tenha alguns conflitos, de área de pesquisa, que tem que pedir autorização pro estado. Mas o principal mesmo que seria o uso público, que seria o foco da questão está totalmente com município. Só que não foi assinado esse termo. na época passou por uma análise do jurídico do estado, que deu OK, depois foi pro jurídico do município, que ficou praticamente um ano. Aí depois voltou pro jurídico do estado de novo, jurídico regional, que já achou que estava muito complexo e até hoje esse termo não foi assinado. Estou até tentando fazer uma reunião pra gente assinar esse termo. Porque esse termo é confortável. Porque eu sairia do parque, eu acho que seria ótimo pra prefeitura e pra gente. Porque a gente quer trabalhar em parceria mas enquanto fica isso eu não posso sair totalmente do parque. Eu tenho cinco funcionários lá dentro, do municipal. Tem esse problema da sede e uma coisa que eu estou vendo hoje é esse sistema de compensação. Que o pessoal tava falando de compensação de empresa, pra comprar área dentro do parque, Pra ver se sai uma casinha ou outra pra gente poder mudar, fazer a sede. Mas esse cenário ainda é lento.

Eu acho que seria saudável distribuir os funcionários, porque aí sim um município teria chance de trabalhar. Eu sou a favor porque se o município faz uma gestão bacana eu acho que vale a pena gente trabalhar numa audiência Pública Estadual, pra gente poder desafetar a área do município. Embora eu continue sendo a favor nem que seja tudo estadual, porque eu estado já está formado, mas se o município provar que sim, aí sim. Isso pro Estado é legal, porque você vai ter uma gestão do município, com os guradas-parque do município. Então ia ser muito bom. Mas a gente do estadual tem aquela responsabilidade, a gente não pode sair. A gente tem que ver isso acontecer. E o pessoal tem boa vontade...

Daniel: e esse processo de regularização fundiária com os moradores dessa área sobreposta. Quem que está correndo atrás disso? É o município? E o estado está mais afastado?

Marcos: dentro da área do município, a gente pensou "vamos ver se o pessoal faz uma regularização". Tava indo tudo muito bem. Eles estão com convênio com uma ONG que chama IABS, e tão fazendo um trabalho exemplar, um trabalho excelente. Então eles estão bem na nossa frente, anos-luz na nossa frente em matéria de regularização. Porque o estado tinha uma gerência forte de regularização fundiária, mas essa gerência acabou. Então o que que eu pensei: Vamos recuar, porque se a gente for desafetar área no futuro, Imagina se a gente comprou uma área lá dentro do município, desafetando A gente perde força. Mas hoje eu estou pensando o seguinte: porque as compensações florestais são essas lá pra Serra negra... Então eu falei: vamos colocar essas áreas dentro do município, que são essenciais para a gestão. Porque se regularizar uma área do municipal é bom para o estado também porque você vai ter uma área com menos conflito.

Daniel: mas essas áreas que você está dizendo que seria bom regularizar, não necessariamente são as áreas que tem morador, né?

Marcos: não, são as áreas sem morador. [...]. Como a regularização é muito lenta, Embora tenha morador que queira vender, A nossa intenção, dentro do plano de manejo, É fazer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) pra quando a gente comprar essas áreas, se isso acontecer, enquanto tiver vivo, quando comprar essas áreas, fazer um TAC com o morador daquela geração pra diminuir.... É lógico, já está impactado.... Mas na Chapada Diamantina eles fizeram isso e o pessoal conseguiu entender e hoje o pessoal, não sei se eles estão felizes, eu até dormi na casa de um morador na Chapada Diamantina e parecia que ele estava legal. Ele atendeu a gente né?! O IBAMA instalou energia elétrica, ajudou eles ainda né?! E o processo está meio semelhante. Porque teve um processo de uma ONG que chama Caritas, ligada com o Ministério Público, que nós apoiamos entrar com um processo pra fazer uns banheiros nos campings dos moradores, que são o Zé da Olinta, o Chico Niquinha, pra eles conseguirem o banheiro. E a gente entrou junto... Por ser uma área estadual e municipal nós entramos juntos. Eu e Lucas fomos lá, apoiamos. O funcionário nosso ajudou o pessoal a fazer o projeto e oi aprovado. Então a gente acredita que manter essas pessoas lá, pra mim é uma boa ferramenta. Hoje se pudesse mudar a Lei de parques no Brasil, porque a gente tem uma Lei baseada no modelo Americano. Se pudesse talvez fosse uma coisa interessante as populações tradicionais em área que devem ser parque.... No caso de lugar que tem que ser parque e tem poucos moradores, aí eu acho que tem que ser feito esse Termo. Se tem poucos moradores às vezes não precisa nem ser desapropriado, mas tem que mudar o modelo. A gente tem problema de gado nas nascentes...

Na época da Silvia era pior um pouquinho, mas não era a Silvia, era o Estado. Porque o estado quando criava parque já falava que tinha que tirar o gado. Mas hoje, o Estado atual, o Estado modernizou o pensamento, até abrindo as portas pro uso publico. Até esse TAC; quem dera falar desse TAC. Até fogo que é controlado já ta pensando dentro do parque, porque a gente sabe que a gente não consegue controlar o fogo né?! Então mudou muito a visão. Então não foi bem a Silvia, foi o IEF que mudou a visão. E enquanto a gente não pagar o pessoal vai continuar com gado lá dentro. Mas mesmo a gente mudando a visão, a gente continua sendo um pouco ruim pros moradores. Porque tem coisa que por Lei não pode. Hoje ele já pode ter seu gadinho [sic] ali, mas não pode arrendar para outras pessoas ou aumentar. Se o cara tem uma horta lá dentro do parque, ele tem uma área de cultura, uma braquiária, continua usando ela, pode limpar inclusive. Fazer aquela limpeza de pasto. Só que hoje ele não pode

fazer processo pra ele abrir novas áreas, então isso acaba limitando um pouco. ... Então eu creio que pra eles não é tão confortável mesmo não, é chato. Melhorou um pouquinho, a gente hoje é mais flexível. Até o banheiro a gente quer fazer. Deixa ter o gado. Mas continua sendo um pouco chato.. Outro dia desses um deles começou a roçar uma área de campo rupestre pra botar a braquiária dele, e aí nós tivemos que ir lá e impedir.... Mas o conflito ele vai continuar ainda existindo.

Eu – E vocês pensam em criar possibilidades pra eles, vocês conversam? Tem reuniões?

Marcos – Conversamos. Tem algumas reuniões.

Mesmo que a gente consiga fazer esse TAC, sempre vai ser ruim.. A gente pode fazer um bem muito grande, mas aquele mal pequeninho que a gente vai fazer sempre vai ter um peso maior na consciência deles. Essa questão do lixo a gente já começou a conversar de fazer esses mutirões [...] de ir uma vez no mês o pessoal do estado de caminhonete e uma vez por mês o pessoal do município [...] Só que não evoluiu, nós paramos.

Agora o conflito realmente continua, da sobreposição. Sinceramente eu to lá, a gente fez a parceria, mas tem hora que eu me sinto incomodado com alguma coisa, isso é normal. Eu penso de uma forma, o pessoal pensa de outra . Então o conflito é real, ele ainda existe. Então eu acho que pra evoluir nesse casamento, talvez seja melhor cada um dormir em seu quarto separado. Então eu penso de a gente recuar, pro pessoal do município poder gerir mesmo esse negócio. E aí a gente fica com o resto que é enorme e talvez menos conflituoso que a bacia do Tabuleiro. Porque é ali no Tabuleiro que as coisas acontecem; tem o caminho histórico da Lapinha-Tabuleiro, tem esses moradores. Só pra você ter uma ideia, quando você saiu do miolo, saiu da bacia, não tem mais moradores no parque

[...] Ai a ideia é que a próxima geração já não fique lá.

[...] Inclusive o Plano de Manejo veio pelo Estado. Pelo PROMATA (Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais) com o governo alemão. Como o Parque Estadual está dentro da Mata Atlântica, então nós fomos beneficiados.

[...].

Inclusive lá a gente tem essa discussão desse conflito que etsa sendo gerado. Todo dia eu vou dormir incomodado com esse negócio da gestão, da regularização fundiária. É uma coisa que me incomoda todo dia. Tem dia que eu nem durmo direito.

[...].

A gente sempre tem a vontade de gerir o parque como um todo. Gente acha interessante. Mas eu ficaria mais à vontade se o município.... Mas a gente fica um pouco desconfiado.... As vezes ser liberal é até bom né.... Eu fico preocupado mesmo é com a gestão. Será que o pessoal vai conseguir colocar uns quatro, cinco funcionários, a portaria, carro. Porque a gente até capengando consegue fazer isso né?! [...].

SANDRO LAGES

Daniel: alguns anos atrás eu vim aqui conversar com você, eu sou geógrafo, eu estava fazendo monografia sobre o intendente, agora eu estou fazendo dissertação, Na geografia também, e aí resolvi estudar de novo o intendente. Mas aí estudando, apresentei a qualificação, e aí o pessoal da banca falou: porque você não estuda a sobreposição que existe? E já que eu queria falar dos moradores internos, e a maior parte dos moradores que estão no intendente são também os que estão em tabuleiro... Então resolvi pensar nisso, nas transformações depois do parque... E aí pra isso eu estou querendo pegar mais de vocês assim, o processo de criação, o que que motivou primeiro o parque do Ribeirão do Campo,

depois o que motivou a se sobrepor... Porque que vocês aqui do município pedirem pra "estadualizar". Mais ou menos por aí... E como que está hoje em dia né, a relação nessa sobreposição toda.

Sandro: eu vou te contar uma história com menos detalhe, principalmente dos primórdios lá... E vou te indicar três pessoas que podem te dar versões mais próximas... Na verdade te indico duas, a outra não sei... se seria bom também...

Porque a criação do Tabuleiro envolve o movimento de Amigos do Tabuleiro, e tem três pessoas que tem um histórico muito detalhado de como que foi esse processo: o Cadu, da SAT, ele vai te dar uma história muito detalhada, inclusive do bastidor; e o Miguel, da PUC; e o terceiro seria Luiz Cláudio, mas aí vamos ver... aí você vai ter três versões que podem ter informações que batem e informações que podem conflitar, porque esses três amigos hoje são três inimigos...

Então, o início do Tabuleiro, do Ribeirão do Campo né, que restringe a bacia né, foi em 1998 a criação dele, mas o movimento de criação precede um pouquinho... Foi um movimento que começou com uma foto e um ator que foi pouco citado o que é o **CHARLIN**, hoje ele é doutor em pássaros... Na verdade era um concurso de fotografia que acontecia lá na PUC, e o **charlin** estudava biologia lá junto com o Miguel, tinha um pessoal aqui, que era o Cadu, o Luís Cláudio, com um movimento aqui... E eles começaram a criar um movimento de mobilização para proteger o Tabuleiro, que o pessoal chamava de Cachoeira Grande... Só sei que num concurso de fotografia, a foto do **charlin** no Tabuleiro foi parar nisso aí e o pessoal começou a falar "o que que é isso, que lugar é esse?" A coisa começou a tomar forma, o movimento... Nisso eles criaram a ONG, A SAT, que justamente o primeiro objetivo deles era a criação do Parque Municipal. Nesse processo todo de mobilização...

Daniel: Mas tinha uma pressão na área assim de destruição daquilo ali? A ideia da criação do Parque era só porque estava em alta mesmo nesse momento?

Sandro: Olha, teve uma proposta de um grande investimento, pra fazer um resort lá... Nessa época, nessa movimentação toda, veio um grupo de italianos, investidores, e a proposta era comprar todo alto do Tabuleiro E fazer um grande resort. E aí tinha uns projetos com pessoal, com champanhe, era uma coisa espetacular (risos). E essa proposta foi o estopim para que aquela coisa virasse. Naquela época o prefeito era o Dr. Juvêncio, que é pai do Reinaldinho hoje, que é o prefeito atual. O Dr. Juvêncio foi o criador de todos os parques que hoje a gente tem aqui, era um cara que era visionário, ele era médico, não sei se a formação dele contribuiu pra ele ter uma visão melhor, mas só sei que ele tinha uma visão inclusive muito mais avançada do que o filho dele. Inclusive o próprio Reinaldinho falou que foi contra, na época ele era assessor do pai dele, e disse que foi contra essa lei, que isso daí era loucura do Cadu e do Luiz Cláudio. Os que bancaram o projeto, que construíram, e que fizeram as justificativas para criar o parque, junto com essa turma dos amigos da SAT, eles eram formados por muitos professores, estudantes.. Então foi essa turminha aí que preparou todas as peças pra vim aqui no Dr. Juvêncio e convencer ele da importância do Tabuleiro, e da importância de se integrar essa nova proposta, e de conexão com algumas coisas que estavam acontecendo no âmbito do mundo, né... Você tinha aquela Eco 92, a ideia das agendas 21, rodando os municípios ele já estavam construindo aquela agenda 21... Então na década de 1990 estava um pouco favorável, e em 1998 eles conseguiram então criar o Parque Municipal de Ribeirão do Campo, na sequência já criaram o salão de pedras, tudo com Dr. Jovêncio, e isso foi o primeiro marco. Passou um tempo, o José Fernando conseguiu se eleger, muito dessa base dessa mobilização ajudou também, contribuiu também.. O Zé Fernando surfou muito nessa onda da ecologia, e ele tem esse viés muito por conta desse movimento, de qual ele fez parte. E ele conseguiu fazer uma gestão que, até pela figura do pai dele, que projetou Conceição muito pra fora como capital do ecoturismo, e ele aproveitou e fez uma peça de marketing interessante. E conseguiu colocar Conceição num patamar, e abriu muito o símbolo do Tabuleiro, que era mais restrito, não tinha essa abrangência toda. Porém essa abertura, essa propaganda veio sem ter o produto na prateleira ainda, né... Mas eles não tinham muita opção ainda, eu não julgo eles não... Porque pra eu incentivar o turismo eu tenho que convencer as pessoas aqui que o turismo... Aí eu vou divulgar primeiro pra ver se bomba pra incentivar o pessoal investir nisso... Nesse processo todo Conceição já estava começando a se aderir nessa linha do ecoturismo, e foi uma linha muito incentivada no governo Zé Fernando como política pública de se construir essa linha de desenvolvimento... Aí em meados de 2004 já começa a proposta da mineração, isso foi uma ducha de água fria pra essa questão do turismo que estava se movimentando aí... O plano

diretor veio consolidar essa vocação turística do município, em 2003, e aí veio em 2004 e 2005 a mineração chegando com pedido de LP, e desconstrói, ou pelo menos dar uma esfriada um pouco no turismo... A própria cidade começa se voltar toda pra mineração, todos os segmentos, inclusive aqueles que estavam voltados para o turismo... Pousadas começaram a ser repúblicas, enfim... Então desde 2003 até hoje praticamente todos os segmentos embarcaram na onda da mineração.. O que vai deixar um legado também pra retomada do ecoturismo, porque a maioria dessas pousadas ampliaram, triplicaram... Quando a mineração der uma caída, vai ter um legado aí que pode se reorientar para o turismo.. Mas precisa-se muito do poder público pra estar ajustando isso nesse segmentos... Porque a gente participa mas não entra né... então o papel do poder público é dar umas cutucadinhas aqui ó, com os segmentos pra ver se a gente ordena melhor o nosso espaço. E aí vem a mineração nessa confusão toda, ainda no governo Zé Fernando, ele foi reeleito né, e nesse momento começaram as negociações com o IEF pra criação do Parque Estadual do intendente, que já era uma APA. E aí Conceição já tinha criado uma relação muito próxima com o José Carlos de Carvalho, que era o secretário na época... E a própria criação do intendente foi um dos motivos da briga da SAT, foi um dos primeiros fatores a gerar os conflitos dentro da própria SAT, porque parte destes amigos já tinham adquirido terras, principalmente na região do peixe tolo. E um dos amigos era o secretário de Meio Ambiente, **que era o Luís Cláudio, e viu aquilo como uma certa ameaça (a compra de terrenos), e aí ele começou a propor a criação do Parque Estadual. E aí parte dos amigos, viam a criação do Parque Estadual como uma ameaça.** E aí começou a guerrinha entre eles, né... E o Luís Cláudio seguiu a linha dele, conseguiu, com muito mérito, criar esse parque... E deixou o conflito ali com o Marquinho... Porque é uma região que vai ter um conflito entre privado e público. Eles tem as razões deles, né. O privado hoje se enche de razão em falar que... É um discurso muito comprado pelo discurso do capital, né. O poder público é ineficiente, é corrupto, E na lógica da corrupção e da ineficiência, nós da classe média compramos esse discurso e estamos vendendo ele, né. Mas ainda assim com corrupção e com ineficiência o público é melhor do que o privado, essa que é a questão, porque aquele patrimônio é público, você pode até terceirizar a operação, mas a gestão não. A gestão é "indelegável". E há um interesse claro, de muitos particulares, e eu até vejo boa intenção, mas o entendimento deles é de manter as propriedades privadas e serem parceiros, de funcionarem como uma portaria de parque... Ou então não, transforma isso numa **RPPN**. Há uma tendência nisso, e às vezes ela pode ser favorável. Enquanto as políticas públicas não irrigarem o setor de meio-ambiente pra que a gente consiga fazer uma gestão, a gente vai tolerando isso. Mas o ideal é que o poder público assuma de fato a gestão, e busque a eficiência tanta que eles jogam na cara que a gente não tem. Eles não estão errados também não, mas ainda assim com todo mal que tem, o poder público é o que tem legitimidade para poder fazer aquela gestão. No momento que a gente joga uma gestão no privado, até simbolicamente se perde aquele conceito de que aquilo é meu, como cidadão.

Daniel: E o Luís Cláudio então, naquela época era secretário de Meio Ambiente, e mesmo assim ele preferia que o estado assumisse?

Sandro: Não, porque o município vivia principalmente de fundo municipal, o Fundo de participação do município, não tinha recurso pra nada, que é isso... Só de criar o tabuleiro já foi um grande mérito... intendente é 17.000 ha né.. (interrompem para corrigir) 13.000,13 508, já com tudo, já com tabuleiro. Sem Tabuleiro é 10.000 ha. Então é uma coisa absurda. Criar um parque municipal é muito mais difícil do que estadual no ponto de vista de conflitos internos. Uma coisa é o governador dar uma canetada, outra coisa o prefeito dar uma canetada e transformar aquilo tudo em parque. Vai vir todo mundo no gabinete dele. Agora acesso ao governador eles não tem, o governador decreta lá, o prefeito só falar: ué vai lá no governador, eu não tenho nada com isso não. Então processo de criação do Parque Estadual, ou melhor ainda, se fosse Federal, é mais difícil no trâmite interno, agora, no ponto de vista de comunidade é muito mais fácil. Vai na canetada de baixo pra cima, aí o cara nem sabe que ali é parque , e depois de 20 anos ele vai saber que ali é parque. Que é a grande questão que aconteceu, nas nossas unidades de conservação... Mas, ele conseguiu, o IEF conseguiu, talvez até pela influência **do secretário** porque se fosse olhar tecnicamente, o IEF tinha uma lista imensa de unidade de conservação, que foram criadas há mais de 20 anos e eles não estavam dando conta, ele já devia estar com pé no freio pra criar. O Luís Cláudio costurou isso com o Zé Carlos, uma relação aberta, pessoal, talvez, para que o Zé Carlos bancasse essa criação... Entendo que a pessoa dele foi primordial para criação do intendente. Que ocorreu em 2007. Zé Fernando se reelegera em 2004, foi embora em 2006, ai em 2007 criou-se o

intendente sobrepondo o tabuleiro. E como era um acordo que envolve a personalidade entre os dois secretários, criaram um modelo inexistente na nossa legislação, que é o de gestão compartilhada. E naquele momento era muito inovadora, a ideia de gestão compartilhada, é um termo bonito pra caramba, legal e tal... E aí é interessante pro município que a gente até a presença do corpo técnico do IEF, dividindo a mesma sede, e a gente também podendo ajudar, mais precariamente, mas de alguma forma... Mas pelo menos ficou uma divisão, a fiscalização ficou com o IEF, ficou mais ou menos definido algumas obrigações pra cada lado. Porém, a gente tinha um instrumento jurídico precário demais pra manter uma gestão compartilhada, e aí foi quando eu cheguei, em 2011, que esse trem estava entalado. Eu lembro que logo quando eu encontrei com Marquinho a gente começou a discutir isso, não é Marquinho? Você já ouviu falar no cachorro de dois donos? Um joga pro outro e o cachorro morre de fome. Pior ainda: o cachorro é de dois donos públicos. E aí depois chegou o **henry (?)**, na época ele estava trabalhando com Luiz Cláudio no Instituto do Espinhaço, a gente teve uma conversa, eu tenho muito conflito com **henry**, mas nessa hora uma coisa que eu concordei muito com a fala dele foi que ele falou: gestão compartilhada é lindo, maravilhoso, mas um tem que complementar o outro. Se você tem uma gestão compartilhada de um ente público com um ente privado, é interessante, porque o gargalo do público é comprar, e o gargalo do privado é legitimar. Um legitima e o outro paga. Aí dá uma parceria legal, entendeu? Agora dois entes públicos, os dois entes com o mesmo gargalo, eu não consigo contratar, eu não consigo pagar, eu não consigo dar agilidade na gestão que o parque exige. Então ficou do mesmo jeito, eles estão trocando é dificuldade, eles não estão complementando. Então a gente falou assim: vamos definir essa merda, não dá pra ficar do jeito que está, a gente precisa de uma decisão. Aí a gente ficou, eu e o Marquinho, dois anos aí trabalhando, construindo uma espécie de uma consulta né, ao município do que que ele queria. Do jeito que está não dá. Ou a gente passa tabuleiro pro IEF ou fica pra gente. Tecnicamente no início eu defendi da gente passar pro IEF. Eu entendo que um parque Estadual tem muito mais relevância, muito mais abrangência de comunicação, de divulgação, enfim... Tecnicamente, e mais, no ponto de vista de gestão é menos um problema pra gente administrar. E joga isso pra quem tem excelência, que o IEF está sucateado, está enferrujado, tá cheio de problema, mas tem 50 anos de now how em conservação, tá pra nascer um Instituto pra superar o IEF nesse ponto. Nesse segmento é referência em conservação no Brasil. Quem somos nós para pleitear isso tecnicamente? Quando eu comecei entrar com esse discurso aqui, eu comecei a sofrer muita resistência, até que eu consegui convencer a prefeita, que era a Nelma, assinar um termo no Ministério Público, aí Nelma foi cassada, E entra o Reinaldinho. O Reinaldinho era mais bairrista, e ele tinha um entendimento inverso, a Nelma também tinha, mas eu consegui convencer ela. E o Reinaldinho eu não consegui convencer. Então eu falei: beleza, qualquer decisão que for tomada, eu tenho que embasar ela. Aí a gente começou as consultas públicas, as consultas públicas ficaram muito equilibradas, todas as consultas foram muito equilibradas, mas a gente conseguiu apurar, ficou levemente uma tendência para o município. Foi leve, foi pau a pau. A gente fez umas três ou quatro, durante dois anos a gente fez umas consultas na sede, lá...

Daniel: Os moradores de dentro, que estão dentro lá morando, eles participaram?

Sandro: Eu não sei se eles vieram participar, se não, vieram netos ou sobrinhos... Mas eu não sei se morador mesmo chegou a participar. Agora, nós fizemos uma mobilização, o esforço foi grande de mobilização, As reuniões tinham, estavam representativas, pelo que a gente vive aqui de mobilização a participação é muito difícil, mas as reuniões até a todas estavam bem cheias. Então houve uma leve tendência para o município, com base nisso, o município começou a pleitear a gestão do parque municipal. E aí a conversa estava muito boa, o diretor era o Leonardo Ivo na época, e ele tinha uma linha muito mais branda de negociação, de conversa, ele estava mais no banho-maria. Aí quando o **henry** assume a diretoria, ele já vem com uma disposição de querer resolver. E com a intenção de desafetar o tabuleiro mesmo. E aí o município entendeu como uma afronta. O município entendeu que ele estava querendo tomar o tabuleiro. E aí a gente teve uma reunião, que foi fundamental, simbólica, porque o Cadu chegou comigo, e o Luís Cláudio chegou com **henry**, E aí virou um ringue de guerra. E aí chegou o Miguel também, que ficou sem saber pra onde ele ia. Foi um ringue lá. No final o Henry falou pra mim que já estava definido. “Esse parque já é nosso.” Falei: “Vão ver então”. (risos) . Eu alardeei pra eles que ia seguir um outro caminho, aí quando eu voltei pra casa e esfriei a cabeça eu pensei “vou dar uma lida no snuc ali.” O caminho já estava... O SNUC tem um capítulo que fala da competência de

gestão. E ele fala assim: “O ato protetivo de maior força é o que prevalece.” Em 98 criamos o PNMRC por decreto, chega em 2007 o Estado cria, por decreto também, o estadual. Decreto com Decreto, eles defendiam, o Henry e o Luis Claudio defendiam a tese de que o Estado é superior ao Município. E não tem nada disso. Nós somos entes autônomos.. E pra não ter questionamento a gente criou uma Lei. Dai recriamos o parque através de Lei. E ai tinha que ter alguma alteração, ai alterei o nome, até porque o pessoal já pedia pra alterar pra Parque do Tabuleiro, ninguém usava Ribeirão do Campo. Como não teve alteração de limites não precisou de ter audiência publica e essas coisas todas....

Em tese para o Estado assumir a gestão eles tem que aumentar a categoria da unidade com uma Lei. .. De parque seria ou Reserva Biológica ou Estação Ecológica.

...

Tabuleiro eu vou falar com você, não tem brecha pro Estado não.

...

Se um dia o Estado pedir para o município assumir a parte Sul (do PESI) pra melhorar a logística; ainda assim o município vai pensar se quer ou não.

Eu – Então você acredita que o município está fazendo uma boa gestão?

Sandro – Boa ainda não. Nós estamos longe do ideal né?! Quando a gente olha pra frente a gente vê o tanto que a gente tem que fazer. Mas quando a gente olha pra trás.... O estado de depredação que eu encontrei isso aqui em 2011; e a gente evoluiu muito né Marquinhos?! A gente conseguiu reformar toda a sede; quando eu falo a gente é prefeitura junto com IEF né?! Eles entraram com a mão de obra toda e nós entramos com o material. Melhoramos muito os acessos, a entrada. Nos feriados o incremento de monitor, monitoria ambiental, com monitores de turista. A gente conseguiu manter. Tudo longe do ideal. Mas pra quem não tinha nada é uma situação muito boa né?!

...

Acho que o grande legado da minha gestão aqui é essa estruturação, que embora não aconteça de fato, ao menos a parte burocrática ela já passou.

Nesse processo de quem vai ficar com o Tabuleiro, eu falei com Marquinho, chegamos a conclusão de amarrar tecnicamente, e independente da decisão que der, a gente amarra num plano que é comum. Então nas reuniões a gente assumia que se o IEF assumir vi fazer isso e isso, e se o município assumir, vai fazer isso e isso. E esse isso e isso era a mesma coisa. E ai a gente tinha um plano de investimento. E esse plano andou mal porque eu consegui garantir recurso pra esse plano, mas a gente não tinha capacidade executiva. Eu tinha uma diretora que era um pouco crua ainda, e os diretores na prefeitura tem um salário baixo. E eu priorizei trazer gente de nível superior. E eu só conseguia trazer gente de ensino superior recém formado. E o pessoal tava meio cru. E cru com gestão pública também. Em 2012 eu consegui R\$600 mil anuais pro Tabuleiro. E ai esse dinheiro ficou na gerencia de meio ambiente e eu não tinha corpo técnico pra executar isso. Que era fazer licitação, executar termo técnico... Eu não tinha equipe pra girar isso. Garanti a rubrica e garanti o recurso....

Nós conseguimos gastar muito pouco até agora em Tabuleiro, porque precisa de projeto, precisa de projeto executivo . Agora, temos os planos de implantar portarias lá em cima, portaria aqui embaixo. Calçar a entrada .

...

Eu – E nesse orçamento não entra nada para regularização fundiária das terras dentro do parque?

Sandro – Então, outra conquista nossa é que eu aprovei agora em Março do ano passado um marco na nossa legislação. Desde 2011 eu comecei a estudar todo o arcabouço legal da nossa legislação municipal e ai a gente condensou isso em uma Lei só, que é o nosso Código Ambiental com todas as legislações de meio ambiente. E ai a gente propôs 25 % mas a Câmara tirou e deu 10 % da CFEM (Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais) pro Fundo de Meio Ambiente. E a prioridade pra esse recurso é primeiro a Regularização Fundiária, depois pagamento de serviço ambiental e em terceiro

o fomento de projetos nas áreas úteis. Gastar primeiro comprando todas as UCs, adquirindo todas. Beleza. Agora a gente começa a investir nos proprietários entorno dela. Ai a gente começa a fomentar os corredores ecológicos, conecta essas unidades.

Eu tinha muitas críticas, e ainda tenho, ao pagamento por serviço ambiental, mas pra quem pisa no chão e pra quem vai no campo é o seguinte: se você não pagar o cara, se o cara não perceber ganho financeiro naquela unidade de conservação, nós vamos perder. Sempre nós vamos perder pro capital. A lógica é conservar usando o mesmo feitiço. E o feitiço chama dinheiro. Porque pra fuder com o parque o capital não mede esforços. Então vamos inverter, vamos usar o capital pra conservar. Paga o cara mais do que ele ganha com lenha, vão ver se ele não para de tirar lenha. E mais, “eu tô te monitorando”.

Eu – Mas isso não existe de fato né?! É um pensamento futuro?!

Sandro – Mas você já tem instrumentos que estão conectados.

Eu – Porque eles perderam atividades que eles faziam pela exigência da uc.. Então quais as possibilidades? Porque conversando com eles, eles não são a favor no geral.

Sandro – Porque eu tomo muito cuidado. Eu sou muito rigoroso pra classificar atividade tradicional. Tem muita gente forçando que é tradicional mas que não é. [...] O cara passou a vida em BH e ta voltando falando que é tradicional. Ficou sabendo que ta chegando mineração, que ta bombando o Tabuleiro e chega aqui falando que é tradicional. Eu quero ver se ele tem modo de vida tradicional. Pouquíssimos vão ter. Mesmo os tradicionais já estão migrando pra sedes distritais, e o terreno dele fica la parado. [...]. São cada vez mais raros.... Agora, eu não sei se é o próprio processo que ta dizimando essas culturas ou se foram outros processos. Se o processo de conservação do país ajudou a dizimar essas práticas. Acho que não, porque quem me dera se a gente conseguisse controlar isso. Acho que nós não temos esse poder todo de travar uma prática tradicional não. São outros fatores que levaram eles a abandonar as práticas tradicionais. [...] A maioria das pessoas que ainda tem modos tradicionais dentro de parque e no alto das serras, são de mais de 70 anos inclusive....

Eu – E pra esses mais velhos?

Sandro – Eu defendo a proposta de indenização e usufruto, pro tradicional. Eu indenizo ele em vida e tiro o direito do herdeiro dele. [...] O Marquinho ainda fala da segunda geração, se a segunda mantiver o modo de vida [...]. Que ai da mais tempo de diluir aquilo. [...]

O que vocês acham que mudou pra quem é interno ao parque? Do que era antes pro que é agora? Porque eles reclamaram que não podem mais fazer as coisas que faziam antes...

Sandro – Principalmente com o IEF tinha na agenda deles a fiscalização. Depois que tirou isso eles devem ter percebido um abrandamento. Mas antes disso o IEF fazia o trabalho mesmo de fiscalização. O que mudou pra eles é que agora eles estão mais sendo mais informados, pelos menos nos últimos tempos ai , tão recebendo mais informação que o processo de regularização está caminhando. Ta tendo mais reuniões e ta tendo esse aporte do MP pra ajudar eles na documentação. Pra preparar eles pra uma futura desapropriação. Então a IABS tá com o trabalho ai pra montar essas peças pra eles, porque a maioria não tem a documentação.

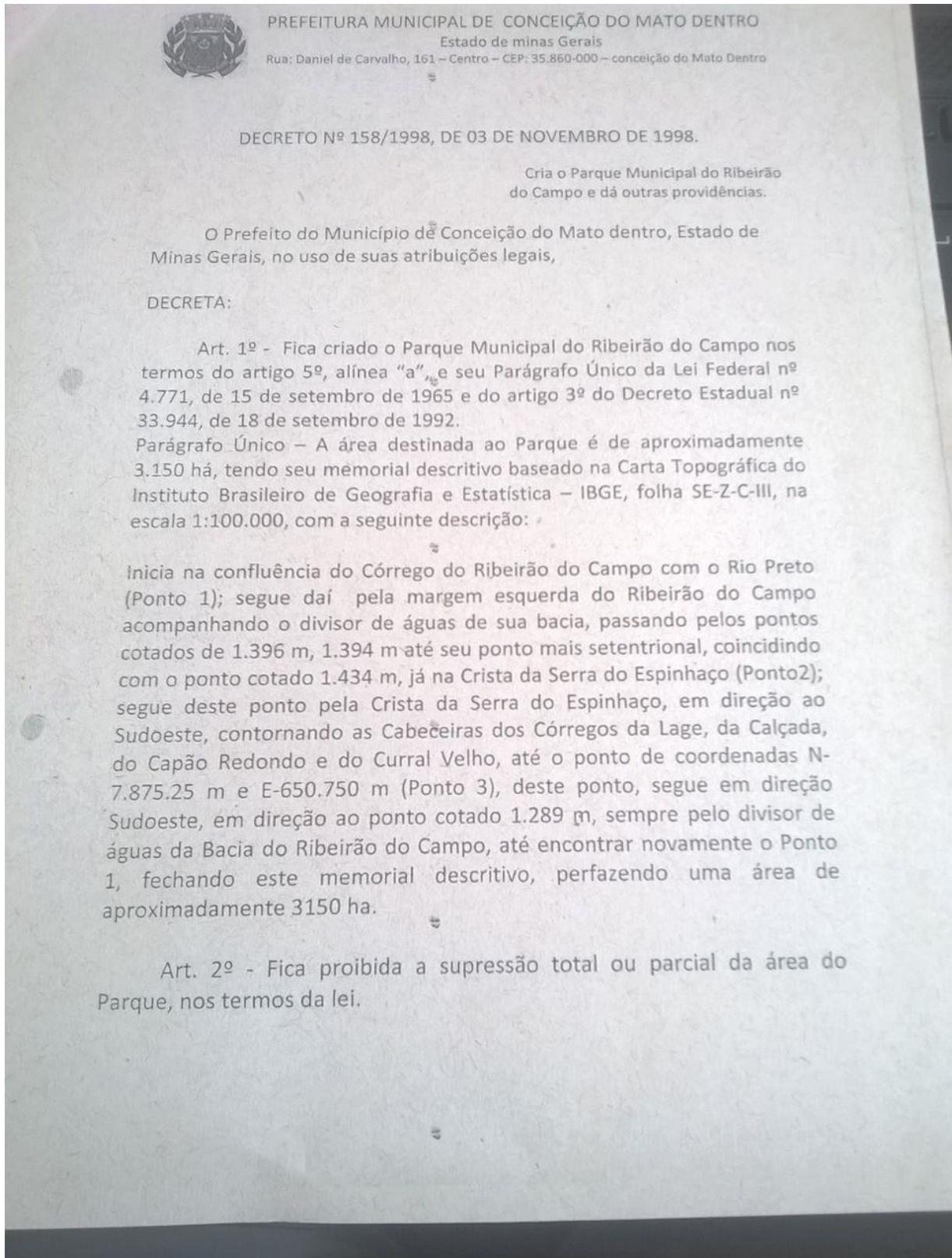
Eu – Mas questão de uso eles diminuiram algumas coisas né?!

Sandro – De uso eu tenho minhas duvidas. Se realmente já era uma tendência esse uso ir mudando em função de logística mesmo. Os acessos são e energia são difíceis, água até tranquilo.... Eu não sei se as atividades deles começou a inviabilizar por conta disso ou se a UC também contribuiu. Porque ai criada a UC a dificuldade de acesso aumenta....

Marcos – Eu acho que a UC contribuiu muito com isso. Mas pro homem que vive no campo rupestre hoje, que é uma área de baixa produtividade, já ta mais difícil. E nas áreas de produtividade já ta mais difícil, na que o solo é bom. Então uma prova disso é que antes [...]

Sandro – Não é atoa que esses ambientes são conservados. Se fosse depender de política de conservação governamental, esses ambientes não seriam preservados. O Tabuleiro é conservado porque ele foi muito poupado pelas ações. Nunca tiveram um uso extensivo, degradante... Porque o próprio relevo dele, muito abrupto, já inibe a ocupação. [...] É muito difícil viver no alto da serra. [...] Hoje quem vive ali é 50 anos pra cima, eu diria até 70.... Só quem ta condicionado mesmo nesse modo de vida que consegue viver lá hoje. Os filhos deles já não conseguem viver lá não. [...]

ANEXO B – DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DO RIBEIRÃO DO CAMPO



Art. 3º - A área patrimonial do Parque poderá ser acrescida de outras áreas, caracterizando-se todos pela inalienabilidade e devendo ficar sob a jurisdição e administração da Prefeitura.

Art. 4º - Este Parque tem por finalidade:

- I - Resguardar o Patrimônio Paisagístico;
- II - Conservar a Biodiversidade, em especial a fauna e flora ameaçadas de extinção ou endêmicas;
- III - Conservar os recursos hídricos;
- IV - Promover atividades de Pesquisa Científica e Educação Ambiental;
- V - Oferecer a população oportunidades de lazer e turismo compatíveis com as finalidades acima mencionadas.

Art. 5º - fica proibido qualquer tipo de exploração dos recursos naturais na área do Parque.

Art. 6º - O solo, as águas, a flora, a fauna, e demais recursos naturais do Parque ficam sujeitos ao regime especial de proteção do código florestal, da Lei de proteção à fauna e demais normas complementares.

Art. 7º - a Administração do Parque será exercida por um conselho composto por representantes da Prefeitura, CODEMA, um representante da câmara Municipal, Organizações Ambientalistas e Comunidade local, podendo conveniar com alguma organização não governamental para executar as normas e diretrizes emanadas pelo Conselho. O Conselho deverá atuar em conjunto ou ser o mesmo da APA Municipal Serra do Intendente, tendo em vista que esta serve como entorno de proteção ao Parque.

Art. 8º - este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, 03 de novembro de 1998.

Dr. Juvêncio da Silva Guimarães
Prefeito Municipal

ANEXO C – LEI DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
Rua Daniel de Carvalho, 161 – CEP 35.860-000
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL Nº 2.063/2013.

Cria o Parque Natural Municipal do Tabuleiro e dá outras providências.

O Povo do Município de Conceição do Mato Dentro, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o "Parque Natural Municipal do Tabuleiro", nos termos do Artigo 225, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

Parágrafo único. A área destinada ao Parque Natural compreende a bacia hidrográfica do Ribeirão do Campo, com aproximadamente 3.150 ha, conforme o seguinte memorial descritivo:

Inicia-se a descrição deste perímetro na confluência do Ribeirão do Campo com o Rio Preto (ponto 1), deste, segue pela linha de cumeada (divisor de águas) da margem esquerda do Ribeirão do Campo até o limite intermunicipal dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte, na crista da Serra do Espinhaço (ponto 2); deste, segue em direção Sudeste pela linha de cumeada na Serra do Espinhaço que contorna as cabeceiras do Ribeirão do Campo e seus afluentes, Córregos da Laje, da Calçada, do Capão Redondo e do Curral Velho, até o limite divisor de águas do Córrego Curral Velho e Córrego Lambari; deste, segue em direção Nordeste, sempre pela linha de cumeada da bacia hidrográfica do Ribeirão do Campo até o Ponto 1, ponto inicial do perímetro descrito, perfazendo uma área de aproximadamente 3.150 ha. Esta descrição se baseou na Carta Topográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística SE-23-Z-C-III, escala 1:100.000.

Art. 2º. Este Parque tem por finalidade a preservação de ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Parágrafo único. Fica denominada a Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro – PNMT.

Art. 3º. O PNMT fica enquadrado como Unidade de Conservação de Proteção Integral submetendo-se aos critérios, normas de implantação e gestão, definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, por meio da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, ou outras normas que o substituírem.

Art. 4º. Caberá a Secretaria de Meio Ambiente a implementação e administração de PNMT, dotando-o dos recursos materiais e humanos necessários.

§ 1º. O PNMT terá um Conselho Gestor de caráter Consultivo e Deliberativo no âmbito de sua atuação, presidido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil.

§ 2º. A composição do Conselho Gestor e a definição de suas atribuições deverão ser regulamentadas por meio de legislação específica.

Art. 5º. O PNMT terá um Plano de Manejo que abrangerá a área de unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Parágrafo Único. O Plano de Manejo do PNMT será elaborado no prazo máximo de 04 (quatro) anos, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição do Mato Dentro, 23 de julho de 2013.

Reinaldo César de Lima Guimarães
Prefeito Municipal

ANEXO D – DECRETO DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DA SERRA DO INTENDENTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Decreto Executivo N.º 109/99

**Dá nova redação ao decreto de Criação da APA da
Serra do Intendente decreto n.º 159 de 10 de
Novembro de 1998, que dispõe sobre a criação da
APA Municipal Serra do Intendente.**

O Prefeito Municipal de Conceição do Mato Dentro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Intendente, tendo em vista o disposto no Art. 8º da Lei Federal nº 6902, de 27 de abril de 1981, o Decreto Federal nº 99244 de 6 de Junho de 1990, além do Art. 3º do Decreto Estadual nº 33944 de 18 de Setembro de 1992.

Parágrafo Único – a área destinada à APA da Serra do Intendente é de aproximadamente 13.409 hectares, tendo seu memorial descritivo com base nas cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em escala 1:100.000, folhas: SE.23-Z-C-III e SE.23-Z-A-IV, denominadas Baldim e Presidente Kubitschek, respectivamente, com as seguintes características e confrontações:

Inicia na confluência do Córrego do Nono com o Rio Preto, ponto de coordenadas N – 789110m E – 605.61m, (ponto 1); segue deste ponto, pela margem esquerda do Rio Preto, em direção à sua nascente, até a confluência deste com o córrego da Cerca, (ponto 2); segue deste ponto, pelo leito principal do Córrego da Cerca, em direção à suas nascentes, até o ponto de coordenadas N – 7893.27m E – 64998m, (Ponto 3); segue deste ponto, acompanhando a linha de cota altimétrica de 850 m, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7895.20m E – 648.00m (Ponto 4); segue deste ponto, em linha reta, em direção norte, acompanhando a linha de coordenada E – 648.00m, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7896.00m E – 648.00 (Ponto 5); deste ponto, segue em linha reta, em direção Oeste, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7900.00m E – 647.35m, (Ponto 6); segue deste ponto, pela linha de cota altimétrica de 750m, até encontrar o ponto de coordenadas N - 7897.79m E – 646.89m (ponto 7); deste ponto, segue em linha reta em direção Norte, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7900.00m E 646.89m (Ponto 9); segue deste ponto, em linha reta, em direção Oeste, pela linha de coordenada N – 7900.00m, até encontrar novamente a linha de cota altimétrica de 750m, no ponto de coordenadas N – 7900.00m E – 646.32m (ponto 10); segue deste ponto, pela linha de cota altimétrica de 750m, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7904.00m E – 644.09m (ponto 11); deste ponto, segue em linha reta em direção Oeste, até encontrar o ponto de coordenadas N- 7904.00m E – 643.79m (ponto 12); deste ponto, segue novamente, pela linha de cota altimétrica de 750m, até encontrar o ponto de coordenadas N – 7906.20m E – 642.52m (ponto 13) ponto que coincide com a divisa dos Municípios de Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte; deste ponto, segue em direção Sudoeste, pela divisa dos municípios citados, até encontrar com a crista da Serra do Espinhaço no ponto cotado de 1457m (Ponto 14); deste ponto, mais setentrional, segue pela linha de cumeeira da Serra do Espinhaço, em direção Sudeste, até seu ponto mais meridional, de coordenadas N- 7881.90m E – 652.40m, (Ponto 15); deste ponto, abandona a crista da Serra do Espinhaço, e segue pelo leito principal do Rio Cuba em direção Nordeste, até encontrar o ponto de coordenadas N- 788340m E- 65350m (Ponto 16); deste ponto segue em linha reta em direção Leste até atingir a cota altimétrica de 1000m, seguindo por esta cota até atingir o ponto de coordenadas N- 7884.40m E- 655.36m (Ponto17); deste ponto, segue em linha reta em direção Noroeste, passando novamente pelo Rio Cuba, até alcançar o ponto de coordenadas N- 788480m E- 65510m (Ponto 18); deste ponto segue por uma crista em direção Oeste, até encontrar o ponto de coordenadas N- 78500m E- 65425m (Ponto 19); deste ponto, segue em direção Norte, cruzando a bacia do Córrego Lambari, até encontrar o Córrego do Nono no ponto de coordenadas N- 788735m E- 65425m (ponto 20); deste ponto, segue pelo leito do Córrego do Nono, até encontrar com o Rio Preto, ponto inicial deste memorial.

Capítulo I – dos objetivos

Art. 2º - A APA da Serra do Intendente tem por objetivo :

- I - Proteger o Parque Municipal do Ribeirão do Campo;
- II - Proteger os recursos hídricos;
- III - Proteger os eco-sistemas e biodiversidade associada, em especial as espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;
- IV - Promover o uso sustentável dos recursos naturais.

Capítulo II - Das regras de uso

Art. 3º - A Área de Proteção Ambiental da Serra do Intendente, Será regida de acordo com as normas, procedimentos e zoneamento, previstos neste decreto.

Art. 4º - de acordo com o zoneamento elaborado a APA da Serra do Intendente, compõe-se de 03 unidades ambientais (zonas).

Art. 5º - para efeito deste Zoneamento Ecológico-econômico, suas zonas foram identificadas segundo as condições atuais de uso e ocupação do solo e de acordo com seus aspectos bióticos e abióticos, onde o desenvolvimento das atividades antrópicas poderão ser proibidas, limitadas ou incentivadas.

Parágrafo Único – Consideram-se:

- I – Atividades Proibidas: aquelas que serão vetadas nas zonas específicas;
- II – Atividades Limitadas: aquelas que só poderão ser desenvolvidas mediante autorização Legal dos órgãos competentes, observadas as condições do zoneamento, embaçadas em estudos técnicos com responsabilidade legal, observada a legislação vigente.
- III – Atividades Incentivadas: aquelas prioritárias nos planos e projetos municipais, estaduais e federais que visem principalmente a preservação e conservação das zonas propostas.

Art. 6º - A utilização dos recursos naturais da APA da Serra do Intendente, sofrerão além das restrições de caráter legal, a nível Estadual e Federal, Também as do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental- CODEMA

Seção I - da Vegetação

Art. 7º - Todas as formas de vegetação da APA da Serra do Intendente são consideradas essenciais para a proteção e conservação dos ecossistemas e sua utilização dependerá, além das autorizações necessárias, a nível estadual e federal, quando for o caso, também da prévia autorização do Poder Público Municipal.

Art. 8º - Todo produto ou subproduto florestal cortado, colhido ou extraído com as autorizações necessárias, deve ter aproveitamento sócio-econômico, inclusive quando dos resíduos para enriquecimento do solo e melhoria das condições ecológicas da área explorada.

Art. 9º - fica proibida a utilização e ou retirada de vegetação de áreas consideradas de preservação permanente, nos termos das leis federais e estadual . com exceção feita às seguintes hipóteses:

- I – no caso de obras , atividades e projetos de utilidade pública e interesse social, mediante aprovação prévia de projetos específicos;
- II - Na extração de espécimes isoladas, mediante laudo de vistoria técnica que comprove risco ou perigo eminente, obstrução de vias terrestres ou fluviais, bem como para fins técnico-científicos, estes mediante projeto aprovado pelo órgão competente;
- III – Para aproveitamento de árvores, terras ou de material lenhoso, sem prejuízo da conservação de floresta, com licença concedida pelo órgão competente.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA, somente apreciará sobre qualquer pedido de desmatamento, se for apresentado o comprovante de averbação da reserva legal em cartório e que se

refere à alínea "a" do artigo 18º da lei nº 4771/86, à margem do registro de imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca competente.

Seção II – Dos Recursos Hídricos:

Art. 11º - Os recursos hídricos da APA da Serra do Intendente são considerados essenciais à vida, prioritários para o abastecimento da população e indispensáveis para a preservação da vida silvestre e da biota natural.

Art. 12º - A captação, derivação, canalização, retificação e barramentos de cursos d'água, dependerão da licença especial da Prefeitura Municipal e ainda, de outorga de direito de uso pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, Órgão da Secretaria de estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos casos de sua competência e desde que não haja alagamento e descaracterização das matas ciliares.

Art. 13º - O lançamento de efluentes industriais, de atividades agropecuárias e esgoto domésticos, mesmo tratados nas coleções da água da APA da Serra do Intendente, obedecerá o Zoneamento previsto.

Seção III – Do uso e ocupação e parcelamento do solo urbano:

Art. 14º - O parcelamento do solo para fins urbanos na APA da Serra do Intendente, dependerá da licença especial da prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais, que exigirá para atender às posturas municipais :

- I – Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto;
- II – Lotes de tamanho mínimo suficiente para o plantio de árvores em pelo menos 20% da área do terreno;
- III – programação de áreas verdes com espécies nativas;
- IV – Traçado das ruas e lotes comercializáveis, com respeito a topografia com inclinação inferior a 10% ;
- V – Sistema de vias públicas em curvas de nível e rampas suaves com galerias de águas pluviais;
- VI – Adequação, do projeto, com zoneamento da Unidade de Conservação.

Seção IV – Do Uso e ocupação do solo rural:

Art. 15º - O uso, a ocupação do solo e o uso de atividades agropecuárias, na área da APA da Serra do Intendente, dependerão de prévio parecer do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA, tendo que ser adotadas as técnicas de conservação do solo, recomendados pelos órgãos oficiais de extensão agrícola.

Art. 16º - A ocupação do solo, dentro dos limites da APA da Serra do Intendente dependerá de licença expedida pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – CODEMA que exigirá:

- I – Adequação com o zoneamento;
- II – Estudo de Impacto ambiental ou plano de controle ambiental para abertura de vias de acesso, com revegetação de cortes e aterros com espécies nativas;
- III – Que a área destinada, em caso de loteamento rural, à área verde se concentre nos lugares prioritários ao equilíbrio da biota.

Seção V – Das atividades minerárias e de garimpo:

Art. 17º - Não serão permitidas na área da APA da Serra do Intendente as atividades de terraplanagem, mineração dragagem e escavação que venham a causar perigo para pessoas danos ou degradação a biota.

Parágrafo Único As atividades acima referidas em um raio mínimo de 1000 (mil) metros no entorno das Cavernas, corredeiras e cachoeiras, monumentos naturais, testemunhos geológicos e outras situações semelhantes, (conforme resolução CONAMA. nº 10, de 14/12/88, art.8º, Parágrafo Único), dependerão de licenciamento ambiental pelo Conselho de Política Ambiental do Estado - COPAM, além da anuência

municipal que deve se expressar através do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA, que analisará os seguintes aspectos:

I – Adequação ao Zoneamento;

II – Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, aprovado pelo COPAM, através de sua Câmara de Atividades Minerárias, para atividades já instaladas, a partir da data desta publicação e Estudo de Impacto Ambiental – EIA Aprovado pelo COPAM através de sua Câmara de Atividades Minerárias, para atividades ainda não instaladas, a partir da data desta publicação

III – Uso futuro das áreas mineradas como Zona de Conservação da Vida Silvestre.

Seção VI – Das Atividades Industriais :

Art. 18º - A instalação, operação, ampliação de atividades industriais potencialmente poluidoras, na área da APA da Serra do Intendente, dependerão do licenciamento ambiental dada pelo Conselho de Política Ambiental do Estado – COPAM, através de sua Câmara de atividades Industriais, além da anuência municipal que deve se expressar através do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA, que analisará os seguintes aspectos:

I – Adequação ao Zoneamento;

II – Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, aprovado pelo COPAM, através de sua Câmara de Atividades Industriais, para atividades já instaladas, a partir da data desta publicação e Estudo de Impacto Ambiental – EIA Aprovado pelo COPAM através de sua Câmara de Atividades Industriais, para atividades ainda não instaladas, a partir da data desta publicação

III – Uso futuro das áreas degradadas como Zona de Conservação da Vida Silvestre.

Seção VII - Das Atividades Poluidoras:

Qualquer atividade potencialmente poluidora, dependerá para seu funcionamento, além da licença expedida pelo órgão estadual de Meio Ambiente de uma licença expedida pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA,

Seção VIII – da zona de uso agropecuário :

Art. 19º - Consideram-se zonas de uso agropecuário da APA da Serra do Intendente, as áreas previstas no zoneamento econômico-ecológico, correspondentes àquelas onde existam atividades agrícolas ou pecuárias (previstas no Art 5º da resolução CONAMA nº 10 de 14 de Dezembro de 1988) nas quais são regulados os usos ou práticas capazes de causar sensível degradação do meio Ambiente. Esta zona possui 2.316,59 hectares ou seja 17,28% da APA

Parágrafo 1º - nesta zona é proibido o uso de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos sérios na sua utilização inclusive ao que se refere ao seu poder residual.

Parágrafo 2º - O cultivo da terra, será feito de acordo com as práticas de conservação do solo, recomendadas pelos órgãos oficiais de extensão agrícola.

Parágrafo 3º - Não será permitido o pastoreio excessivo, considerado como tal aquele capaz de acelerar sensivelmente os processos de erosão.

Parágrafo 4º - Não será permitido o uso de fogo para renovação de pastagens,

Seção IX - Das Zonas de Vida silvestre:

Art.20º - As Zonas de Vida Silvestre da APA da Serra do Intendente destinadas a salvaguarda da biota nativa, para garantir a reprodução das espécies, a proteção do habitat, compreende 82,72% do território da APA ou seja 11.092,79 hectares, subdividindo-se em duas categorias :

I – Zona de Preservação da Vida Silvestre;

II – Zona de Conservação da vida Silvestre.

Parágrafo 1º - Consideram-se Zonas de Preservação da Vida Silvestre da APA da Serra do Intendente, as áreas assim previstas no zoneamento ecológico-econômico, sendo estas Áreas de Preservação Permanente, conforme o art. 7º do decreto 33944 de 18 de Setembro de 1992 nas quais são proibidas as atividades que importem na alteração antrópica da biota. Esta zona possui uma área de 8.500,36 hectares, ou seja 63,40% da área da APA.

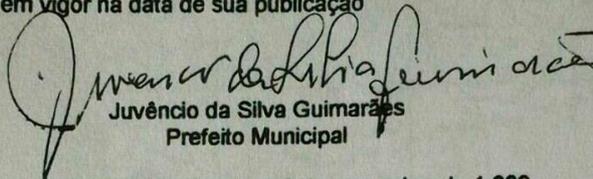
Parágrafo 2º - Consideram-se Zonas de Conservação da Vida Silvestre da APA da Serra do Intendente, as áreas assim previstas pelo zoneamento econômico-ecológico, baseado no art. 4º da resolução CONAMA nº 10 de 14 de Dezembro de 1988 nas quais poderá ser admitido um uso moderado e auto-sustentado da biota, regulado de modo a assegurar a proteção dos ecossistemas naturais. Esta zona possui uma área de 2.592,43 hectares, ou seja 19,33% da APA

Capítulo II - da Competência

Art. 21º - a supervisão, administração e fiscalização da APA da Serra do Intendente, será exercida por um Conselho formado por representantes da Prefeitura Municipal, CODEMA, Câmara Municipal, Organizações Ambientalistas e Comunidade local.

Capítulo III - Das Disposições Finais :

Art. 22º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação


Juvêncio da Silva Guimarães
Prefeito Municipal

Conceição do Mato Dentro, 12 de novembro de 1.999

ANEXO E - Ata da reunião ordinária para processo de gestão compartilhada entre município e estado – Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e Parque Estadual Serra do Intendente, datada de 9 de julho de 2008

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PARA PROCESSO DE GESTÃO**
2 **COMPARTILHADA ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO – PARQUE**
3 **NATURAL MUNICIPAL RIBEIRÃO DO CAMPO E PARQUE**
4 **ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE**
5
6 Aos 09 (nove) dias do mês de julho de 2008, no Salão da Secretaria Municipal
7 de Meio Ambiente e Turismo de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais,
8 situada a Rua Daniel de Carvalho, nº 161, centro, deu lugar a 1ª (primeira)
9 reunião ordinária de 2008 para processo de gestão compartilhada entre
10 Município e Estado – Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e Parque
11 Estadual Serra do Intendente. A reunião teve início às 08:30 (oito horas e trinta
12 minutos) e estiveram presentes as seguintes pessoas: Luiz Cláudio Ferreira de
13 Oliveira (Secretário de Meio Ambiente), Vander Wighens A. Rocha (Gerente do
14 Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo), Ernesto da Mata Machado
15 Jardim (Gerente de Meio Ambiente da Secretaria Municipal Meio Ambiente) e
16 Silvia Jussara Duarte (Gerente do Parque Estadual Serra do Intendente).
17 Atualmente, a estrutura existente para manutenção e conservação do parque é
18 a seguinte: pela Prefeitura Municipal existem 05 (cinco) funcionários e pelo IEF
19 (Instituto Estadual de Florestas) existem 07 (sete) funcionários, incluindo a
20 parte administrativa. Os equipamentos existentes para fiscalização e
21 manutenção do parque são, por parte do IEF: 01 veículo (S10 4 x4), 01 moto
22 (Honda Tornado), 04 rádios portáteis e 02 rádios fixos, além de material de
23 combate a incêndio. Por parte da Prefeitura Municipal, existem: 01 rádio fixo,
24 01 rádio portátil, além da estrutura física da sede do parque com seu
25 patrimônio, que conta no relatório elaborado por esta Secretaria em posse de
26 Vossa Senhoria. Devido a importância desta unidade de conservação, tanto a
27 nível estadual, quanto nacional e ainda por sua relevante extensão (13.508
28 hectares), se faz necessária a intervenção para captação de equipamentos e
29 mão-de-obra em busca de uma fiscalização e manutenção eficaz. Porém, para
30 que se possa realizar tais ações, antes é prioritária a desapropriação e a
31 regularização fundiária de toda a área do parque. No tocante ao material
32 humano, existe a necessidade de contratação de mais 10 (dez) guardas-
33 parque, devido à grande extensão territorial e inúmeros atrativos turísticos
34 existentes, que demandam fiscalização e manutenção efetiva. No tocante aos
35 equipamentos necessários para fiscalização e manutenção do parque, existe a

36 demanda por mais 01 (hum) veículo 4x4, 02 (duas) motos de trilha, 10 (dez)
37 rádios portáteis, 01 (hum) rádio fixo, 05 (cinco) binóculos, 01 (hum) máquina
38 fotográfica, 02 (dois) aparelho de GPS. Quanto a estrutura física, é
39 fundamental a instalação de 08 (oito) guaritas de vigilância, 15 (quinze) placas
40 de sinalização educativa e de orientação dos limites do parque, 04 (quatro)
41 lixeiras de coleta seletiva para os pontos de atrativos turísticos. A sede do
42 Parque ainda precisa de 01 (uma) geladeira, 01 (um) fogão e 01 (um) data
43 show. Assim, essas ações são de relevante importância para o monitoramento
44 e fiscalização da Unidade de Conservação em questão. Atualmente vem sendo
45 aplicado um plano emergencial para fiscalização e manutenção da Unidade de
46 Conservação, que, devido a precariedade dos recursos existentes, terá sua
47 viabilidade comprometida dentro de um curto espaço de tempo. Assim,
48 reiteramos a necessidade de aquisição desse material (humano e logístico)
49 para que possamos dar continuidade aos trabalhos e ainda buscar o
50 aprimoramento das ações para conservação e manutenção deste território. A
51 reunião de elaboração deste documento findou-se as 11:45 (onze horas e
52 quarenta e cinco minutos).

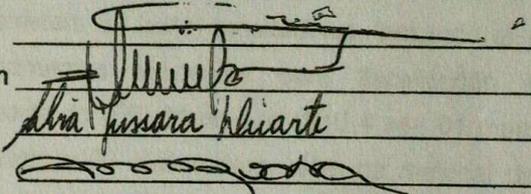
53 **Profissionais responsáveis pela elaboração deste documento:**

54 Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira

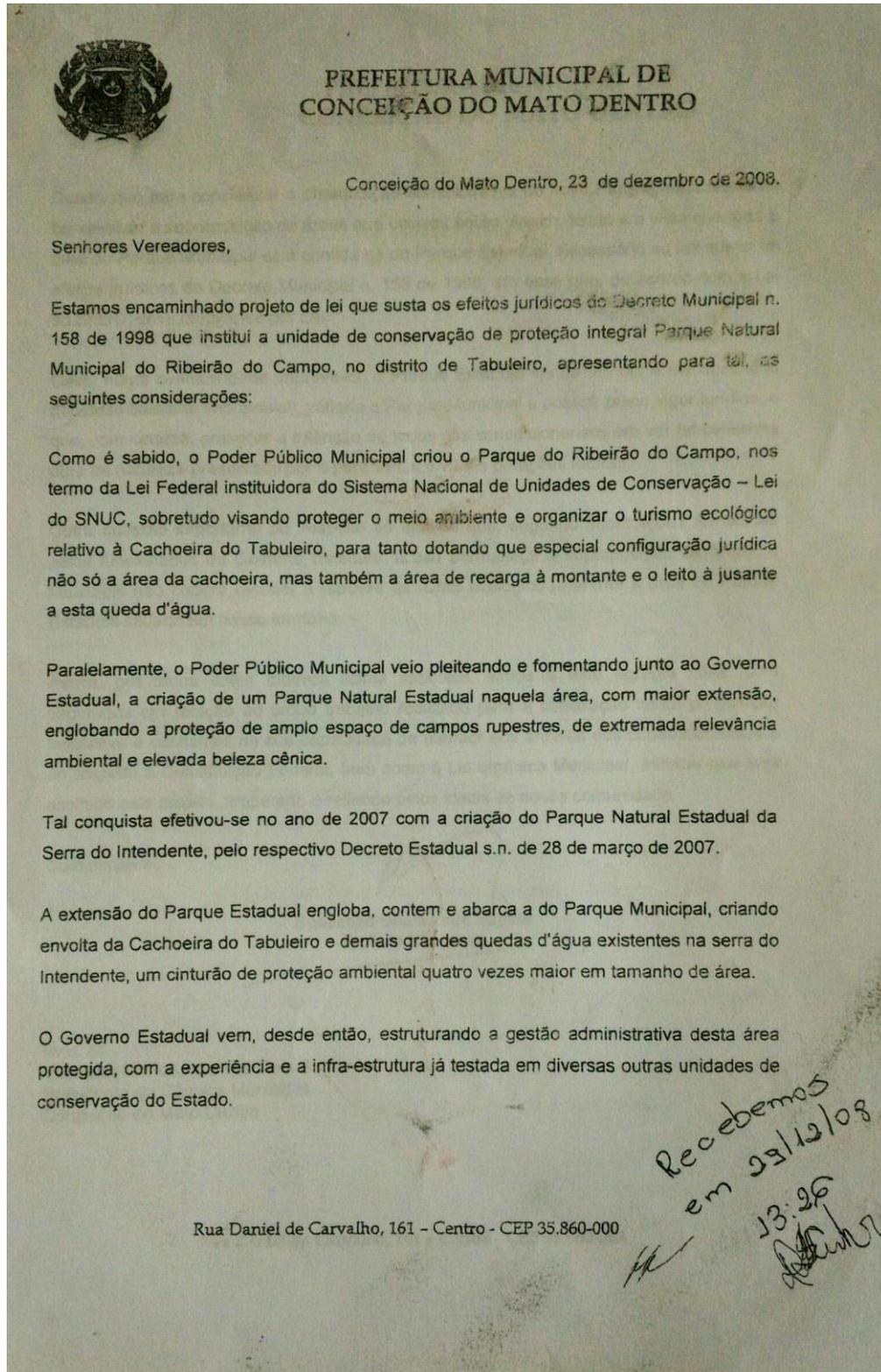
55 Ernesto da Mata Machado Jardim

56 Silvia Jussara Duarte

57 Wander Wighens A. Rocha



ANEXO F – PROJETO DE LEI PARA SUSTAR O DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL RIBEIRÃO DO CAMPO





PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

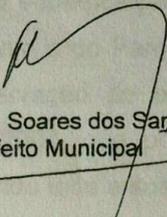
Ocorre que para concretizar a organização administrativa do novo Parque, necessário se faz resolver a sobreposição de áreas que ocorreu então. Assim, tendo em vista que toda a área do Parque Municipal está contida na do Parque Estadual, necessário se faz sustar os efeitos jurídicos do Decreto Municipal n. 158 de 1998, ato esse que, de acordo com a Lei do SNUC, deve efetivar-se por Lei.

Caso, numa eventualidade improvável, o Parque Estadual venha um dia a ser descriado (hipótese bastante improvável), voltaria o Parque Municipal a possuir pleno vigor jurídico, o que, com certeza, preserva a intenção de todos nós conceicionenses em ver tal belíssima obra da natureza preservada por e para varias e várias gerações futuras.

Outra questão importante diz respeito ao fato de que, segundo informações fornecidas pelos funcionários do Governo Estadual, acaso permaneça a superposição de áreas, o Município não poderá receber o repasse de ICMS ecológico referente à área do Parque Estadual situado em nosso território.

Assim, por todos estes motivos acima expostos, vimos a esta egrégia casa, com segurança em relação ao árduo trabalho realizado para a construção desta proposição legislativa e confiantes na sua capacidade de atender aos anseios dos conceicionenses e ao respeito à Constituição Federal, bem como à Lei orgânica Municipal, solicitar que seja acolhido este projeto, amparado e refletido pelos ideais de nossa comunidade.

Cordialmente,


Sebastião Soares dos Santos
Prefeito Municipal

Ilmo. Sr.
Vereador Mario Lucio dos Reis Saldanha
Presidente da Câmara Municipal
Conceição do Mato Dentro



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

PROJETO DE LEI Nº /2008

Dispõe sobre a sustação dos efeitos jurídicos do Decreto Municipal n. 158 de 1.998 que institui o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, tendo em vista estar a área do mesmo integralmente contida na do Parque Estadual Serra do Intendente, para fim de unificação da gestão ambiental da área, a cargo do Governo Estadual, e dá outras providencias afins.

O Povo do Município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art 1º - Ficam sustados, a partir da entrada em vigor da preste Lei, todos os efeitos jurídicos do Decreto Municipal n. 158 de que institui o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo.

§ 1º- A sustação dos efeitos jurídicos do Decreto Municipal n. 158 de 1998 visa possibilitar a solução da superposição da área do Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo com a do Parque Natural Estadual da Serra do Intendente, unidade de conservação de proteção integral criada pelo Governo Estadual em março de 2007, que possui extensão majorada em relação ao Parque Municipal, contendo toda a sua área.

§ 2º- A sustação disposta no caput deste artigo deve possibilitar que a gestão da área do Parque Municipal passe, a partir da entrada em vigor desta Lei, a ser integralmente realizada pelo Governo Estadual, enquanto vigorar a existência do Parque Estadual da Serra do Intendente.

Rua Daniel de Carvalho, 161 - Centro - CEP 35.860-000



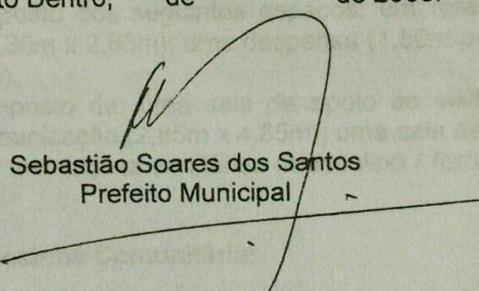
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Art. 2º - O uso das instalações públicas, equipamentos, mobiliário, veículo, ferramentas e computadores municipais afetos à gestão do Paque deverão ser cedidos ao Governo Estadual ou a outra instituição que este indicar, se configurada a hipótese do art. 30 da Lei Federal n. 9.985 de 2000, "Lei do SNUC".

Parágrafo único: A lista de bens objeto de cessão de uso previstas neste artigo, encontra-se no Anexo I desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Conceição do Mato Dentro, de de 2008.


Sebastião Soares dos Santos
Prefeito Municipal

ANEXO G – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO TABULEIRO MINAS RESORT

PROPOSTA

Esta primeira apresentação visa formalizar o interesse de construir na região do Tabuleiro, na cidade de Conceição do Mato Dentro, em área particular de XXX hectares, um Resort padrão 5 estrelas. A finalidade deste empreendimento visa, além de usufruir de uma área natural belíssima, a implantação de um serviço inexistente na região que atrairá um público mais específico mas de repercussão nacional.

Juntamente propõe-se que uma considerável parcela deste território, aproximadamente XXX hectares (xx% da área total) seja destinada a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) afim de buscar a sua preservação a partir de uma proteção oficial. Nesta área pretende-se criar um parque com um centro de visitação para informações turísticas e atrações ecológicas que induzam a atitudes de proteção ambiental.

O Tabuleiro de Minas Resort será construído atendendo todas as normas ambientais. Para tanto, já estão sendo realizados estudos dos seus impactos auxiliados por consultores especializados. O projeto arquitetônico já está em desenvolvimento, mas com ampla abertura para discussões e possibilidades de instituir novas alternativas. Todas as providências relacionadas a minimização dos possíveis impactos na região serão criteriosamente tomadas, na certeza de promover um projeto possível e incluyente tanto no âmbito ambiental como social.

Nesse sentido é imprescindível aplicar formas respeitadas de inserção da comunidade local neste processo e que esta participe e usufrua dos investimentos para melhoria da qualidade de vida. Na formação de mão-de-obra local busca-se sensibilizá-la para a compreensão de todo o espaço e que essas pessoas passem a apreciá-lo despertando o sentido de proteção. Nesta etapa serão oferecidos cursos para monitores ambientais, guias turísticos, gestores do parque, além de treinamentos no ramo de hotelaria. A capacitação da mão-de-obra local, além de gerar empregos, garante o envolvimento da comunidade nessas atividades permitindo assimilar e explorar, em seu favor, as ações do desenvolvimento.

Dessa forma, pode-se falar em desenvolvimento sustentado que busca, através do potencial turístico da região, harmonizar as necessidades da comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade turística. Esta última agindo como catalisadora de recursos para restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local e gerando emprego e renda.

TABULEIRO DE MINAS RESORT – PROJETO

O Hotel, como já dito, será implantado em uma área de aproximadamente XXXm², totalizando uma área construída de 3.500m². A princípio a escolha do terreno está definida em um platô com vista para a cachoeira do Tabuleiro. O Resort conta com uma infra-estrutura padrão 5 estrelas. Seu programa foi definido para atender, além de turistas a procura de lazer e descanso, convenções, seminários e cursos nas diversas áreas. Sua estrutura conta com:

- 28 suites padrão, 4 unidades conjugadas (cada uma com um banheiro para dois quartos) e 4 suites vips, totalizando 40 quartos para acomodação dos hóspedes;
- área de lazer completa - uma piscina ao ar livre, uma piscina térmica coberta, sauna, sala de ginástica, massagem, salão de jogos, relax, bar, quadras esportivas e vestiários;
- Restaurante – conta com uma parte interna e outra externa em deck panorâmico;
- Auditório - 176 lugares, camarins, sala reunião, sala de computadores;
- Serviços - salão de beleza, shopping de diversos e amostra do artesanato local;
- Biblioteca - sobre cultura regional, reservas ecológicas, educação patrimonial e ambiental;
- Além das dependências administrativas e de serviços.

Almejando um projeto totalmente integrado com a natureza, propõe-se o uso de materiais da própria região, técnicas alternativas, energia solar e eólica, captação das águas pluviais, tudo isso repercutindo para auto-sustentabilidade do hotel.

PARQUE ECOLÓGICO (RPPN) - PROGRAMA

O parque localizado em área de proteção ambiental (RPPN) será uma extensão do Resort contribuindo para mais uma opção de lazer tanto para os hóspedes, como para visitantes em geral e a própria comunidade. Sua extensão de quase 70 hectares contará com:

- Centro de visitação – este centro dispõe informar ao visitante dados básicos sobre a área, as atrações naturais e culturais da região, serviços oferecidos e orientar roteiros de acordo com a expectativa do turista. Este centro serve como referência e ponto de partida para caminhadas e visitas guiadas que valorizam as características ecológicas induzindo o visitante a atitudes de proteção ambiental.

- Trilhas - seu percurso tem importante papel na criação dos espaços e são orientadas para valorizar o máximo aos olhos do observador, são educativas com forte apelo ao lazer ;
- Mirantes - pontos estratégicos para contemplação da paisagem contando com pequenos apoios;
- Esportes radicais – bikes, rappel, escaladas, tracking;
- Centro de estudo e pesquisa da flora e fauna aberto a visitas monitoradas por guias enfatizando as características peculiares da região e auxiliando na preservação;
- Área específica para horti-cultura – contribui para a sustentabilidade do Resort envolvendo uma prática ecologicamente correta.

PAISAGEM NATURAL x TURISMO

As paisagens naturais, principalmente as de relevância ambiental, que oferecem atrativos ecológicos e portadoras de belezas cênicas, têm sido alvo de uma crescente procura. Este fenômeno, que se intensificou nos últimos anos, revela, em particular nos cidadãos, a necessidade da fuga do ambiente conturbado das grandes cidades para uma outra instância, buscando em lugares singulares e harmonizados com a natureza fontes de saúde física e mental.

O turismo é um dos principais responsáveis e divulgadores deste processo. Em muitos casos é a principal fonte de renda dos núcleos urbanos inseridos nessas áreas, o que garante a sustentabilidade ou mesmo a sobrevivência destes. Todavia, não havendo um planejamento cuidadoso aliado às leis de proteção ambiental, a indústria turística poderá interferir desfavoravelmente provocando uma repercussão negativa do local. Esta ação predatória, atualmente muito discutida, visa apenas o rápido consumo e retorno financeiro provocando o esgotamento dos recursos e em alguns casos a obsolescência do lugar.

Muitas são as alternativas e formas de atuar na paisagem sem agredi-la e viabilizar um empreendimento estabelecendo alianças, mesmo que pareça conflituoso, entre o desenvolvimento e a preservação do lugar. A apropriação de um território é favorável sempre quando esta contribui e exalta a sua importância, ambiental ou cultural, criando os indícios de proteção.

Para o perfeito andamento deste seguimento é crucial estabelecer parcerias junto ao poder público e à comunidade local. Coligando interesses é possível realizar um planejamento mútuo que vá garantir a satisfação das partes envolvidas e o compromisso recíproco na busca da sensibilização e proteção dos valores culturais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo como prática econômica deve buscar investimentos adequados à vocação do lugar, respeitando suas características ambientais e culturais, além de inserir a comunidade receptiva para que esta participe e usufrua dos resultados. Além disso, é crucial na construção da paisagem a integração e harmonia dos projetos propostos com a natureza.

O Projeto Tabuleiro Minas Resort tem buscado aliar todos os princípios acima atendendo aos manejos da sustentabilidade. São os principais benefícios da implantação deste empreendimento na região:

- *Turismo sustentado e perenidade do investimentos realizados* promovendo a racionalização e eficácia no uso dos recursos disponíveis;
- *Implantação de um serviço de divulgação de repercussão nacional* podendo atrair mais investimentos e contribuir para a valoração da cultura local e do meio ambiente;
- *Geração de emprego e renda para comunidade local, além da capacitação da mão-de-obra;*
- *Preservação da área de RPPN*, legando este patrimônio a gerações futuras;
- *Popularização do conhecimento ambiental e o sentido de proteção*, mérito na ação de preservação do ecossistema.

"Dar forma a uma idéia", este é o propósito do Tabuleiro de Minas Resort para avançar e reunir os atributos do desenvolvimento sustentável em Conceição do Mato Dentro, numa atitude de co-gestão dos investidores, poder público e comunidade.